

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Rosy Mara Oliveira

**METODOLOGIA PARA A IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE TERMOS DE
ASSUNTO A PARTIR DO FRSAD: FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
JOÃO DEL-REI (1715-1930)**

Belo Horizonte

2020

Rosy Mara Oliveira

METODOLOGIA PARA A IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE TERMOS DE ASSUNTO A PARTIR DO FRSAD: FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (1715-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento.

Área de concentração: Ciência da Informação

Linha de pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia de Azevedo Lourenço

Belo Horizonte

2020

O48p

Oliveira, Rosy Mara

Metodologia para a identificação e seleção de termos de assunto a partir do FRSAD: Fundo Câmara Municipal de São João Del-Rei (1715-1930). Rosy Mara Oliveira. – 2020.
185f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Orientação: Profa. Dra. Cíntia de Azevedo Lourenço, Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento.

1. Indexação de documentos arquivísticos 2. Ponto de acesso de assunto 3. Modelagem conceitual. I. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Metodologia para a Identificação e Seleção de Termos de Assuntos a partir do FRSAD: Fundo Câmara Municipal de São João Del-Rei (1715-1930)

ROSY MARA OLIVEIRA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 28 de maio de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço (Orientadora)
ECI/UFMG [por videoconferência]

Prof(a). Célia da Consolação Dias
ECI/UFMG [por videoconferência]

Prof(a). Renato Pinto Venancio
ECI/UFMG [por videoconferência]

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette
ECI/UFMG [por videoconferência]

Belo Horizonte, 28 de maio de 2020.



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ROSY MARA OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 28 de maio de 2020, às 14:00 horas, Videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Metodologia para a Identificação e Seleção de Termos de Assuntos a partir do FRSAD: Fundo Câmara Municipal de São João Del-Rei (1715-1930)*, apresentada por ROSY MARA OLIVEIRA [por videoconferência], número de registro 2017660315, graduada no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço - ECI/UFMG [por videoconferência] (Orientadora), Prof(a). Célia da Consolação Dias - ECI/UFMG [por videoconferência], Prof(a). Renato Pinto Venancio - ECI/UFMG [por videoconferência], Prof(a). Elisângela Cristina Aganette - ECI/UFMG [por videoconferência].

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 28 de maio de 2020.

Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço

Prof(a). Célia da Consolação Dias

Prof(a). Renato Pinto Venancio

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette

Dedico à minha mãe, Maria Rosária, ao meu pai, Ruy, e a Vera, minha mãe de alma e vivência que Deus me presenteou. E, em especial, à minha amada e querida filha, Bárbara.

AGRADECIMENTOS

As razões pelas quais sou grata são muitas...

Primeiramente, agradeço a Deus, essencial em minha vida, por ser meu amparo, meu guia e minha proteção.

À Profa. Dra. Cintia Lourenço, pela orientação e paciência na condução desta pesquisa. Obrigada por ter me corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

À Profa. Dra. Célia Dias, pelas sugestões e análises significativas para a evolução da minha pesquisa nas bancas da qualificação e da defesa. Suas revisões, conduzidas com conhecimento, seriedade, zelo, carinho, preocupação e respeito, foram determinantes para a evolução desta pesquisa. Você é um grande exemplo de professora!

Ao Prof. Dr. Renato Venâncio, pela oportunidade de tê-lo como membro nas banca de qualificação e defesa. Obrigada pelos valiosos apontamentos sobre a Arquivologia e pelo reconhecimento da importância desta pesquisa. Muito obrigada!

À Profa. Dra. Elisângela Aganette, que gentilmente aceitou meu convite. Suas considerações foram de grande valor para o enriquecimento da pesquisa.

À Profa. Dra. Gercina Lima, pelo estímulo, confiança, carinho e amizade. Incansavelmente, sempre reafirma a importância da profissão de bibliotecário e da nobre função da pesquisa: a de produzir novos conhecimentos. Por tudo o que aprendi com você, não apenas sobre a ciência, mas também sobre a vida e sobre como ser uma pessoa melhor. A você minha gratidão, meu respeito e minha admiração.

A todos os professores do PPGGOC da UFMG, pela condução na transmissão do conhecimento, nas salas de aulas, em eventos e cursos e, também, nos corredores. Não medem esforços para contribuir para o avanço da Ciência da Informação e para nos garantir mais conhecimento.

Ao Grupo de Pesquisa Modelagem Conceitual para Organização e Representação da Informação Hipertextual (MHTX), pela acolhida, pelas experiências, pela promoção e pelo compartilhamento do conhecimento. O aprendizado tem sido grande.

Aos membros do Grupo de Pesquisa MHTX, pelo companheirismo, pela solidariedade, pela seriedade e pela alegria.

Aos colegas do Mestrado e do Doutorado, com os quais dividi experiências e saberes. Especialmente a Cleide Vieira, Gracyane Bruzinga, Mayara Oliveira e Nina Mendonça, que se tornaram verdadeiras amigas. Obrigada por dividirem comigo as angústias e as alegrias, contribuindo para que este percurso ganhasse um especial encanto. Foi muito bom poder contar com vocês!

Aos funcionários da biblioteca da Escola de Ciência da Informação (UFMG) Biblioteca Profa. Etelvina de Lima, e às atenciosas secretárias do PPGGOC Gislene e Gil, pela solicitude em seus atendimentos.

Aos professores Galba, Lucy e Marisya (*in memorian*), por todos os esforços concedidos na organização do Fundo Câmara de São João del-Rei. Seus trabalhos são, reconhecidamente, de grande valor como instrumentos para a preservação da memória da cidade de São João del-Rei.

Ao Prof. e historiador Dr. Sheldon Augusto de Carvalho, por ter me conduzido ao primeiro encontro com o Prof. Galba di Mambro e pela torcida na realização desta pesquisa.

À Prefeitura Municipal de São João del-Rei, por ter permitido a realização desta pesquisa. Em especial à secretária de Educação do município de São João Del-Rei, professora Cintia Leite, pela compreensão e apoio.

Aos colegas da Biblioteca Municipal de São João Del-Rei, obrigada por compreenderem minha ausência. Particularmente, agradeço à coordenadora da Biblioteca Municipal, Cláudia Valéria, pelo apoio irrestrito. A Marisa Miranda, pela parceria meticulosa nas ações que envolveram o trabalho de conferência de todo o Fundo Câmara Municipal de São João Del-Rei, realizado em 2016. Ao Arthur Moreira, pelo apoio incondicional e torcida.

À UNIPAC, na pessoa do Magnífico Reitor, professor Bonifácio Andrada, que sempre enalteceu e priorizou a educação. Meu agradecimento especial, respeito e admiração. À professora Sarah Russo e ao professor José da Silva Filho, pelo pleno e irrestrito apoio. A Fátima, Sílvia, Renatinho e Alessandra, pelo apoio e pelo profissionalismo com os quais conduziram minhas ausências na biblioteca. Obrigada pela torcida, carinho e amizade. Paloma, Adir, Domênico e Fábio Cimino, vocês foram essenciais. Obrigada pelo incentivo, cooperação, compreensão e amizade. Aos professores Paulo Afonso de Oliveira e Josilene Oliveira pela amizade, torcida, incentivo e confiança. Obrigada a todos os demais colegas da UNIPAC que torceram por mim.

Ao meu querido marido, Agnelo. Amigo de todas as horas, meu ponto de equilíbrio. Seu carinho, sua paciência, sua compreensão pelas minhas ausências, seu zelo, seu otimismo e sua atenção foram incentivos para mim. Partilho com você a alegria deste momento. Esta vitória também é sua. A você serei eternamente grata.

Ao Paulinho, meu cunhado, o primogênito das setes maravilhas da senhora Iolanda Alvarenga Dias e do senhor Agnelo Alencar Dias, minha gratidão e meu reconhecimento por ter me acolhido no início da minha trajetória acadêmica.

A minha filha Barbara, minha gratidão por compreender minha ausência, pela alegria com que compartilha minhas vitórias e pelas contribuições nas revisões das traduções.

A todos os meus familiares, irmãos, primos, tios, sobrinhos. Em especial àqueles que participaram diretamente dessa minha trajetória. Emanuel, um primo solidário e companheiro, mestre e historiador, competente e comprometido. Obrigada pelas revisões e contribuições.

À Tia Sueli, tia Maria, Piti e Carol, amigas de todas as horas e incansáveis torcedoras do meu sucesso. À Tia Edna e à tia Terezilda, agradeço pelas orações e pelo amor incondicional. Obrigada por terem me ensinado, juntamente com meus pais, a ser sempre nobre, na essência da palavra.

A Mônica, minha irmã de alma, minha parceira, sempre torcendo por mim. Obrigada por tudo.

Com vocês, compartilho a alegria dessa experiência e a de ser uma eterna aprendiz. Ninguém vence sozinho. **MUITO OBRIGADA A TODOS VOCÊS!**

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao mestre e historiador Galba di Mambro, minha admiração, respeito e carinho.

Palavra alguma pode descrever minha gratidão por sua dedicação, encorajamento, interesse e disponibilidade demonstrados no percurso da minha pesquisa. O senhor é um exemplo de professor e pessoa. Uma inspiração que me motivou a aprender, apreender e a pesquisar. Serei eternamente grata a Deus por ter conhecido um mestre tão incrível como o senhor.

Foram centenas de horas de dedicação por telefone, WhatsApp e em trocas de e-mails a fim de repassar para mim, de forma incansável, esclarecimentos sobre Arquivologia e o Fundo Câmara de São João del-Rei.

Minha gratidão pelas análises críticas, correções em meu trabalho e palavras de incentivo. Suas recomendações e cordialidade foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Mestre, com sinceridade, professora Cintia e eu manifestamos aqui nosso apreço pelo senhor. **OBRIGADA POR TODO O CONHECIMENTO QUE COMPARTILHOU CONOSCO!**

RESUMO

A presente pesquisa aborda a indexação de documentos arquivísticos cujo tema está pautado no referencial teórico da representação do documento arquivístico; na noção de assunto e indexação de documentos arquivísticos. Descreve-se o contexto histórico do Fundo Câmara Municipal de São João Del-Rei (FCMSJDR), assim como se discute sobre a importância da indexação para a recuperação da informação em arquivos. Além disso, analisam-se as contribuições dos modelos conceituais de dados NEDA-MC e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD) para a indexação em arquivos. No universo de aplicação desta pesquisa, que trata da identificação e da seleção de pontos de acesso de assunto para o FCMSJDR, encontra-se o problema de a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) não apresentar metodologia para a indexação de documento arquivístico, embora a norma reconheça a importância da indexação ao incluir, de maneira inovadora, a Área 8 (Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos). Objetiva-se propor uma metodologia para identificar e selecionar pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos, com base nas entidades *thema* e *nomen* do FRSAD. A metodologia, quanto à finalidade, se refere a uma pesquisa aplicada, em que foram selecionadas duas amostras de conjuntos documentais do FCMSJDR para a modelagem dos conceitos selecionados, com a premissa de que as entidades *thema* e *nomen* do FRSAD possibilitam a identificação de pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos. Como resultado, constatou-se que: o modelo FRSAD, com o pragmatismo e a flexibilidade da sua estrutura, associado ao modelo NEDA-MC e à Nobrade, possibilitou a identificação de um conjunto de pontos de acesso de assunto; a indexação está vinculada aos princípios da proveniência e à organicidade; a indexação depende do arranjo e da descrição dos conjuntos documentais; há a necessidade da realização de mais pesquisas sobre análise documental ou leitura documental, a fim de subsidiar o processo de indexação. Conclui-se que o modelo FRSAD, com sua estrutura flexível, possibilitou a identificação de um conjunto de pontos de acesso de assunto para representar o conteúdo dos documentos selecionados para o experimento.

Palavras-chave: Indexação de documentos arquivísticos. Pontos de acesso de assunto. Modelo conceitual de dados.

ABSTRACT

This research addresses the indexing of archival documents whose theme is based on the theoretical framework in the representation of the archival document; in the notion of subject and indexing of archival documents. Description of the historical context of the São João Del-Rei City Council Fund (FCMSJDR). Discusses the importance of indexing for the retrieval of information in files. It analyzes the contributions of the NEDA-MC conceptual data models and the Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD) for indexing files. In the universe of application of this research, which deals with the identification and selection of subject terms for the FCMSJDR, there is the problem of the Brazilian Standard for Archival Description (Nobrade) not presenting a methodology for indexing archival documents, although the standard recognizes the Importation of indexing by including, in an innovative way, an Area 8 (Access Points and Subject Indexing). The objective is to proportionate a methodology to identify and select subject terms for archival documents, based on the thema and nomen entities of FRSAD. The methodology, as far as predisposed, refers to applied research, in which two of the documentary sets of the FCMSJDR were selected for modeling the selected concepts, with the premise that the entities thema and nomen of FRSAD enable the identification of subject terms for archival documents. As a result, it was found that: the FRSAD model, with pragmatism and its structure, associated with the NEDA-MC model and Nobrade, enabled the identification of a set of subject terms; indexing is linked to the principles of provenance and organicity; indexing depends on the arrangement and description of the document sets; there is an obligation to carry out more research on document analysis or document reading, in order to subsidize the indexing process. It is concluded that the FRSAD model, with its flexible structure, enabled the identification of a set of subject terms to represent the content of the documents selected for the experiment.

Keywords: Indexing of archival documents. Subject access points. Conceptual data model.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Modelo de descrição multinível.....	66
FIGURA 2 – Entidades dos FRBR.....	74
FIGURA 3 – Exemplos de entidades do Grupo 1 na analogia de Le Boeuf (2003)	75
FIGURA 4 – Relações bibliográficas primárias do Grupo 1	80
FIGURA 5 – Relações de responsabilidade entre os Grupos 1 e 2	80
FIGURA 6 – Relações de assunto entre os Grupos 1, 2 e 3.....	81
FIGURA 7 – Os relacionamentos em nível geral definidos no FRAD	85
FIGURA 8 – Representação das relações entre o FRSAD e o FRBR (com a inclusão da entidade “Família” do FRAD).....	88
FIGURA 9 – Relações básicas do modelo FRSAD	92
FIGURA 10 – Entidades do modelo NEDA-MC.....	103
FIGURA 11 – Diagrama geral dos relacionamentos contemplados pelo NEDA-MC	112
FIGURA 12 – Diagrama das entidades e dos tipos de relações entre entidades identificadas no NEDA-MC.....	115
FIGURA 13 – Representação gráfica dos conjuntos de atributos do documento arquivístico, Agente e função.....	116
FIGURA 14 – Modelagem do NEDA-MC, com adaptação do FRSAD.....	135
FIGURA 15 – Descrição em nível 3 e 3,5.....	152
FIGURA 16 – Categorias identificadas/Amostra 1 – Ata EL 51-59 e Ata CEL 60.....	152
FIGURA 17 – Descrição em nível 3 e 3,5.....	153
FIGURA 18 – Categorias identificadas/Amostra 2 – REQ 191-193	153

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dimensões do Fundo Arquivo da Câmara de São João del-Rei	40
QUADRO 2 – Síntese do conceito de documento arquivístico a partir dos autores clássicos	55
QUADRO 3 – Características do documento arquivístico	59
QUADRO 4 – Áreas e elementos descritivos da Nobrade	65
QUADRO 5 – Resumo dos principais tipos de instrumentos de pesquisa	68
QUADRO 6 – Funções básicas dos usuários na proposta do FRBR	71
QUADRO 7 – Alguns atributos das entidades do Grupo 1	78
QUADRO 8 – Alguns atributos das entidades do Grupo 2	78
QUADRO 9 – Atributos das entidades do Grupo 3	79
QUADRO 10 – Funções básicas dos usuários na proposta do modelo FRAD	83
QUADRO 11 – Entidades definidas pelo FRAD e alguns atributos	83
QUADRO 12 – Os relacionamentos em nível geral definidos no FRSAD	86
QUADRO 13 – <i>Thema e Nomen</i> em vários SOC	89
Quadro 14 – Visão geral da “Família FR”	90
QUADRO 15 – Entidades definidas pelo FRSAD e seus atributos	91
QUADRO 16 – Categorias de relações associativas	94
QUADRO 17 – Modelos conceituais para descrição arquivística	96
QUADRO 18 – Tarefas dos usuários na proposta do modelo NEDA-Req	102
QUADRO 19 – Exemplos da entidade Conceito, objeto ou evento	110
QUADRO 20 – Exemplos da entidade Lugar	111
QUADRO 21 – Tipos de relações identificadas no NEDA-MC	113
QUADRO 22 – Extratos dos anais do I Soggetti e Altri Apparati di Indicizzazione in Archivistica: Ipotesi di Lavoro (1998)	126
QUADRO 23 – Síntese dos elementos que constituem “Assunto” em arquivos	133
QUADRO 24 – Locais de busca	138
QUADRO 25 – Relação dos conjuntos documentais selecionados	140
QUADRO 26 – Síntese dos procedimentos metodológicos	141
QUADRO 27 – Tipos de entidades/categorias – modelo NEDA-MC	142
QUADRO 28 – Modelo para o mapeamento das categorias das amostras, com base no NEDA-MC	143
QUADRO 29 – Procedimentos para o estabelecimento dos conteúdos dos assuntos	146

QUADRO 30 – Esquema para a identificação e a seleção dos conceitos	148
QUADRO 31 – Estrutura do modelo FRSAD aplicado na modelagem	150
QUADRO 32 – Resultado da análise na identificação dos assuntos	155
QUADRO 33 – Assuntos identificados	156
QUADRO 34 – Conceitos identificados e selecionados	158
QUADRO 35 – Modelagem dos pontos de acesso de assunto/ Amostra 2 – Série 07 – Ata EL 51-59 e Ata CEL 60.....	160
QUADRO 36 – Modelagem dos pontos de acesso de assunto/ Amostra 2 – Série 35 – REQ 191-193.....	162
QUADRO 37 – Lista dos pontos de acesso de assunto, agrupados por série, em ordem alfabética	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i>
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, second edition</i>
AACR2R	<i>Anglo American Cataloguing Rules, 2 nd edition, rev. 2002</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BMBCA	Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida
CMSJDR	Câmara Municipal de São João del-Rei
CNEDA	<i>Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTNDA	Câmara de Normalização da Descrição Arquivística
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRANAR	<i>Functional Requirements and Numbering of Authority Records</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
FRSAD	<i>Functional Requirements for Subject Authority</i>
FRSAR	<i>Functional Requirements for Subject Authority Records</i>
EGAD	<i>Expert Group on Archival Description</i>
FCMSJDR	Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei
ICA	<i>International Council on Archives</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Internacional de Descrição Arquivística
ISBD	Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada
ISDF	Norma Internacional para a Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervos Arquivísticos
MER	Modelo Entidade-Relacionamento
NEDA-MC	Modelo conceptual de descripción archivística
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Justificativa e problema	22
1.2	Objetivos	25
1.2.1	Objetivo geral	25
1.2.2	Objetivos específicos	25
1.3	Estrutura da dissertação	25
2	CORPUS DA PESQUISA	27
2.1	A cidade de São João del-Rei	27
2.2	A representatividade das câmaras municipais no Brasil	30
2.3	Campo de observação: o Fundo Câmara de São João del-Rei	37
3	ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DA ARQUIVOLOGIA	43
3.1	O contexto histórico da Arquivologia	43
3.2	O conceito de “arquivo”	49
3.3	O Princípio da Proveniência ou do respeito ao fundo	51
3.4	A natureza do documento arquivístico	54
4	ABORDAGEM TEÓRICA DA REPRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS	60
4.1	A descrição arquivística	61
4.1.1	A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)	64
4.2	Os instrumentos de pesquisa	67
5	A REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COM ENFOQUE NA MODELAGEM CONCEITUAL: OS MODELOS FRBR, FRAD, FRASAD E NEDA-MC	70
5.1	O modelo FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos)	70
5.1.1	As entidades do Grupo 1: obra, expressão, manifestação e item	74
5.1.2	As entidades do Grupo 2: pessoa e entidade coletiva	76
5.1.3	As entidades do Grupo 3: conceito, objeto, evento e lugar	76
5.1.4	Os atributos	77
5.1.5	Os relacionamentos	79
5.2	O modelo FRAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade	82
5.3	O modelo FRASAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto	85
5.3.1	Os propósitos	86
5.3.2	As entidades	87
5.3.3	Os atributos	90
5.3.4	Os relacionamentos	92
5.4	A Modelagem Conceitual para Descrição Arquivística – Modelo NEDA-MC	95
5.4.1	As entidades	103
5.4.1.1	Documentos de arquivo	104
5.4.1.2	Agentes	107
5.4.1.3	Função e suas subdivisões	108

5.4.1.4 Norma	109
5.4.1.5 Conceito, objeto ou evento.....	109
5.4.1.6 Lugar.....	110
5.4.2 As relações	111
5.4.3 Os atributos	114
6 INDEXAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO FR SAD NA IDENTIFICAÇÃO E NA SELEÇÃO DOS PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO	118
6.1 Procedimentos de indexação.....	118
6.2 Indexação no domínio da Arquivologia	125
6.3 Contribuições do FR SAD na identificação de pontos de acesso de assunto em arquivos	134
7 METODOLOGIA.....	137
7.1 Abordagem da pesquisa.....	137
7.2 Pesquisa bibliográfica	138
7.3 O universo e a seleção das amostras	139
7.4 Procedimentos metodológicos	140
7.4.1 Categorização das amostras do FCMSJDR, na perspectiva do modelo NEDA-MC	141
7.4.2 O estabelecimento do conteúdo dos assuntos	143
7.4.3 Identificação e seleção dos conceitos.....	147
7.4.4 Tradução dos conceitos para termos de indexação, com base no FR SAD.	148
8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	151
8.1 Análise da categorização das amostras	151
8.2 Resultados das análises na identificação dos assuntos	155
8.3 Identificação e seleção dos conceitos	157
8.4 Aplicação da modelagem dos pontos de acesso de assunto do FCMSJDR, com base nas entidades thema/nomen do FR SAD.....	159
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
9.1 Recomendações para trabalhos futuros.....	168
REFERÊNCIAS	170
ANEXO 1 – EXTRATO DO INVENTÁRIO DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	179
ANEXO 2 – EXTRATO DO GUIA DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (1715-1930).....	180
ANEXO 3 – LISTA DE ATRIBUTOS IDENTIFICADOS PELO NEDA-MC.....	181

1 INTRODUÇÃO

A organização e a representação da informação têm sido adotadas em arquivos desde a publicação do manual arquivístico mais antigo do mundo, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos. Publicado em 1898 pelos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, o manual é considerado por Schmidt (2012, p. 66) como “a porta de entrada da Arquivologia no campo científico”.

Compreendidas como elementos essenciais em arquivos, as técnicas de arranjo (organização de arquivos permanentes) e a descrição arquivística (representação), com base teórica no princípio da proveniência e na característica orgânica dos documentos, se estabelecem como de fundamental importância na organização e na recuperação da informação em arquivos. Arranjo é compreendido como a sequência de procedimentos que visam à organização física e intelectual dos documentos, de forma hierarquizada, revelando a relação dos documentos entre si (organicidade). No que diz respeito à descrição arquivística, esse processo se refere à descrição física dos conjuntos documentais.

No contexto da organização e da representação da informação, encontra-se o processo da recuperação da informação que abrange a teoria e a prática relacionadas aos procedimentos que possibilitam a identificação e o acesso a um determinado objeto informacional específico. A efetividade desses processos está diretamente relacionada às estratégias de pesquisas elaboradas pelos usuários.

Por um lado, na atualidade, a informação ocorre em diversos campos do conhecimento e nos mais variados ambientes, e seus registros ocorrem em diferentes suportes. Por outro, as necessidades informacionais dos usuários também variam, assim como as atividades de organizar e representar a informação adquirem novos significados.

Nesse cenário, esta pesquisa retoma a discussão sobre a contribuição da indexação na recuperação da informação em arquivo abordando, especificamente, os processos de identificação e seleção de pontos de acesso de assunto.

Indexação corresponde à identificação do conteúdo do documento e, de acordo com Fujita (2003), se constitui em uma metodologia que visa combinar, estrategicamente, a representação do conteúdo do documento e a recuperação da informação pelo usuário. A autora reconhece que a indexação condiciona as estratégias de busca, isto é, o bom desempenho da indexação refletirá sobre a recuperação da informação nas bases de dados. Ademais, a indexação é um processo que visa obter o acesso à informação dos documentos por intermédio de termos ou códigos, atuando como ponto de partida para selecionar a informação pretendida.

Entretanto, conforme aponta Campos (2006), nos arquivos, os itens de representação/recuperação mais representativos não são os assuntos. A espécie

documental, os nomes de órgão de origem/destino da documentação, de pessoas citadas, datas – para citar os mais comuns – têm especial interesse na recuperação.

Assim, mediante a proposta da pesquisa, de identificar e selecionar pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos, torna-se essencial apresentar outra importante reflexão, a de Campos (2006) quando relata que, no decorrer do tempo, o conceito de descrição arquivística vem ganhando novos significados no âmbito da arquivologia, resultado da implantação de bases de dados e do surgimento de documentos eletrônicos, que determinam que os elementos de descrição presentes nesse tipo de documento sejam considerados pontos de acesso e afirma:

[...] não é mais possível, em muitos casos, organizar somente fisicamente as massas documentais acarretando um único acesso intelectual ao documento ou a seu conjunto, mas é necessário também “re-apresentar” esses documentos em meio informatizado através de pontos de acesso visando o tratamento de informação com fins de recuperação. (CAMPOS, 2006, p. 17).

Nesse contexto, ampliando a reflexão de Campos (2006), Hagen (1998) apresenta um novo sentido para o estudo da descrição arquivística ao expor em seu trabalho uma definição da Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) (1988) para descrição arquivística entendida como:

[...] processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados. (HAGEN, 1998, online).

Na Arquivologia brasileira, ponto de acesso é definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística Brasileiro (BRASIL, 2005, p. 134) como o “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de unidades de descrição, serve à pesquisa. Identificação ou localização de identificação dos documentos”. Contudo, é importante ressaltar que o dicionário evidencia que, além desses pontos de acesso tradicionais, como agente, função, série, data etc., os quais se referem à descrição física dos documentos, o dicionário inclui os pontos de acesso de assunto ao definir descritor “Palavra ou grupo de palavras que, em indexação e tesouro, designa um conceito ou um assunto preciso, excluindo outros sentidos e significados”. A importância do assunto, mencionada pelo dicionário como um possível ponto de acesso, foi incorporada pela Norma Brasileira e Descrição Arquivística – Nobrade (BRASIL, 2006) na Área 8 (Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos).

Considerando que informações precisas se constituem em insumos estratégicos para a recuperação da informação, independentemente do suporte e do ambiente informacionais, os pontos de acesso de assunto auxiliam os usuários significativamente na

localização da informação, possibilitando a recuperação confiável dos registros informacionais.

O processo de identificação dos pontos de acesso de assunto considera a análise intelectual do documento em que os conceitos são extraídos e, posteriormente, convertidos em pontos de acesso de assunto (descritores), podendo os pontos de acesso de assunto serem traduzidos para termos autorizados (vocabulários controlados). Os pontos de acesso de assunto cumprem a função mediadora entre o registro informacional e o usuário.

Outra questão abordada na pesquisa se refere à modelagem conceitual de dados, com base no Modelo Entidade-Relacionamento (MER), que ora se apresenta como uma ferramenta em potencial para organizar e representar a informação, o qual tem sido aplicado na arquitetura de sistemas informacionais arquivísticos, a partir da realidade de um determinado domínio, em que o ambiente informacional, os documentos e as necessidades da comunidade são analisados.

Na pesquisa são contextualizados os modelos conceituais NEDA-MC, desenvolvido pela *Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística* (CNEDA), para o domínio da Arquivologia, e os “da família FR” (FRBR, FRAD e FRSAD), desenvolvidos pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) para representar registros do universo bibliográfico”.

Para a análise do domínio do Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei, adotou-se o modelo conceitual NEDA-MC, desenvolvido pela CNEDA, destinado especificamente à modelagem das informações arquivísticas as quais serão inseridas em sistemas de informação arquivísticos. Na proposta do NEDA-MC, que consiste em vincular documentos arquivísticos com agentes, funções, normas, conceito, objeto ou evento e lugar, os objetos informacionais alcançam valor informativo mais significativo resultante da rede de objetos informacionais conectados.

Na modelagem dos pontos de acesso de assunto foi utilizado o modelo conceitual Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD), desenvolvido pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). O modelo FRSAD. Tal modelo, tem como propósito assegurar que toda obra possui assunto (*thema*) e que todo *thema* possui uma ou mais denominações (*nomen*) ampliando, sobremaneira, a perspectiva da recuperação de um item informacional ao considerar como assunto todas as entidades do modelo Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR).

A determinação dos pontos de acesso de assunto do FCMSJDR será fundamentada nas pesquisas de Melo (2013) e Milani (2014) em que serão considerados, como relevantes, os aspectos da identidade e do contexto cultural da instituição e de seus usuários, não adotando nenhum tipo de vocabulário controlado institucionalizado.

Ao considerar o modelo FRASAD pragmático, Melo (2013, p. 84) aponta que:

[...] a incidência do pragmatismo no modelo FRASAD representa a necessidade de considerar a influência do contexto cultural para a organização do conhecimento. Nessa abordagem busca-se o significado que há no uso dos termos em um universo específico do discurso. O conhecimento é analisado em sua dimensão social, considerando a dinâmica contextual e instável do processo de comunicação entre indivíduos. A importância da abordagem pragmática consiste na possibilidade de construir uma estrutura contextual e flexível para a representação do conhecimento.

Continuando, Melo (2013) relata que os esquemas e os instrumentos de classificação que trabalham com padronização perpassam a ética na representação do conhecimento, tendo em vista que possuem o potencial de marginalizar ou omitir informações úteis e importantes integrantes do contexto informacional em que será desenvolvido o sistema informacional.

Milani (2014) orienta que os bibliotecários devem promover um espaço de negociação com os processos e os sistemas de organização do conhecimento para a construção de esquemas e instrumentos de classificação. Como não existe um substituto documental em termos universais, é necessário construir um esquema que seja defensável e favoreça o acesso à informação dentro de um contexto, dando, assim, voz às comunidades de usuários que dele farão uso. Tal observação permite que se identifiquem e se respeitem os distintos contextos culturais em que ocorrem a representação, a recuperação e a apropriação da informação, para geração de novo conhecimento.

Nesse contexto, essa pesquisa apresenta uma proposta metodológica pragmática para a identificação dos pontos de acesso de assunto do FMCMSJDR. Alicerçada no modelo conceitual do FRASAD, a metodologia tem a finalidade de buscar alternativas para melhorar os procedimentos de recuperação da informação dos documentos arquivísticos do fundo em questão.

1.1 Justificativa e problema

Ao assumir o cargo de bibliotecária da Biblioteca Municipal Baptista Caetano D'Almeida, localizada no município de São João del-Rei (MG), foi-me designada a responsabilidade de atender aos usuários com demandas de pesquisas no Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei (FCMSJDR), que se encontra sob a guarda da biblioteca. O fundo contempla um conjunto documental de grande importância, conforme descrito no Capítulo 2 da pesquisa em que é contextualizado, sumariamente, parte da história da Câmara Municipal de São João del-Rei, nos períodos colonial, imperial e republicano – 1715 a 1930.

As demandas de pesquisas do FCMSJR são frequentes no decorrer do ano e, é notória uma crescente variação nos perfis de usuários do FCMSJR, anteriormente formados quase que exclusivamente por pesquisadores autônomos. Atualmente, são percebidas demandas de pesquisas por pesquisadores acadêmicos, incluindo franceses e italianos, pesquisadores autônomos, genealogistas e historiadores.

O FCMSJDR encontra-se organizado e descrito em nível 3, conforme estabelece a ISAD(G) (BRASIL, 2000) e a Nobrade (BRASIL, 2006), descrição essa realizada pelo professor Galba di Mambro, realizada de forma voluntária. Destaca-se que o município de São João del-Rei não possui arquivo público institucionalizado e nenhum profissional arquivista.

Além da descrição em nível 3, no formato impresso, são disponibilizados dois instrumentos de pesquisa: o inventário sumário e o guia, nos formatos impresso e PDF, que se constituem de grande importância para a recuperação da informação do FCMJSR. Tais instrumentos têm como propósito fundamental orientar o pesquisador quanto à utilização do fundo para o acesso e a recuperação da informação.

No entanto, com as novas tecnologias, que possibilitam a troca de informações em ambientes web, as demandas dos usuários de arquivos mudaram e, conseqüentemente, o fazer arquivístico também mudou. A implantação de bases de dados para o gerenciamento de fundos arquivísticos, a disponibilização de guias, inventários, catálogos e índices em ambientes digitais e a digitalização de fundos, com a finalidade de preservar os documentos, têm proporcionado novos desafios para os profissionais de arquivos no sentido de que não é mais possível, em várias situações, organizar e representar as massas documentais somente fisicamente.

Desse modo, um dos desafios atuais para as instituições que custodiam arquivos é a ampliação da capacidade de recuperar informações para usuários cada vez mais interessados em recuperar informações mais assertivas, contidas nesses tipos de acervos. Partindo dessa conjuntura, fica evidenciada a necessidade de existirem pesquisas sobre outras formas de acesso à informação em arquivos, a recuperação da informação pelo assunto.

Nesse cenário, a indexação na Arquivologia é evidenciada como uma importante ferramenta de recuperação da informação em arquivos, o que é confirmado pela Nobrade (BRASIL, 2006) ao ter incluído o campo descritivo Área 8 (Pontos de acesso e Indexação de assuntos). A possibilidade de gerir pontos de acessos de assunto e seu controle (vocabulário controlado) é de fundamental importância na racionalização dos assuntos a serem selecionados pelo indexador do arquivo, no decorrer do arranjo/classificação e na elaboração de instrumentos de pesquisa. Além disso, a indexação possibilitará ao usuário a identificação e a filtragem de informações mais assertivas.

Outra importante contribuição desta pesquisa se refere à utilização dos modelos conceituais de dados para representar os documentos arquivísticos. Tais modelos, atualmente, são considerados como uma ferramenta em potencial para subsidiarem as ações dos analistas de sistemas na arquitetura de sistemas de informação.

O modelo conceitual NEDA-MC, por identificar entidades, atributos e relacionamentos, na descrição arquivística, e o modelo conceitual FRSAD, por reconhecer a importância de definir entidades, atributos, relacionamentos e tarefas dos usuários para dados de autoridade de assunto, podem se constituir em importantes instrumentos para a sistematização da identificação dos pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos. Ressalta-se que na pesquisa bibliográfica não foi localizado nenhum trabalho que explicitasse, na prática, a aplicabilidade do modelo conceitual FRSAD em arquivos, ainda que a IFLA (2010) ressalte que o FRSAD é extensível a qualquer domínio do conhecimento.

Nesse contexto, a proposta da pesquisa se justifica visto que contribuirá diretamente na representação dos assuntos de documentos arquivísticos, o que refletirá na ampliação das estratégias de pesquisas pelo usuário, seja em ambientes analógicos ou digitais e que, independentemente do ambiente informacional e dos tipos de documentos, devem-se aplicar recursos que contribuirão para a satisfação das necessidades informacionais dos usuários.

Entretanto, o primeiro problema da pesquisa se refere à escassez de debates e reflexões sobre indexação na Arquivologia, os quais ainda são poucos explorados, tanto sob os pontos de vista teórico, quanto de trabalhos com aplicação prática. As discussões em torno da representação em arquivos têm como objeto principal, quase sempre, o arranjo e/ou a classificação e a descrição arquivística, postergando as discussões no que se refere à indexação.

Outro problema é que, apesar de a Nobrade registrar alguns procedimentos para a indexação, identificando alguns elementos descritivos, como área geográfica, assunto tópico, entidade, evento e período, passíveis de serem pontos de acesso de assunto; de apontar fontes validadoras para os termos elegidos, para a elaboração do vocabulário controlado e de mencionar sobre a importância da elaboração da política de indexação, a norma não apresenta, na prática, um método sobre como trabalhar com a identificação e a seleção dos pontos de acesso de assunto. Esse problema é revelado pela própria norma ao afirmar que a indexação para documentos arquivísticos “[...] exige estudo, definição e avaliação periódica por parte da entidade custodiadora quanto à política empreendida para recuperação sistêmica das informações e à política de indexação de assuntos” (BRASIL, 2006, p. 59). Baseando-se nos problemas apresentados, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **como identificar e selecionar pontos de acesso de assunto para documento arquivístico?**

A partir da justificativa da pesquisa e dos problemas apresentados, esta pesquisa parte dos seguintes pressupostos: I- a indexação em arquivos é um caminho possível; II- a dupla de entidades *thema* e *nomen* identificadas pelo modelo conceitual FRSAD, quando aplicadas em arquivos, permite aos usuários finais de arquivos e arquivistas *acessar, buscar, encontrar, explorar, exportar, identificar, ordenar, selecionar e validar* os assuntos que compõem os documentos arquivísticos, conforme proposta do NEDA-Req (2018) em relação às tarefas dos usuários de arquivos.

1.2 Objetivos

Considerando a contextualização do problema, seguem as propostas do objetivo geral e dos objetivos específicos:

1.2.1 Objetivo geral

Propor uma metodologia para a identificação e a seleção dos pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRSAD.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar, sob a óptica das entidades *thema* e *nomen* do FRSAD, pontos de acesso de assunto para o Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei;
- b) Propor um conjunto de pontos de acesso de assunto para as amostras do FCMSJDR, com base no modelo conceitual FRSAD;
- c) Evidenciar a relevância da indexação na recuperação da informação em arquivos;
- d) Analisar em que medida as proposições definidas pelo modelo conceitual FRSAD podem contribuir na identificação de pontos de acesso de assuntos no domínio da Arquivologia.

1.3 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada em nove capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, abrangendo a justificativa, o problema da pesquisa e os objetivos.

Dos capítulos 2 ao 6, são apresentadas as fundamentações teórico-metodológicas da Arquivologia que propiciam a base para o desenvolvimento desta pesquisa.

O *Capítulo 2* descreve o corpus da pesquisa, de natureza contextual, com a finalidade de demonstrar a representatividade e a relevância da amostra documental selecionada para o desenvolvimento desta pesquisa.

O *Capítulo 3* aborda o contexto histórico da Arquivologia, bem como os princípios que regem essa ciência e as características do documento arquivístico.

O *Capítulo 4* refere-se à representação do documento arquivístico enquanto instrumento de recuperação da informação fundamentada, nas normas da ISAD (G) e da Nabrade.

O *Capítulo 5* discorre sobre as modelagens conceituais da família FR e do NEDA-MC enquanto possibilidades representacionais da informação bibliográfica e arquivística, respectivamente.

O *Capítulo 6* apresenta a revisão da literatura contendo discussões e pontos de vista de pesquisadores do campo da Arquivologia e da Biblioteconomia, relacionados ao que é assunto e indexação para documentos arquivísticos. A seção 6.3 aborda as contribuições do modelo FRSAD na representação dos assuntos para documentos arquivísticos.

No *Capítulo 7* discutem-se os percursos metodológicos da pesquisa para sua aplicação empírica.

O *Capítulo 8* está voltado para a apresentação dos resultados da aplicação da modelagem, juntamente com a discussão dos resultados.

O *Capítulo 9* contempla as considerações finais e algumas recomendações para trabalhos futuros.

2 CORPUS DA PESQUISA

Para discorrer sobre os delineamentos desta pesquisa, antes é importante relatar, ainda que brevemente, o contexto histórico em que a documentação do Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei (FCMSJDR) foi produzida e acumulada e o local onde se encontra armazenada. Essa contextualização é fundamentada em Schmidt (2012) quando, ao discutir sobre o objeto científico da arquivologia – o arquivo –, revela que existem duas possibilidades informacionais nesse campo do conhecimento: uma diz respeito ao conteúdo do documento e a outra está relacionada a quem o produziu, por que, para que, quando, onde e como, além de seus trâmites e seus vínculos. O fundo mencionado nesta pesquisa não constitui a totalidade do arquivo permanente¹ da Câmara Municipal de São João del-Rei, mas apenas o conjunto documental que foi depositado na Biblioteca Municipal Baptista Caetano D’Almeida.

2.1 A cidade de São João del-Rei

A história da cidade de São João del-Rei se inicia com a ocupação da região do Rio das Mortes por volta de 1700, quando Tomé Portes del-Rei se estabelece como o principal comerciante aurífero da região conhecida como Caminho Velho² e é nomeado Guarda-Mor do Porto Real da Passagem em 1701. Inicia-se, então, o povoamento daquele lugar e, por isso, o comerciante é considerado o fundador do que viria a ser a cidade de São João del-Rei (VIEGAS, 1953).

Na última década do século XVII, Tomé Portes del-Rei, em bandeira com demais sertanistas da época, aventurou-se pela região onde se encontra atualmente a cidade de São João del-Rei em busca das tão sonhadas riquezas minerais. Ao chegar a essa região com sua família e seus escravos, na esquerda do Rio das Mortes, em local conhecido como porto de passagem do Caminho Geral, que posteriormente ficou conhecido como Caminho Velho – em contradição com o posterior Caminho Novo e que, anos depois, cortaria a região mineradora –, desistiu de seu objetivo inicial (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, 2014).

Certamente, com a exploração aurífera, a necessidade de moradia e comércio de bens de consumo para os mineradores proporcionou o surgimento do Arraial Velho do Rio das Mortes (atual Tiradentes) e do Arraial Novo do Rio das Mortes (atual São João del-Rei). Nesse local, iniciaram-se plantações e criações de animais, que serviram para abastecer as expedições que por ali passavam. Assim, Tomé Portes del-Rei foi o

¹ Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor [secundário]. 2. Arquivo (2) responsável pelo arquivo permanente (1) Também chamado arquivo histórico (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

² Considerado a primeira via aberta oficialmente pela Coroa Portuguesa para o tráfego entre o litoral fluminense e a região mineradora.

“responsável pelo surgimento, em 1702 e 1705, dos arraiais de Santo Antônio da Ponta do Morro e de Nossa Senhora do Pilar, logo conhecidos como Arraial Velho e Arraial Novo, respectivamente” (GAIO SOBRINHO, 2000, p. 31).

Em 1704, Lourenço Costa, outro bandeirante paulista, descobriu uma grande quantidade de ouro no Ribeirão de São Francisco Xavier, ao norte da serra do Lenheiro. Lourenço Costa era escrivão no Porto Real da Passagem, local onde Antônio Garcia da Cunha, genro e sucessor de Tomé Portes del-Rei, explorava a travessia do Rio das Mortes. Com a descoberta, as terras são distribuídas para várias pessoas, que começam a explorar as margens do ribeirão³. Pouco tempo depois, o português Manoel José de Barcelos encontra mais ouro na encosta sul da Serra do Lenheiro, num local chamado Tejuco⁴, onde é fixado o primeiro povoado, que daria origem ao Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde Arraial Novo do Rio das Mortes (VIEGAS, 1953).

Contudo, a apropriação da região das Minas não se deu pacificamente. Os anos de 1707 e 1709 foram marcados por uma intensa luta armada, a chamada Guerra dos Emboabas e Capão da Traição. A imprescindível interferência das autoridades coloniais para desatar o conflito despertou a metrópole para criar e regularizar órgãos administrativos no que tange à Justiça e à ação fiscal. Entre as primeiras medidas oficiais está a classificação de datas e sesmarias, distribuindo os territórios e definindo seus respectivos proprietários (IHG, 2014).

Em 8 de dezembro de 1713, para presentear Dom João V, rei de Portugal, o Arraial Novo do Rio das Mortes, bastante próspero economicamente, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Vila de São João del-Rei, pelo governador D. Braz Balthazar da Silveira (VIEGAS, 1953). No ano de 1714 é criada a Comarca do Rio das Mortes e, em função da excelente localização e da grande quantidade de ouro, a Vila de São João del-Rei é eleita como a cabeça da sede administrativa da Comarca. No início do século XIX, a Comarca do Rio das Mortes já se configurava como a comarca mais extensa em área habitada, mais populosa e importante da capitania de Minas Gerais. Em 1838, a Vila de São João del-Rei é elevada à condição de cidade com a denominação de São João del-Rei⁵ (VIEGAS, 1953).

Ao se estabelecer como um importante entreposto comercial que atendia a muitos viajantes e comerciantes que circulavam pela região foi inaugurado, em 1836, o primeiro meio de hospedagem, o Grande Hotel Central. Já no início do século XIX, mesmo com a decadência da mineração, São João del-Rei apresenta uma incrível vocação para o comércio, tendo inúmeras lojas que foram sendo instaladas em grandes casarões, que

³ Córrego que atravessa a cidade de São João del-Rei, com o nome de Córrego do Lenheiro.

⁴ É um bairro da atual cidade de São João del-Rei.

⁵ Lei Provincial nº 93/1838. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/historico>. Acesso em: 14 maio 2018.

ofereciam todo tipo de mercadoria. É importante mencionar também que foi graças ao comércio que a cidade recebeu também a primeira Casa Bancária Mineira, em 1861 (GAIO SOBRINHO, 2000).

No período imperial, além do seu poder econômico, São João del-Rei se destacou pelos movimentos culturais, educacionais e pelas atividades artísticas. Em julho de 1824, o comerciante e político Baptista Caetano d'Almeida, que faleceu em 1838, encaminhou um pedido à Corte solicitando autorização para criar uma Livraria Pública, com a isenção de impostos para a aquisição de livros, e declarou que seu acervo pessoal, um total de 800 volumes, seria doado para dar início à livraria. Por questões administrativas, a Livraria Pública de São João del-Rei⁶ é inaugurada somente em 1827, em uma das salas da Santa Casa da Misericórdia, e é mantida por Baptista até 1836. Após essa data, a instituição ficou sob os cuidados da administração municipal (VIEGAS, 1953).

Ainda em 1827, Baptista Caetano d'Almeida foi vanguardista em outro empreendimento ao fundar a primeira tipografia do município lançando seu primeiro jornal, o *Astro de Minas*⁷, o segundo jornal de Minas Gerais na época. O *Astro de Minas* circulou, ininterruptamente, de 20 de novembro de 1827 a 6 de junho de 1839, com três edições semanais (GAIO SOBRINHO, 2000).

No ano de 1881 foi inaugurada a primeira parte da Estrada de Ferro Oeste-Minas, que passou, então, a ligar as cidades da região a outros importantes ramais da nascente Estrada de Ferro Central do Brasil. A utilização de locomotivas a vapor com bitola estreita de 760 mm foi um marco na história da cidade, sendo a primeira viagem inaugural realizada com a presença do Imperador Dom Pedro II. Tais máquinas se encontram no Museu Ferroviário, em anexo ao Complexo Ferroviário. Atualmente, a principal atração desse Complexo Ferroviário é a linha turística de 12 km entre São João del-Rei e Tiradentes. São as únicas máquinas do mundo movidas a vapor em atividade⁸. Em 1893 é instalada a Companhia Industrial São Joanense de Fiação e Tecelagem, que se encontra ainda em atividade, porém sem a mesma pujança, principalmente do fim do século XIX até o início da década de 1990. Ambas, a ferrovia e a indústria de fiação e tecelagem, trouxeram novo impulso à economia local, a tal ponto que a cidade é indicada para sediar a capital de Minas Gerais, mas a escolhida foi a região do Curral Del Rey – atual Belo Horizonte (VIEGAS, 1953).

⁶ Primeira biblioteca pública a ser inaugurada na Província de Minas Gerais foi a que originou a instituição que hoje conhecemos como Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, que recebeu este nome em homenagem a seu fundador.

⁷ O *Astro de Minas* foi fundado em 20 de novembro de 1827 por Baptista Caetano d'Almeida (1798-1838), o qual era considerado um iluminista em São João del-Rei. O jornal defendia os direitos políticos dos mulatos e na época foi a primeira publicação criada fora de Ouro Preto.

⁸ Uma réplica do vagão utilizado por Dom Pedro II e familiares, na viagem inaugural, se encontra no Museu do Complexo Ferroviário.

Os anseios para tirar o título de capital de Minas Gerais de Ouro Preto e levar para outra localidade são relatados por Viscardi (2007, p. 31): “A imprensa de Juiz de Fora, em sua campanha para que a cidade fosse a capital, alegava ser a região econômica e culturalmente mais desenvolvida de Minas Gerais”. Entretanto, o debate saiu da imprensa para o campo político. Foram indicadas Curral Del Rey, Barbacena, Várzea do Marçal (atualmente um bairro de São João del-Rei), Juiz de Fora e Paraúna. Curral Del Rey ganhou por apenas dois votos de diferença de Várzea do Marçal (VISCARDI, 2007).

Mas a própria história tem seus resgates ou revezes, e em relação a São João del-Rei isso não seria diferente. Importa lembrar que, no ano de 1834, durante uma rebelião na capital da Província Mineira, Vila Rica, que passou a ser conhecida pelo nome curioso de Revolta da Fumaça, São João del-Rei chegou a ser por alguns dias a capital de Minas. O Chafariz da Legalidade, hoje existente próximo à Igreja de São Gonçalo Garcia, lembra esse acontecimento.

Trazendo para a realidade mais contemporânea, tem-se que nessa cidade nasceu Tancredo Neves, líder e um dos principais artífices da Nova República. Tantos outros aspectos históricos poderiam ser ainda apresentados, mas estenderia em demasia o presente texto.

Entretanto, por justiça, se deve salientar que tantas outras pessoas, conhecidas publicamente ou anônimas, do passado e do presente, fizeram e ainda fazem com que a cidade de São João del-Rei permaneça no merecido pódio da história de Minas Gerais e do Brasil. Declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, eleita Capital Brasileira da Cultura em 2007, selecionada como Destino Referência de Turismo de Estudos e Intercâmbio em 2009 pelo Ministério do Turismo, tudo isso faz de São João del-Rei uma das cidades mais importantes e culturais do Brasil.

2.2 A representatividade das câmaras municipais no Brasil

Conhecidas no Brasil Colônia como Casa do Conselho ou ainda como Senado da Câmara, as Câmaras Municipais na época foram concebidas e regulamentadas em seu funcionamento, bem como suas atribuições, composição e eleições, a partir das Ordenações Afonsinas (1446-1521), nas Manuelinas (1521-1603) e, posteriormente, sob o ordenamento jurídico das Ordenações Filipinas (1603-1916) (ALMEIDA, 1960). As Ordenações Afonsinas se constituíram como o primeiro código legislativo no Reino de Portugal com sua publicação em 1446, durante o reinado de Afonso V. Possuía como finalidade proteger os bens da Coroa, dar garantia às liberdades individuais, entre outras questões, e prevaleceram até 1521, quando são promulgadas as Ordenações Manuelinas, no reinado de D. Manuel I (ALMEIDA, 1960).

As Ordenações Afonsinas foram a primeira grande compilação das leis esparsas em vigor, criadas no reinado de D. Afonso V, que reinou em Portugal de 1438 a 1481. São divididas em cinco livros que tratam da história da própria necessidade daquelas leis, passando pelos bens e pelos privilégios da Igreja, pelos direitos régios e de sua cobrança, pela jurisdição dos donatários, pelas prerrogativas da nobreza e pela legislação especial para os judeus e mouros; o livro IV trata mais especificamente do chamado direito civil; e o livro V diz respeito às questões penais (ALMEIDA, 1960).

As Ordenações Manuelinas foram publicadas pela primeira vez em 1514 e receberam sua versão definitiva em 1521, ano da morte do rei D. Manuel I. Foram obra da reunião das leis extravagantes promulgadas até então com as Ordenações Afonsinas, visando a um melhor entendimento das normas vigentes. A invenção da imprensa e a necessidade de correção e atualização das normas contidas nas Ordenações Afonsinas foram justificativas para a elaboração das novas leis. A estrutura de cinco livros foi mantida, algumas leis foram suprimidas e/ou modificadas e um estilo mais conciso foi adotado. Nesse período, Portugal ainda não tinha tomado posse totalmente do Brasil (ALMEIDA, 1960).

Por fim, em 1603 são publicadas as Ordenações Filipinas, durante os reinados dos reis Felipe I de Portugal e Felipe II da Espanha, resultado do elevado número de leis criadas paralelamente às Ordenações Manuelinas. No período conhecido como União Ibérica, no qual Portugal foi submetido ao domínio da Espanha (1580 a 1640), foram concebidas as últimas leis que o reino lusitano teve até ver o fim na monarquia no século XIX.

A vigência das Ordenações Filipinas no Brasil prevaleceu até 1916 influenciando as legislações dos periódicos Imperial e Republicano (ALMEIDA, 1960). As Ordenações Filipinas eram compostas por cinco livros: o primeiro tratava de atribuições, direitos e deveres dos magistrados e dos funcionários da Justiça; o segundo legislava sobre as relações entre a Igreja e o Estado, os direitos do fisco, os privilégios da nobreza; o terceiro tratava do processo civil ou dos procedimentos judiciais tais como casamento, patrimônio, sucessão, doações; o quarto versava sobre o direito civil e comercial; o quinto livro tratava da matéria criminal (ALMEIDA, 1960).

Essas ordenações, isto é, o sistema jurídico português, teoricamente eram aplicáveis no Brasil, pois na colônia vigorava a legislação da Metrópole. Entretanto, por falta de condições de aplicação, muitos preceitos e normas do direito português eram inaplicáveis no Brasil e outros necessitavam de adaptação para o serem. Surgiu, então, a legislação especial adaptadora do direito da Metrópole à Colônia, bem como a legislação local ou especial para o Brasil. Nesse contexto surgem as chamadas Câmaras Municipais no Brasil Colônia (ALMEIDA, 1960).

A estrutura judiciária e jurídica de Portugal era complexa demais. Sendo os juízes ordinários pessoas do povo não necessariamente precisavam de comprovação em

cânones de leis, podendo ser pessoas da terra, tanto que eram conhecidos como juizes da terra, eleitos para um mandato. As eleições eram realizadas, normalmente, a cada três anos. De uma forma inteligente, Portugal utilizava isso para evitar “os ovos numa única cesta”. Naquele momento (século XV), aparecem juizes ordinários, tanto em Portugal quanto nas colônias portuguesas (IHG, 2014).

No Brasil, os primeiros juizes ordinários surgiram com a fundação da Vila de São Vicente, em 1532, paralela à criação da estrutura judiciária, quando Martim Afonso de Souza fundou a referida. Eram votados juntamente com os vereadores ou camaristas, ou membros do Senado da Câmara, quando as vilas eram um pouco maiores, como era o caso de São João del-Rei (IHG, 2014).

O professor e confrade Gaio Sobrinho relata que:

[...] havia poucas cidades com mais de três vereadores. Via de regra eram três vereadores, dois juizes ordinários, onde o mais velho deles presidia a Câmara e eles se revezavam na presidência dos trabalhos da Câmara. Havia ainda o procurador da Câmara que representava os interesses da instituição e não precisava ter formação jurídica, além do secretário.
[...] muitas vezes, nas Câmaras, não havia nem o secretário nem o procurador. (IHG, 2014, p. 10).

Os juizes ordinários nomearam uma instituição utilizada pelo Direito Canônico: a Vara, no sentido de jurisdição. Seja como for, os juizes ordinários representavam a impossibilidade ou a ineficiência de Portugal em se fazer presente naquele momento, em um país continental, de além-mar, faltando-lhe o interesse e as condições de fazer a colonização do Brasil (IHG, 2014).

Outra figura muito interessante, abaixo dos juizes ordinários, era o juiz de vintena, sendo nomeado entre as pessoas de bem quando a vila ou cidadela não possuía estrutura, e constituía o germe daquilo que seria no Primeiro Reinado o juiz de paz. Possuía atribuições de pacificar, mas não era investido como juiz de paz. Seu mandato era anual, ou seja, tinha o mesmo prazo do juiz ordinário. Havia situações em que esses mandatos extrapolavam porque era muito dispendiosa a renovação para a escolha desses juizes (IHG, 2014).

Na estrutura de Portugal, e que veio de igual forma para o Brasil, inclusive Minas Gerais, havia os juizes de órfãos que também integravam as Câmaras. Seriam mais ou menos equivalentes aos juizes que cuidam atualmente da vara de sucessões, dos inventários, das ausências, dos menores, de órfãos quando não têm representantes legais, etc. (IHG, 2014).

As Câmaras Municipais representavam o poder local das vilas no período colonial da história do Brasil. Elas surgiram em função da necessidade da coroa portuguesa em controlar e organizar as cidades e vilas que se desenvolviam no Brasil. Elas eram uma das peças fundamentais da administração colonial, pois a coroa portuguesa encontrava

dificuldades para administrar diretamente os municípios e as vilas que se desenvolviam (ALMEIDA, 1960).

A primeira Câmara Municipal instalada no Brasil, em 1532, foi a da Vila de São Vicente⁹, uma das únicas das Capitânicas Hereditárias a prosperar, no contexto da primeira expedição colonizadora portuguesa na América, comandada por Martim Afonso de Souza. Nessa época, a organização administrativa, jurídica e política das Câmaras estava fundamentada nas Ordenações Manuelinas (ALMEIDA, 1960).

É de extrema importância citar que o Brasil, colonizado por Portugal, principalmente a partir de 1530, não tinha um sistema jurídico definido, como, por exemplo, uma Constituição, fato esse que se consolidaria em 1824. Tudo era governado através das chamadas Ordenações Portuguesas. Através delas, o Brasil era governado, legislado, executado e julgado (ALMEIDA, 1960).

As Câmaras, ao longo do período colonial, se constituíram como base local da administração portuguesa reunindo competências das esferas administrativa, judiciária, fazendária e policial. Funcionavam em locais com estatuto de vila e podiam ser criadas por um decreto real ou governamental ou ainda por meio de uma petição dos moradores locais ao rei (ALMEIDA, 1960).

A Câmara Municipal era um componente vital da administração pública em Portugal e no seu Império. Representava, juntamente com a alta Corte, a Fazenda Real (tesouro), as autoridades judiciais, militares, eclesiásticas e a semiburocrática Santa Casa da Misericórdia, a política conservadora e não inovadora adotada pela Coroa portuguesa em relação a seu Império. As Câmaras, fossem elas de vilas ou de municipalidades, eram modeladas em Lisboa e Porto, admitindo pequenas variações locais em sua composição, estatutos e termos de referência. Dessa forma, ofereciam estabilidade em um Império extremamente móvel: permitiam a defesa dos interesses locais na corte de justiça, reasseguravam a cidadania a um grande número de soldados, marinheiros, comerciantes, que representavam grande parte do elemento humano no fluxo e no refluxo demográfico que caracterizou o Império marítimo português (RUSSEL-WOOD, 1977).

Adotadas como instrumentos centrais da política da Coroa, as Câmaras tornaram-se instrumentos centrais de pacificação. Simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração; provocaram as aspirações de ascensão social dos paulistas muito conscientes de status e que passaram a concorrer para os cargos de vereador; as câmaras tornaram-se veículos da opinião pública, constituindo-se como uma válvula de

⁹ Em São Vicente foram realizadas as primeiras eleições populares do Brasil, poucos meses depois de sua fundação em 1532. Logo após a chegada à Ilha de São Vicente, Martim Afonso adotou medidas necessárias para que fosse possível formar um sistema político no povoado. Assim, instalou a Vila de São Vicente na Justiça do Reino, que incluía o pelourinho, a casa da Câmara e a Cadeia. São Vicente foi a primeira vila no país e, durante 177 anos, a capital da Capitania de São Vicente.

escape para a expressão de ressentimentos locais em relação às medidas fiscais da Coroa, ao mesmo tempo em que encorajavam o desenvolvimento de uma consciência municipal através da prestação de serviços públicos (RUSSEL-WOOD, 1977).

As formações das Câmaras, no período colonial, foram conduzidas a partir das diretrizes das Ordenações Filipinas, através de eleições realizadas a cada três anos, das quais somente os considerados “homens bons” (cidadãos de importância financeira e social que serviam no Senado) poderiam ser eleitores e elegíveis. Era usualmente composta por um ou dois juízes ordinários, três vereadores (em algumas vilas quatro), um procurador, o tesoureiro e o escrivão, cada um com as estritas atribuições conferidas pelas Ordenações e todos eleitos anualmente pela própria Câmara ou escolhidos pela Coroa. Ao nível local, seus membros exerciam funções jurídicas, políticas, fiscais e administrativas (RUSSEL-WOOD, 1977). Ainda sobre a composição das Câmaras, Faoro (2001) acrescenta que, para investidura em muitas funções públicas, era condição essencial que o candidato fosse “homem fidalgo, de limpo sangue” ou de “boa linhagem”, condição exigida pelas Ordenações Filipinas e que se tornaram referência, em termo de direito, para a consolidação das câmaras municipais.

Na historiografia, observam-se algumas divergências em relação ao poder das Câmaras Municipais. Por outro lado, existem pontos comuns em relação às variadas atribuições delegadas a essa instituição, as quais afetaram efetivamente o funcionamento das vilas no período colonial (RUSSEL-WOOD, 1977).

Na acepção de Prado Jr. (1977), as câmaras municipais se configuraram como instituições de encontro e colaboração, conflitos e divergências em virtude dos interesses das elites locais quase se constituindo como única administração da colônia. Outro aspecto citado por Prado Jr. (1977, p. 29), bastante interessante, revela a dimensão da influência de que dispunham as Câmaras coloniais, em relação à Coroa: “vemos as Câmaras [...] proporem e recusarem tributos reais, [...] chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios”.

No exercício de suas funções, com atribuições mais amplas que as atuais, as Câmaras Municipais do período colonial deliberavam, nos casos civis, como cortes menores de apelação, cuidando de problemas referentes a taxação, higiene, aplicação das leis, disputas de terras, obras e finanças públicas, além de representar, perante a Coroa, os interesses da comunidade, além de serem responsáveis por todos os aspectos do governo local. Frequentemente, serviam de porta-voz para a opinião pública em questões de interesse nacional (RUSSEL-WOOD, 1977).

Entretanto, no relato de Boxer (2000), o Brasil, no decorrer da sua colonização por Portugal, ao longo da Idade Moderna (séculos XVI a XVIII), tendo conquistado sua independência na primeira metade do século XIX (1822), esteve subordinado ao regime

absolutista, em vigor na Europa. Isso significa dizer que a experiência política brasileira foi bastante dificultada pelos rigores de um regime bastante centralizador e autoritário. O máximo de participação política que a Colônia conseguiu praticar foi por meio das Câmaras Municipais, a mais antiga instituição política brasileira, apesar de uma participação restrita a poucos (BOXER, 2000).

Interpretação semelhante é formulada por Faoro (2001) quando o autor relata que a autonomia através das Câmaras não passou de um momento tênue na história do Brasil colônia, ainda que em alguns momentos a metrópole tenha confiado a colonização aos moradores, mas logo tendo se arrependido, receosa das consequências resultantes dessa autonomia e descentralização. Ainda assim, o autor reconhece que as Câmaras desfrutavam de um vasto número de atribuições relativas ao funcionamento e à manutenção do interior da colônia.

Diante das divergências do empoderamento ou não das câmaras no período colonial, citadas anteriormente, é importante relatar duas características sobre poder: o poder político formal que estava nas mãos da Coroa portuguesa e o poder político de fato que estava nas mãos dos grandes latifundiários, manifestado junto às Câmaras Municipais. Essa situação se deve à distância da colônia com a metrópole e ao isolamento dos colonos, situação essa que impunha uma administração da coroa mais passiva, sendo obrigada a aceitar critérios estabelecidos pelas câmaras que expressavam o poder dos interesses dos grandes proprietários rurais fixando salários e o preço das mercadorias (PRADO JR., 1977).

A partir da segunda metade do século XVII, ocorrem mudanças significativas, tanto políticas como econômicas. Juntamente com a atividade agrícola, desenvolvia-se nos centros urbanos a atividade mobiliária, associada ao comércio e ao crédito. Dessa atividade, surgiu na colônia “uma rica burguesia de negociantes” e que, por seus haveres acumulados, foi aos poucos pondo em xeque “os proprietários rurais”, até então a única classe abastada e, portanto, de prestígio da colônia. Foi nesse período que a denominação “Homens bons” foi substituída pelo termo “vereador” (PRADO JR., 1977).

Prado Jr. (1977) afirma que, com a crise da atividade agrícola e a ascensão da produção aurífera, os senhores de engenho foram gradativamente se endividando com os comerciantes, afirmando-se, assim, os interesses opostos entre duas classes sociais: a aristocracia fundiária nacional e os mercadores portugueses: a burguesia comercial. Dessa forma, as câmaras municipais assistiram ao seu declínio enquanto autoridade política, em detrimento do avanço do poder da metrópole.

O processo de decadência das câmaras municipais consolidou-se no século XVIII a partir da exploração do ouro, surgindo em paralelo as instituições de representação direta do fiscalismo português. A metrópole deixou que o país se desenvolvesse para depois saqueá-lo (PRADO JR., 1977). Em 1808, como resultado das guerras napoleônicas, a Corte

portuguesa se transfere para o Brasil e é obrigada a dismantelar as estruturas coloniais, além de todas as medidas, como a abertura dos portos (PRADO JR., 1977).

As Câmaras Municipais exerceram um importante papel na preparação da independência do Brasil. Foram elas, em apoio ao Príncipe Dom Pedro, lideradas pelo vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, José Bonifácio de Andrade e Silva, que distanciaram a influência dos políticos portugueses, formando um ministério somente com políticos nacionais. Com a convocação das eleições para a constituinte, motivaram a independência. Dom Pedro percorreu todas as Câmaras Municipais do Brasil e, após estas terem se manifestado favoráveis à sua indicação, tomou a decisão de tornar o Brasil independente. Essas viagens do príncipe aos diversos recantos do país se deram com a finalidade de prestar juramento perante as Câmaras Municipais, que a partir daí passaram a apoiá-lo (PRADO JR., 1977).

Após Dom Pedro assumir como Imperador, em 25 de março de 1824, foi deferida a primeira Constituição do Império do Brasil. Nessa época, o tempo de legislatura nas Câmaras Municipais era de quatro anos, e o vereador mais votado assumia a presidência, tendo em vista ainda não existir a figura do prefeito. O cargo de prefeito surgiu no período regencial, na Província de São Paulo, por Padre Feijó. Por isso, o primeiro ensaio da separação dos poderes no Brasil foi obra ainda do Império (PRADO JR., 1977).

Em 15 de novembro de 1889, aconteceu a queda do Império do Brasil, a partir do golpe militar conduzido por Marechal Deodoro da Fonseca, quando é proclamada a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. As Câmaras Municipais foram dissolvidas, e os governos estaduais passaram a nomear os membros do “conselho de intendência”, espécie de Câmara Municipal, com poder apenas de votar o orçamento (PRADO JR., 1977).

Em 1891, é promulgada a nova Constituição, que remeteu aos Estados a organização dos municípios, respeitando tudo o que dissesse respeito ao peculiar interesse local. Em 1905, criou-se a figura do Intendente Municipal, parecida com a do atual prefeito, que permaneceu em exercício até 1930. Com a Revolução de 1930, Getúlio Dorneles Vargas assume o poder, dando início a um período denominado de Era Vargas. Nessa época foram criadas as Prefeituras Municipais, às quais foram atribuídas funções executivas dos municípios. Durante o Estado Novo, implantado por Vargas, que durou de 1937 a 1945, as Câmaras Municipais foram fechadas e os Poderes Legislativos nos municípios foram extintos, acarretando um retrocesso nas funções das Câmaras Municipais, que passaram para a condição de Conselhos Municipais, uma forma de atuação parlamentar restrita e reduzida. Com a restauração da democracia, em 1945, as Câmaras Municipais foram reabertas com a estrutura de hoje (PRADO JR., 1977). A Câmara Municipal de São João del-Rei foi fundada em 9 de dezembro de 1713 com a participação dos juízes Pedro de

Morais Raposo e Ambrósio Caldeira Brant, que se revezavam na presidência com os vereadores Francisco Pereira da Costa, Silvestre Marques da Cunha e Pedro da Silva Chaves e pelo procurador José Álvares de Oliveira (VIEGAS, 1953).

Durante todo o período colonial, a Câmara foi uma benemérita e poderosa instituição, responsável pela administração de Vila e seu Termo, cabendo-lhe as funções legislativas, administrativas e judiciárias de primeira instância. Fiscalizada pelo ouvidor ou Corregedor da Comarca, competiam-lhe a fixação e a fiscalização das posturas municipais, dos regimentos dos ofícios mecânicos, dos padrões de pesos e medidas, a execução das obras públicas, a distribuição das crianças expostas ou enjeitadas por amas pagas, a organização das festas oficiais e dos festejos régios e muitos outros serviços do interesse da comunidade (VIEGAS, 1953).

Esses seus amplos poderes começaram a diminuir com a independência do Brasil, especialmente com as legislações ocorridas entre os anos 1828 e 1834. Os juízes ordinários ou da terra e os juízes de fora, que a presidiam, foram, depois, substituídos por um dos vereadores designados por seus pares, que recebia o nome de Agente Executivo. Cabia-lhe, além da presidência, a administração da cidade e do município (VIEGAS, 1953).

Após a Proclamação da República, por instrução do governo provisório, a Câmara Municipal foi temporariamente dissolvida, estabelecendo-se, para substituí-la, o regime das Intendências dos Conselhos distritais, voltando-se ao sistema das câmaras no início do século XX. Como anteriormente, por mais uns 30 anos, a cidade e o município continuaram a ser administrados pela Câmara e por seu Agente Executivo. Em 24 de novembro de 1930, o Presidente Olegário Maciel, através do Decreto nº 9.768, estabeleceu em Minas o regime de Prefeituras. E foi assim que, em São João del-Rei, no lugar do seu último Agente Executivo, Antônio de Andrade Reis foi, então, empossado, no dia 9 de dezembro daquele ano, o primeiro prefeito, na pessoa de José do Nascimento Teixeira (VIEGAS, 1953).

2.3 Campo de observação: o Fundo Câmara de São João del-Rei

No ano de 1709, na Vila de Ribeirão do Carmo (atual Mariana), o Decreto Real cria a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (IHG, 2014). Iniciando um processo de organização político-administrativa, o então governador da Capitania das Minas do Ouro e São Paulo, Antônio de Albuquerque, criou, em 1711, as primeiras vilas da capitania. Dentro desse cenário, nascem Vila Real de Nossa Senhora do Carmo e Albuquerque (atual Mariana) – criada em 8 de abril de 1711; Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar e Albuquerque (atual Ouro Preto) – criada em 8 de julho de 1711; e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (atual Sabará) – criada em 17 de julho de 1711 (IHG, 2014).

A data de criação das primeiras comarcas remonta ao Alvará de 1714, que regulava a divisão da capitania em três comarcas: Vila Rica (Ouro Preto), Rio das Velhas (Sabará) e Rio das Mortes (São João del-Rei), para as quais o governo metropolitano já havia nomeado e enviado ouvidores. Para a Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei), foi-lhe conferida a centralização de todas as atividades administrativo-forenses, principalmente atividades fiscais e de arrecadação (VIEGAS, 1953).

Em 1714, a recém-elevada Vila de São João del-Rei já era, então, a cabeça da Comarca do Rio das Mortes, e as terras a ela subordinadas ocupavam uma vasta extensão territorial. Nos primórdios de 1718, cria-se a segunda vila da comarca, com o nome de São José del-Rei (atual Tiradentes), em homenagem ao Príncipe D. José, então com quatro anos de idade, filho de D. João V. Durante quase todo o século XVIII, o imenso território da Comarca do Rio das Mortes esteve subordinado às únicas duas vilas: Vila de São João del-Rei e Vila de São José del-Rei. Já no início do século XIX, apesar de não possuir a maior extensão territorial, a Comarca configurava-se como a mais extensa em área habitada e a mais populosa (IHG, 2014).

Posteriormente, seriam criadas, em 1720, a Comarca de Serro Frio (Vila do Príncipe) e, em 1815, a Comarca de Paracatu. A Carta Régia de 21 de fevereiro de 1720 separou o Distrito das Minas da Capitania de São Paulo e, pelo alvará de 2 de dezembro do mesmo ano, Dom João V criava as Minas Gerais (IHG, 2014).

A atuação administrativa do Senado da Câmara da Vila de São João del-Rei foi deliberada em um ato de vereança, que concernia à Câmara todos os assuntos administrativos da Vila relacionados a justiça, fiscalização, contabilidade ou ao próprio expediente administrativo (SILVA, 2000). O ouvidor da Comarca tomava as contas da Câmara, resolvia a forma de arrematação dos créditos; autorizava imposições e despesas; consentia em abatimentos nos créditos; provia sobre a forma de alienação das terras do patrimônio municipal; intervinha na composição da Câmara passando as cartas de usança aos juízes ordinários e ao procurador; resolvia impedimentos e licenças de seus membros, podendo mesmo dispensá-los; participava das vereanças para eleição de listas de candidatos a capitão-mor das ordenanças; e ainda provia alguns cargos, como o juiz de vintena. O governador da capitania provia cargos de nomeação da Câmara, como o escrivão, e prorrogava mandatos (SILVA, 2000).

Em relação à sua composição, a Câmara de São João Del-Rei era formada por dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador, sendo a primeira Câmara eleita na Vila de São João, em 9 de dezembro de 1713, composta pelos juízes ordinários Pedro de Moraes Raposo e o Sargento-mor Ambrósio Caldeira Brant, pelos vereadores Silvestre Marques da Cunha, Pedro da Silva Chaves e Francisco Pereira da Costa e pelo procurador José Álvares de Oliveira (SILVA, 2000).

As sessões da vereança, na Vila, realizavam-se com a presença de um ou dois juízes ordinários, de um ou mais vereadores, do procurador e do escrivão. Em geral, oficiais da Câmara também exerciam postos militares, principalmente os juízes ordinários, tais como tenente-coronel, coronel, capitão, alferes ou sargento-mor (SILVA, 2000).

Por agir como um órgão local da administração geral da colônia, a Câmara teve um papel de grande amplitude, já que era ela quem mantinha um contato direto com a população, o que permitia às autoridades superiores, locais e distantes e sem outros órgãos apropriados executarem suas decisões (SILVA, 2000). Competiam à Câmara, além das atribuições da vila, encargos privativos do Ministério Público, denúncias de crimes e contravenções, o papel de polícia rural e fiscal da higiene pública. A Câmara auxiliava os alcaides no policiamento da terra e elegia a maior parte dos funcionários da administração geral, como os almotacés, além de controlar os conflitos entre interesses de variados segmentos sociais muito comuns na época devido ao grande povoamento da região motivada pela descoberta do ouro (SILVA, 2000).

A Câmara tratava também de assuntos gerais como nomeação de fiscais da Intendência do Ouro, cuidados da própria instituição camarária, eleição de pessoas capazes de servir ao bem comum da Vila, decretação de normas e regimentos e estabelecimento das rendas da instituição; era responsável pelo despacho de petições de foros, licenças para lojas, vendas ou ofícios, além da tarefa de ler e responder às correspondências, decidir mandados de pagamentos, passar provisões, decidir sobre obras públicas, sobre eleições ou indicações de funcionários e estabelecer providências sobre o comércio de gêneros de primeira necessidade (SILVA, 2000).

A partir da contextualização histórica apresentada, é possível apreender que, durante todo o período colonial, o Senado da Câmara de São João del-Rei se constituiu em uma poderosa instituição e, como consequência das atividades desenvolvidas naquela época, o fluxo informacional entre a Câmara e a corte foi conduzido a partir da produção de diversos tipos de documentos, como atas, acórdãos, ofícios, leis, resoluções, entre outros. O Fundo da Câmara Municipal de São João del-Rei, composto por documentos produzidos entre os séculos XVIII e XIX e outros no início do século XX, constitui-se como um fundo fechado, isto é, não recebe mais acréscimos de documentos, contemplando 92 livros manuscritos e seis pacotes de documentos avulsos.

No Quadro 1 a seguir são apresentadas as dimensões do Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei produzidas pelo Senado da Câmara de São João del-Rei entre 1715 e 1930.

QUADRO 1 – Dimensões do Fundo Arquivo da Câmara de São João del-Rei

ESPECIFICAÇÃO	ACONDICIONAMENTO	QUANTIDADE	M. LIN.
Livros manuscritos	Caixas-arquivo	56 caixas	7,84
Livros manuscritos	Especial	36 volumes (= 8,8 caixas)*	1,24
Documentos avulsos	Maços	6 maços (= 3,14 caixas)*	0,44
Total de m. lin.			9,52

Fonte: Fontes *et al*, 1997.¹⁰

* O número de caixas foi obtido pela divisão dos metros lineares por 0,14, que corresponde ao dorso de uma caixa-arquivo de tamanho médio.

O Fundo Câmara de São João del-Rei (1715-1930) é composto por 95 conjuntos documentais que se encontram relacionados ou descritos nos seguintes textos:

FONTES, L. G.; FIÚZA, M. M. Relação dos Códices de Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei (Séculos XVIII e XIX). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte-FAFICH/UFMG, n. 5, p. 101-147, 1987.¹¹

FONTES, L. G. et al. **Guia de fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei**. [São João del-Rei]: Fundação do Ensino Superior de São João del-Rei, 1997.

HARGREAVES, L. G. F. et al. **Guia de Fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei**. Revisão e adaptação por Galba Di Mambro. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003. 56 p.¹²

DI MAMBRO, G. R. **Inventário do Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003. 39 p.¹³

DI MAMBRO, G. R. **Descrição em nível 3. Série e 3.5 Subsérie, elaborada em conformidade com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)**. Juiz de Fora: 2018. Não publicado. 20 p.¹⁴

É importante evidenciar que, além dos documentos ora apresentados, a dissertação de mestrado de Claudia Resende Silva (2000), embora não se constitua formalmente como um instrumento descritivo, apresenta um levantamento tipológico – no capítulo 3, p. 135-179 – de alguns documentos pertencentes ao acervo do Fundo Câmara de São João del-Rei, representando uma valiosa descrição pela caracterização dos documentos e das definições de certos termos presentes no fundo.

¹⁰ Guia do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei (1715-1930), que, na sua forma original, não apresenta esta tabela, mas sim na sua forma revista editada, em 2003, pelo professor Galba di Mambro Ribeiro.

¹¹ Foi a primeira organização sistemática do fundo, realizada em 1974 (SILVA, 2000, p. 26).

¹² Revisão e adaptação da edição anterior do Guia de Fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei, sem interferência do conteúdo, abrangendo apenas aspectos relacionados à organização e à apresentação.

¹³ Esse inventário foi elaborado a partir da edição do Guia de Fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei, de autoria da Profa. Lucy G. Fontes Hargreaves, edição revista e adaptada por Galba Di Mambro.

¹⁴ Descrição nobadiana elaborada em 2018 para atender às necessidades desta pesquisa.

Em seu levantamento tipológico, Silva (2000) considerou somente os documentos de data mais antiga, em cada série, dentro do período colonial, com as datas-limite entre 1715 e 1852, dado ao propósito da autora de esclarecer o funcionamento da Câmara Municipal de São João del-Rei através de suas origens, a partir dos seus primeiros registros.

É importante esclarecer que a composição do FCMSJDR apresenta documentos múltiplos balizados por Bernardes e Delatorre (2007, p. 14) como “conjunto de itens materialmente indissolúvel ou o resultado de acumulação de vários documentos simples, no decorrer de sua trajetória”. Já documentos simples são definidos como “unidade documental constituída fisicamente por vários itens documentais que não podem ser desmembrados fisicamente, o que constituiria uma mutilação da unidade” (BERNARDES; DELATORRE, 2007, p. 14). São exemplos livro de atas, dossiê, prontuário e processo (DI MAMBRO, 2013).

Com relação à organização desse acervo, em 1974, as professoras Lucy e Marysia, reconhecendo a importância de fontes primárias de informação, iniciaram uma organização sistemática do fundo da Câmara que resultou no instrumento de busca intitulado Relação dos Códices de Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei (séculos XVIII e XIX), publicado em 1987. Esse inventário analítico representa um importante mecanismo de divulgação do acervo (FONTES; FIÚZA, 1987).

A professora Lucy relata que os documentos do Fundo da Câmara de São João del-Rei foram acumulados, inicialmente, pela própria Câmara, como registro e testemunho das ações administrativas da época. Posteriormente, o conjunto de documentos foi preservado por passar a ser visto como de valor histórico. Apesar disso, a documentação manteve-se por um longo tempo junto ao poder municipal, na Câmara Municipal de São João del-Rei (FONTES; FIÚZA, 1987).

Posteriormente, em 1975, a professora Lucy coordenou um trabalho junto aos acervos mineiros e em especial ao acervo da Câmara de São João Del-Rei, o qual foi submetido a uma primeira organização e descrição priorizando a documentação encadernada, deixando para uma segunda fase a documentação composta por documentos avulsos. O trabalho com a documentação teve continuidade em 1995 com uma revisão da organização dos livros encadernados. Foram encontrados 30 volumes que não constavam da primeira listagem. Em 1997 é elaborado o Guia de Fontes do Arquivo da Câmara de São João del- Rei¹⁵.

Como resultado desse trabalho, com base nesse guia, em 2003 duas importantes iniciativas foram concretizadas. O professor Galba Ribeiro Di Mambro, diretor do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, elaborou o Inventário do

¹⁵ HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes *et al.* **Guia de Fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João Del Rei**. [São João del-Rei]: Fundação do Ensino Superior de São João del-Rei, outubro/1997. s.p.

Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei-MG: (1715-1930). No mesmo ano, o professor Galba foi responsável por uma nova edição do mencionado Guia de Fontes de autoria da professora Lucy Hargreaves, com alterações na formatação do texto, mas mantendo o conteúdo original com uma contextualização da nova edição. As duas publicações são resultado dos trabalhos realizados durante a execução do Projeto Resgate Digital da Memória Histórico-Cultural de Minas Gerais: Arquivos das Câmaras de São João del-Rei, Barbacena e Tiradentes¹⁶.

¹⁶ Projeto elaborado pelo Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora e apresentado em outubro de 2001 à FAPEMIG tendo como uma das metas a microfilmagem da documentação do Fundo do Arquivo da Câmara de São João del-Rei, com as parcerias do Arquivo Público Mineiro, do Centro de Estudos Mineiros e da Universidade Federal de Minas Gerais, que se responsabilizaram por outros acervos. A microfilmagem dos documentos da Câmara contou com a colaboração efetiva do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Nacional.

3 ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DA ARQUIVOLOGIA

Este capítulo aborda temáticas que fundamentam o debate em torno dos documentos arquivísticos ou conjuntos documentais. Para tanto, apresenta-se a contextualização histórica da Arquivologia, o conceito de arquivo e o Princípio da Proveniência ou do respeito ao fundo. Por fim, expõe-se a natureza do documento arquivístico, com seus elementos caracterizadores. O entendimento sobre essas temáticas permitirá estabelecer a sustentação para o debate desenvolvido nesta pesquisa sobre a aplicabilidade do modelo conceitual FRSAD, da família FR, como metodologia na identificação de pontos de acesso de assunto para documento arquivístico.

3.1 O contexto histórico da Arquivologia

O arcabouço histórico da Arquivologia enquanto ciência foi delineado a partir da história da humanidade com características específicas. Esse contexto é confirmado por Mendo Carmona (1995) ao revelar que os arquivos são resultado das atividades humanas, razão pela qual sua história é influenciada pelo desenvolvimento social e, portanto, não deve ser contada à parte da História em geral.

Os desdobramentos da história dos arquivos, inicialmente, reportam-se à Idade Antiga, ano de 6000 a.C., com a invenção da escrita, até a Idade Média, 476 d.C., com a queda do Império Romano, quando os arquivos serviam exclusivamente às autoridades. Os arquivos eram considerados como o local onde os documentos eram depositados, e templos e palácios das civilizações antigas eram lugares para a constituição desses depósitos (MENDO CARMONA, 1995).

Os primeiros arquivos desse período já reuniam elementos que vieram a se tornar clássicos e o são até os dias de hoje, entre eles o Princípio da Organicidade, presente nos arquivos de Ebla, na Mesopotâmia, quando foram encontradas placas de argila organizadas em prateleiras de madeira e em salas diferentes, que continham ordens de governo, sentenças, processos judiciais, contas, atos privados que indicavam a existência de uma sociedade bastante organizada. Nessa época, a finalidade do arquivo era a utilização da documentação no contexto administrativo e jurídico, não atribuindo à documentação nenhuma importância histórica (VIVAS MORENO, 2004).

Essa fase, da invenção da escrita até a Idade Média, é considerada por Vivas Moreno (2004) como a fase indutiva e funcional na qual, apesar da presença de procedimentos organizacionais arquivísticos relacionados aos métodos de classificação e organização dos documentos, não havia a presença de uma teoria específica. Posteriormente,

com a queda do Império Romano, a fase indutiva e funcional termina na transformação dos arquivos de responsabilidade pública para propriedade particular.

Essa fase é nomeada como doutrina patrimonial e jurídica, compreendida entre o período do fim da Idade Média e a segunda metade do século XVIII, quando surge o termo “arquivo público”, destinado a conferir “fé pública” aos documentos e a guardá-los quando pertenciam ao Estado (VIVAS MORENO, 2004). Considerada como o período pré-arquivístico, nessa etapa, a documentação era utilizada na afirmação do direito dos Estados sobre os territórios, tornando o arquivo um elemento fundamental para a administração, com a função predominantemente jurídico-política, oferecendo aos soberanos uma documentação útil para a afirmação dos direitos da Coroa e do Estado e para o exercício do poder em seus territórios.

Os arquivos se constituíam como instrumentos de poder, domínio e controle pelas monarquias absolutistas (VIVAS MORENO, 2004). Apesar disso, nesse período, sem contar com princípios teóricos universais, inicia-se uma sistematização de métodos e procedimentos arquivísticos com o desenvolvimento da literatura que compreendia informes e instruções gerais a respeito da prática documental. E, em virtude de uma maior organização territorial e estrutural da administração da época, surgiu uma rede inicial de arquivos. Era necessário conceber um sistema global de organização dos ditos fundos documentais procedentes de numerosas instituições com âmbitos e competências diversos, respeitando sua individualidade (VIVAS MORENO, 2004).

No relato de Cruz Mundet (1996), as origens desse período situam-se em determinadas necessidades de ordem teórico-prática, cuja resposta foi possibilitando a configuração crescente da identidade da Arquivologia como uma ciência específica no âmbito das ciências da documentação.

Em seguida, apontada como da teoria especulativa, período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XX, há a consolidação de princípios e aportes teóricos como o Respeito aos Fundos ou Princípio de Proveniência, conferindo à Arquivística um alcance científico consolidado com a presença de trabalhos sobre descrição, elaboração de instrumentos de pesquisa e criação de legislação referente ao uso e à guarda de documentos arquivísticos (VIVAS MORENO, 2004).

No mesmo período surgem escolas específicas para a formação de profissionais de arquivo, bem como contribuições teóricas para a organização dos arquivos; a valorização dos arquivos como laboratórios da história, além da contribuição de outras áreas, como a diplomática e a paleografia. Na época, os profissionais que atuavam em arquivos possuíam formação em História. O termo “arquivo” apresenta uma nova característica, conferindo-lhe, além da sua função administrativa, a função cultural-histórica até então quase inexistente (VIVAS MORENO, 2004).

Nesse período, em 24 de abril de 1841, foi publicado por Natalis de Wailly um importante manual que introduziu as normas para a organização dos fundos reunidos nos arquivos nacionais franceses, reconhecido internacionalmente como o precursor da gênese da Arquivística como ciência que influenciou Sir Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Theodore Schellenberg, importantes pesquisadores dessa área, a partir da primeira metade do século XX (COOK, 1998).

Em seguida, no ano de 1898, acontece outro grande marco da evolução da Arquivística com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, por Muller, Feith e Fruin, que representa a afirmação da Arquivística como ciência (VIVAS MORENO, 2004). O manual holandês tinha como premissa que a organização dos documentos deveria ser traçada a partir da estrutura do órgão produtor. Inegavelmente, foi uma obra inovadora para a época por ter apresentado a primeira metodologia para o tratamento de documentos em arquivos, apesar de não apresentar questões relacionadas à avaliação e à seleção dos documentos (COOK, 1998).

Em 1922, Hilary Jenkinson publica a obra *A Manual of Archive Administration* contendo as teorias e as práticas de arquivo de acordo com suas experiências. Jenkinson enfatizou o trabalho do arquivista como guardião de evidências, que existe com a finalidade de tornar o trabalho de outras pessoas possível, se preocupou em estudar o valor dos documentos de ordem administrativa e, posteriormente, documentos de valor de prova, enfatizando as características de organicidade, imparcialidade, unicidade e autenticidade (COOK, 1998).

Dessa forma, Jenkinson despertou o interesse sobre os problemas de avaliação documental, que serviu como insumo necessário às teorias norte-americanas relacionadas ao ciclo de vida documental. Esses aspectos pontuados dizem respeito à corrente de pensamento arquivístico tradicional (COOK, 1998).

Finalmente, o período da Arquivística atual, nomeado como Arquivística integral, inserida na sociedade do conhecimento, propicia ao arquivo um especial desenvolvimento tanto em princípios conceituais como em aplicação prática, reunindo influências de uma dupla tradição: a europeia, através da consolidação do Estado, e a de ideologias modernas e políticas surgidas no século XIX atreladas à propagação e ao extraordinário crescimento das organizações modernas. O que obrigava a Arquivística a se expandir para o gerenciamento administrativo devido à necessidade e ao tratamento informacional apropriado da documentação administrativa gerada (VIVAS MORENO, 2004).

Observa-se uma transformação conceitual considerável do objeto arquivístico, a informação, superando as preocupações meramente históricas para alcançar uma concepção global do documento, suscitando a pensar no arquivo como um sistema de informação (VIVAS MORENO, 2004). Na reflexão do autor, além de peculiaridades

específicas de grande consistência teórica existentes na arquivística clássica, as novas propriedades documentais requerem métodos de trabalho mais completos, embora tais situações mereçam uma consideração: a metodologia de todos engloba o chamado processo de informação-documentação. Há, sem dúvida, uma ampliação do campo de atuação da arquivística.

O século XX trouxe avanços significativos e novas preocupações, resultando, no âmbito da Unesco, na criação do Conselho Internacional de Arquivo (CIA), em 1950, contribuindo para o alargamento de debates sobre os fundamentos da Arquivologia. Observa-se que o termo “arquivo” bem como sua função estão suscetíveis à evolução do significado do documento no contexto social que propicia quais serão as funções a serem realizadas para seu tratamento e seu armazenamento (VIVAS MORENO, 2004).

No Brasil, assim como ocorreu com a evolução histórica da Arquivística pelo mundo, sua formação é muito próxima com a história do país, tendo como ponto de partida a criação do Arquivo Público do Império, em 1838, criado no centro do processo de construção do Estado com a finalidade, sobretudo, de subsidiá-lo na sua ação administrativa e na ordenação jurídica da nova sociedade. O Arquivo Público do Império tinha como objetivo principal a guarda e a preservação da documentação legislativa, administrativa e histórica do Estado brasileiro (COSTA, 2000).

Em 1893, o Arquivo Público do Império passa por uma reestruturação e tem seu nome alterado para Arquivo Público Nacional. Entre as mudanças políticas decorrentes dessa transição, uma que interfere diretamente nas ações do Arquivo Público Nacional é a de fornecer informação do governo para qualquer cidadão da República, antes limitado apenas aos poderes da sociedade imperial (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

No ano de 1911, seu nome é alterado, novamente, para Arquivo Nacional (AN), como é conhecido hoje e, entre outras mudanças, começa a ofertar os primeiros cursos de capacitação para a organização de arquivos, somente para os servidores públicos, visando à qualificação destes a fim de otimizar as atividades administrativas públicas e servir como base para a oferta de novos cursos (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

No entanto, é apenas na década de 1950 que a arquivística brasileira passa, efetivamente, a tomar mais consistência, com atividades dirigidas pelo Arquivo Nacional justamente com o objetivo de capacitar profissionais ligados à teoria. Nesse período, que compreende as décadas de 1950 e 1960, o Arquivo Nacional foi dirigido por José Honório Rodrigues, um historiador, responsável por promover e executar a importação de teorias arquivísticas e a aproximação do Brasil com instituições e práticas estrangeiras, bem como estruturar as condições internas da prática arquivística, atividades essas que são consideradas como marco para o desenvolvimento da arquivística brasileira (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Do início da República até a década de 1960, são implantados 11 arquivos estaduais demonstrando a ampliação e a regionalização das práticas arquivísticas brasileiras. No entanto, os arquivos no Brasil não contavam com legislações apropriadas, ficando suscetíveis às ações isoladas para o tratamento dos arquivos. Em 1960 é promulgado o Decreto nº 48.936 (BRASIL, 1960) que cria um Grupo de Trabalho para estudar os problemas dos arquivos no Brasil e a transferência do Arquivo Nacional para Brasília¹⁷ (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Posteriormente, em 1970, a arquivística ganha aliados essenciais para sua afirmação enquanto área de conhecimento no contexto brasileiro, a começar pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, através da mobilização de profissionais de variadas áreas, com atuações voltadas aos trabalhos arquivísticos os quais promoveram debates, mesas-redondas, seminários e outros eventos que objetivavam movimentar as discussões referentes aos arquivos no Brasil, resultando, em 1972, na organização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia e colocando em circulação a *Revista Arquivo & Administração*, especializada em arquivos (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Além dos eventos, o passo inicial para a formação de profissionais arquivistas com qualificação foi dado através da criação do primeiro curso de Arquivologia em nível superior, no Brasil, ofertado em 1973 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). A partir daí outros cursos de graduação em arquivologia foram surgindo (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Em 1975 assiste-se a um crescimento de centros de documentação, centros de memória e centros de referência nos quais os arquivos históricos voltam a ter a valorização que lhes é pertinente. Em 1978, com a promulgação do Decreto nº 82.308 de 25 de setembro de 1978 (BRASIL, 1978), é instituído o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR), o qual se torna efetivo somente em 1994 com a promulgação do Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994 (BRASIL, 1994), que dispõe sobre a competência, a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)¹⁸ e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)¹⁹.

Na década de 1990 aconteceram expressivas movimentações na arquivística brasileira. Em 1991 foi promulgada a Lei nº 8.159 (BRASIL, 1991), conhecida como a Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional brasileira de arquivos públicos e privados,

17 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48936-14-setembro-1960-388357-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

18 Órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos e busca definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

19 Possui a finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-sinar.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

regulamenta a estruturação dos arquivos dos poderes municipais, estaduais e federal, no âmbito público, determina o funcionamento dos arquivos privados e regulamenta a declaração de interesse público para arquivos privados (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Em decorrência do avanço das tecnologias de comunicação, em 1995 o CONARQ cria a Câmara Técnica de Gestão de Documentos Eletrônicos (CTDE), órgão responsável pela elaboração das diretrizes para a gestão e a preservação de documentos arquivísticos no Brasil, com vistas a apoiar a implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e em 2007 é criado o e-Arq, que dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos.

Em seguida, outras importantes leis foram aprovadas: a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação pública, e a Lei nº 12.528/2011, que tem a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988, conhecida como Comissão Nacional da Verdade, fazendo do Arquivo Nacional seu maior parceiro no levantamento de informações sobre o período. A Lei nº 12.528/2011 representa um avanço para a democracia brasileira no sentido da apropriação informacional dos cidadãos no controle da gestão pública e do estabelecimento de que o acesso é regra e o sigilo é exceção (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Concomitantemente às promulgações de importantes legislações, em 2011 é organizada a I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ), a qual representou um marco na formulação de políticas arquivísticas no Brasil cuja temática – “Por uma política nacional de arquivos” – teve como finalidade ampliar o debate em torno de questões relacionadas a arquivos as quais pudessem garantir a construção de um processo democrático e a reflexão da diversidade arquivística brasileira (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Em 2017, o Arquivo Nacional realiza, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Semana Nacional de Arquivos com a participação de 150 instituições por todo o país, visando ampliar a visibilidade dos arquivos e seu reconhecimento como equipamento cultural. Tal iniciativa foi a primeira ação do Plano Setorial de Arquivos (2016-2026), aprovado no Conselho Nacional de Política Cultural a ser executado pelo Estado brasileiro (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Percebe-se que a compreensão de uma determinada área do conhecimento, de como ela se estrutura e se organiza, através de debates e discussões, é importante para a evolução da área.

3.2 O conceito de “arquivo”

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA), órgão de referência internacional para profissionais e pesquisadores da área da Arquivologia, apresenta a definição de “arquivo” como:

O conjunto de documentos de qualquer data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica ou por qualquer organismo público ou privado no exercício de suas atividades, conservados por seus criadores ou sucessores para suas próprias necessidades ou transferidos a instituições arquivísticas. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016).

O manual arquivístico mais antigo do mundo, *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, publicado pelos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, em 1898, define “arquivo” como:

Um conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13).

Na visão de Schellenberg (2006, p. 41), arquivos são:

[...] documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

Ressalta-se que, para Schellenberg (2006), documentos em fase corrente e intermediária não se constituem arquivos, incluindo apenas documentos arquivísticos de valor permanente. Tal abordagem é de origem anglo-saxônica e não é admitida no Brasil nem no Canadá, considerando arquivos as três etapas do ciclo de vida dos arquivos (corrente/intermediária/permanente), etapas essas que serão explicadas mais adiante.

Na perspectiva de Duranti (1992), ao analisar a abrangência do termo “arquivo” em vez da ambiguidade, considera que na origem da palavra grega é possível compreender esse termo com o significado de corpo documental, lugar e funcionário. A autora afirma que o termo grego *archeion* significa ao mesmo tempo palácio de governo, administrador geral, gabinete do magistrado, serviço de arquivos, documentos originais, repositório para documentos originais, autoridade.

A polissemia presente no termo “arquivo” é discutida por vários pesquisadores do campo da Arquivologia, entre eles Silva (2016) que, a partir de uma perspectiva histórica, relata que a definição de “arquivo” como um lugar público de conservação foi concebida na

Antiguidade clássica e pelo Código de Justiniano²⁰. Na época, o lugar, de acordo com a jurisprudência, incluía o próprio lugar público de conservação, os documentos ali custodiados e o responsável pela custódia.

Em sua obra, Casanova (1928) ressaltou a dificuldade da diferenciação entre o material (conteúdo) do móvel (contendo) ser resultado da origem dos vocábulos gregos (*archeion e archein*). O autor avalia que, para definir arquivos, o elemento principal é o conteúdo, ou seja, os documentos:

O conteúdo, ao contrário, qualquer que seja o recipiente que o envolve, é sempre o mesmo, ele conserva a mesma inalterabilidade, a mesma estabilidade através do tempo e do espaço, e nos oferece, portanto, a única base sob a qual repousa a nossa definição e a nossa doutrina. (CASANOVA, 1928, p. 12).

O posicionamento anterior é compartilhado por Paes (2007) quando menciona que a palavra “arquivo” não tem sua origem definida, podendo ter surgido na Antiga Grécia como *arché* e, posteriormente, evoluído para *archeion*, que seria composto de dois elementos: *arkhaios*, antigo, e *epo*, dispor, ter cuidado, e deu origem em latim a *archivum*.

Sob a análise de Heredia Herrera (1991), “arquivo” é um ou mais conjuntos de documentos seja qual for sua forma ou suporte material, acumulado em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no decorrer da sua gestão, conservado, respeitando a ordem de produção, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produzem, para os cidadãos ou para servir como fontes de história. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 27) aponta quatro definições para o termo “arquivo”:

1. Conjunto de documentos, que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.
2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição.
3. Edifício onde são guardados os arquivos.
4. Móvel destinado à guarda de documentos.

Na legislação brasileira, a definição de “arquivo” encontra sua melhor representação no texto da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados:

Art. 2 - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

²⁰ Na Roma Antiga, o Código Justiniano prescrevia que os documentos fossem guardados em arquivos a fim de preservar a memória contínua e não deturpada das ações e de garantir sua “fé pública” ou veracidade (DURANTI, 1992).

Diante do exposto, a definição do termo “arquivo” pode ser apontada como conjunto de registros documentais, independentemente da data, da forma e do suporte, produzidos por qualquer instituição pública ou privada ou pessoa, como resultado do exercício de suas funções e atividades.

3.3 O Princípio da Proveniência ou do respeito ao fundo

Os subsídios teórico-metodológicos adotados pela comunidade de arquivistas são sustentados pelo Princípio da Proveniência cujo entendimento é de fundamental importância, uma vez que está diretamente relacionado à estrutura e às atividades da entidade produtora/acumuladora de documentos.

Entretanto, antes do esclarecimento sobre o Princípio da Proveniência, faz-se necessária uma explanação sobre fundo arquivístico, uma vez que esse princípio está sedimentado na finalidade de reunir os documentos por fundo de arquivo, ou seja, propõe o agrupamento de documentos produzidos por uma mesma instituição ou pessoa sem que se misturem a outros documentos de outras instituições ou pessoas.

Na visão de Rousseau e Couture (1998, p. 91), os atos de produção e acumulação são vistos como fatores centrais para a definição de fundo considerados como o resultado de um processo natural do produto de atividades claramente definidas e estabelecem que o fundo de arquivo consista em “um conjunto de peças documentais que independentemente da sua natureza são reunidos orgânica ou automaticamente, seja por um corpo administrativo ou por pessoas físicas ou jurídicas”.

Cook (2017, p. 24) considera fundo de arquivo como o conjunto de documentos produzidos por pessoas físicas e jurídicas e instituições, no exercício de suas funções e atividades, independentemente da forma ou do suporte, reunidos organicamente. Contudo, ressalta que o simples ato de produzir documentos não define necessariamente um fundo, reconhecendo que a definição inclui o “uso” à dimensão de produção dos corpos orgânicos de documentos ainda que a ideia de “produção” seja a principal para o conceito de fundo e complementa:

[...] um fundo envolve duas questões: um produtor (entidade coletiva ou indivíduo) e um sistema de arquivamento de documentos relacionados entre si e que se ambos existirem independentemente e demonstrarem alguma continuidade ao longo do tempo, então toda a acumulação física de documentos produzida pelo produtor (como séries, dossiês/processos e/ou itens) pode ser identificado como um fundo. (COOK, 2017, p. 24).

Desse modo, o contexto administrativo em que a produção ocorreu, a natureza da função exercida que levou à criação dos documentos e o controle exercido sobre o

sistema de arquivamento são outros fatores relevantes que incidem, para a constituição central do conceito de fundo, o Princípio da Proveniência.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, s.d., p. 97) define fundo de arquivo como “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo”. Percebe-se que no dicionário o conceito de fundo de arquivo é apresentado como sinônimo do termo arquivo, considerando a mesma definição para ambos. Mas é na publicação de Bellotto (2006) que se encontra uma definição de fundo de arquivo mais precisa:

[...] conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p. 128).

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 98), o fundo pode ser aberto “[...] ao qual podem ser acrescentados novos documentos em função do fato da entidade produtora continuar em atividade” ou fechado “[...] que não recebe acréscimos de documentos em função da entidade produtora não se encontrar mais em atividade”. Com relação à identificação de um fundo arquivístico, Bellotto (2006) relata a exigência do conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências dos órgãos produtores da documentação, tornando possível o levantamento dos conteúdos dos documentos.

O termo “identificação” na literatura arquivística surgiu como uma possibilidade metodológica definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 104) como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual.”

É importante ressaltar que o processo de identificação, citado por Bellotto (2006), é considerado na arquivologia como uma metodologia importante para a identificação de fundo arquivístico. A identificação, como atividade intelectual, tem como finalidade estudar o órgão produtor e os documentos produzidos no exercício de suas atividades, estabelecida por Duchein (1992, p. 3-4) a partir de cinco critérios básicos:

- 1) Para produzir um fundo de arquivo, no sentido que o arquivista dá a este termo, um organismo, seja público ou privado, deve possuir um nome e uma existência jurídica própria resultante de uma ata, lei, decreto etc. preciso e datado.
- 2) Deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto tendo valor legal e regulamentar.
- 3) A sua posição no seio da hierarquia administrativa deve ser definida com precisão pela ata que lhe deu origem, em particular, a sua subordinação a outro organismo de nível mais elevado deve ser claramente conhecida.
- 4) Deve ter chefe responsável, beneficiando do poder de decisão correspondente ao seu nível hierárquico, ou seja, ele deve tratar dos

trabalhos da sua competência sem tê-los que submeter automaticamente por decisão a uma autoridade superior.

5) A sua organização interna deve, tanto quanto possível, ser conhecida e fixada num organograma.

Assim como é para o reconhecimento de fundos, Mendo Carmona (1995) confirma que a metodologia da identificação é a melhor ferramenta para aplicar na investigação das características dos elementos envolvidos na gênese de fundo arquivístico: o respeito à proveniência, entendido como o sujeito produtor ou o organismo que produziu e/ou acumulou o fundo e o respeito à organicidade, compreendido como os documentos produzidos que na sua totalidade e compostos em agrupamentos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.

Portanto, é impossível conceber, e menos ainda identificar, um fundo sem ter uma clara compreensão da natureza, do âmbito e da autoridade do produtor dos documentos envolvidos. As percepções aqui mencionadas sobre o produtor dos documentos são nomeadas como o Princípio da Proveniência, definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 136) como “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também denominado princípio do respeito aos fundos”.

Para Bellotto (2002a, p. 20), o Princípio da Proveniência se apresenta como elemento fundamental para a arquivologia entendido pela autora como “o marco principal da diferença entre a arquivística e as outras ‘ciências’ provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada”. Já na reflexão de Duchein (1992), o Princípio da Proveniência consiste em deixar os documentos agrupados, sem misturá-los com outros documentos de outros arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física, e sua aplicabilidade está subordinada ao conhecimento prévio do conceito de fundo de arquivo.

Cook (2017) relata que é quase unânime a concordância entre os arquivistas de que o Princípio da Proveniência preserva a natureza orgânica de arquivos como prova de transações. Por meio dessa adesão, o caráter probatório dos arquivos fica protegido, uma vez que os documentos inerentemente refletem as funções, os programas e as atividades da pessoa ou da instituição que os produziu.

Heredia Herrera (2003) defende que o Princípio da Proveniência proporciona especificidade aos arquivos por ser o “[...] primeiro, principal, natural e princípio geral da Ciência Arquivística [...]”. Em sua visão, esse princípio impõe a organicidade dos fundos e dos arquivos de forma a agrupar de maneira “natural” os documentos.

Sobre as finalidades do Princípio da Proveniência, Rousseau e Couture (1998, p. 84) destacam:

1. Garantir a integridade administrativa dos arquivos;
2. Garantir pleno valor de testemunho dos documentos;
3. Entender a natureza dos documentos e tratá-los de acordo;
4. Garantir as particularidades de funcionamento do organismo a que eles dizem respeito;
5. Garantir ao arquivista considerar grandes conjuntos de documentos em vez de documentos isolados, criando conjuntos mais fáceis de gerir;
6. Favorecer a recuperação da informação;
7. Maximizar o processo de gestão de arquivos;
8. Eliminar qualquer possibilidade de dispersão dos documentos correntes, intermediários ou de arquivos permanentes.

Dessa maneira, o Princípio da Proveniência é fundamentado na intenção de reunir os documentos por fundo de arquivo propondo o agrupamento de documentos que possuem origem de uma mesma instituição, família ou pessoa sem misturar com documentos de outras origens determinando a delimitação externa do fundo e da sua organização interna, preservando a organicidade e o valor de prova dos documentos.

3.4 A natureza do documento arquivístico

Para esta pesquisa, na busca de um rigor terminológico, será adotado o termo “documento arquivístico” respaldado no trabalho de Rondinelli (2011, p. 142), que apresenta fundamentos para a utilização desse termo ao relatar que:

[...] o uso do termo “documento de arquivo” é comum no cenário arquivístico dos países de língua latina, entre os quais o Brasil se insere. Já o termo documento arquivístico (archival document ou record) é próprio dos países de língua inglesa. Tal realidade por si só já justificaria a opção por documento de arquivo [...]. Ocorre, porém, que, no nosso entendimento, o adjetivo “arquivístico” identifica mais adequadamente a entidade em questão na medida em que lhe atribui uma qualidade, ou seja, a entidade é arquivística. E por que o é? Por sua própria natureza, ou melhor, porque é produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica. Já o termo documento de arquivo possui mais uma conotação de lugar, ou seja, o documento está no arquivo. E por quê? Porque ali foi colocado.

Anteriormente à apresentação das especificidades presentes nos documentos arquivísticos, faz-se necessário expor algumas definições desse tipo de documento, iniciando pela síntese de conceitos a partir de clássicos da Arquivologia, apresentadas e sintetizadas por Rondinelli (2011) no Quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 – Síntese do conceito de documento arquivístico a partir dos autores clássicos

AUTORES	ANO	TERMO ADOTADO	IDEIAS CENTRAIS
Associação dos Arquivistas Holandeses	1898	Arquivo	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas • Organicidade • Forma documental • Anexos
Jenkinson	1922	Arquivo	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas • Organicidade (implícita) • Imparcialidade • Autenticidade • Forma documental • Anexos • Custódia ininterrupta • Uso pelo órgão produtor • Preservação
Casanova	1928	Arquivo	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas • Organicidade (implícita) • Ordenação • Uso pelo órgão produtor • Uso secundário
Cencetti	1937	Arquivo	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas • Organicidade (implícita) • Uso pelo órgão produtor
Brenneke	1953	Arquivo	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos arquivos: pessoas físicas e jurídicas • Organicidade (implícita) • Evidência
Schellenberg	1956	Documento arquivístico (record) Arquivo (archives)	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza dos arquivos: pessoas jurídicas e intervenção do arquivista • Organicidade (implícita) • Evidência • Seleção • Uso secundário

Fonte: Rondinelli, 2011, p. 168.

Rousseau e Couture (1998) relatam que os documentos arquivísticos apresentam traços particulares que os distinguem dos demais documentos ao conterem informação e, independentemente da data, forma ou suporte, são produzidos e recebidos por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício de suas atividades. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) estabelece o termo “documento” como uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”.

Documento arquivístico corresponde à “informação registrada, independentemente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das

atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades” (BRASIL, 2005, p. 7).

Bernardes e Delatorre (2007, p. 67) estabelecem “documento arquivístico” como “registros de informação, em qualquer suporte, inclusive o magnético ou óptico; produzidos ou acumulados por uma pessoa ou organização pública ou privada, no exercício de suas funções e atividades [...]” (BERNARDES; DELATORRE, 2007, p. 4).

Schellenberg (2006) apresenta uma definição de “documento de arquivo” que amplia os conceitos clássicos do arquivo como instituição tradicionalmente custodiadora de documentos em papéis resultantes das atividades de instituições administrativas públicas ou privadas e de pessoas, ao apresentar outros formatos informacionais como documentos de arquivos:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Na concepção de Duranti (1992, p. 2), documento arquivístico, denominado pela pesquisadora como registros documentais, é “qualquer documento criado, produzido ou recebido e reservado para uma ação, por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade como um instrumento ou subproduto de tal atividade”, ou seja, é concebido como prova de uma ação.

Semelhante a esse posicionamento, no sentido de destacar o contexto, Bellotto (2006, p. 36) considera o documento arquivístico a partir da sua criação ou proveniência ao revelar que sua origem e função pela qual um documento é criado é o que vai determinar seu uso e a razão da sua origem e emprego com a finalidade de “informar com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado”.

Na visão de Bellotto (2002a, p. 36), o sentido dos arquivos evidencia-se na sua especificidade, que reside justamente no caráter probatório e testemunhal de seus conjuntos documentais:

A prova testemunhal de alguma coisa, produzido (*sic*) por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais, independentemente do suporte, e apresentam conceitos e funções diferentes de acordo com a atuação dos profissionais e da evolução das diferentes áreas.

Complementando, no sentido de caracterizar o valor probatório dos documentos arquivísticos, Bellotto (2014, p. 4-5) afirma que:

Documento arquivístico, para além de ser informação, é sempre presunção de prova. Por ele, de certa forma, se “eternizam” os registros decorrentes do funcionamento e das atividades de uma entidade pública ou privada, demonstrando que aconteceram e como. Após o cumprimento das razões pelas quais foram produzidos, eles tramitaram e produziram efeitos durante sua vigência e validade. Foram classificados e guardados (seja de forma tradicional ou virtual) nos arquivos correntes. Foram submetidos aos prazos estabelecidos pelas tabelas de temporalidade, podendo ser destruídos ou podendo ser preservados. Se preservados foram integrados para efeitos de testemunho aos arquivos permanentes, repartindo-se entre seus respectivos conjuntos, aí denominados fundos (repito, de forma física ou virtual).

Na compreensão de Camargo (1996, online), documento arquivístico é estabelecido como:

[...] o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor.

Com relação às características, a principal que configura um documento arquivístico é o vínculo original que todos os documentos devem possuir com a entidade produtora e com os demais componentes do conjunto documental produzido no mesmo contexto. Conforme a explicação de Bellotto (2010, p. 161):

A indissolubilidade entre a informação, o meio documental no qual ela está vinculada, o suporte, a proveniência e, sobretudo, o vínculo entre os documentos do mesmo contexto genético, é um dos pilares da doutrina arquivística.

O vínculo original ou organicidade, segundo Bellotto (2002b), reflete a estrutura, as funções e as atividades do produtor/acumulador em suas relações internas e externas produzidas por uma entidade e/ou pessoa. É considerada como a característica central dos documentos arquivísticos. E complementa: “Na feliz expressão de Luciana Duranti, é o vínculo arquivístico que transforma o documento em um verdadeiro documento de arquivo” (BELLOTTO, 2014, p. 332).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 127) apresenta organicidade como “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. Documentos arquivísticos não são documentos independentes ou isolados, pelo contrário, eles possuem uma relação sólida com seus produtores e com as funções para as quais foram criados.

Duranti (1992) revela que os registros documentais – documentos arquivísticos – são selecionados e mantidos por causa de seus valores, sendo sua principal característica o que o distingue dos demais documentos, as circunstâncias da sua origem, independentemente do seu suporte e conteúdo, que fornece informações produzidas dentro da organização que os originou. No sentido de destacar o contexto, Duranti (1992) aponta a

importância da organicidade, nomeada pela autora como inter-relação, como a base da organização arquivística e como influência substancial do processo de representação dos documentos arquivísticos definida pela pesquisadora como:

Esse inter-relacionamento é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado “com outros, tanto dentro quanto fora do grupo do qual está preservado e [...] seu significado depende dessas relações”. As relações entre os documentos, e entre eles e as transações das quais são resultantes, estabelecem o axioma de que um único documento não pode se constituir em testemunho suficiente do curso dos fatos e atos passados: os documentos são interdependentes no que toca a seu significado e sua capacidade comprobatória [...]. Na verdade, os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos. (DURANTI, 1992, p. 52).

Dessa forma, os documentos estão ligados entre si por um elo criado no momento no qual são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção. Este é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, seu significado, sua confiabilidade e sua autenticidade.

Com diversas finalidades, sendo a principal fonte de informação, de acordo com Duranti (1992), os registros documentais representam um tipo de conhecimento único: o de serem utilizados como instrumentos e provas para conclusões e inferências sobre aquelas atividades. Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e consequências e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é plenamente explorada no nível teórico pela diplomática e no nível prático por numerosas normas e princípios arquivísticos.

Ao descrever o caráter contextual e a manutenção do valor probatório do documento arquivístico, Duranti (1992) aponta cinco características, descritas no Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3 – Características do documento arquivístico

Imparcialidade	Os documentos são inerentemente verdadeiros. A autora se apropria, nesse momento, da concepção do arquivista inglês Hilary Jenkinson para reforçar seus argumentos. As razões de sua produção e as circunstâncias de sua criação asseguram o caráter de prova de fidedignidade aos fatos e às ações.
Autenticidade	Os documentos são autênticos porque são criados mediante a necessidade de agir através deles como garantia para futuras ações ou para informação. São mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.
Naturalidade	Os documentos surgem de acordo com o curso dos atos e das ações de uma administração.
Inter-relacionamento	Cada documento está intimamente relacionado com outros tanto dentro quanto fora do fundo no qual está preservado e seu significado depende dessas relações. O documento tomado na sua individualidade não é um testemunho completo dos atos e das ações que o geraram, mas é na relação que se estabelece com outros documentos e com a atividade da qual é resultado que lhe são dados significado e capacidade probatória.
Unicidade	Provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. Registro consiste em um documento e suas relações com seu contexto administrativo e documental.

Fonte: Duranti, 1992. (Adaptado pela autora)

Observa-se que as cinco características descritas no Quadro 3 são provas confiáveis das ações e devem essa confiabilidade às circunstâncias de sua criação e à necessidade de prestar contas. Independentemente da tradição e das escolas de pensamento, o arquivo é sempre entendido como um conjunto de documentos. Pode-se afirmar, em síntese, que os documentos arquivísticos se caracterizam por sua capacidade probatória por serem, essencialmente, fonte de prova e por possuírem sentido apenas se inseridos no seu contexto de produção.

4 ABORDAGEM TEÓRICA DA REPRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Documentos arquivísticos se constituem em fontes informacionais importantes produzidas por instituições públicas ou privadas ou pessoas, em decorrência das suas atividades, com valor administrativo, patrimonial, social ou histórico. Dessa forma, o ato de representar a informação em arquivos tem por objetivo fundamental mediar a informação que integra os documentos arquivísticos e os usuários de arquivos.

Sobre a representação, Lourenço (2005) afirma que é no mundo real que as informações são procuradas e alcançadas, mas, por se encontrarem de maneira informal e expressas em linguagem natural, precisam de um tratamento adequado, sendo necessário que sejam organizadas, descritas ou representadas. Para a autora, representar refere-se a [...] “um conceito associado tanto à descrição de aspectos que identificam fisicamente os documentos (catalogação) quanto ao processo/produto da condensação de conteúdo (indexação)” (LOURENÇO, 2017, online).

O termo “representar” é reconhecido pela comunidade da Arquivologia se constituindo em um processo importante e admitido pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) com a função de fornecer acesso aos documentos pertencentes a um fundo, grupo, série ou item documental. Ele consiste na:

Elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo. (BRASIL, 2000, p. 14-15).

Campos (2006, p. 20) relata que o processo de representar documentos arquivísticos é importante em um arquivo por assegurar a compreensão do acervo, reconhecida como um processo que “permite o tratamento da informação do patrimônio documental de uma instituição”.

A espécie documental, os nomes dos órgãos de origem/destino da documentação, de pessoas citadas, datas, citando os mais comuns, têm especial interesse na recuperação da informação. Por isso, quando se fala de descrição arquivística, pensa-se logo, na maioria das vezes, em representação de aspectos objetivos, isto é, aspectos descritivos (CAMPOS, 2006).

Bellotto (2006) também faz menção à representação do documento arquivístico ao informar ser necessário estabelecer um elo entre a indagação do pesquisador e sua solução.

Nesta seção, pretende-se compreender melhor os conceitos e os instrumentos relacionados à representação do documento arquivístico por se tratarem de recursos informacionais significativos que possibilitam a identificação e a recuperação dos

documentos em arquivos. Para tanto, apresentam-se os delineamentos conceituais da descrição arquivística. Posteriormente, será apresentada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), que estabelece diretrizes, no Brasil, para a descrição de documentos arquivísticos. Por fim, são contextualizados os principais tipos de instrumentos de pesquisa adotados em arquivos.

4.1 A descrição arquivística

Considerada como recurso basilar da representação de documentos arquivísticos, a descrição arquivística proporciona possibilidades de busca e recuperação da informação em arquivos, como destacam Rousseau e Couture (1998). Os autores relatam que a descrição é tratada como um processo fundamental, representada por um conjunto de procedimentos que visam à identificação dos documentos e à elaboração de instrumentos de pesquisas ou meios de representar e localizar os documentos arquivísticos.

Heredia Herrera (1991) argumenta que a descrição, indiscutivelmente, é a forma adotada pelo arquivista para obter informações contidas nos documentos e disponibilizá-las aos usuários. De acordo com a autora, “os instrumentos de descrição são as representações dos documentos ou de suas agrupações, desde que os transformem mediante uma forma distinta do original” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 299).

Dessa forma, a descrição trata da representação da informação arquivística para acesso, uso e elaboração de instrumento que visem à recuperação da informação orgânica e registrada. Heredia Herrera (1991, p. 300) ainda estabelece a definição de descrição afirmando que:

[...] é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, com o objetivo de sintetizar e condensar a informação neles contida para oferecê-la aos interessados. Ela é a ponte que comunica o documento com os usuários. Na cabeceira da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices. [...] não inclui apenas a análise de documentos: de seus tipos, tanto diplomáticos quanto jurídicos, de seus conteúdos, o local e a data de sua escrita e seus caracteres externos, mas também os dados para sua localização. A descrição é necessária tanto em um arquivo administrativo como em um arquivo histórico [...], é o meio usado pelo arquivista para obter as informações contidas nos documentos e fornecê-lo aos usuários.

Na interpretação de Yakel (2003, p. 2), a representação do documento arquivístico é fundamentada nos procedimentos de arranjo e descrição com a finalidade de “capturar com mais precisão o trabalho do arquivista em (re)ordenar, interpretar, criar substitutos e projetar arquiteturas para sistemas representacionais ou representar materiais

arquivísticos”. Ambos os processos de arranjo²¹ e de descrição, com a criação de ferramentas de acesso (guias, inventários, sistemas de banco de dados), são considerados procedimentos interativos, dinâmicos e inter-relacionados (YAKEL, 2003).

Duranti (1992, p. 47) expressa uma definição de descrição:

A palavra “descrição” vem do latim *descriptio*, com o sentido de cópia, desenho, traço, delimitação ou classificação. O substantivo latino *descriptio* origina do verbo *describere*, que significa transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, atribuir a classes. Etimologicamente, o descritivo deriva da preposição *de* e do verbo *scribere*, que significa “escrever sobre”. Assim, o termo “descrição arquivística” significa literalmente escrever sobre material de arquivo e abraça as ideias de representação, identificação e organização.

Com a intenção de caracterizar, resumidamente, o conceito de descrição a partir de outros trabalhos revisitados pela autora, Duranti (1992, p. 48) apresenta três características sobre a atividade de descrever:

- (1) um processo de análise, identificação e organização;
- (2) propósitos de controle, recuperação e acesso; e
- (3) um produto final que ilustra o material de arquivo, seu contexto documental, suas inter-relações e as maneiras pelas quais ele pode ser identificado e usado.

A descrição arquivística, concebida como um instrumento importante de representação da informação em arquivos, tem como finalidade, segundo a ISAD(G) (BRASIL, 2000, p. 11):

[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados.

Destaca-se que a Nobrade (BRASIL, 2006) não apresenta definições sobre os termos “representação” e “descrição”. Na definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 67), “descrição” é definida como: “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”.

A descrição é determinada como “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 23). Afirmação essa corroborada por Bellotto (2006, p. 179) quando afirma que a descrição é “a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores” e complementa informando que a descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes, não competindo esse processo aos arquivos correntes e intermediários.

²¹ “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo (1) ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (BRASIL, 2005).

Para Bellotto (2006), a descrição dos arquivos permanentes é correspondente aos códigos de classificação que condizem com a referência para a recuperação da informação em arquivos correntes e intermediários. Visando a um melhor entendimento sobre arquivo permanente, cumpre apresentar, ainda que rapidamente, o conceito do ciclo de vida do documento, nomeado como ciclo vital dos documentos, que compreende três fases: corrente, intermediária e permanente.

A fase corrente é quando o documento está em plena atividade ou uso funcional, sendo utilizado constantemente. Portanto, deve ser mantido junto aos agentes responsáveis pela execução das atividades pela razão de sua vigência ou da frequência com que são consultados (BELLOTTO, 2006).

Na segunda fase, nomeada de fase intermediária, o documento não possui uso funcional, mas deve ser mantido em função de aspectos relacionados à atividade dele decorrente. Geralmente, é submetido a uma tabela de temporalidade que definirá se será descartado ou armazenado permanentemente (BELLOTTO, 2006).

Finalmente, na terceira e última fase do ciclo dos documentos, temos a fase permanente, na qual a atividade funcional foi concluída e, com os prazos legais já cumpridos, permanece o conjunto de documentos em função do seu valor probatório ou de fonte histórica. Sendo as funções principais de um arquivo permanente “o recolhimento, a custódia, a preservação e a organização de documentos gerados pelo governo, de forma que sejam úteis à administração, aos cidadãos e à historiografia” (BELLOTTO, 2006, p. 27).

No argumento de Jardim (1995, p. 3), os arquivos permanentes possuem a função de armazenar documentos produzidos por instituições públicas e se justificam sob dois aspectos: “[...] de um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos”.

Schellenberg (2006, p. 186) evidencia três tipos de utilização para os arquivos permanentes: “a) mostrar a história da organização em causa; b) responder a questões técnicas relativas às suas operações; e c) atender a possíveis necessidades eruditas de informação que esteja incidental ou acidentalmente contidas nos documentos”. Paes (2007) e Bellotto (2014) afirmam que os propósitos de arquivos são servir à administração e, no decorrer do tempo, se constituem como fonte histórica, conhecidos como arquivo permanente ou ainda denominados por Bellotto (2016) como “fundo”.

Após breve reflexão sobre o ciclo vital dos documentos arquivísticos, pode-se relatar o posicionamento de Bellotto (2006) e Paes (2007) ao considerarem que a descrição é um procedimento específico para arquivos permanentes, tendo em vista que o arquivo permanente tem como função recolher a documentação presente no arquivo intermediário

com a finalidade de manter os conjuntos de documentos para uso histórico-probatório ou puramente informacional.

A descrição na fase permanente é responsável por apresentar ao usuário a lógica de organização do fundo e por evidenciar o contexto e o conteúdo. Tornando evidente, dessa forma, que o processo de descrição em arquivos é norteado pelo princípio da proveniência. Normas e padrões geralmente conduzem a inúmeras vantagens específicas, como a padronização de procedimentos que possibilitam qualidade na atividade de descrição, além das vantagens que o usuário de arquivo possuirá ao utilizar os recursos informacionais elaborados e produzidos no decorrer do processo descritivo. Na seção seguinte, será apresentada a normatização nobradiana adotada como instrumento para a padronização do processo de descrição de documentos arquivísticos no Brasil.

4.1.1 A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade (BRASIL, 2006) tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD(G) e na ISAAR(CPF) com a finalidade de estabelecer diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil considerando que:

A descrição arquivística é uma atividade fundamental para a recuperação e acesso às informações contidas nos documentos;

Para garantir que a descrição de documentos arquivísticos seja consistente, apropriada e autoexplicativa, é indispensável a adoção de normas específicas para esse fim;

A padronização da descrição contribui para que as entidades custodiadoras de acervos arquivísticos realizem, com eficácia, o tratamento técnico dos acervos documentais, proporcionando economia dos recursos disponíveis, otimizando a recuperação das informações, além de viabilizar um intercâmbio eficaz entre as diversas instituições arquivísticas; e

A normalização da descrição amplia o potencial dos instrumentos de pesquisa, simplificando o acesso e sua utilização pelos usuários, uma vez que estrutura as informações de maneira padronizada. (ARQUIVO NACIONAL, s.d., p. 6).

São características do processo da descrição, pela Nobrade:

Descrição do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo ou coleção e suas partes componentes;

Informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;

Relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia;

Não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas. (ARQUIVO NACIONAL, s.d., p. 10-11).

Com relação à sua estrutura, a Nobrade é composta por 28 elementos de descrição distribuídos em oito áreas.

QUADRO 4 – Áreas e elementos descritivos da Nobrade

<p>1. ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>1.1 Código identificador *</p> <p>1.2 Título da unidade de descrição *</p> <p>1.3 Datas *</p> <p>1.4 Nível de descrição *</p> <p>1.5 Suporte/dimensões *</p>	<p>5. ÁREA DAS FONTES RELACIONADAS</p> <p>5.1 Existência e localização dos originais</p> <p>5.2 Existência e localização de cópias</p> <p>5.3 Unidades de descrição relacionadas</p> <p>5.4 Nota sobre publicação</p>
<p>2. ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</p> <p>2.1 Nome do produtor: *</p> <p>2.2 História administrativa/biografia</p> <p>2.3 História custodial ou arquivística</p> <p>2.4 Procedência</p>	<p>6. ÁREA DE NOTAS</p> <p>6.1 Notas sobre conservação</p> <p>6.2 Notas Gerais</p>
<p>3. ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</p> <p>3.1 Âmbito e conteúdo</p> <p>3.2 Avaliação, eliminação, temporalidade</p> <p>3.3 Incorporações</p> <p>3.4 Sistema de arranjo</p>	<p>7. ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</p> <p>7.1 Nota do arquivista</p> <p>7.2 Regras ou convenções</p> <p>7.3 Data(s) da(s) descrição(ões):</p>
<p>4. ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</p> <p>4.1 Condições de acesso **</p> <p>4.2 Condições de reprodução</p> <p>4.3 Idioma</p> <p>4.4 Características físicas</p> <p>4.5 Instrumentos de pesquisa</p>	<p>8. ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS</p> <p>8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos</p>

Fonte: BRASIL, 2006.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

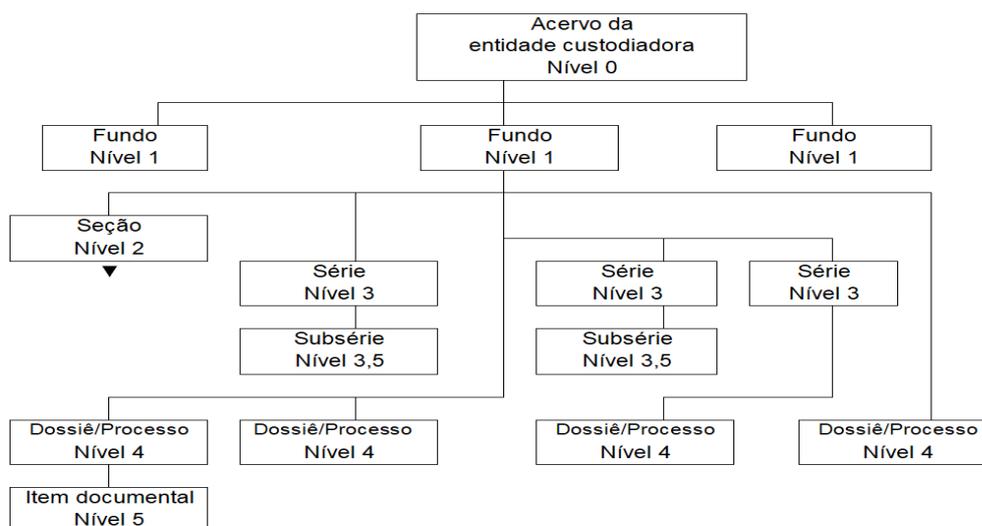
* Elemento obrigatório.

** Elemento obrigatório apenas para os níveis de descrição 0 e 1.

Dos 28 elementos de descrição disponíveis, sete elementos são obrigatórios: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Da mesma forma que a ISAD(G), a Nobrade (BRASIL, 2006) estabelece a descrição em cinco níveis de descrição (FIGURA 1), partindo do geral para o específico, com a finalidade de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes sendo: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4), item documental (nível 5). Sendo ainda admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

FIGURA 1 – Modelo de descrição multinível



Fonte: Brasil, 2006, p. 62.

Nota: Elaborada pela autora.

De acordo com a Nobrade (BRASIL, 2006), o modelo hierárquico apresentado na Figura 1 mostra um caso típico e não inclui todas as combinações possíveis de níveis de descrição. Ao se estabelecer a descrição multinível, a aplicação do conceito de fundo de arquivo é fundamental ao permitir descrever unidades ou conjuntos documentais sem o risco de perda de sua relação orgânica com o fundo do qual faz parte. Descrição multinível é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como:

Descrição que, levando em consideração a estrutura de organização de um acervo, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles. (ARQUIVO NACIONAL, s.d., p. 67).

Nem todos os níveis precisam ser executados, mas alguns níveis só podem ser alcançados após a realização da descrição anterior, como no caso dos itens documentais, que só podem ser descritos após a descrição do dossiê ou processo correspondente (BRASIL, 2006).

Na reflexão de Lopez (2002), a estrutura hierárquica dos campos de descrição no sistema multinível permite descrever unidades ou conjuntos documentais sem o risco de perda de sua relação orgânica com o fundo do qual faz parte, desde que sua classificação obedeça ao princípio da proveniência facilitando a implantação de sistemas informáticos de controle. Dessa forma, seja qual for o procedimento relacionado à representação do documento arquivístico, deve-se levar em consideração as inter-relações documentais típicas desse tipo de documento produzido, natural e organicamente, devendo o profissional considerar todo o contexto que envolve a produção documental.

Assim, observa-se que a aplicação de normas, quando efetivas, garantem a segurança e a eficiência no processo de descrição arquivística pelo arquivista, além de

contribuir para o compartilhamento das informações. Por outro lado, resulta em descrições de qualidades que garantirão eficácia e eficiência na recuperação da informação em arquivos.

É importante evidenciar, em comparação com a ISAD(G), que a Nobrade acrescentou uma área, a Área 8 (Pontos de acesso e descrição de assuntos), manifestando a possibilidade de os arquivistas brasileiros trabalharem com a indexação em arquivos proporcionando aos usuários a recuperação dos documentos arquivísticos por assunto ao apontar a necessidade de “registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado” (BRASIL, 2006, p. 60). Desse modo, os pontos de acesso de assunto se constituem em mais uma forma de acesso e recuperação da informação para os usuários de arquivos.

4.2 Os instrumentos de pesquisa

O processo de descrição em arquivos resulta na elaboração de instrumentos de pesquisa os quais se referem ao ato de descrever um fundo de arquivo, individualmente ou dos conjuntos documentais, com a finalidade de viabilizar a disseminação e a recuperação da informação orgânica. Os instrumentos de pesquisa são definidos por Camargo e Bellotto (1996, p. 45) como:

Obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes em um arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.

Outro conceito para o termo “instrumentos de pesquisa” é apresentado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 108): “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”. No relato de Lopez (2002), os instrumentos de pesquisa referem-se ao acesso e ao controle de fundos permanentes. Podem ser apresentados no formato de guias, inventários e catálogos, sendo destinados não só ao corpo técnico do arquivo (para controle do acervo) como também a todos os usuários.

Visando à dinamicidade da recuperação da informação em arquivos permanentes, a Arquivologia desenvolveu o processo de descrição documental que resulta na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitam “a identificação, o rastreamento, a localização e utilização dos dados” (BELLOTTO, 2006, p. 179). Portanto, os instrumentos de pesquisa são importantes fontes de consulta para o serviço de referência em arquivos, sendo três os principais: o guia, o inventário e o catálogo.

O guia é o instrumento mais abrangente, pois fornece uma descrição sumária do arquivo e de seus fundos, tais como datas dos documentos mais antigos, se o acervo

apresenta caráter estritamente histórico, a importância do fundo em uma determinada área ou assunto (BELLOTTO, 2006, p. 194). O guia se reveste de grande significado, tendo em vista propiciar ao usuário informações gerais sobre o acervo da instituição. Além de contribuir com a pesquisa histórica, o guia funciona como instrumento para diagnóstico e controle do acervo, na medida em que ele deve fornecer dados sobre seu volume documental, período de abrangência da documentação, conteúdo, estado de conservação dos documentos, condições de acesso e localização física.

Já o inventário descreve conjuntos documentais ou partes de um fundo, podendo contemplar um fundo inteiro, um grupo ou parte dele, uma série ou um conjunto delas, ou mesmo parte de uma série (BELLOTTO, 2006, p. 197,199). Os inventários são, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia com a finalidade de proporcionar um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções através das atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos e as datas-limite (LOPEZ, 2002).

O catálogo, por sua vez, descreve cada uma das peças documentais de uma ou mais séries se constituindo em instrumentos direcionados para localização específica de unidades documentais. O catálogo descreve cada uma das peças documentais de uma ou mais séries. O fundamental do catálogo é que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram (LOPEZ, 2002). No Quadro 5 a seguir, é possível compreender cada tipo de instrumento de pesquisa e o nível da descrição correspondente (BRASIL, 2005).

QUADRO 5 – Resumo dos principais tipos de instrumentos de pesquisa

DENOMINAÇÃO	UNIDADE DE DESCRIÇÃO	NÍVEIS (NOBRADE)
Guia ²² de instituição	Instituição arquivística	- - -
Guia de acervo de instituição	Conjunto dos fundos	Descrição em Nível 0. Acervo
Guia de fundo	Fundo depositado em uma instituição arquivística	Descrição em Nível 1. Fundo.
Inventário ²³	Séries de um fundo	Descrição em Nível 3. Série e 3.5 Subsérie
Catálogo ²⁴	Documentos de uma série	Descrição Nível 4. Dossiê ou processo
		Descrição em Nível 5. Item documental. ²⁵

Fonte: Brasil, 2005.

Nota: Elaborado pela autora.

²² Conforme Camargo e Bellotto (1996, p. 42), guia é o “instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre um ou mais arquivos (2) [instituições arquivísticas] e seus fundos”.

²³ Segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 45): “Instrumento de pesquisa em que a descrição [...] toma por unidade a série.”

²⁴ De acordo com Camargo e Bellotto (1996, p. 14): “Instrumento de pesquisa em que a descrição [...] toma por unidade a peça documental...” A peça é a “unidade documental materialmente indivisível” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 59). Peça é sinônimo de documento.

²⁵ Segundo o modelo de níveis de descrição apresentado pela Nobrade (BRASIL, 2005, p. 62) e o glossário (p. 15), os itens documentais, objeto da descrição em nível 5, são os documentos integrantes de um dossiê ou processo, mas pode-se aceitar que os itens documentais componham, também, uma série que não contenha dossiês ou processos.

Os instrumentos de pesquisa, portanto, em conciliação com as normas nacionais e internacionais de descrição arquivística, viabilizam os serviços de referência no que se refere à promoção da mediação da informação nos arquivos permanentes para que o usuário de arquivo recupere a informação desejada isoladamente ou todo o contexto que a produziu. Contudo, na perspectiva de Bellotto (2006), os usuários de arquivos possuem demandas novas, as quais necessitam ser atendidas e ampliadas pelos profissionais que administram a documentação arquivística.

A informática está definitivamente incorporada aos arquivos, seja na gestão ou na disseminação da informação de documentos tradicionais, seja na organização e descrição de documentos em suportes isolados concretos, seja nos documentos virtuais, integrantes dos bancos de dados e dos sistemas de comunicações. (BELLOTTO, 2006, p. 305).

O estabelecimento das tecnologias da comunicação, a diversidade tipológica de documentos e o crescente volume informacional presentes em arquivos têm promovido novas demandas dos usuários, as quais necessitam ser atendidas e ampliadas pelos profissionais que gerenciam a documentação arquivística. Estas estão relacionadas ao acesso, à recuperação e ao uso da informação arquivística.

Nessa perspectiva, novas pesquisas têm surgido, entre elas, a utilização da modelagem conceitual de dados, baseada no esquema entidade-relacionamento, com a intenção de identificar os requisitos funcionais que devem ser considerados na elaboração para projetos de sistemas de descrição arquivística.

Para esta pesquisa será adotado como referência o Modelo Conceitual de Descrição Arquivística (NEDA-MC) desenvolvido pela Comissão de Normas Espanholas para Descrição Arquivística (CNEDA) em 2002 e revisado em 2017. Esse modelo será amplamente discutido no Capítulo 5.

5 A REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COM ENFOQUE NA MODELAGEM CONCEITUAL: OS MODELOS FRBR, FRAD, FRSAD E NEDA-MC

Atualmente, as tecnologias têm sido amplamente adotadas em instituições informacionais como condição indispensável para a organização e a representação da informação, orientando tanto profissionais na gestão de fontes informacionais, assim como usuários de informação na recuperação da informação.

Nesse contexto, a Metodologia Entidade-Relacionamento (MER) tem sido adotada para a modelagem de dados de registros bibliográficos e de registros arquivísticos, se constituindo como novas possibilidades de organizar e representar a informação, uma vez que determinam os requisitos básicos de dados para a representação da informação na arquitetura de sistemas informacionais, além de permitir inúmeras possibilidades de compartilhamento de dados identificados influenciando, substancialmente, o gerenciamento e a recuperação da informação.

Nesta seção são contextualizados os modelos conceituais FRBR, FRAD, FRSAD e NEDA-MC, que ora se apresentam como instrumentos de representação da informação. O FRSAD, foco da pesquisa, será discutido detalhadamente.

5.1 O modelo FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos)

Os debates que deram origem aos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) surgiram de eventos e discussões em torno das normas e das regras de catalogação, em nível internacional, resultantes do crescimento de publicações em diversos formatos. Tais debates foram consolidados no Seminário sobre Registros Bibliográficos em Estocolmo, em 1990, organizado pela IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias).

O evento tinha dois objetivos: o primeiro era estabelecer uma estrutura que proporcionasse uma compreensão clara, definida e precisa de todas as funções desempenhadas pelos registros bibliográficos, no seu sentido mais amplo, incluindo não apenas elementos descritivos, mas também pontos de acesso (nome, título, assunto etc.) e outros elementos organizacionais; o segundo era promover discussões relacionadas à redução dos custos com a catalogação, necessidade essa reconhecida pelos participantes do evento ao considerarem a realidade econômica enfrentada pelas bibliotecas, admitindo que as relações entre alguns elementos de dados do registro bibliográfico deveriam ser revistas com a garantia de que as necessidades dos usuários fossem mantidas (IFLA, 1998).

Esse cenário conduziu à formação de um grupo de estudo a fim de definir as recomendações para um nível básico de requisitos de dados, do ponto de vista da

funcionalidade, para a criação de registros bibliográficos padronizados reduzindo, sobremaneira, os custos com a catalogação, o que resultou, no início dos estudos, na gênese dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (IFLA, 1998).

Entre os anos de 1992 e 1997, com a participação de vários consultores e voluntários de diversas nacionalidades, foi produzida uma série de deliberações, de relatórios e rascunhos, comentários e revisões, publicando, em 1998, o relatório final dos FRBR que, segundo Moreno (2006, p. 31), levou em consideração a diversidade de:

- Usuários: usuários da biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores, vendedores;
- Materiais: textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais;
- Suporte físico: papel, filme, fita magnética, meios ópticos de armazenagem, etc. e;
- Formatos: livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc. que o registro possa conter.

Na reflexão de Riva (2007), a funcionalidade dos FRBR está na ênfase da importância de compreender a função dos dados bibliográficos registrados e de como esses dados contribuem para atender às necessidades do usuário. Para o autor, usuários incluem tanto os usuários finais quanto os profissionais que auxiliam usuários finais e mantêm os bancos de dados.

Desse modo, os FRBR alcançaram o fortalecimento dos objetivos do catálogo destacando a importância das relações bibliográficas e contribuindo, sobremaneira, com o atendimento às necessidades dos usuários ao criarem inúmeras possibilidades de pesquisa, a partir de quatro funções básicas, descritas no Quadro 6, a seguir:

QUADRO 6 – Funções básicas dos usuários na proposta do FRBR

Encontrar	Entidades ou um conjunto de entidades que correspondam aos critérios de pesquisa adotados pelo usuário, isto é, localizar um único material ou um conjunto de materiais, em um arquivo ou banco de dados, adotando atributos ou relacionamentos relacionados ao material desejado.
Identificar	A entidade, isto é, confirmar se o material recuperado corresponde à pesquisa realizada pelo usuário ou para distinguir entre dois ou mais materiais recuperados com características semelhantes.
Selecionar	Uma entidade que seja pertinente às necessidades do usuário, ou seja, para escolher um material que atenda aos requisitos com relação ao conteúdo, formato físico, etc., ou rejeitar um material como sendo inadequado para as demandas do usuário.
Obter	Acesso à entidade ou a material selecionado, ou seja, adquirir o material através de compra, empréstimo ou acesso remoto.

Fonte: IFLA, 1998 e Moreno, 2011.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Para o cumprimento dessas funções, Mey e Silveira (2009, p. 10) relatam que a catalogação deve possuir as seguintes características:

Integridade – significa fidelidade, honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação;
Clareza – significa que a mensagem deve ser compreensível aos usuários;
Precisão – significa que cada uma das informações só pode representar um único conceito, sem dúvidas;
Lógica – significa que as informações devem ser organizadas de modo lógico. Por exemplo, na descrição de um registro do conhecimento, vai-se do mais importante (título e autor) para o mais detalhado (dados de publicação, paginação etc.);
Consistência – significa que a mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes.

Mey e Silveira (2009, p. 89) relatam que a catalogação foi revigorada com a publicação dos FRBR ao aproximar o usuário do registro bibliográfico “para aqueles que pensavam que a ‘velha senhora’ catalogação estava falecida e enterrada, substituída pelos avanços tecnológicos, esta se desenvolve no século XXI cada vez mais renovada e cheia de possibilidades”. Complementando, Lourenço (2005) aponta os FRBR como uma proposta inovadora ao potencializarem a utilização dos catálogos bibliográficos como recurso informacional, considerados como o marco fundamental que afetou e continua afetando a Representação Descritiva da informação em todo o mundo, proporcionando aos bibliotecários novas possibilidades de avaliação de padrões de descrição bibliográfica.

No entanto, é importante ressaltar que os FRBR não apresentam e não invalidam normas ou códigos que determinam o processo da catalogação da informação, pelo contrário, eles somente serão aplicados por intermédio dessas normas e desses códigos (SILVEIRA, 2007).

Os objetivos dos FRBR são estabelecer uma perspectiva lógica para ajudar na compreensão do desenvolvimento de princípios para a catalogação da informação, propondo:

[...] primeiro, fornecer um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar dados registrados em registros bibliográficos às necessidades dos usuários destes registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por entidades bibliográficas nacionais. (IFLA, 1998, p. 7).

Com relação à metodologia, a estrutura dos FRBR foi desenhada a partir de uma análise lógica de dados, baseando-se no Modelo Entidade-Relacionamento (MER), utilizada como um meio para analisar o registro bibliográfico e as normas internacionais de descrição bibliográfica, daí sua estrutura responder à forma que o catálogo adota em um sistema de informação, permitindo ao usuário “navegar” no universo bibliográfico on-line (IFLA, 2009).

O MER é um modelo conceitual utilizado pela Ciência da Computação, desenvolvido por Peter Chen, em 1976, com a finalidade de oferecer subsídios para a implementação de banco de dados, baseando-se em conceitos simples com o propósito de modelar dados fundamentados em três pressupostos básicos: a descrição dos objetos (entidades) com suas características (atributos) e como essas entidades se relacionam entre si

(relacionamentos). A modelagem conceitual de dados é uma maneira de obter informações mais autênticas possíveis a partir da realidade do ambiente, com o propósito de desenvolver uma representação dos objetos, independentemente de aspectos tecnológicos, por se tratar de uma representação de dados em um alto nível de abstração, através de uma descrição com diagramas (CHEN, 1990).

Logo, a aplicabilidade da modelagem conceitual não implica a identificação de dados para a construção de um banco de dados em si, mas estabelece o mapeamento das estruturas dos dados que serão criadas e, posteriormente, armazenadas. Essa proposição é confirmada por Lourenço (2005, p. 75) ao relatar que:

[...] a modelagem entidade-relacionamento não se constitui em sistemas de bases de dados e não têm relação direta com programas de computador ou linguagens de programação. São simplesmente ferramentas conceituais para se pensar os objetos em um sentido bem amplo, assim como suas relações e os eventos dos quais eles participam.

Para a seleção dos elementos que compõem a estrutura dos FRBR, estes foram extraídos da estrutura dos registros bibliográficos, e as principais fontes utilizadas incluíram as ISBD (*International Standard Bibliographic Description*); GARE²⁶ (*Guidelines for Authority and Reference Entries*); GSARE²⁷ (*Guidelines for Subject Authority and Reference Entries*) e do UNIMARC. Dados adicionais foram coletados de outras fontes, como as AITF (*Categories for the Description of Works of Art*)²⁸ (IFLA, 1998; LOURENÇO, 2005; MORENO, 2006).

Desse modo, a partir do Modelo Entidade-Relacionamento, os FRBR determinaram: I- as entidades dos registros bibliográficos, consideradas objetos-chave que interessam ao usuário do registro bibliográfico; II- os atributos de cada uma das entidades, trata-se das características das entidades; III- as relações entre entidades, consideradas primordiais em um banco de dados E-R e nos catálogos E-R” (MEY; SILVEIRA, 2009).

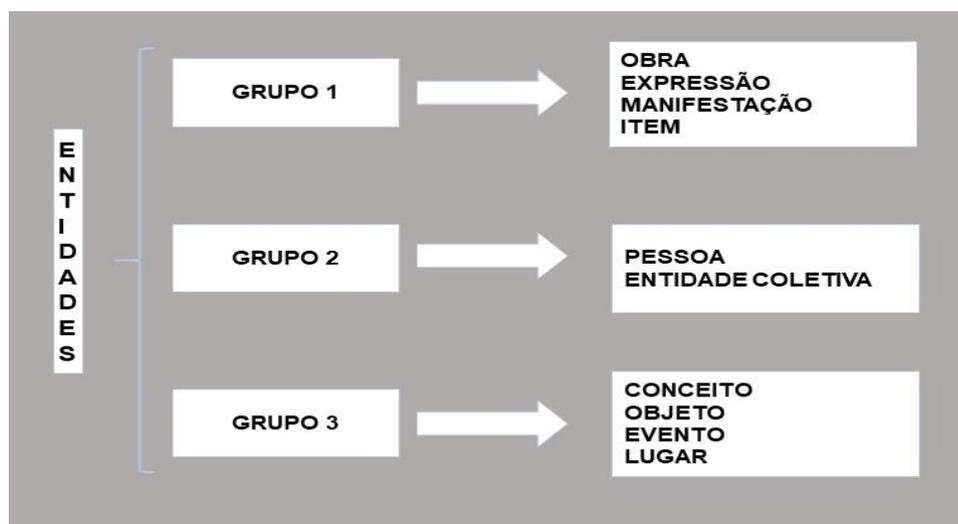
As entidades definidas pela IFLA são dez e estão subdivididas em três grupos, conforme apresentado na Figura 2, a seguir:

²⁶ Diretrizes para Entradas de Cabeçalhos Autorizados e Remissivas.

²⁷ Diretrizes para Entradas de Cabeçalhos Autorizados de Assunto e Remissivas.

²⁸ Categorias para a Descrição de Obras de Arte.

FIGURA 2 – Entidades dos FRBR



Fonte: Mey; Silveira, 2009.

Nota: Elaborada pela autora.

5.1.1 As entidades do Grupo 1: obra, expressão, manifestação e item

As entidades do Grupo 1 são fundamentais para a compreensão do universo bibliográfico, consideradas por Le Boeuf (2003) como o núcleo do FRBR. Nesse grupo são representados os diferentes interesses dos usuários e sua relação com os produtos de criação intelectual ou artística que são descritos nos registros bibliográficos a partir das entidades **obra**, uma criação intelectual ou artística, ou seja, “[...] o conteúdo intelectual em si, independentemente de seu suporte ou de sua forma” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 19) e **expressão**, a realização intelectual ou artística de uma obra, isto é, “[...] a forma como se expressa o conteúdo intelectual compreendendo traduções, interpretações de outra obra musical, entre outras oportunidades” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 19). Tanto a obra como a expressão refletem o conteúdo intelectual ou artístico.

A entidade **manifestação** é definida como a representação física da expressão de uma obra, isto é, “[...] a representação de todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 19). Abrange inúmeras possibilidades de materiais incluindo manuscritos, livros, periódicos, filmes etc. A entidade **item** é um único exemplar de uma manifestação, ou seja, “[...] objeto físico que permite ao usuário acessar o conteúdo intelectual ou artístico de uma expressão ou obra” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 19). A manifestação e o item refletem a forma física da obra.

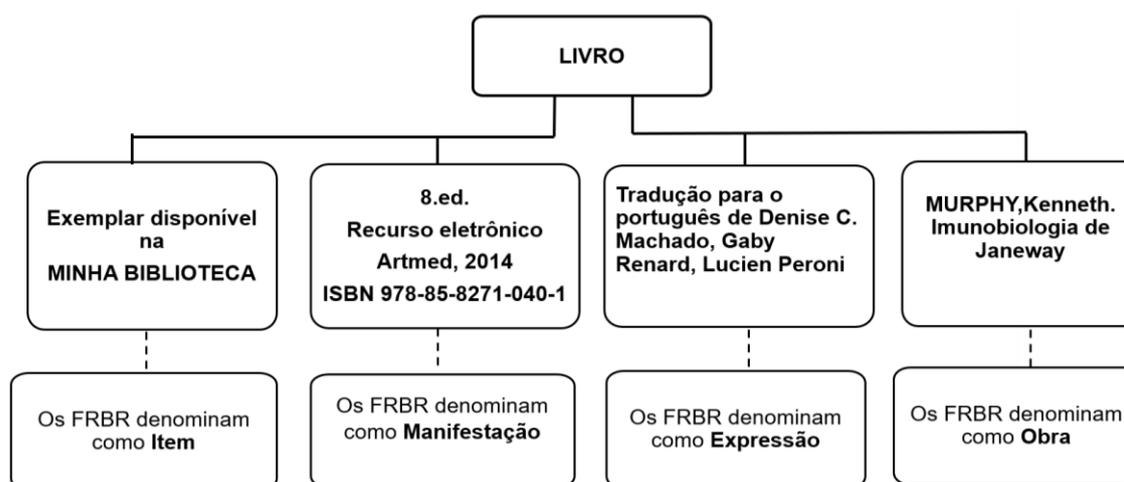
Ressalta-se que obra é uma entidade abstrata, reconhecida pelos FRBR como de difícil delimitação, uma vez que cada domínio possui critérios diferentes para conceituar uma

obra. Entretanto, pode ser reconhecida por meio dos seus conteúdos ou das suas expressões (IFLA, 1998).

As terminologias obra, expressão, manifestação e item, de início, podem parecer complexas, entretanto, com a intenção de torná-las mais compreensíveis, será apresentada uma analogia do livro com relação às entidades dos FRBR desenvolvida por Le Boeuf (2003), ao relatar que, anteriormente à publicação do modelo, havia pouca clareza no uso do termo “livro” nos registros bibliográficos, embora os FRBR tenham sido desenvolvidos para modelar todo tipo de material encontrado em uma biblioteca.

Para Le Boeuf (2003), o termo “livro” possui várias acepções: é um determinado exemplar de uma manifestação – os FRBR nomeiam de **item**; pode significar “publicação” ao ser solicitado pelo número do ISBN²⁹, edição, editora, ou seja, a representação física da expressão de uma obra – os FRBR denominam como **manifestação**; quando alguém menciona livro, no contexto de quem o traduziu, procurando por uma tradução em determinada língua ou procura por uma edição específica – os FRBR nomeiam de **expressão**; quando o livro é mencionado com relação ao conteúdo temático ou quando perguntamos quem escreveu ou criou – os FRBR intitulam como **obra**. A Figura 3 apresenta um exemplo, contemplando todas as entidades integrantes do Grupo 1 dos FRBR com a finalidade de explicitar melhor os conceitos anteriormente mencionados.

FIGURA 3 – Exemplos de entidades do Grupo 1 na analogia de Le Boeuf (2003)



Fonte: Garcia Escalante, 2015.

Nota: Com adaptações.

Na analogia de Le Boeuf (2003), as entidades do Grupo 1 são apresentadas na ordem inversa proposta pelos FRBR (Obra, Expressão, Manifestação e Item), o que é explicado por Silveira (2013) ao informar que o processo para a representação de um

²⁹ *International Standard Book Number*: sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os, inclusive, por edição.

documento deve iniciar com a entidade mais concreta possível, ou seja, com a análise do item que se tem em mãos, até atingir seu mais alto grau de abstração com a determinação dos atributos pertencentes à obra. A obra e a expressão serão representadas na medida em que forem concretizadas na manifestação, que é exemplificada com o item.

As entidades Manifestação e Item são as que apresentam a maioria de seus atributos (características) no próprio documento, e isso se deve ao fato de serem entidades concretas. As entidades Obra e Expressão, por serem entidades abstratas, necessitam de pesquisa em outras fontes para terem seus atributos validados, e qualquer representação que omita uma das entidades será deficiente, pois não apresentará a relação entre as entidades de um mesmo documento e também não apresentará a relação entre os documentos e as demais entidades (SILVEIRA, 2013).

As entidades, os atributos e os relacionamentos dos grupos 2 e 3 serão apresentados e discutidos em seções dedicadas a cada um deles.

5.1.2 As entidades do Grupo 2: pessoa e entidade coletiva

Neste grupo, as entidades representam os responsáveis pelo conteúdo, pela produção, pela disseminação e pela guarda das entidades do Grupo 1, representadas por **pessoa** ou **entidade coletiva**. *Pessoa* ou indivíduo (pessoa física) é aquela envolvida com a criação ou a realização de uma obra (autores, tradutores, compositores, intérpretes, diretores etc.) ou quando são assunto de uma obra (biografia ou autobiografia). **Entidade corporativa** ou **coletiva** representa uma organização ou grupo de indivíduos (pessoa jurídica), identificadas por um nome particular. Para a finalidade deste estudo, a entidade coletiva é tratada na medida em que esteja envolvida na produção ou na realização de uma obra tal como conferências, congressos, organizações governamentais etc. (IFLA, 1998).

5.1.3 As entidades do Grupo 3: conceito, objeto, evento e lugar

As entidades que compõem este grupo são expressas nos procedimentos realizados para a identificação de assuntos nas obras. Tais entidades são compostas pelo **conceito** considerado como uma ideia abstrata; pelo **objeto** como uma coisa material; pelo **evento** como uma ação ou acontecimento; pelo **lugar** como um local. Ressalta-se que todas as entidades definidas nesse grupo são tratadas como entidades na medida em que constituem um assunto de uma obra (IFLA, 1998). Como os FRBR enfatizam o modelo ER (entidade-relacionamento), centrados na descrição de dados, cada uma das entidades definidas e descritas apresenta uma variedade extensa de **atributos** que contribuirão para a realização de pesquisas pelos usuários.

5.1.4 Os atributos

Cada uma das entidades, definidas pelos grupos dos FRBR, tem um conjunto de características ou atributos associados a elas, incluindo diferentes tipos de materiais, tornando-se os meios pelos quais os usuários formulam suas questões de pesquisa e interpretam respostas quando buscam informações sobre uma determinada entidade (IFLA, 1998). Os atributos apresentam duas grandes categorias: os atributos intrínsecos e os extrínsecos.

Os atributos intrínsecos incluem as características físicas (dimensões, tipo de conteúdo, data de publicação, edição, título, etc.), determinados a partir da análise do documento. Já os atributos extrínsecos são características não contidas no documento e geralmente necessitam da utilização de outras fontes para serem estabelecidos como identificadores daquela entidade, por exemplo, a necessidade da instalação de um software para a leitura de um e-book (IFLA, 1998).

Com relação ao elenco de atributos identificados pelos FRBR, não é toda entidade que apresenta a completude de atributos sugeridos pela IFLA, situação essa confirmada por Moreno (2006) quando aponta que, embora os atributos tenham sido categorizados de acordo com cada entidade, a partir de elementos contidos na descrição bibliográfica, servindo para demonstrar as diferenças de conteúdo (intelectual ou artístico), estes foram definidos em um nível lógico.

Outra evidência, no tocante às tarefas dos usuários, é que os atributos possuem concepções diferentes entre eles, tendo em vista a importância que cada um representa nas pesquisas realizadas pelo usuário, por exemplo, um atributo que é utilizado pelo usuário em uma pesquisa para identificar uma entidade é diferente de um atributo usado para refinar uma pesquisa. Desse modo, um atributo serve como um identificador para encontrar uma entidade ou, no caso da ausência de um atributo único, encontrar aqueles atributos que sirvam para diferenciar entidades com características semelhantes (MORENO, 2006).

Enfim, os atributos são fundamentais para a recuperação da informação, por conceder às entidades características que conduzem o usuário a alcançar suas respostas de pesquisa. Uma vez que cada entidade do Grupo 1 dos FRBR possui uma extensa variedade de atributos, mapeá-los na sua completude tornará esse trabalho muito extenso. Dessa forma, foram selecionados alguns exemplos, a partir da IFLA (1998), apresentados nos Quadros 7, 8 e 9 a seguir, com a finalidade de tornar o termo mais compreensível.

QUADRO 7 – Alguns atributos das entidades do Grupo 1

ATRIBUTOS	ESPECIFICAÇÕES
OBRA	
Título da obra	Palavra, frase ou grupo de caracteres que designam a obra.
Forma da obra	Classe à que a obra pertence (novela, sinfonia, mapa etc.).
Data da obra	Ano em que a obra foi originalmente publicada.
EXPRESSÃO	
Título da expressão	Consiste na palavra, frase ou grupo de caracteres que a designa.
Forma da expressão	É o meio pelo qual se realiza a obra (notação musical, som musical, imagem cartográfica, etc.).
Data da expressão	É aquela que se criou a expressão (data de revisão, de interpretação de uma música, da tradução de uma obra etc.).
MANIFESTAÇÃO	
Título da manifestação	São todos aqueles que aparecem na própria manifestação (título da capa, título do colofão, título da lombada, título traduzido).
Indicação de responsabilidade	Aparece para denominar um ou mais indivíduos ou grupos responsáveis pela criação ou pela realização do conteúdo intelectual ou artístico.
Local de publicação/impressão	Cidade ou outra localidade associada, na manifestação, ao nome do editor/distribuidor.
ITEM	
Identificador	Construído mediante a combinação de grupos de caracteres transcritos de páginas específicas de um item impresso. (Obra publicada pela Fundação Sebastião Salgado).
Proveniência	É o registro da origem do item.
Estado/Condição do item	É a condição física ou qualquer variante na estrutura física do item (faltam páginas, imagens apagadas, papel quebradiço etc.).

Fonte: IFLA, 1998.

Nota: Elaborado pela autora.

QUADRO 8 – Alguns atributos das entidades do Grupo 2

ATRIBUTOS	ESPECIFICAÇÕES
PESSOA	
Nome	Pode incluir um ou mais nomes próprios, nomes de família (apelidos) etc.
Datas	Data de nascimento e/ou morte da dita pessoa ou datas que indiquem o período em que a pessoa foi conhecida pela atividade.
Título	Indica a posição de nobreza, título etc. (comandante, duque, primeiro-ministro etc.).
ENTIDADE COLETIVA	
Nome	Nome pelo qual a entidade coletiva pode ser conhecida (Escola de Ciência da Informação, W3C, etc.).
Número associado	Designação numérica sucessiva de um evento (XXII ENANCIB, 9ª Festival de Literatura de Parati) ou qualquer designação associada a uma coletividade.
Local associado	Local onde foi realizado o evento (Florianópolis, Parati).
Data associada	Data em que se celebrou o evento (7 a 12 julho de 2019)

Fonte: IFLA, 1998.

Nota: Elaborado pela autora.

QUADRO 9 – Atributos das entidades do Grupo 3

ATRIBUTOS	ESPECIFICAÇÕES	TERMOS
Conceito	Noção ou ideia abstratas que podem ser o assunto de uma obra como: Área do conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento (filosofias, religiões, ideologias, políticas etc.), teorias, processos, técnicas, práticas, etc.	Ciência da informação, História Setecentista, Filosofia renascentista, Hinduísmo, Macroeconomia, Técnica de pintura a óleo.
Objeto	Abarca uma completude de coisas materiais que podem ser o assunto de uma obra como: objetos animados e inanimados existentes na natureza, fixos ou móveis, produtos da criação humana ou que não existem mais.	Doze Profetas de Aleijadinho, Apolo 11, Elevador Lacerda; Bateau Mouche
Evento	Inclui uma ampla variedade de ações e acontecimentos que devem ser o assunto de uma obra: datas, períodos históricos, épocas etc.	Independência do Brasil (1822), Século XVIII, Era Vargas (1930-1945), Semana da Arte Moderna (1822)
Lugar	Referem-se a localizações terrestres e extraterrestres, locais históricos, características geográficas, entre outros assuntos de uma obra.	Parque Nacional da Serra da Canastra, Casa da Chica da Silva, Rio São Francisco, Região Sudeste.

Fonte: IFLA, 1998.

Nota: Elaborado pela autora.

Percebe-se que os atributos se constituem em uma série de características diretamente relacionadas às entidades dos FRBR, que permitem aos usuários inúmeras possibilidades de formulação de pesquisa, além de propiciarem uma amplitude maior com relação aos registros bibliográficos, englobando não somente elementos descritivos, mas também pontos de acesso e notas.

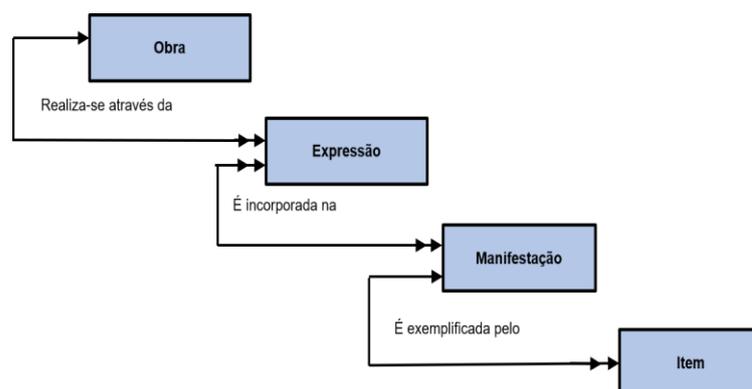
5.1.5 Os relacionamentos

Os relacionamentos ou relações bibliográficas são utilizados como condutor no estabelecimento do vínculo entre uma entidade e outra e, também, como meio para colaborar com o usuário para “navegar” no universo bibliográfico, através dos atributos das entidades. Normalmente, um usuário formula uma pesquisa utilizando um ou mais atributos da entidade que constitui o objeto da sua pesquisa e, através do atributo, o usuário encontra a entidade que procura (IFLA, 2009).

Os relacionamentos são apontados por Moreno (2006) como a captura semântica dos dados identificados em dois grupos: os denominados como relações bibliográficas primárias e os mais específicos, que se referem às relações entre o mesmo tipo de entidade ou entre várias entidades.

As relações primárias são três, conforme expostas nas figuras 4, 5 e 6:

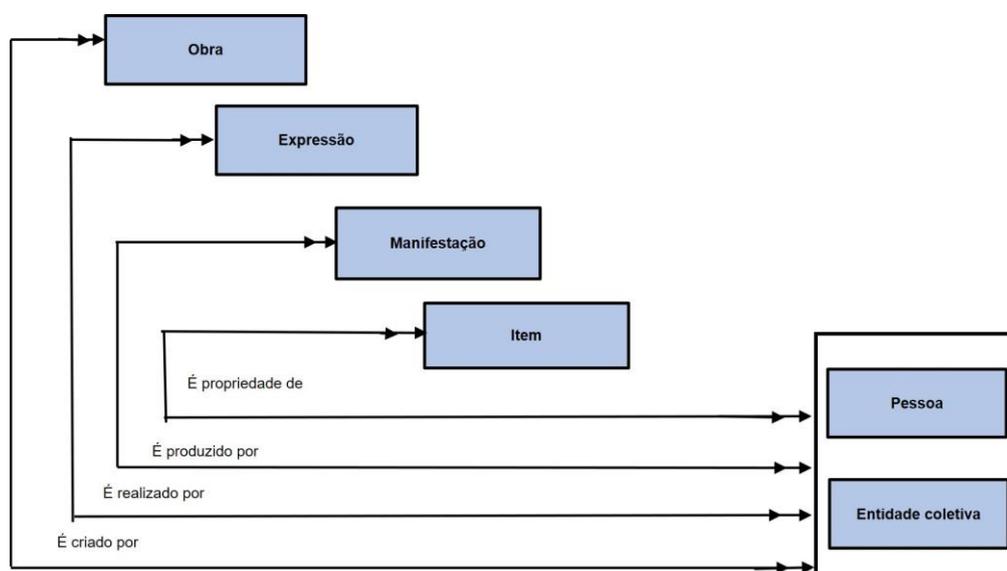
FIGURA 4 – Relações bibliográficas primárias do Grupo 1



Fonte: IFLA, 1998.

Nas relações primárias do Grupo 1, uma obra é **realizada** através de uma ou de várias expressões; uma expressão é materializada (*estar incorporada*) em uma ou em várias manifestações e uma manifestação poderá se materializar em uma ou em mais expressões e; uma manifestação é **exemplificada** por um ou por vários itens. Um item poderá ser exemplificado somente por uma manifestação (IFLA, 1998).

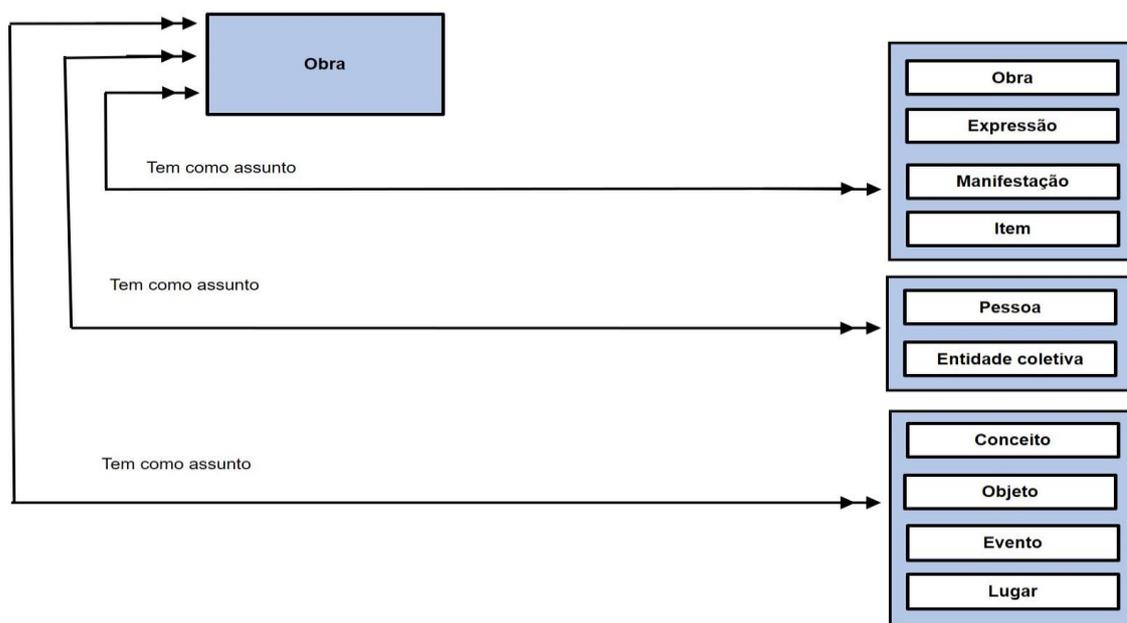
FIGURA 5 – Relações de responsabilidade entre os Grupos 1 e 2



Fonte: IFLA, 1998.

As relações entre entidades dos Grupos 1 e 2 indicam diferentes responsabilidades que uma pessoa ou entidade coletiva podem ter quanto às entidades do Grupo 1 como **criar** (responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico); **realizar** (responsável pela execução da expressão); **produzir** (responsável pela publicação, distribuição ou produção de uma manifestação); **possuir** (proprietário do item).

FIGURA 6 – Relações de assunto entre os Grupos 1, 2 e 3



Fonte: IFLA, 1998.

As relações de assunto, propostas na Figura 6, nos mostram que todas as entidades dos FRBR (**Obra, Expressão, Manifestação, Item, Pessoa, Entidade coletiva, Conceito, Objeto, Evento, Lugar**) podem expressar o assunto de uma obra. Da mesma maneira, uma obra pode conter como assunto todas as entidades dos três grupos.

Os relacionamentos são reflexos do registro bibliográfico proporcionando informação adicional que ajuda o usuário a fazer novas conexões entre a entidade encontrada e outras entidades que se relacionam com aquela entidade (IFLA, 1998). Dessa forma, descrever todos os relacionamentos neste trabalho é inviável pela importância, pela amplitude e pela complexidade que envolve a temática. Contudo, a dissertação de mestrado de Moreno (2006) é uma importante referência para o aprofundamento no assunto.

Desde a criação do modelo FRBR, a IFLA reconheceu a necessidade de expandir outros modelos conceituais com a finalidade de aprofundar os estudos sobre os requisitos das formas autorizadas de nomes (entidades previstas no Grupo 2), assim como sobre os requisitos que integram as formas autorizadas de registros de assunto (entidades previstas no Grupo 3). Em decorrência dessa necessidade, em 2009, a IFLA publicou o modelo conceitual Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e, em 2010, o modelo conceitual Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD), formando, assim, a chamada “família FR” (IFLA, 1998).

5.2 O modelo FRAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade

Em 1998, após a publicação dos FRBR, a IFLA nomeou outro grupo de estudos, conduzido com o apoio do Controle Bibliográfico Universal e do Programa Internacional MARC (UBCIM), com o objetivo de definir os requisitos funcionais de registros de autoridade. Em 2003, a Aliança para Padrões Bibliográficos da IFLA, juntamente com a Biblioteca Britânica, assumiu a responsabilidade dos estudos criando o grupo de trabalho Requisitos Funcionais e Numeração de Registros de Autoridade (FRANAR). Em 2005, a primeira versão preliminar do modelo nomeado como Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade foi disponibilizada para revisão. Em 2009, na sua segunda versão, o modelo foi publicado e renomeado para Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade (FRAD) (IFLA, 2009).

O objetivo do FRAD é subsidiar a análise dos requisitos funcionais para dados de autoridade, referentes a nomes e títulos, visando garantir o controle terminológico e o compartilhamento internacional dos nomes, abrangendo tanto para os profissionais da informação, responsáveis pelos catálogos de autoridade e de registros, como para os usuários dos dados de autoridade, profissionais responsáveis pela criação e pela manutenção de catálogos de autoridade e usuários finais que acessam direta ou indiretamente informações da autoridade (IFLA, 2009).

Dados de autoridade são definidos como a soma das informações sobre uma pessoa, família, entidade corporativa ou obra cujo nome é utilizado como ponto de acesso controlado, incluindo as formas autorizadas e as variantes do nome, excluindo, portanto, os dados de autoridade de assunto. Já o controle de autoridade se define como a identificação das entidades representadas pelos pontos de acesso controlados, bem como a administração desses pontos de acesso, fundamental para o funcionamento de um catálogo (MEY; SILVEIRA, 2009).

Em relação às tarefas dos usuários (Quadro 10) executadas pelo modelo FRAD, duas são comuns aos FRBR: encontrar e identificar; as outras duas, **contextualizar** as relações entre pessoas físicas, jurídicas, etc. e **justificar** a escolha do ponto de acesso controlado, são executadas pelos criadores dos dados de autoridade, de acordo com o interesse do usuário final.

QUADRO 10 – Funções básicas dos usuários na proposta do modelo FRAD

Encontrar	Entidades ou um conjunto de entidades que correspondam aos critérios de pesquisa adotados pelo usuário, isto é, localizar um único material ou um conjunto de materiais, em um arquivo ou banco de dados, adotando atributos ou relacionamentos relacionados ao material desejado.
Identificar	A entidade, isto é, confirmar se o material recuperado corresponde à pesquisa realizada pelo usuário ou para distinguir entre dois ou mais materiais recuperados com características semelhantes.
Contextualizar	Uma pessoa, uma entidade coletiva, uma obra etc. em determinado contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual essa pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida.
Justificar	Indicando a fonte na qual se baseia o ponto de acesso controlado, a razão da escolha do nome ou de sua forma pelo criador do dado de autoridade.

Fonte: IFLA, 2009.

Nota: Elaborado pela autora.

Para a análise dos requisitos, o modelo FRAD adotou a modelagem conceitual entidade-relacionamento. Dessa forma, apresenta as entidades, os atributos dessas entidades e seus relacionamentos extraídos, principalmente, das seguintes fontes: dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e das Diretrizes Gerais para Registros de Autoridade e Remissivas (GARR) (IFLA, 2009).

Nesse modelo foram identificadas 16 entidades, sendo dez do modelo FRBR (**pessoa, entidade coletiva, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento e lugar**) que tiveram suas definições complementadas e/ou modificadas para o contexto dos dados de autoridade e adicionou a nova entidade **família**, além da inclusão de entidades próprias do controle de autoridade como **nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência** (IFLA, 2009).

No Quadro 11 a seguir são apresentadas as entidades apenas para aquelas que não foram contempladas nos FRBR, uma vez que já foram descritas na subseção 5.1.1 com suas definições e com alguns de seus atributos.

QUADRO 11 – Entidades definidas pelo FRAD e alguns atributos

(continua)

ENTIDADES	DEFINIÇÕES	ATRIBUTOS
Família	Duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção ou outro estado legal semelhante, ou que se apresentem como família	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de família - Datas da família - Lugares associados à família - Idioma da família - História da família - Campo de atividade
Nome	Um caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma entidade é conhecida no mundo real.	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de nome - Nome - Escopo de uso - Data de uso - Idioma do nome - Alfabeto do nome - Esquema de transliteração do nome

(conclusão)

ENTIDADES	DEFINIÇÕES	ATRIBUTOS
Identificador	Um número, código, palavra, frase, etc. que é unicamente associado a uma entidade e serve para diferenciar essa entidade de outras no domínio em que o identificador é atribuído. Inclui identificadores atribuídos por entidades coletivas, por exemplo, prefixo da editora utilizado no ISBN, ISSN, número de chamadas etc.	- Tipo de identificador - Sequência identificadora
Ponto de acesso Controlado	Um nome, um termo, um código pelo qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado. Inclui os pontos de acesso designados como autorizados ou preferidos e as formas variantes. Inclui pontos de acesso baseados em nomes de pessoas, famílias, entidades coletivas, obras, expressões, manifestações, itens, conceitos, objetos, eventos e lugares. Inclui também os pontos de acesso baseados em identificadores (número normalizados, etc.) e pontos de acesso nome/título (ponto de acesso que representa uma obra, combinando o nome do criador e o título da obra). Elementos que são adicionados aos nomes, com o propósito de distinguir entidades com nomes similares, também são incluídos.	- Tipo - Uso indicado para o ponto de acesso controlado - Ponto de acesso indiferenciado - Idioma do ponto de acesso - Idioma da catalogação - Fonte do ponto de acesso controlado
Regras	Um conjunto de instruções relacionadas à formulação e/ou ao registro dos pontos de acesso controlados. Inclui regras de catalogação, interpretações dessas regras e convenções de codificação.	- Citação para as regras - Identificador das regras
Agência	Uma organização responsável pela criação ou modificação de um ponto de acesso controlado. A agência é responsável pela aplicação e pela interpretação das regras por ela utilizadas. Inclui bibliotecas, agências bibliográficas nacionais, consórcios, museus, arquivos, organizações gerenciadoras de direitos, etc.	- Nome - Localização - Identificador

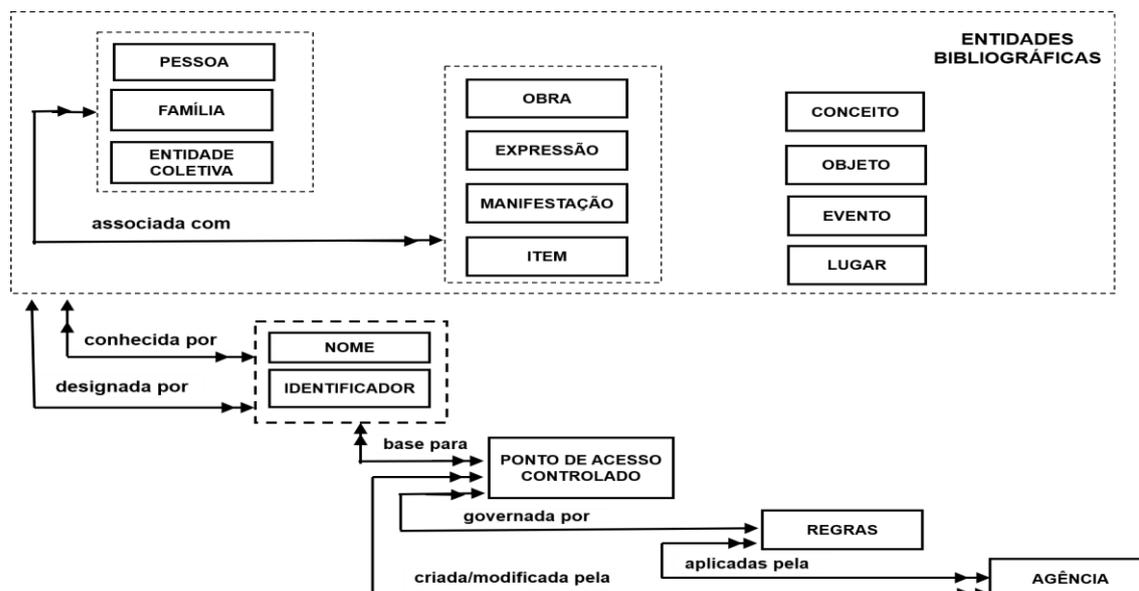
Fonte: IFLA, 2009 e Mey; Silveira, 2009.

Nota: Elaborado pela autora.

No contexto do modelo FRAD, as relações são descritas em quatro grandes categorias: a primeira inclui os relacionamentos que ocorrem em um nível geral entre os tipos de entidades; a segunda e a terceira compreendem os relacionamentos, habitualmente refletidos na estrutura de referência do registro de autoridade, isto é, nas próprias referências, em notas informativas, frases com instruções ou notas do catalogador; e a quarta trabalha os relacionamentos focados entre casos específicos da entidade pontos de acesso controlados (IFLA, 2009).

Entretanto, em vista de o modelo possuir uma imensidão de possibilidades de relacionamentos, serão apresentados na Figura 7 os relacionamentos que ocorrem entre as entidades, em um nível mais geral, visando à compreensão de como ocorrem os relacionamentos entre as entidades desse grupo.

FIGURA 7 – Os relacionamentos em nível geral definidos no FRAD



Fonte: IFLA, 2009.

As 11 entidades bibliográficas presentes na Figura 7 se configuram como os principais objetos de interesse dos usuários dos dados de autoridade. As demais são entidades dos dados de autoridade consideradas fundamentais para determinar o conteúdo e a forma dos pontos de acesso controlados (IFLA, 2009).

É oportuno esclarecer que, inicialmente, o FRANAR teve como propósito estudar tanto os dados de autoridade como os dados de assunto, o que justifica a inclusão das entidades do Grupo 3 dos FRBR (Conceito, Objeto, Evento e Lugar), considerados assuntos de uma obra no modelo FRAD. No entanto, para as entidades consideradas assuntos de uma obra, o FRANAR emitiu apenas notas explicativas, para cada uma dessas entidades, informando que estas são relevantes somente no contexto de arquivos de autoridade de assunto, uma vez que essas entidades refletem seus atributos de forma diferenciada, segundo o contexto no qual são aplicadas.

Dessa forma, na ausência de uma análise completa das entidades e suas relações com o assunto, a IFLA formou em 2005 o Grupo de Trabalho para os Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD) (IFLA, 2010).

5.3 O modelo FRSAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto

O terceiro modelo conceitual da “família FR”, os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD), desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade de Assunto (FRSAR), foi publicado em 2010 com a finalidade principal de fornecer uma compreensão clara, definida e compartilhada sobre dados,

registros e arquivos de autoridade de assunto; sobre como representar os assuntos dos documentos com foco nas necessidades dos usuários, no universo bibliográfico (IFLA, 2010).

5.3.1 Os propósitos

No relato da IFLA (2010), o acesso às informações por assunto tem sido a base para o atendimento das necessidades informacionais dos usuários, principalmente no que se refere à integração de vocabulários controlados com sistemas de informação. Essa integração torna-se possível quando os dados de autoridade de assunto são vinculados a arquivos bibliográficos e disponibilizados para os usuários. Dessa forma:

O propósito do controle de autoridade de assunto é assegurar a consistência na representação de um valor – um nome de pessoa, um nome de lugar, ou um termo ou código que representa um assunto – nos elementos usados como ponto de acesso na recuperação da informação. (IFLA, 2010, p. 8).

Nesse contexto, o FRASAR apontou as seguintes prioridades do modelo:

- Construir um modelo conceitual das dez entidades dos FRBR, mais a entidade família, já que qualquer dessas entidades pode ser assunto de obra, porém com foco nas entidades exclusivas de assunto (conceito, objeto, evento e lugar);
- Proporcionar um marco de referência estruturado e claramente definido para relacionar os dados gravados nos registros de autoridade de assunto com as necessidades dos usuários desses dados;
- Ajudar na evolução no potencial da utilização e intercâmbio internacional dos dados de autoridade de assunto no fazer bibliotecário. (IFLA, 2010, p. 10).

Para cumprir seus propósitos, o FRASAD criou dois subgrupos; um focou as tarefas dos usuários redefinindo as tarefas encontrar, identificar e selecionar, já determinadas pelos FRBR, e acrescentou uma nova tarefa – **explorar** –, realizada pelos usuários no decorrer das buscas por assunto conforme descritas no Quadro 12.

QUADRO 12 – Os relacionamentos em nível geral definidos no FRASAD

Encontrar	Localizar critérios de pesquisa de um ou mais assuntos ou suas denominações que correspondam aos critérios estabelecidos pelo usuário, usando atributos e relacionamentos das entidades.
Identificar	Distinguir entre dois ou mais assuntos e/ou suas denominações com características semelhantes para confirmar que o assunto ou denominação encontrado de um assunto e/ou sua denominação com base em seus atributos ou relacionamentos apropriados foi encontrado.
Selecionar	Um assunto e/ou sua denominação adequada às necessidades do usuário (ou seja, escolher ou rejeitar com base nos requisitos e nas necessidades do usuário)
Explorar	Os relacionamentos entre os assuntos e/ou suas denominações (por exemplo, explorar os relacionamentos a fim de compreender a estrutura de um domínio do conhecimento e sua terminologia)

Fonte: Zumer; Zeng; Salaba, 2012.

Nota: Elaborado pela autora.

O modelo FRASAD elegeu como principais usuários de dados de autoridade de assunto os: (a) profissionais da informação que criam e mantêm dados de autoridade de assunto, incluindo catalogadores e criadores de vocabulários controlados; (b) profissionais da informação que criam e mantêm metadados; (c) bibliotecários de referência e outros profissionais da informação que buscam informações como intermediários; e (d) usuários finais que buscam informações para satisfazer suas necessidades informacionais (IFLA, 2010, p. 33).

O outro subgrupo focou as entidades de assunto com a função de formar uma estrutura que fornecesse uma compreensão clara e compartilhada na qual os dados de autoridade de assunto tenham a intenção de fornecer informações sobre algo e atender às necessidades informacionais dos usuários (IFLA, 2010). Assim como os dados de autoridade de pessoa, família e de entidades coletivas, definidas pelo modelo FRAD, os dados de autoridade de assunto, definidos pelo modelo FRASAD, têm a importante função de colaborar com a recuperação da informação, em virtude de se constituírem como elementos importantes para a atribuição de pontos de acesso.

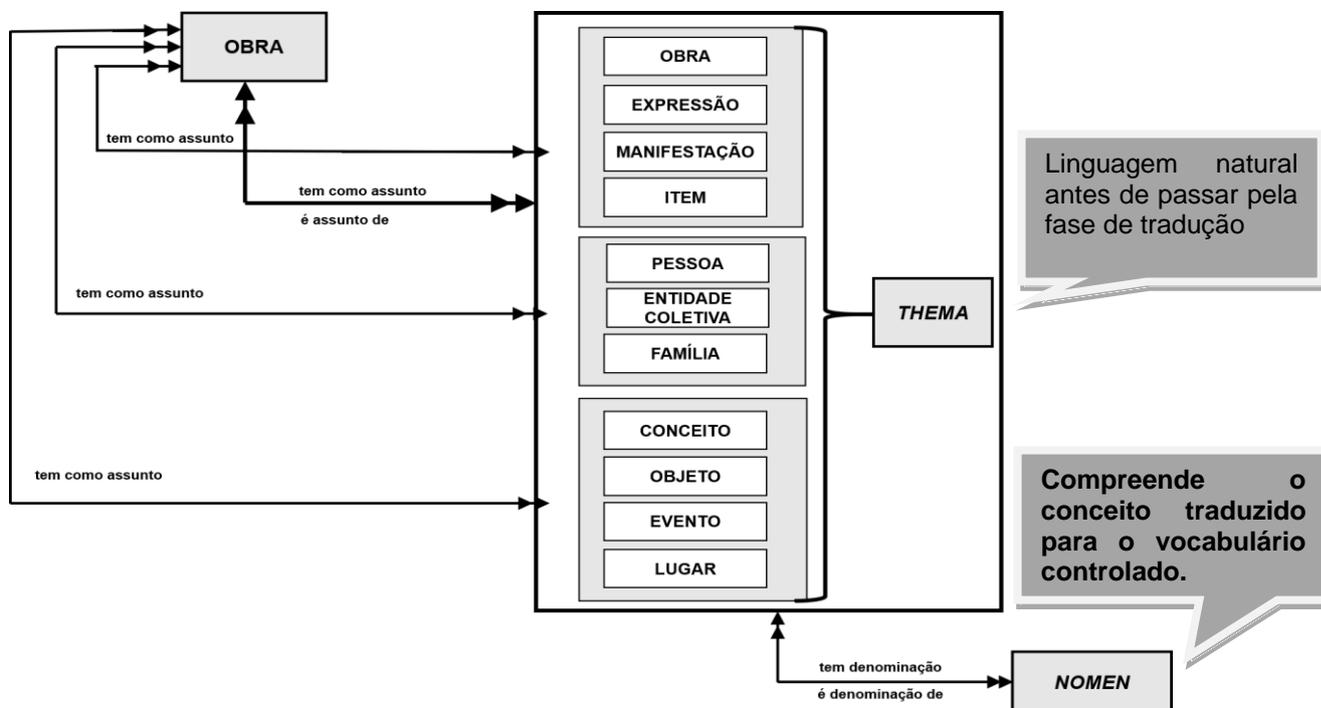
Portanto, a essência do modelo FRASAD é modelar as entidades que representam os assuntos de uma obra, sob a perspectiva dos profissionais da informação e dos usuários finais, independentemente de qualquer domínio do conhecimento e do sistema de organização do conhecimento a ser adotado (MELO, 2013).

5.3.2 As entidades

Adotando a técnica da modelagem entidade-relacionamento, para compor sua estrutura, o modelo FRASAD considerou que todas as entidades definidas nos Grupos 1, 2 e 3 dos FRBR têm uma relação de “assunto de” com a obra identificando duas novas entidades – *thema* e *nomen* – consideradas entidades de alto nível (IFLA, 2010; ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

O marco fundamental do modelo FRASAD, representado na Figura 8, a seguir, revela as relações de assunto entre a obra e as entidades dos grupos 1, 2 e 3 do FRBR.

FIGURA 8 – Representação das relações entre o FRSAD e o FRBR (com a inclusão da entidade “família” do FRAD)



Fonte: IFLA, 2010, Zumer; Zeng; Salaba, 2012.

Nota: Com adaptações.

É importante explicitar que o grupo de estudo FRANAR, responsável pelo desenvolvimento do FRAD, menciona que o modelo se destina, também, a atender à comunidade arquivística, razão pela qual, além das entidades pessoa e entidade coletiva, foi incluída a entidade **família** (IFLA, 2009).

Nessa modelagem, pode-se observar que a proposta parte do princípio de que qualquer elemento de todas as entidades do FRBR pode conter informações de assunto, além das entidades **conceito**, **objeto**, **evento** e **lugar**. Assim, uma informação que se caracterizaria como assunto nas entidades do FRBR foi considerada pelo FRSAD como **thema**, ou seja, o termo em linguagem natural, que necessitaria ser traduzido para um termo controlado que denominaram **nomen**.

A entidade **thema** é definida por Zumer, Zeng e Salaba (2012, p. 40) como “qualquer entidade que pode ser usada como assunto de uma obra”. Entretanto, conforme mencionado pelas autoras, é importante observar que essa classe de entidade não está restrita a assuntos reais das obras dentro de uma coleção, podendo ser aplicada, também, a tudo o que é ou que tenha o potencial de ser ou de se tornar assunto de uma obra. Portanto, o **thema** expressa a totalidade do que é uma obra ou qualquer um dos aspectos mais elementares pertencentes à obra.

Na reflexão de Zumer, Zeng e Salaba (2012), essa generalização proporciona, sobremaneira, o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e de outras ferramentas de busca com diferentes implementações, adequando-as às circunstâncias e às necessidades específicas dos usuários.

Com relação à entidade *nomen*, esta é definida por Zumer, Zeng e Salaba (2012, p. 44) como “qualquer entidade ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos etc.) que pode ser usada como assunto de uma obra ou, ainda, pela qual um **thema** é “conhecido por”, “referenciado a” ou “tratado como”. **Nomen** é, portanto, o que é usado para comunicar ou representar um assunto.

A justificativa da IFLA (2010) de escolher dois termos latinos, *thema* (plural *themata* ou *themas*) e *nomen* (plural *nomina* ou *nomens*), foi devido à neutralidade de significados que eles possuem em nossa cultura, não necessitando de nenhum tipo de tradução, além da necessidade de diferenciar a entidade *thema* da entidade “conceito”, definida anteriormente pelos FRBR. *Nomen* justifica-se por ser o termo “nome” muitas vezes considerado sinônimo de nome próprio. Além disso, o Grupo de Trabalho precisava distinguir *nomen* da entidade “nome” do FRAD, uma vez que a entidade *nomen* inclui o nome, o identificador e o ponto de acesso controlado, entidades do FRAD.

Na análise de Melo (2013), a diferença entre as entidades **thema** e **nomen** é fundamental para a compreensão do modelo FRSAD por corresponder à estrutura apresentada pelos SOC. Nesse contexto, Zumer, Zeng e Salaba (2012) explicam que a noção da entidade **thema** no modelo FRSAD corresponde à terminologia convencional de conceito, categoria e classe utilizada nos diversos sistemas de organização do conhecimento. Já a noção da entidade **nomen** equivale às denominações **termo**, **rótulo** e **notação** utilizados, respectivamente, em tesouros, taxonomias e sistemas de classificação bibliográfica, conforme sintetizado no quadro a seguir:

QUADRO 13 – *Thema* e *nomen* em vários SOC

SOC	THEMA	NOMEN
Tesouros	Conceito	Termos
Cabeçalhos de assunto	Conceito	Termos
Taxonomias	Categorias	Rótulos
Vocabulários controlados	Conceito ou nome	Termos
Sistemas de classificação	Classe	Notações

Fonte: Melo, 2013, p. 58, a partir de Zumer; Zeng; Salaba, 2012, p. 104.

Percebe-se aqui que a relação com vocabulários controlados considerou tanto os instrumentos de estrutura linguística, como tesouros e listas de cabeçalhos de assunto, assim como os sistemas de classificação para o estabelecimento do *nomen*, uma vez que ele pode ser uma sequência de símbolos qualquer (QUADRO 13). No âmbito de um SOC, a entidade *thema* pode ser analisada sob dois pontos de vista: o primeiro é a visão do

profissional da informação que, ao analisar o conteúdo de um item informacional, atribui um *nomen* que melhor represente o *thema*; o segundo é a perspectiva do usuário do sistema informacional que, de maneira semelhante ao profissional da informação, analisa os *themas* de acordo com suas necessidades informacionais visando identificar os *nomens* que foram atribuídos para representar os itens informacionais do seu interesse (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Em uma visão sintetizada, o Quadro 14 apresenta as entidades e as tarefas dos usuários, definidas pela “família FR”. Em uma análise comparativa entre os três modelos, notam-se evidências do enfoque dado à catalogação, no modelo FRAD, assim como o enfoque à indexação, no modelo FRSAD.

QUADRO 14 – Visão geral da “Família FR”

FRBR	FRAD	FRSAD
ENTIDADES		
Grupo 1 Obra Expressão Manifestação Item	Obra Expressão Manifestação Item Pessoa Entidade coletiva	<i>Thema</i> <i>Nomen</i>
Grupo 2 Pessoa Entidade coletiva	Família Conceito Objeto Evento Lugar	
Grupo 3 Conceito Objeto Evento Lugar	Nome Identificador Ponto de acesso controlado Regras Agência	
TAREFAS DOS USUÁRIOS		
Encontrar Identificar Selecionar Obter	Encontrar Identificar Contextualizar Justificar	Encontrar Identificar Selecionar Explorar

Fonte: Zumer; Zeng; Salaba, 2012.

5.3.3 Os atributos

As entidades do FRSAD incluem, quando apropriado, as entidades dos três diferentes grupos da “família FR” (obra, expressão, manifestação, item, pessoa, entidade coletiva, família, conceito, objeto, evento e lugar), razão pela qual possuem os mesmos atributos. No entanto, assim como qualquer entidade do FRBR pode ser um tipo de *thema*, os atributos podem ser similarmente muito diferentes (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Em relação aos atributos da entidade *thema*, pelo fato de essa entidade ser definida de uma forma muito abstrata e geral, podendo qualquer coisa ser o assunto de uma obra, os atributos variam consideravelmente, dependendo da implementação e de acordo

com o contexto em que são empregados, com exceção de dois atributos que são aplicáveis invariavelmente em todos os casos: **tipo de *thema*** e a **nota de escopo**. Os demais atributos dependem do tipo específico ao qual o *thema* pertence (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

O atributo *tipo de thema* é a categoria a que pertence um *thema* no contexto de um determinado sistema de organização do conhecimento. De acordo com Zumer, Zeng e Salaba (2012), existem diversas maneiras de classificar os *themas* e, para cada SOC, a escolha deve partir de uma análise criteriosa (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Quanto ao atributo *nota de escopo*, trata-se de um texto que descreve e/ou define o *thema*, especificando seu escopo dentro de um sistema de autoridade de assunto específico. Uma nota de escopo é frequentemente fornecida a um *thema* e incluída no SOC para ajudar os usuários a entenderem o domínio. Esse atributo é particularmente importante para a tarefa “explorar” dos usuários (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Em referência aos atributos do *nomen*, o modelo FRSAD listou apenas os atributos mais comuns, deixando, portanto, de ser uma lista abrangente por entender que nem todos os atributos listados são aplicáveis a todos os *nomens* (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Com essa definição abrangente, os atributos do *nomen* podem ser considerados qualquer forma que utilizamos para representar e comunicar o significado da entidade *thema*. O Quadro 15 a seguir sintetiza as definições das entidades *thema* e *nomen* com seus atributos:

QUADRO 15 – Entidades definidas pelo FRSAD e seus atributos

(continua)

ENTIDADES	ATRIBUTOS	DEFINIÇÃO
<i>Thema</i>	Tipo de <i>thema</i>	Categoria à qual um <i>thema</i> pertence no contexto de um determinado SOC. Em uma implementação, os temas podem ser organizados a partir da categoria, classe ou tipo.
	Nota de escopo	Texto que descreve e/ou define o <i>thema</i> , especificando seu escopo dentro de um sistema de autoridade de assunto específico.
<i>Nomen</i>	Tipo de <i>nomen</i>	Categorias às quais os nomes pertencem. Além de outros tipos específicos de implementação, existem dois valores importantes desse atributo: <ul style="list-style-type: none"> • identificador - o nome atribuído a uma entidade que é persistente e exclusiva dentro de um domínio; • nome controlado - nome construído durante o controle de autoridade ou o processo de manutenção de vocabulário que normalmente serve como um ponto de acesso (nota: rotulado como um ponto de acesso controlado em FRAD).
	Esquema	Esquema em que a nomenclatura é estabelecida, incluindo esquemas de codificação de valores (listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, sistemas de classificação, listas de nomes de autoridade, etc.) Exemplos de valores: LCSH, CDD, ISO 8601

(conclusão)

ENTIDADES	ATRIBUTOS	DEFINIÇÃO
	Fonte de referência	Fonte na qual o nome é localizado. Também pode ser modelado como um relacionamento com a entidade apropriada do Grupo 1 (obra, expressão e manifestação). Exemplos de valores: Enciclopédia Britânica, Terceiro Novo Dicionário Internacional de Webster (1961)
	Representação	Tipo de dados em que o nome é expresso. Exemplos de valores: alfanumérico / som / gráfico
	Idioma	Linguagem em que o nome é expresso. Exemplos de valores: inglês / grego / chinês
	Alfabeto	Alfabeto em que o nome é expresso. Exemplos de valores: tailandês / chinês / inglês
	Tradução	Regra, sistema ou padrão usado para traduzir o nome em uma representação diferente. Exemplos de valores: ISO 3602, 1998, romanização dos japoneses (escrita Kana)
	Forma	Qualquer informação adicional que ajude a interpretar o <i>nomen</i> . Exemplos de valores: nome completo / Abreviatura Fórmula
	Período de validade	Período de tempo, em que o nome é / foi usado ou é / foi válido em um sistema de vocabulário de assunto. Isso não deve ser confundido com o aspecto temporal de um <i>thema</i> . Exemplos de valores: Até 11 de maio de 1949 / Depois de 1945 / 1945-1967
	Público	Forma preferida do <i>nomen</i> para determinada comunidade ou grupo de usuários. Exemplos de valores: usuários que falam inglês / cientistas / crianças
	Status	O status do <i>nomen</i> em um sistema de autoridades de assunto. Isso não deve ser confundido com a gestão de um sistema de autoridades exemplo (a inclusão ou exclusão de um <i>thema</i>). Exemplos de valores: Proposto / Aceito / Obsoleto

Fonte: Zumer; Zeng; Salaba, 2012.

5.3.4 Os relacionamentos

As relações de assunto sempre se referem à obra por motivos evidentes: somente a obra possui um assunto e todas as demais entidades derivam-se ou relacionam-se à obra em si. Portanto, todas as entidades podem ser assunto de outra obra. Assim, o principal objetivo do FRSAD é representar, de maneira abstrata, os dados de autoridade de assunto, presentes no catálogo bibliográfico.

FIGURA 9 – Relações básicas do modelo FRSAD



Fonte: IFLA, 2010.

Ao analisar a Figura 9, observa-se que as relações podem ser compreendidas da seguinte forma:

- uma obra tem como assunto um ou mais *themas*;
- um *thema* é assunto de uma ou mais obras;
- um *thema* tem como denominação um ou mais *nomens*;
- um *nomen* é a denominação de um ou mais *themas*.

De acordo com Zumer, Zeng e Salaba (2012), dois tipos de relacionamentos são estabelecidos pelo modelo FRASAD: I) as relações primárias, que acontecem entre os diferentes tipos de entidades (*obra-thema* e *thema-nomen*) e; II) as relações entre as entidades do mesmo tipo.

O primeiro tipo de relacionamento (***obra-thema***) está expresso nas entidades dos Grupos 1, 2 e 3 do modelo FRBR. É uma relação de muitos para muitos, isto é, qualquer obra pode ter um ou mais *themas* e qualquer *thema* pode ser o assunto de uma ou mais obras (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

O segundo tipo de relacionamento (***thema-nomen***) é uma relação de muitos para muitos em que qualquer *thema* pode ter inúmeros *nomens* e qualquer *nomen* pode ser a denominação de mais de um *thema*, desde que essa relação ocorra em um ambiente de linguagem natural. Caso contrário, em um determinado vocabulário controlado de um domínio específico, um *nomen* é geralmente uma denominação de um único *thema*, mas um *thema* pode ter mais de um *nomen* (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Continuando, Zumer, Zeng e Salaba (2012) relatam que, nas relações entre as entidades do mesmo tipo (***thema-thema***), apenas as relações diretamente aplicáveis ao assunto são consideradas com a finalidade de garantir que os atributos correspondam na construção e no uso de dados de autoridade e, finalmente, de estabelecer a representação das relações através dos pontos de acesso por assuntos que são refletidos em nossos registros bibliográficos. Nesse tipo de relações se derivam outras mais, quais são:

a) **Relações hierárquicas**: mostram as relações entre conceitos e categorias de conceitos revelando graus ou níveis de superioridade e subordinação, em que o termo de ordem superior representa uma classe ou um todo e termos subordinados referem-se a seus membros ou partes. Estruturas hierárquicas são encontradas em esquemas de classificação, sistemas de cabeçalhos de assuntos, tesouros e outros sistemas de organização do conhecimento.

Relacionamentos hierárquicos são os mais eficazes para se navegar entre os *themas* por proporcionarem aos usuários inúmeras possibilidades de estratégias de busca, particularmente para aqueles usuários com necessidades de informações maldefinidas ou muito amplas. Para os profissionais da informação, o conhecimento do contexto hierárquico

de um *thema* possibilita escolher o nível apropriado (superior ou inferior) de especificidade de um conceito (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

Em um relacionamento hierárquico, as relações podem se apresentar em três tipos: **relação genérica**, que é uma relação lógica de inclusão cuja função primária é transmitir o mesmo conceito em diferentes graus de especificidade; **relação todo-parte**, que se apresenta quando o conceito está incluído em outro, independentemente do contexto, de modo que esses conceitos possam ser organizados em hierarquias; **relação de instância**, que identifica as relações entre uma classe geral de coisas ou eventos, expressa por um nome comum, e um exemplo individual de categoria, expressa por um nome próprio (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

b) **Relações poli-hierárquicas**: quando, por razões lógicas, um conceito pertence, simultaneamente, a mais de um conceito superordenado (classe), uma vez que apresentam vários tipos de relacionamentos hierárquicos dentro de sua estrutura. Podem ser representados como relações genéricas, todo-parte e tipos múltiplos para os quais Zumer, Zeng e Salaba (2012, p. 50) citam exemplos com a finalidade de esclarecer:

a) genéricas – smartphones são um tipo de telefone celular, mas também podem ser considerados media players portáteis, câmeras e dispositivos de navegação GPS;

b) todo-parte – a físico-química é um ramo da física que estuda os processos químicos sob o ponto de vista da física, mas também é considerada uma especialidade da química;

c) tipos-múltiplos – na Astronomia, o planeta Mercúrio pode ser apresentado hierarquicamente como uma instância de planeta, o menor planeta do sistema solar (todo-parte) e um tipo de planeta inferior;

c) **Relações associativas**: possuem a função de suprir as relações entre os pares de *themas* que não são hierarquicamente relacionados, mas que continuam conectados de forma conceitual ou semântica, dependendo de um universo de referência. Cabe ressaltar que essas relações se estabelecem entre *themas* de diferentes hierarquias (QUADRO 16).

QUADRO 16 – Categorias de relações associativas

RELAÇÕES ASSOCIATIVAS	EXEMPLOS
Causa/efeito	Acidente/lesão
Processo/agente	Medição de velocidade
Ação/produto da ação	Tecelagem/pano
Ação/paciente ou alvo	Ensino/aluno
Conceito ou coisa/propriedades	Liga de aço/resistência à corrosão
Coisa ou ação/agente contrário	Praga/pesticida
Coisa/suas partes	Carro/motor
Matéria-prima/produto	Uvas/vinho
Ação/propriedade	Comunicação/habilidades de comunicação
Campo de estudo/objetos ou fenômenos estudados	Silvicultura/floresta

Fonte: IFLA, 2010, p. 29.

É importante evidenciar que o modelo FRSAD não esgotou as possibilidades de relações semânticas entre *themas* e os tipos de relações hierárquicas e associativas listados acima. O FRSAD considera que cada implementação específica será fruto de uma tomada uma decisão sobre incluir ou não relações associativas e, nesse caso, quais incluir e em que nível de especificidade (ZUMER; ZENG; SALABA, 2012).

O tipo de relacionamento (***nomen-nomen***) contempla as seguintes relações:

a) **Equivalência:** dois *nomens* são equivalentes se forem denominações do mesmo *thema* em um vocabulário controlado, podendo ser encontrados em cinco situações: (*nomens* são sinônimos / *nomens* são próximos ou quase-sinônimos / *nomens* possuem variantes lexicais / um nome é desconsiderado específico e é representado por outro *nomen*, com maior alcance / um nome é desconsiderado específico e é representado por uma combinação de dois ou mais termos (conhecido como equivalência composta) (IFLA, 2010).

Nos sistemas de organização do conhecimento, a relação de equivalência é explicitada por meio da conexão entre o *nomen* preferido e todos os outros alternativos. No entanto, esse tipo de relação existe também entre diferentes línguas e sistemas de organização do conhecimento, podendo ser introduzidas em determinados contextos para corresponder às necessidades específicas dos usuários de um domínio do conhecimento (MELO, 2013).

b) **Relação partitiva:** essa relação acontece entre nomes compostos em que um *nomen* pode ser relacionado aos seus componentes (partes). A composição de cada *nomen* pode ser regida por regras, como a ordem de citação em um cabeçalho de assunto (IFLA, 2010).

Observa-se que a união das entidades e dos atributos, a partir da estrutura relacional da “família FRBR”, amplia a capacidade de recuperação da informação no universo bibliográfico, além de tornar a atividade de pesquisa uma tarefa simples, descartando a necessidade de refinamentos de pesquisas pelos usuários. Esse cenário é denominado por Moreno e Brascher (2007, p. 13) de “visão unificada de dados”, uma vez que os atributos das entidades que integram a modelagem mantêm relação entre si.

Os relacionamentos da família FR são utilizados para interligar todas as entidades bibliográficas identificadas pelos modelos FRBR, FRAD e FRSAD, contribuindo para o usuário “navegar” no universo bibliográfico (IFLA, 2009).

5.4 A Modelagem Conceitual para Descrição Arquivística – Modelo NEDA-MC

As oportunidades provenientes da expansão das tecnologias têm influenciado, também, as formas de representação e acesso às informações em arquivos, devido ao aumento do número de arquivos no formato eletrônico e digital. Nesse cenário, estudos vêm

sendo desenvolvidos no campo da Arquivologia com o propósito de desenvolver recursos com aplicabilidade para gestão e recuperação da informação em arquivos.

Mediante essas necessidades, os modelos conceituais se apresentam como uma proposta orientadora para a arquitetura dos sistemas de descrição arquivística, os quais, por sua natureza, permitem que os desenvolvedores estabeleçam a implementação de sistemas lógicos relacionais capazes de oferecer inúmeras possibilidades de recuperação da informação em arquivos a partir do compartilhamento de dados.

Anteriormente à apresentação do NEDA-MC, faz-se necessário relatar que a justificativa pela escolha do NEDA-MC para a realização desta pesquisa teve como ponto de partida uma pesquisa de doutorado realizada por Vital (2017), em que foi realizado um mapeamento dos modelos conceituais utilizados para descrição arquivística em vários países, identificados pela pesquisadora no site do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), conforme consta no Quadro 17 a seguir:

QUADRO 17 – Modelos conceituais para descrição arquivística

(continua)

MODELO CONCEITUAL	PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES COM RELAÇÃO AO CONTEÚDO	PAÍS	ANO DE PUBLICAÇÃO
NEDA-MC Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (CNEDA) NEDA-MC	<ul style="list-style-type: none"> - Busca integrar as quatro normas de descrição arquivística internacionais: ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH; - Foram identificadas seis entidades: Documento de arquivo, Agentes, Funções, Norma, Lugar e Conceito, Objeto e Eventos; - Qualquer conceito, objeto ou evento pode estar relacionado a ideias ou noções abstratas, coisas materiais, eventos ou acontecimento de que tratam um ou mais documentos arquivísticos e, por outro lado, qualquer documento arquivístico pode estar relacionado a um ou mais conceitos, objetos ou eventos. 	Espanha	<p>Versão 2017</p> <p>primeira versão 2012</p> <p>2007 Início dos estudos</p>
(RIC-CM) ³⁰ Records in contexts	<ul style="list-style-type: none"> - Busca integrar as quatro normas de descrição arquivística internacionais: ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH; - Em sua versão preliminar, aponta 14 entidades básicas: Record, Record Component, Record Set, Agent, Occupation, Position, Function, Function (Abstract), Activity, Mandate, Documentary Form, Date, Place, Concept/ Thing. - A representação temática é contemplada especificamente na entidade Concept/Thing, entendida como “qualquer ideia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com ou em alguns casos ser o assunto de outras entidades. - O modelo RIC-CM deixa claro que qualquer entidade que seja assunto do documento poderá ser associada a ele na entidade Concept/Thing. 	Estados Unidos da América	<p>2016 Versão preliminar (Consultation Draft v. 0.1).</p>

³⁰ Encontra-se na fase de consulta pública da sua primeira versão (Consultation Draft v. 0.1.) (CIA, 2016).

(conclusão)

MODELO CONCEITUAL	PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES COM RELAÇÃO AO CONTEÚDO	PAÍS	ANO DE PUBLICAÇÃO
(CMAD) Finnish Conceptual Model for Archival Description	<ul style="list-style-type: none"> - Busca integrar as quatro normas de descrição arquivística internacionais: ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH; - Institui oito entidades: Função, Agente, Recurso de Informação, Evento do Ciclo de Vida, Mandato, Lugar, Evento Temporal e Assunto; a inclusão das três últimas é influência do modelo FRBR; - O "Assunto" representa qualquer tópico (conceitual ou físico) que o recurso tenha informação a respeito; - As entidades Agente, Lugar e Evento Temporal e Assunto são internacionalmente reconhecidas como entidades-chave para a descrição de conteúdo de arquivo; - Define a entidade Assunto (Subject) como conceito ou objeto. Assuntos podem ser, por exemplo, filosofias, ideologias políticas, métodos, artefatos, processos, eventos, pessoas, áreas geográficas, construções ou organizações; - Entende que outras entidades do modelo conceitual também podem ser assuntos, reconhecidas a partir do contexto; - O modelo afirma que assunto é sempre relacionado ao conteúdo dos documentos; 	Finlândia	Versão única 2013 (draft version)
(AGRkMS) Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0	<ul style="list-style-type: none"> - Cinco entidades foram definidas: Documento, Agente, Função, Mandato e Relacionamentos; - Proposta de entidades múltiplas; - Apresenta o elemento <i>keyword</i> (palavra-chave) como elemento não obrigatório, aplicado à entidade Documento com a finalidade de facilitar a busca e a recuperação da informação; - Classificação dos documentos por assunto ou função; - Registra as relações entre os documentos e as funções/atividades que representam; 	Austrália	2015
Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentam o assunto como um elemento da entidade - Apontam que as funções e as atividades podem representar o assunto. 	Nova Zelândia	Versão única 2008

Fonte: Vital, 2017; Gueguen *et al.*, 2013.

Nota: Com adaptações.

A apresentação do Quadro 17 não possui a finalidade de comparar as especificações de cada modelo, mas de anunciar os esforços da comunidade arquivística na elaboração de modelos conceituais, retratando a importância do acesso aos documentos arquivísticos a partir de assuntos.

Com relação ao modelo conceitual RIC-CM, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), através do Experts Group on Archival Description (EGAD) [Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA)], tem a intenção de tornar o modelo referência internacional na condução do desenvolvimento da arquitetura de sistemas de descrição arquivística, com flexibilidade, uma vez que cada cultura possui suas especificidades (CIA, 2016).

Na reflexão de Vital (2017), o modelo RIC-CM abarca as especificidades de dois modelos, o CMAD e o NEDA, apresentando algumas diferenças e muitas semelhanças. Contudo, é importante ressaltar que o RIC-CM se encontra na fase de consulta pública da sua primeira versão (2016), situação essa que pode conduzir às variações e/ou modificações da estrutura do modelo, na medida em que forem sendo recebidos comentários.

Dessa forma, na ausência de um modelo conceitual universal e consolidado, para esta pesquisa será adotado o modelo conceitual NEDA-MC, por compreender que a CNEDA, além do reconhecimento do seu pioneirismo na condução de estudos para a elaboração do primeiro modelo conceitual para a descrição arquivística, apresenta revisões periódicas do modelo (a última revisão aconteceu em 2017), adequando-o às mudanças tecnológicas. O NEDA-MC considera a recuperação da informação em arquivos a partir do contexto e do conteúdo.

O primeiro dos modelos conceituais para representar os documentos arquivísticos teve sua origem na Espanha, elaborado pela Comissão de Normas Espanhóis de Descrição Arquivística (CNEDA). Embora tenha iniciado em 2007, não ofereceu resultados estáveis até 2012, quando adotou o modelo conceitual NEDA-MC correspondente à identificação de entidades e relacionamentos. Na publicação revisada de 2017, o NEDA-MC incluiu uma lista de conjuntos de atributos identificados pelo modelo (REQUEJO ZALAMA, 2017).

É mencionado por Gueguen e colaboradores (2013) que o modelo NEDA-MC faz uma clara distinção entre três dimensões do domínio no qual os arquivistas trabalham: primeiro, há o mundo real, o mundo compartilhado por todos nós, que pode ser conceitualizado e compreendido de múltiplas perspectivas, tanto formais como informais; segundo, um modelo conceitual do mundo real baseado em uma perspectiva específica, a perspectiva arquivística, esse é o modelo em que está representado no NEDA-MC; terceiro, existem normas que especificam os requisitos dos dados de sistemas que representam os fenômenos do mundo real baseados no modelo conceitual, etapa da implementação. Os autores expõem que a CNEDA reconhece que a comunidade arquivística está em transição:

[...] de uma descrição arquivística unidimensional (concentrando-se quase exclusivamente na representação de documentos), para uma descrição multidimensional, orientando-se para a criação e manutenção de representações de diferentes tipos de entidades (documentos, agentes, função etc.) e seus inter-relacionamentos. (GUEGUEN *et al.*, 2013, p. 111).

O NEDA-MC é o reflexo da transição que vem ocorrendo na representação arquivística da descrição unidimensional ou entidade única, focada quase que exclusivamente na descrição de documentos arquivísticos, para a descrição arquivística multidimensional ou multientidade, direcionada tanto para a criação como para a

manutenção de descrições no contexto. Essa mudança também implica a revisão do modo como foram interpretadas as principais regras de descrição arquivística na Espanha, por isso tem sido necessário repensar, globalmente, todos os desenvolvimentos normativos de aplicação sobre o assunto, a fim de responder a essa nova situação (CNEDA, 2017).

Prosseguindo, Gueguen e colaboradores (2013) esclarecem que o modelo para descrição arquivística unidimensional “entidade singular”, que se distingue da abordagem multidimensional “entidade múltipla”, representou e continua a representar a abordagem mais comum para a descrição no campo da arquivística. A abordagem entidade múltipla separa e inter-relaciona as principais entidades que compunham a abordagem “entidade singular”.

Ao elaborar uma descrição arquivística multidimensional, isto é, uma abordagem descritiva a partir de múltiplas entidades, conforme proposta do NEDA-MC, todos os aspectos do documento e seus relacionamentos devem ser considerados: o local da criação, a pessoa que o assinou, as pessoas ou as instituições mencionadas no texto, o evento histórico, o motivo para redigir um documento, o contratante, o autor, o destinatário, os metadados sobre a origem e a vida do documento e os critérios de seleção que foram utilizados, a razão pela qual esse registro foi selecionado para armazenamento. Essas reflexões devem ser respondidas visando descrever o registro arquivístico de forma mais completa possível. O contexto em que o documento foi criado e usado explica ou completa o significado mais amplo do registro. “Este é o significado literal de registros no contexto: o estudo de um documento por meio das ‘entidades’ relacionadas e sua representação através de um programa de computador” (LÓPEZ CUADRADO, 2019, p. 51).

O método de descrição de entidades múltiplas ou descrição multidimensional é compatível com a descrição multinível conforme as diretrizes apresentada pelas normas ISAD(G) e Nobrade; ambos os métodos se complementam. Ainda é possível mostrar uma descrição em vários níveis conforme o criador do registro na descrição é indicado ou como é estabelecida a relação entre o documento e a série ou os fundos de arquivo (grupo de registros) nos quais esse registro está estabelecido. Os diferentes relacionamentos devem ser registrados durante a descrição dos registros. É possível, por exemplo, estabelecer um relacionamento entre a instituição que criou o documento, as funções dessa instituição, outros documentos criados pela instituição, entre outros relacionamentos. Ressalta-se que a descrição de entidades múltiplas inclui a descrição de vários níveis (LÓPEZ CUADRADO, 2019, p. 51).

Devido aos avanços das tecnologias da comunicação, Gueguen e colaboradores (2013) mencionam que os métodos de descrição para recursos informacionais tiveram que ser reinventados, de modo a tornar o processo descritivo mais econômico e expandir os recursos para a recuperação da informação, em detrimento do surgimento de novas mídias. Contudo, de acordo com os autores, na maior parte das vezes, a informação do mundo real

não é bem representada, e, particularmente, a descrição arquivística ao nível de fundo, sua forma mais disseminada, não é bem acomodada pelas bases de dados.

Desse modo, a CNEDA empregou as técnicas de modelagem de dados MER (Modelagem Entidade-Relacionamento) levando em consideração as quatro normas do CIA: ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH, bem como o ICA-AtoM³¹, várias normas ISO e outras mais para desenvolver o modelo NEDA-MC.

O propósito do NEDA-MC corresponde à necessidade de identificar os elementos necessários na implementação de sistemas para a representação de documentos arquivísticos e identificar os elementos que podem ser usados para configurar um sistema de descrição arquivística. Para isso, foram identificados os seguintes elementos: as entidades que podem ser descritas; os tipos de relacionamento entre entidades, especificando certos relacionamentos básicos; os atributos das principais entidades que são objeto de descrição. Como anexo, o NEDA-MC inclui tabelas de equivalência entre os atributos identificados e as principais normas em vigor, usadas na Espanha para elaborar a descrição (CNEDA, 2017, p. 6-7).

Como forma de garantir os objetivos do modelo, a CNEDA (2017, p. 7) enumerou algumas questões que não devem ser consideradas sobre o modelo NEDA-MC:

- I) Um esquema específico que deve ser implementado com os mesmos requisitos funcionais em todas as organizações arquivísticas. O NEDA-MC identifica e coleta os elementos que são considerados úteis para descrever, a partir de uma perspectiva teórica. A implementação prática do seu conteúdo e dos requisitos funcionais, que são exigidos por cada sistema de descrição, pode variar em função das necessidades ou instruções mais específicas estabelecidas em cada sistema;
- II) Um modelo ou padrão para gerenciar documentos nas organizações. O objetivo do NEDA-MC é identificar as entidades e seus relacionamentos, oferecendo uma estrutura de atributos sobre elas a partir da perspectiva da descrição arquivística, sem dar uma solução detalhada e precisa às necessidades de gerenciamento das organizações. Por esse motivo, reconhece a existência de outros esquemas ou padrões aplicáveis às mesmas entidades e relacionamentos identificados e que possuem um propósito que não seja meramente descritivo, eles não são incompatíveis com o conteúdo da NEDA-MC;
- III) Um protocolo de diretrizes para selecionar o conteúdo e introduzi-lo nos sistemas de informações arquivísticos. As diretrizes específicas necessárias para selecionar as informações que representam os documentos de arquivo ou outras entidades relacionadas a esses documentos devem ser preparadas de acordo com as especificações de uso de cada sistema de descrição, seja através de possíveis padrões NEDA ou através de normas próprias de cada organização;
- IV) Um esquema de intercâmbio de descrições. As informações contidas no NEDA-MC podem ser objeto de interoperabilidade entre sistemas usando

³¹ Software livre, voltado ao ambiente virtual web que se destina a auxiliar as atividades descritivas de arquivos. “É resultante de um projeto do mesmo nome, teve seu início através de um relatório em 2003, emitido pela Comissão de Tecnologia da Informação do CIA, que estabelecia requisitos funcionais para um Open Source Archival Resource Information System” (OSARIS) [Sistema aberto de pesquisa em informações arquivísticas]. Disponível em: <https://www.ica-atom.org/download>. Acesso em: 11 jan. 2019.

outros mecanismos, seja através de esquemas de intercâmbio já existentes (e-EMGDE, EAD, EAC) ou através de outros possíveis desenvolvimentos. (CNEDA, 2017, p. 7).

Em relação ao âmbito de aplicação, o NEDA-MC pode ser aplicado a qualquer sistema ou ambiente que sirva para criar, modificar ou gerenciar descrições de documentos arquivísticos ou outras entidades. Portanto, deve servir de referência para:

- Identificar informações consideradas úteis para recuperar e acessar documentos de arquivo, independentemente de sua natureza, suporte ou política de gerenciamento, usando informações de entidades múltiplas relacionadas entre si;
- Definir os requisitos funcionais básicos que são considerados necessários para desenhar ou implementar aplicações destinadas para descrição em arquivos;
- Estabelecer elementos básicos comuns que podem ser compartilhados em nível teórico entre todos os sistemas de descrição arquivística da Espanha, independentemente do seu grau de desenvolvimento tecnológico. (CNEDA, 2017, p. 7).

Desse modo, tendo em conta o acima exposto, o público-alvo do NEDA-MC corresponde aos:

- Desenvolvedores de aplicações destinadas à gestão de descrição de documentos arquivísticos, agentes, funções, normas, lugares e conceitos, objetos ou eventos;
- Responsáveis por identificar os requisitos operacionais de aplicativos de computador para descrever documentos ou implementar esquemas de metadados em organizações, tanto públicas quanto privadas;
- Responsáveis pela gestão documental das organizações e pelas políticas de gestão de documentos nos quais os elementos a serem descritos dentro da organização são identificados;
- Responsáveis pela descrição arquivística em centros de arquivo, como os principais usuários dos sistemas que gerenciam descrições de documentos de arquivo, agentes, funções, normas, lugares, conceitos, objetos ou eventos.
- Responsáveis pela gestão administrativa e pelo processamento de especificações para projetar aplicações informáticas para descrição ou atribuição de metadados (CNEDA, 2017, p. 7-8).

O modelo conceitual NEDA-MC é um documento normativo que está sujeito a revisões periódicas pela CNEDA com o objetivo de manter sua operacionalidade ao longo do tempo e o progresso da descrição arquivística, tendo em vista os avanços das tecnologias. Destaca-se que desde 2012 a CNEDA tem colaborado ativamente nos estudos realizados pelo grupo GEDA da CIA com a intenção de auxiliar no desenvolvimento do modelo RIC-CM e, ao mesmo tempo, manter os avanços internacionais do GEDA para preservar o alinhamento com o conteúdo apresentado pelo NEDA-MC. Desse modo, no momento em que o Conselho Internacional de Arquivos oficializar o RIC-CM, concomitantemente, será estabelecido o marco da revisão completa do NEDA-MC com a intenção de garantir o alinhamento total entre os dois modelos (CNEDA, 2017).

Acerca das tarefas dos usuários, é interessante observar que estas foram descritas pela CNEDA em outro documento normativo, quando publicou o NEDA-Req (2018), que consiste na identificação dos requisitos básicos necessários para a descrição dos documentos arquivísticos, agentes e funções de arquivo no momento de desenhar os sistemas de descrição arquivística e, assim, constituir uma base sólida inicial para regular a estrutura e o conteúdo de seus dados (CNEDA, 2018).

A CNEDA (2018) entende que as tarefas do usuário são todas as ações que podem ser desenvolvidas em um sistema arquivístico destinadas ao uso das descrições existentes nesse sistema e, diferentemente da família FR, não inclui como usuários os desenvolvedores e os gerenciadores de sistemas arquivísticos (QUADRO 18).

QUADRO 18 – Tarefas dos usuários na proposta do modelo NEDA-Req

Acessar	É usada para obter e exibir o registro descritivo correspondente a uma ou mais entidades, ou mesmo à própria entidade, dentro do diretório sistema de descrição
Buscar	É usada para formular pesquisas de entidade, simples ou avançadas
Encontrar	É usada para localizar uma ou várias entidades no sistema de descrição de arquivo como resultado de uma pesquisa
Explorar	É usada para navegar entre os relacionamentos que uma entidade pode manter com outras entidades no sistema de descrição
Exportar	É usada para extrair informações correspondentes a uma ou mais entidades que estão dentro do sistema de descrição
Identificar	É usada para verificar se a entidade localizada corresponde à entidade procurada ou para distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes.
Ordenar	É usada para classificar os resultados de uma pesquisa por um único critério ou combinando vários critérios estabelecidos pelo usuário
Selecionar	É usada para selecionar um registro ou interface descritiva apropriada às necessidades de informações do usuário
Validar	É usada para verificar a autenticidade, a confiabilidade e a integridade dos dados informativos contidos em um registro ou uma interface descritiva e as unidades documentais às quais estão vinculados.

Fonte: CNEDA, 2018.

Nota: Elaborado pela autora.

Segundo a CNEDA (2018), para cada uma das tarefas do usuário, são exigidos dados específicos para o cumprimento do objetivo da tarefa com base nas várias entidades, o que dependerá, fundamentalmente, do grau de conhecimento que os desenvolvedores dos sistemas arquivísticos têm sobre o modo como são desenvolvidas as ações de seus usuários.

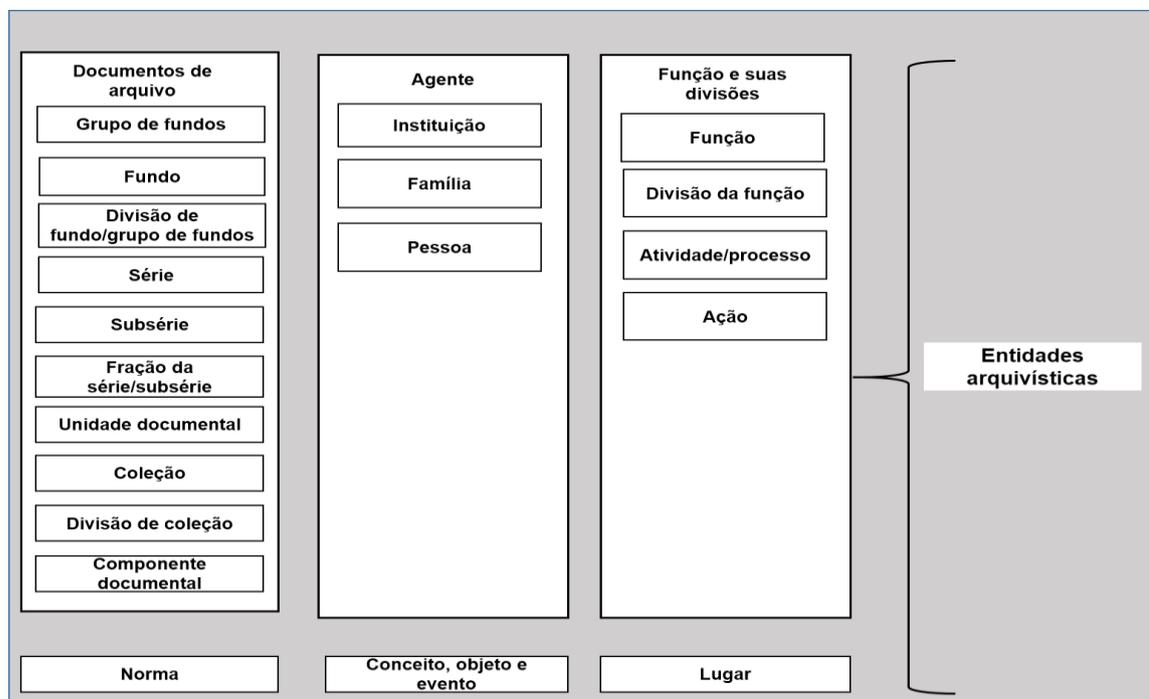
Por esse motivo, a CNEDA (2018) recomenda que os profissionais responsáveis pelo gerenciamento dos documentos participem da análise dos requisitos básicos como uma etapa preliminar para a arquitetura do sistema arquivístico que está sendo desenvolvido. Esses profissionais devem assumir a responsabilidade de adquirir e melhorar continuamente todo o conhecimento possível sobre as entidades descritas e as tarefas do usuário.

5.4.1 As entidades

A CNEDA (2017) considera que as entidades constituem classes de objetos da realidade arquivística percebidas como categorias, claramente diferenciadas que podem ser refletidas nos sistemas de descrição de arquivos de diferentes maneiras, mas inter-relacionadas. Uma entidade é qualquer objeto real ou abstrato que existe, existiu ou pode vir a existir.

As entidades identificadas no NEDA-MC incluem documentos, agentes, funções, normas, lugar e conceitos, objetos ou eventos, e em três deles foram identificados certos subtipos, conforme consta na Figura 10 a seguir:

FIGURA 10 – Entidades do modelo NEDA-MC



Fonte: CNEDA, 2017.

Observa-se que nesse modelo foram identificados seis tipos principais de entidades consideradas obrigatórias, independentemente de haver ou não descrições concretas para tais entidades, bem como 17 subtipos de entidades. Assim, em um sistema de descrição arquivística, podem existir diferentes tipos de descrições ou registros descritivos. Contudo, é recomendado que os nomes dos tipos e subtipos de entidades adotados pelo NEDA-MC não sejam alterados, a não ser em um contexto específico de arquivo. Outras denominações podem ser usadas, desde que sejam explicadas através de uma norma (CNEDA, 2017).

É apontado pela CNEDA (2017, p. 10) que os conjuntos de dados que compõem as representações das entidades podem constituir:

- Metadados para o gerenciamento de documentos de arquivo;
- Dados relacionados a uma entidade específica, que já fazem parte de um registro descritivo ou de um tesouro;
- Um termo de indexação simples ou ponto de acesso elaborado.

A CNEDA (2018) define “dados” como qualquer elemento informativo que possa ser oferecido em relação a uma determinada entidade ou relacionamento usados para fornecer informações que permitem localizar, gerenciar, preservar ou descrever uma entidade identificada no modelo conceitual de descrição arquivística. Portanto, podem existir dados que não respondem às necessidades da própria descrição arquivística, mas são essenciais para outros tipos de processos documentais (como gerenciamento de documentos, preservação, etc.).

Nesse sentido, os dados básicos para descrever documentos, agentes e funções podem ser fornecidos através de um único atributo, um conjunto de atributos, um relacionamento com outra entidade ou de vários relacionamentos com outras entidades. Os detalhes considerados básicos para descrever documentos, agentes e funções de arquivos para atender e responder a tarefas do usuário serão detalhados a seguir.

5.4.1.1 Documentos de arquivo

Esse tipo de entidade inclui os conjuntos documentais, a unidade documental simples e o componente documental, tratando-se de uma entidade obrigatória no modelo NEDA-MC. Para esse tipo de entidade, foram identificados dez subtipos de entidades, que constituem as categorias tradicionais de agrupamentos de documentos (CNEDA, 2017).

Essas entidades documentais estão inter-relacionadas por meio de relacionamentos hierárquicos todo-parte, as quais não são fixas, podendo existir quatro possíveis ambientes, em que o nível superior da hierarquia irá variar entre o Grupo de fundos, o Fundo, a Coleção ou a Série.

A seguir serão apresentadas as explicações de cada subtipo de entidade que envolve a entidade Documento de Arquivo, de acordo com a CNEDA (2017):

I) Grupo de fundos: é o conjunto de fundos, cada um produzido por um agente diferente, cujos produtores são vinculados pelo desempenho de funções semelhantes ou pela manutenção de relações familiares. Um grupo de fundos sempre ocupará o nível mais alto da hierarquia entre as entidades documentais, sendo impossível fazer parte de outra entidade documental. Por outro lado, pode consistir em um ou mais fundos, divisões/grupo de fundos, séries, unidades documentais e/ou coleções. Um grupo de fundos inclui qualquer conjunto de fundos desde que atenda a qualquer uma das seguintes circunstâncias:

- Cada fundo foi produzido por um agente diferente no exercício de suas funções.

- Os vários agentes produtores são interligados executando funções semelhantes.
- Os vários agentes produtores estão ligados mantendo relações familiares.
- O grupo de fundos não se aplica às diferentes classes ou categorias temáticas que fazem parte das tabelas ou coleções de fundos dos Arquivos. (CNEDA, 2017, p. 11).

II) Fundo: é o conjunto de documentos produzidos por um agente no exercício de suas funções. Um fundo pode ocupar o nível superior da hierarquia de entidades documentais ou fazer parte de um grupo de fundos. Por outro lado, pode ser composto por divisões, séries, unidades documentais e/ou coleções de conjuntos de fundos/grupos.

III) Divisão de fundos ou grupos de fundos: é o conjunto de documentos de um fundo ou grupo de fundos agrupados de acordo com critérios orgânicos, funcionais, cronológicos ou geográficos. Em um sistema de descrição de arquivos, uma divisão de fundos ou grupos de fundos pode fazer parte de um grupo de fundos, de um fundo ou de outra divisão/grupo de fundos. No sentido inverso, pode estar composto por uma ou mais divisões de fundos/grupo de fundos, séries, unidades documentais e/ou coleções.

IV) Série: é o conjunto de documentos, produzidos por um ou vários agentes, que são testemunhos contínuos de uma ou mais atividades ou processos. Em um sistema de descrição arquivística, uma série pode ocupar o nível mais alto da hierarquia de entidades documentais ou fazer parte de um grupo de fundos, de um fundo ou de uma divisão de fundos/grupo de fundos. Em sentido inverso, ele pode ser composto de uma ou mais séries, frações de série/subséries e/ou unidades documentais.

V) Subsérie: é o conjunto de documentos de uma série agrupada de acordo com um critério de classificação determinado. Em um sistema de descrição arquivística, uma subsérie pode ser composta por uma ou mais subséries, frações de séries/subséries e/ou unidades documentárias. Os critérios de classificação que podem determinar a existência de uma subsérie podem ser muito diversos e heterogêneos, por exemplo, atividades ou processos testemunhais, critérios geográficos, formas de resolução, etc.

VI) Fração de série ou de subsérie: é o conjunto de documentos de uma série ou subsérie, geralmente correlatos, conservados em uma ou várias unidades de instalação. Em um sistema de descrição arquivística, uma fração de série/subsérie pode formar parte de uma série ou de outra fração de série/subsérie. Por outro lado, pode ser composta de uma ou mais frações de série/subsérie e/ou unidades documentais.

VII) Unidade documental: é o elemento básico de um fundo, grupo de fundos, coleção ou série constituído por um documento de arquivo simples, ou vários agrupados que formam uma unidade documental composta. Em um sistema de descrição arquivística, uma unidade documental pode fazer parte de um grupo de fundos, de um fundo, de uma divisão de fundos/grupo de fundos, de uma série, de uma subsérie, de uma fração de

série/subsérie, de uma coleção, de uma divisão de coleção ou de outra unidade documental. Por outro lado, pode ser composto de uma ou várias unidades documentais e/ou componentes documentais.

VIII) Coleção: é o conjunto de documentos ou componentes documentais, de procedência igual ou diferente, reunidos por razões de conservação, por seu interesse especial ou por qualquer outro critério subjetivo. Em um sistema de descrição arquivística, uma coleção pode ocupar o nível superior da hierarquia de entidades documentais ou fazer parte de um grupo de fundos, um fundo ou uma divisão de fundos ou grupo de fundos. Por outro lado, pode ser composto por uma ou mais divisões de coleção, unidades documentais e/ou componentes documentais.

Os critérios pelos quais a existência de uma coleção pode ser determinada são diversos e heterogêneos, por exemplo, uma coleção pode ter sido formada por razões de conservação, devido a um interesse especial, por um determinado assunto, por pertencer ao mesmo autor, por ser da mesma língua, por ter a mesma escrita, por estar no mesmo tipo de suporte, por ser do mesmo tipo documental etc. (CNEDA, 2017).

A formação de coleções, em que a relação hierárquica é ausente, em todos os elementos que compõem a coleção, é considerada uma prática arquivística incorreta. Em vez disso, é admitido como prática corrigir a formação de coleções, nos seguintes casos:

- No caso de proteção e disseminação do patrimônio documental disperso ou isolado, introduzido em uma instituição por venda, doação, herança, legado, depósito, etc.
- Em caso de conservação de unidades documentais ou componentes documentais, instalando-se separadamente do resto das entidades, mas mantendo as relações hierárquicas todo-parte adequadas. (CNEDA, 2017, p. 14).

A respeito da entidade Coleção, identificada pelo NEDA-MC, é necessário confrontar o conceito espanhol com a realidade da Arquivologia brasileira. Na interpretação de Bellotto (2006), a organicidade assegura esclarecimentos sobre a diferença entre conjuntos arquivísticos e coleções artificiais, uma vez que o termo Coleção, aplicado em bibliotecas e museus, implica a reunião de objetos adquiridos em razão de um assunto. Por outro lado, conjuntos de documentos arquivísticos são resultantes da acumulação natural de documentos produzidos e acumulados no decorrer do tempo das atividades exercidas pelo produtor. Sendo assim, por se tratar de uma pesquisa realizada com um fundo arquivístico brasileiro, a entidade Coleção não será abordada.

IX) Divisão de coleção: é o conjunto de documentos ou componentes documentais de uma coleção agrupados de acordo com qualquer critério. Em um sistema de descrição arquivística, uma divisão de coleção pode fazer parte de uma coleção ou de outra

divisão de coleção. Por outro lado, pode ser composta por uma ou mais divisões de coleção, unidades documentais e/ou componentes documentais.

X) Componente documental: é o elemento de uma unidade documental que está ou não fisicamente separado por razões de conservação ou outros motivos. Em um sistema de descrição arquivística, um componente documental pode fazer parte de uma unidade documental, de uma coleção ou de uma divisão de coleção. No sentido inverso, não pode estar composto por nenhuma outra entidade documental.

5.4.1.2 Agentes

A entidade agente se refere a qualquer instituição, pessoa ou família responsável ou envolvida na criação, na produção de documentos arquivísticos e na gestão de documentos. Qualquer agente pode se relacionar com uma ou mais entidades documentais e, inversamente, qualquer entidade documental pode se relacionar com um ou mais agentes. É considerada obrigatória pelo NEDA-MC, independentemente de existirem ou não registros descritivos no sistema específico de descrição arquivística. Entretanto, se comparada às entidades documentais, os subtipos de entidade de agente nem sempre mantêm relacionamentos hierárquicos de “todas as partes” entre si (CNEDA, 2017).

Para esse tipo de entidade foram identificados três subtipos de agentes:

I) Instituição: é uma organização ou grupo de pessoas, identificado por um nome, que age ou pode agir como uma unidade institucional ocupada por uma pessoa. Inclui organizações e grupos de pessoas que atuam ou podem atuar como uma unidade, instituições que tenham, reconhecida ou não, personalidade jurídica, instituições subordinadas a outras instituições, instituições internacionais (organizações intergovernamentais, organizações não governamentais), instituições que exercem poderes públicos (legislativo, governamental ou judicial) ou organizações que atuam como autoridades territoriais exercendo poderes públicos sobre a população de um território, instituições militares, regulares ou irregulares, associações, partidos políticos, sindicatos, associações empresariais, fundações, sociedades (civil ou comercial), cooperativas, mutualidades, comunidades de propriedade ou proprietários;

II) Família: é um grupo de duas ou mais pessoas relacionadas por casamento, nascimento, laços de adoção ou qualquer outra situação jurídica semelhante, ou apresentando-se como tal. Esse subtipo de entidade inclui unidades familiares, clãs, casas, dinastias, linhagens, casas reais, nobres, titulares de um rótulo de nobreza, famílias e famílias que gerenciam documentos de arquivo.

III) Pessoa: é um indivíduo da espécie humana. Inclui pessoas que gerenciam documentos de arquivo.

No relato de Requejo Zalama (2017), a entidade Agente demonstra uma relação clara com a identificação dos elementos a serem descritos de acordo com as normas ISAAR(CPF) e ISDIAH.

5.4.1.3 Função e suas subdivisões

A entidade função inclui qualquer função, divisão de função, atividade, processo ou ação que possa ser executada por um ou mais agentes e pode ser testemunhada nos documentos arquivísticos. Nesse sentido, qualquer função pode estar relacionada a um ou mais agentes ou entidades documentais, e qualquer agente pode se relacionar com uma ou mais funções (CNEDA, 2017).

De acordo com o NEDA-MC, as entidades funcionais estão inter-relacionadas por meio de relações hierárquicas todo-parte, sendo a função a única que pode ocupar o nível superior da hierarquia. Esse tipo de entidade é considerado obrigatório no modelo, independentemente de existir ou não registros descritivos no sistema de descrição de arquivos. Para esse tipo de entidade, quatro subtipos de entidade foram identificados: Função, Divisão de Função, Atividade/Processo e Ação (CNEDA, 2017).

I) Função: é a principal responsabilidade assumida pela instituição ou desempenhada por um agente que integra um conjunto de atividades ou processos. Em um sistema de descrição arquivística, uma função pode ocupar o nível superior da hierarquia de funções, sendo impossível fazer parte de outra entidade funcional. Ao contrário, pode ser composto por uma ou mais divisões de função e/ou atividades/processos.

II) Divisão de função: é qualquer agrupamento de atividades ou processos nos quais uma função pode ser dividida. Uma divisão de função pode ser parte de uma função ou outra divisão de função. No sentido inverso, pode ser composto de uma ou mais divisões de função e/ou atividades/processos.

III) Atividade ou processo: é um conjunto de ações ou tarefas executadas por um ou mais agentes para cumprir uma determinada função ou parte dela. Em um sistema de descrição arquivística, uma atividade ou processo pode ser parte de uma função, de uma divisão de função ou outra atividade ou processo. Ao contrário, ele pode ser composto de uma ou mais atividades ou processos e/ou ações.

IV) Ação: é o ato, jurídico ou não, realizado por um ou mais agentes e integrado a uma atividade ou processo. Em um sistema de descrição de arquivo, uma ação pode fazer parte de uma atividade ou processo. Por outro lado, não pode ser composto por nenhuma outra entidade funcional.

5.4.1.4 Norma

A entidade norma é reconhecida pela CNEDA (2017) como qualquer disposição que regula os documentos arquivísticos, a existência ou não de agentes e as funções que eles executam. Qualquer regra pode estar relacionada a um ou vários documentos, agentes ou funções de arquivo e, no sentido inverso, qualquer documento de arquivo, agente ou função pode estar relacionado a uma ou várias funções. Esse tipo de entidade inclui:

- Normas escritas ou não escritas;
- Normas históricas ou atuais;
- Normas que regem criação, organização, operação, modificação e/ou exclusão de instituições;
- Normas que regulam as funções desempenhadas pelos agentes;
- Normas que regem os documentos de arquivo.

5.4.1.5 Conceito, objeto ou evento

As entidades conceito, objeto ou evento são definidas pela CNEDA (2017) como qualquer ideia, noção abstrata, coisa material ou evento que pode ser tratada em um documento arquivístico. Essas entidades podem estar relacionadas a um ou mais documentos de arquivo e, inversamente, qualquer documento arquivístico pode estar relacionado a um ou mais conceitos, objetos ou eventos. Esse tipo de entidade inclui as seguintes categorias (QUADRO 19):

QUADRO 19 – Exemplos da entidade Conceito, Objeto ou Evento

Conceitos históricos ou atuais, objetos ou eventos	Agentes individuais míticos, lendários ou fictícios
Conceitos relacionados a campos do conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, filosofias, religiões, ideologias políticas, teorias, processos, técnicas, práticas, fenômenos naturais abstratos, propriedades etc.	Lugares individuais míticos, lendários ou fictícios
Categorias de objetos e materiais, animados ou não, existentes na natureza ou criados por agentes	Locais individuais ou estados de almas após a morte
Categorias de eventos	Objetos individuais e materiais, míticos, lendários ou ficção
Categorias de documentos e tipos de documentos	Objetos individuais, animados ou inanimados, existentes na natureza
Categorias de agentes	Objetos individuais, animados ou inanimados, criados por agentes
Categorias de normas	Edifícios
Categorias de lugares	Obras de criação artística ou intelectual
Atividades, processos, ações etc. que não são consideradas entidades funcionais testemunhais nos documentos de arquivo	Eventos individuais referentes a períodos prolongados e períodos de tempo definido de acordo com eventos históricos, movimentos culturais, artísticos, filosóficos, etc.
População e grupos étnicos	Eventos individuais, como conferências, congressos, assembleias, reuniões, competições esportes, exposições, feiras, festivais, expedições, etc.
Deuses, anjos, demônios, etc.	Eventos individuais míticos, lendários ou fictícios.

Fonte: CNEDA, 2017.

Nota: Elaborado pela autora.

5.4.1.6 Lugar

A entidade lugar é qualquer espaço ou qualquer local que pode estar relacionado a um ou vários documentos de arquivo, e, inversamente, qualquer documento de arquivo pode estar relacionado a um ou mais locais (CNEDA, 2017). Alguns exemplos de lugar são apresentados no Quadro 20:

QUADRO 20 – Exemplos da entidade lugar

Locais terrestres ou extraterrestres	Áreas geográficas (montanhas, vales, bacias hidrográficas, mares, rios, lagos, capas, golfos, baías, ilhas, praias, cavernas, etc.)
Lugares históricos e atuais	Delimitações geográficas de acordo com os pontos cardinais
Áreas territoriais sobre as quais as instituições que exercem poderes públicos realizam suas atividades (federações, estados, regiões, comunidades autônomas, províncias, partes judiciais, municipais, distritos municipais, unidades populacionais etc.)	Espaços protegidos pelo seu valor natural, arqueológico, histórico, etc. (parques nacionais, parques sítios arqueológicos naturais, cavernas etc.)
Áreas territoriais sobre as quais as instituições religiosas realizam suas atividades (províncias, arquidiocese, diocese, etc.)	Espaços urbanos (bairros, jardins, praças, ruas, etc.)
Áreas territoriais sobre as quais instituições imponentes e feudais desempenham suas funções (ducados, marquesados, condados, etc.)	Obras de engenharia (estradas, rodovias, rodovias, pontes, túneis, aquedutos, canais, reservatórios, barragens, tubulações, etc.)
Comarcas, regiões, lugares, áreas de turismo, interesse econômico, etc.	Rotas de peregrinação, comerciais, etc.

Fonte: CNEDA, 2017.

Nota: Elaborado pela autora.

5.4.2 As relações

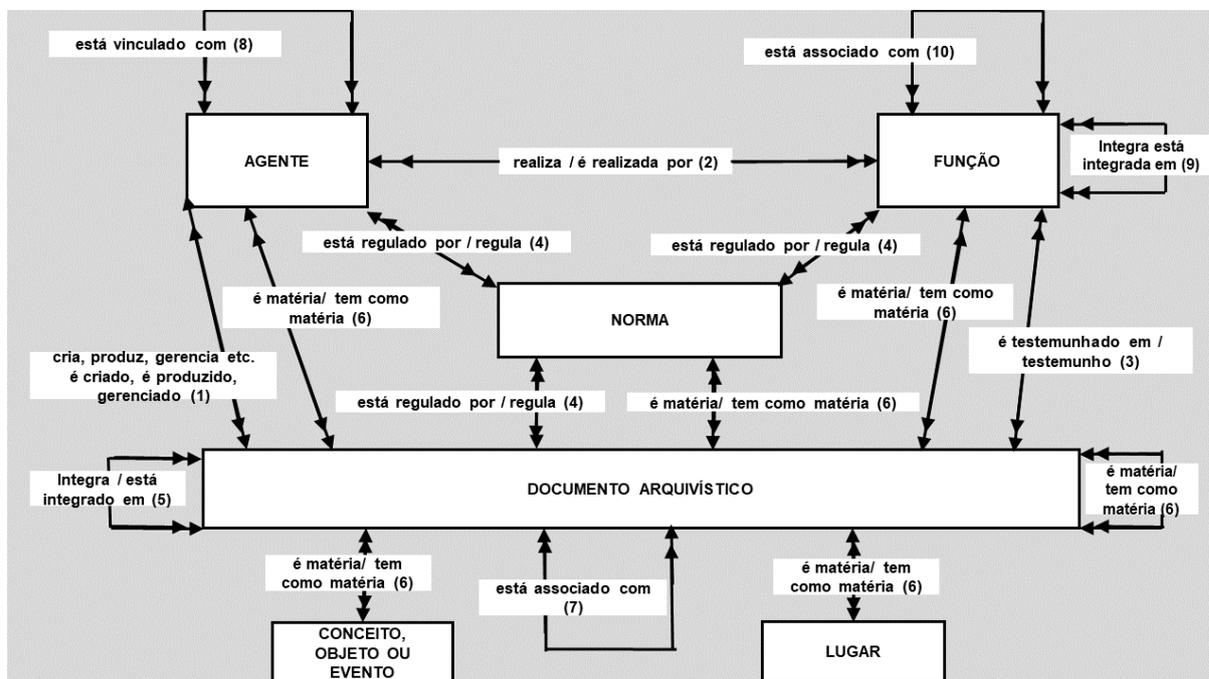
Para esta pesquisa, o termo “relações”, mencionado pela CNEDA (2017), é considerado sinônimo de relacionamentos, uma vez que o modelo NEDA-MC foi estruturado no Modelo Entidade-Relacionamento (MER). Os relacionamentos constituem associações de qualquer tipo entre entidades da realidade arquivística, que podem ser refletidas nos sistemas de descrição de arquivos de diferentes maneiras. São consideradas de fundamental importância no NEDA-MC, haja vista que, nos sistemas de descrição arquivística, os relacionamentos são essenciais para preservar o significado, o valor testemunhal, o contexto e a acessibilidade dos documentos de arquivo ao longo do tempo (CNEDA, 2017).

Segundo a CNEDA (2017), deve-se levar em consideração que os tipos de relações identificadas no NEDA-MC podem ser decompostos em tipos mais específicos, baseando-se na necessidade da descrição. Contudo, a relação de “produção” deve ser mantida por ser considerada como elemento fundamental do modelo e da descrição arquivística em geral, por abranger o Princípio da Proveniência, princípio norteador da Arquivologia.

Embora, teoricamente, o NEDA-MC tenha apresentado vários tipos de relacionamentos possíveis para descrever as entidades, o modelo priorizou as relações que oferecem dados básicos para descrever documentos arquivísticos, agentes e funções, sob a perspectiva do contexto e do conteúdo.

A seguir, encontra-se um diagrama em que são representados os dez tipos de relacionamentos identificados pelo NEDA-MC.

FIGURA 11 – Diagrama geral dos relacionamentos contemplados pelo NEDA-MC



Fonte: CNEDA, 2017.

As notas a seguir, sobre os tipos de relações contempladas no modelo NEDA-MC, foram emitidas pela CNEDA (2017, p. 23) e se referem à Figura 11:

- (1) Relações de contexto entre documentos de arquivo e agente (“produção, criação, gerenciamento, etc.”);
- (2) Relação de contexto entre agente e função (“realização”);
- (3) Relação de contexto entre documentos de arquivo e função (“testemunho” ou procedência funcional);
- (4) Relação de contexto entre norma e documentos de arquivo, agente e função (“regulação”);
- (5) Relação de estrutura entre documentos de arquivo (“integração ou hierarquia todo-parte”);
- (6) Relação de conteúdo entre documentos arquivísticos e todas as entidades (“matéria”);
- (7) Relações de associação entre documentos arquivísticos (“associação documental”);
- (8) Relações de vinculação entre agentes (“vinculação”);
- (9) Relação de estrutura entre as funções (“integração” ou hierarquia todo-parte);
- (10) Relação de associação entre funções (“associação funcional”).

Dos dez tipos de relações identificadas no NEDA-MC (QUADRO 21), as seis primeiras são consideradas principais por serem aquelas que permitem estabelecer o contexto, a estrutura e o conteúdo dos documentos de arquivo (CNEDA, 2017).

QUADRO 21 – Tipos de relações identificadas no NEDA-MC

Nº	TIPO DE RELAÇÃO	PERSPECTIVA	ENTIDADES RELACIONADAS
1	Produção, criação, gerenciamento	Contexto e valor testemunhal de documentos de arquivo	Documentos de arquivo ↔ Agente
2	Realização		Agente ↔ Função e suas divisões
3	Testemunhal		Documentos de arquivo ↔ Função e suas divisões
4	Regulação		Normas ↔ Documentos de arquivo, Agente, Função e suas divisões
5	Hierárquica todo-parte	Estrutura dos documentos	Documentos de arquivo ↔ Documentos de arquivo
6	Matéria	Conteúdo dos documentos e valor informativo	Documentos de arquivo ↔ Documentos de arquivo, Agente, Função e suas divisões, Norma, Conceito, Objeto e Evento, Lugar
7	Associação	Associação entre documentos	Documentos de arquivo ↔ Documentos de arquivo
8	Vinculação	Vinculação entre agentes	Agente ↔ Agente
9	Hierárquica todo-parte	Estrutura das funções	Função e suas subdivisões ↔ Função e suas subdivisões
10	Associação	Associação entre as funções	Função e suas subdivisões ↔ Função e suas subdivisões

Fonte: CNEDA, 2017, p. 22.

Os seis relacionamentos mencionados como principais pela CNEDA (2017) (Produção, criação, gerenciamento / Realização/ Testemunhal/ Regulação/ Hierárquica todo-parte/ Matéria) indicam o **contexto**, ao apontar a origem da criação/produção do documento arquivístico (Princípio da Proveniência); a **estrutura**, ao reproduzir a totalidade dos documentos produzidos resultantes das funções e das atividades exercidas pela entidade produtora/criadora (Princípio da Organicidade); e o **conteúdo**, ao fornecer informações produzidas pela entidade produtora/criadora que originou os documentos. Tais relacionamentos exprimem claramente que o modelo NEDA-MC proporciona uma modelagem significativa com a identificação das entidades, relacionadas entre si, voltadas para os princípios e para as necessidades arquivísticas com o propósito de assegurar a recuperação da informação em arquivos.

Na perspectiva da estrutura dos documentos arquivísticos, o modelo identificou um tipo de relação principal nomeada hierárquico todo-parte entre as entidades documentais, considerado o elo entre duas entidades arquivísticas em que uma integra a outra devido à natureza descritiva multidimensional ou multinível dos documentos arquivísticos prevista nas normas ISAD(G) e Nobrade. Tais normas estabelecem como pressuposto descritivo o respeito ao fundo (Princípio da Proveniência), em que o maior nível

de um acervo arquivístico, o fundo, pode atingir um nível de descrição mais específico conforme a necessidade dos usuários, a saber, o item documental.

Outro importante relacionamento identificado pelo NEDA-MC diz respeito aos conteúdos de documentos de arquivo (matéria) em que o elo da relação acontece entre uma entidade documental e qualquer outra entidade que represente seu conteúdo, isto é, sua matéria. Nesse sentido, qualquer entidade documental pode ter como matéria uma ou mais entidades, e, no sentido contrário, qualquer entidade pode ser matéria de uma ou mais entidades arquivísticas (CNEDA, 2017).

No modelo NEDA-MC, assim como ocorre em toda representação de documento arquivístico, os relacionamentos que dizem respeito ao conteúdo do documento não são revelados pelo “assunto” do documento em si, mas sim pelo contexto em que o documento foi produzido.

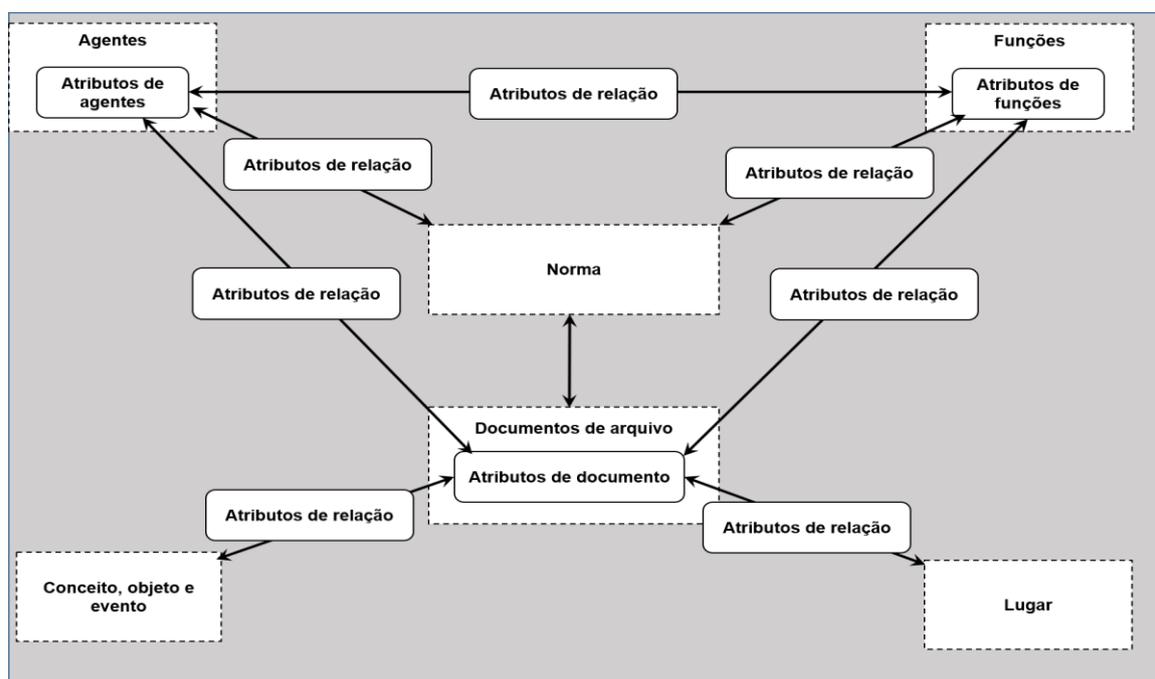
O modelo NEDA-MC não se limita à identificação das entidades e dos relacionamentos entre si, mas também oferece uma lista dos atributos para descrever as entidades Documentos, Agentes, Funções e seus relacionamentos.

5.4.3 Os atributos

A CNEDA (2017) define atributos como as características informativas das entidades ou das relações que são relevantes para um sistema de informação descritivo e se constituem em dois tipos: atributos da entidade e atributos das relações. Os atributos de relações são os atributos de cada uma das relações que mantêm uma entidade com outra. Ambos os atributos representam características informativas consideradas úteis para o conhecimento dessas entidades e dessas relações com a finalidade de oferecer, de forma estruturada, informações sobre entidades e relacionamentos apenas sob a perspectiva da descrição, sem esgotar as possíveis necessidades de gestão das organizações.

O NEDA-MC considerou apenas os atributos de entidades e de relacionamentos considerados necessários para uma adequada descrição arquivística dos documentos de arquivos, dos agentes, das funções e suas relações com as outras entidades. Esses atributos podem ser complementados através de outros atributos propostos em outros possíveis sistemas de informação arquivísticos (CNEDA, 2017).

FIGURA 12 – Diagrama das entidades e dos tipos de relações entre entidades identificadas no NEDA-MC



Fonte: CNEDA, 2017.

Os atributos das entidades e dos relacionamentos representam características informativas, consideradas úteis para obter informações sobre as entidades e os relacionamentos, sob a perspectiva da descrição arquivística. Observa-se que os atributos para descrever as entidades Norma, Conceito, Objeto e Evento e Lugar não foram contempladas no NEDA-MC, conforme apresentado na Figura 12 (CNEDA, 2017).

Contudo, a CNEDA admite a possibilidade de utilizar outros esquemas de dados de atributos ou outras normas disponíveis para descrever as entidades Norma, Conceito, Objeto e Evento e Lugar, as quais, mesmo com um objetivo diferente daquele meramente descritivo (como gestão documental, troca de dados entre as organizações arquivísticas, preservação dos documentos, identificação de assunto etc.), não são consideradas incompatíveis com os atributos identificados no NEDA-MC (CNEDA, 2017).

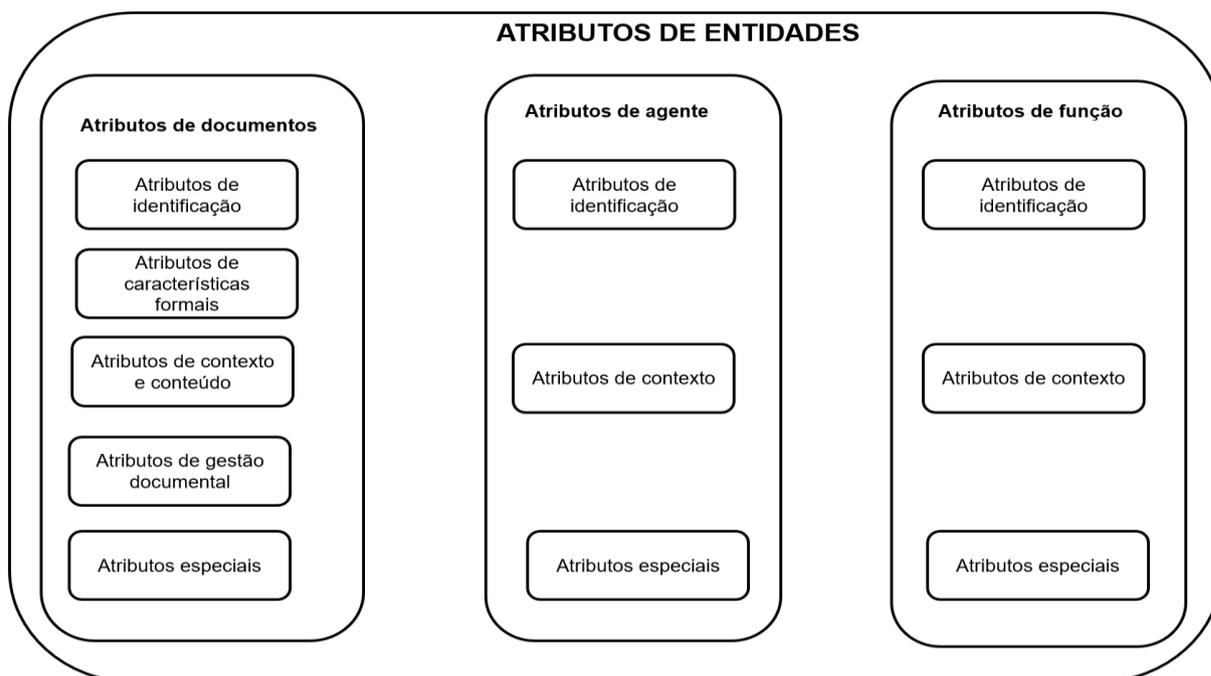
Além da possibilidade da utilização de outros esquemas de dados e de normas para descrição das entidades Norma, Conceito, Objeto e Evento e Lugar, o modelo permite o desenvolvimento de extensões para incluir atributos especiais que permitam descrever categorias específicas de entidades que não são contempladas como, por exemplo, atributos especiais para descrever documentos com elementos de suporte específicos ou conteúdo que requer atributos mais específicos (documentos musicais, cartográficos, digitais, etc.) ou para descrever agentes que oferecem serviços cujas descrições exigem atributos mais detalhados, como centros de arquivos (CNEDA, 2017).

Seja qual for a situação do sistema, a CNEDA (2017) aponta que, por razões de eficácia e eficiência, para garantir a qualidade e a exclusividade dos dados e para evitar sua redundância, não é recomendado o uso de sistemas simplificados para representar as descrições de arquivo e que a implementação de sistemas relacionais deve ser considerada como um dos principais objetivos a serem levados em consideração, caso o sistema arquivístico tenha o propósito de inserir as informações de arquivo no escopo da chamada Web semântica.

A CNEDA (2017, p. 53) relata que o modelo NEDA-MC não pretende esgotar o nível de detalhamento dos atributos identificados, uma vez que o nível dependerá, em grande parte, das soluções técnicas adotadas em cada sistema arquivístico, bem como do nível de aplicação dos tipos de entidades e das relações, dependendo do sistema pelo qual as descrições arquivísticas foram elaboradas.

A Figura 13 a seguir apresenta os atributos identificados pela CNEDA para as entidades documentos de arquivo, agentes e funções.

FIGURA 13 – Representação gráfica dos conjuntos de atributos do documento arquivístico, agente e função



Fonte: CNEDA, 2017.

Os atributos identificados e apresentados pelo modelo NEDA-MC têm por finalidade apenas servir como orientação explicativa e didática, uma vez que a configuração e a ordem dos atributos identificados podem variar em função das demandas do sistema arquivístico a ser desenhado (CNEDA, 2017). Um exemplo dessa variação é o atributo Data, cuja localização pode estar dentro tanto do conjunto de atributos de identificação como no

conjunto de atributos de conteúdo ou mesmo no conjunto de atributos de gestão documental.

O Anexo 3 desta pesquisa apresenta uma lista dos atributos das entidades, ordenados por conjuntos de atributos e dos relacionamentos identificados pelo NEDA-MC, com suas especificações, seguidos de exemplos, visando a uma melhor compreensão destes.

Destaca-se que, além dos atributos das entidades e dos relacionamentos, o NEDA-MC identificou um conjunto de atributos nomeado de “controle do registro descritivo” que são aqueles que não revelam as entidades e os relacionamentos, mas fornecem informações que garantem o gerenciamento e o controle do sistema descritivo nomeado pela CNEDA como “metalinguagem nas descrições de arquivos” (CNEDA, 2017, p. 53).

A expansão das tecnologias provocou estudos relacionados ao desenvolvimento de novos sistemas para a descrição arquivística que permitem uma nova maneira de descrever os documentos arquivísticos. Segundo López Cuadrado (2019), o modelo conceitual arquivístico NEDA-MC visa representar todos os elementos que os arquivistas precisam para descrever registros no contexto, como esses elementos são interconectados e se relacionam entre si considerando as normas, os princípios arquivísticos e as tecnologias que permitem alcançar o principal objetivo de arquivos: melhorar o acesso e a recuperação da informação em arquivos.

Por fim, reconhece-se que o modelo NEDA-MC possui a premissa de identificar todos os elementos passíveis da descrição arquivística, isto é, as entidades, com seus atributos, de maneira estruturada, lógica e inter-relacionada, o que permite uma otimização nos processos da representação arquivística, ao possibilitar uma descrição mais flexível com a reutilização de dados, viabilizada pelos relacionamentos entre as entidades identificadas, do acesso e da recuperação da informação em arquivos.

6 INDEXAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO FRASAD NA IDENTIFICAÇÃO E NA SELEÇÃO DOS PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO

Neste capítulo, apresentam-se os aportes teóricos e metodológicos que abordam o processo de indexação com a finalidade de subsidiar o percurso metodológico desta pesquisa. Na seção 6.1 recorreu-se a normas e trabalhos de pesquisadores que discorrem sobre as etapas que envolvem a indexação no campo da Biblioteconomia. Na seção 6.2 são apresentados trabalhos de autores que pesquisaram o que é assunto e indexação na Arquivologia. Na seção 6.3 são apresentadas as possíveis contribuições do modelo FRASAD no mapeamento dos assuntos de documentos arquivísticos.

6.1 Procedimentos de indexação

A indexação caracteriza-se por ser uma atividade realizada para descrever ou representar o conteúdo do recurso informacional, por meio da atribuição de termos (palavras ou expressões) que serão úteis na localização e na recuperação da informação. Trata-se de um processo importante para as unidades informacionais, uma vez que “os termos atribuídos pelo indexador servem como ponto de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado” (LANCASTER, 2004, p. 6).

De acordo com os Princípios de Indexação do *World Information System for Science and Technology* [Sistema de Informação Científica Internacional das Nações Unidas]³² (1981, p. 84), o processo de indexação consiste na “ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto” em que:

[...] os conceitos são extraídos do documento através de um processo de análise, e então traduzidos para os termos de instrumentos de indexação (tais como tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, etc.).

Com relação às etapas do processo de indexação, o documento Princípios de Indexação do *World Information System for Science and Technology* (1981, p. 86, 88) determina que o processo seja realizado em dois estágios:

1º estágio – O analítico, em que é executada a análise de assunto, visando à compreensão do assunto tratado no documento. Segundo o UNISIST (1981), esse estágio ocorre em três etapas as quais na prática de sobrepõem e aponta um roteiro para a leitura técnica do profissional indexador: (1) Compreensão do conteúdo do documento como um todo; (2) Identificação dos conceitos que representam esse conteúdo e (3) Seleção dos conceitos válidos para recuperação.

³² Sistema internacional vinculado à UNESCO e conhecido pela sigla UNISIST.

No 2º estágio – O da tradução, que consiste na conversão do resultado da análise de assunto em um conjunto de termos de linguagem de indexação. Esse estágio visa à representação de conceitos selecionados por termos de uma linguagem de indexação com a finalidade de assegurar a organização dos conceitos de forma útil e acessível. Para tanto, é necessário que o indexador tenha conhecimento profundo dos instrumentos de indexação os quais são divididos em duas categorias: os verbais (tesauros, lista de cabeçalhos de assunto, etc.) e os simbólicos (classificação).

A publicação dos “Princípios de Indexação” pelo *World Information System for Science and Technology* foi de tamanha importância que resultou na publicação da primeira norma para análise, identificação de assuntos e seleção dos termos de indexação publicada pela ISO 5693, em 1985, com o título “Documentation – Methods for Examining Documents, determining their subjects, and selecting indexing terms”. Em 1992, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a tradução da ISO 5693 intitulada NBR 12.676 – Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação (FUJITA, 2003).

Na definição da NBR 12.676 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2), indexação é considerada como “o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” realizada em três estágios: I) Análise do documento e estabelecimento do assunto do seu conteúdo, II) Identificação dos conceitos; e III) Tradução dos conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

No primeiro estágio, a análise de assunto, a norma recomenda que os indexadores não devem recorrer somente à análise de elementos isoladamente, como título, resumo (se houver), introdução, ilustrações (tabelas, gráficos, diagramas), referências, palavras ou grupos de palavras em destaque, exigindo uma leitura mais aprofundada do documento.

Para o segundo estágio, a identificação dos conceitos, a NBR 12.676 (ABNT, 1992) orienta que o indexador adote uma abordagem sistemática para identificar os conceitos essenciais na descrição do assunto, através de perguntas que subsidiarão a identificação dos aspectos importantes na área de cobertura do assunto analisado. São elas:

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como estabelecer o assunto em termos de teorias ou hipóteses?
- c) identificar a ação, operação ou processo do assunto (se houver);
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?

h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar (ex.: um estudo sociológico da religião). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3).

A NBR 12.676 (ABNT, 1992) afirma que outras perguntas podem ser formuladas variando de acordo com o campo do conhecimento ou domínio.

Na seleção de conceitos, o principal critério deve ser sempre o valor de um conceito para a recuperação do assunto do documento, levando em consideração as consultas que podem ser realizadas pelo usuário. Nesse contexto, o indexador deve “Escolher os conceitos que forem mais apropriados para uma determinada linguagem de usuário” (ABNT, 1992, p. 3).

No terceiro e último estágio da indexação, seleção de termos de indexação, a NBR 12.676 (1992) orienta as seguintes práticas:

- a) Usar descritores convenientes com a linguagem de indexação;
- b) Para os termos que representam novos conceitos, deve-se verificar precisão e aceitabilidade em instrumentos de referência tais como: dicionários e enciclopédias de autoridade reconhecida nas suas especialidades;
- c) Tesouros e tabelas de classificação. (ABNT, 1992, p. 3).

Para a execução de tais práticas, a norma propõe consultar especialistas do assunto que tenham conhecimento de indexação e, se os conceitos não forem localizados nos tesouros ou nas tabelas de classificação existentes, podem ser trabalhados de várias formas, por exemplo:

- a) expressos por termos ou descritores que venham a ser incluídos na linguagem de indexação;
- b) representar provisoriamente por termo geral e posteriormente acrescentar os novos conceitos. (ABNT, 1992, p. 3).

Em Fujita (2003, p. 63), a indexação [...] “trata-se de um método que busca combinar estrategicamente o tratamento do conteúdo dos documentos e a recuperação pelo usuário” e ocorre em dois estágios: [...] o analítico, em que é realizada a compreensão do texto como um todo, a identificação e a seleção de conceitos válidos para a indexação e o estágio de tradução, que consiste na representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação.

Para Lancaster (2004), a indexação é executada em duas etapas: análise conceitual e tradução. A análise conceitual implica decidir do que trata um documento, isto é, qual é seu assunto, ou seja, não há um conjunto correto de termos de indexação para documento algum. “A mesma publicação será indexada de modo bastante diferente em diferentes centros de informação e deve ser indexada de modo diferente, se os grupos de usuários estiverem interessados no documento por razões diferentes” (LANCASTER, 2004, p. 15). “Análise conceitual”, portanto, significa nada mais do que a identificação dos

assuntos estudados ou representados num documento. Sobre a segunda etapa da indexação, a tradução, Lancaster (2004, p. 18) relata que esta “[...] envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação.”

Rubi (2009, p. 81) estabelece que a indexação contemple a identificação do conteúdo do documento através do processo de análise de assunto e, posteriormente, a representação desse conteúdo por meio de conceitos. Posteriormente à escolha dos conceitos, esses serão representados ou traduzidos em termos a partir de vocabulário controlado com a finalidade de intermediar o documento e o usuário no decorrer da recuperação da informação no sistema de recuperação da informação.

A primeira etapa da indexação, considerada a mais importante do processo de indexação, análise de assunto, tem como finalidade identificar e selecionar os conceitos que representarão a essência do documento nos sistemas de representação da informação (NAVES, 1996; FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004; LIMA; MACULAN, 2014).

Sobre esse aspecto, Naves (1996, p.125) argumenta que a análise de assunto é constituída pelo processo de extrair conceitos que traduzem a essência de um documento e possui várias denominações conhecido como “análise de assunto para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo”. Contudo, na perspectiva desta pesquisa, como o objetivo não é discutir ou optar por um ou outro entendimento ou corrente a respeito da área, os termos citados por Naves (1996) são considerados equivalentes.

Para a realização da análise de assunto, faz-se necessária a leitura do documento pelo indexador, denominada leitura técnica, em que ocorre o processo de comunicação leitor-texto-contexto, passando da visão da leitura como processo linear para a visão de leitura como processo comunicativo (FUJITA; NARDI; SANTOS, 1998). Considerada imprescindível no processo de indexação, a leitura técnica permite “- compreensão do conteúdo do documento; - identificação dos conceitos que representam esse conteúdo; e - seleção dos conceitos válidos para recuperação” (FUJITA, 2003, p. 64).

A respeito da leitura documentária, Fujita e Rubi (2006) explicam que o indexador é um leitor que interage com o texto para cumprir o objetivo da indexação em que [...] “é realizado um processo de comunicação interativa entre leitor, texto e contexto” (FUJITA, 2003, p. 69). Baseada em tais circunstâncias, Fujita (2003) afirma que o indexador necessita compreender o texto para identificar e selecionar conceitos, pois somente o fará a contento se houver compreensão. Considerando tais aspectos, a análise de assunto é revestida de subjetividade tratando-se, segundo Chaumier (1998, p. 63), de um processo complexo, pois exige esforços do indexador e “o bom ou o mau desempenho da indexação reflete na recuperação da informação”.

Para minimizar a subjetividade no processo da análise de assunto, Lancaster (2004, p. 68) aponta o uso da coerência na concordância dos termos a serem usados para indexar um documento, visto que:

É mais do que evidente que a indexação é um processo subjetivo e não objetivo. Duas (ou mais) pessoas possivelmente divergirão a respeito do que trata uma publicação, quais aspectos merecem ser indexados, ou quais os termos que melhor descrevem os temas selecionados. Ademais, uma mesma pessoa decidirá de modo diferente quanto à indexação em momentos diferentes.

Pinto (1985, p. 169) reflete que “a subjetividade interfere no processo de indexação em dois pontos: na determinação do conteúdo informativo dos documentos e na escolha de termos indexadores representativos desse conteúdo”. Como solução, no sentido de reduzir essa subjetividade, a autora estabelece que o conhecimento básico das estruturas das linguagens de indexação (vocabulário e sintaxe) pode contribuir para o aumento da objetividade do processo de indexação.

Nesse aspecto, é necessário que o indexador conheça tipos e estruturas dos documentos para dar início à leitura técnica, uma vez que é impossível ler o documento na íntegra. A identificação da estrutura textual depende da legibilidade do documento e, quando o tema não estiver formulado claramente, é necessária a identificação dos conceitos dentro da estrutura textual do documento. Após essa leitura, segue a etapa da seleção dos conceitos que possam representar o conteúdo temático do documento, para se chegar ao momento da fase de representação, em que são definidos os termos em linguagem natural, para depois serem traduzidos para uma linguagem de indexação (NAVES, 2001; FUJITA, 2003).

Além do embasamento teórico e da utilização de normas, para diminuir a subjetividade presente na indexação, Fujita (2003, p. 61) menciona que a indexação “[...] é uma combinação metodológica altamente estratégica entre o tratamento do conteúdo de documentos e sua recuperação por um usuário”. A metodologia adotada pelo indexador deve ser expressa formalmente com o objetivo de nortear o trabalho do indexador de modo sistemático, uma vez que:

A Informação documentária tem função de relevância. Ela deve, de um lado, promover a identificação de itens informacionais que respondam de modo pertinente a uma pergunta dada e, de outro, deve permitir a tomada de decisão sobre a consulta ou não do documento original. Para cumprir com eficácia tais funções, a Informação documentária deve ser elaborada através de metodologias que garantam a equivalência de sentido entre o texto-fonte e a sua representação. É esse o objetivo central da Análise Documentária. (KOBASHI, 1994, p. 52).

Visando a uma abordagem sistemática da análise documentária, Kobashi (1994, p. 23) desenvolveu um método de leitura para texto científico constituído de três etapas: análise, síntese e representação. Na primeira etapa, a análise, realizam-se a leitura e a

divisão do texto do documento com a finalidade de identificar e selecionar os conceitos. Na segunda etapa, síntese, o texto é construído a partir dos conceitos selecionados na primeira etapa, a análise. A terceira e última etapa, conforme mencionado pela autora, possui duas naturezas distintas: na primeira, a representação acontece quando o texto original passa por uma condensação intensiva gerando diferentes tipos de resumos; na segunda, a representação é realizada mediante o uso da linguagem documentária, onde os termos são padronizados e disponibilizados para a representação, visando à recuperação da informação.

Outra metodologia desenvolvida, considerando a influência análise de assunto na atuação do indexador e a necessidade de identificar métodos sistemáticos apropriados para a tarefa de indexar, é a de Fujita e Rubi (2006), que apresentaram uma metodologia de leitura documentária para identificação e seleção de conceitos, com a finalidade de indexar textos científicos, constituída de três procedimentos fundamentais: “I. Exploração do conhecimento da estrutura textual; II. Identificação de conceitos; III. Seleção de conceitos” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 15).

Entretanto, a análise de assunto é um campo pouco consolidado, o que resulta na escassez de metodologias na literatura científica que possam dar consistência a esse processo. Por isso, buscam-se respostas para as tarefas conceituais e metodológicas a partir da apropriação e da adaptação de conceitos e de métodos das áreas que lidam com linguagem e textos, exigindo do ser humano conhecimentos dos campos da linguística, além de cognitivos e lógicos (KOBASHI, 1994; LIMA; MACULAN, 2014).

Nesse contexto, para alcançar uma indexação eficiente, a política de indexação adquire papel fundamental, a partir de um conjunto de diretrizes, que, de acordo com Carneiro (1985, p. 221), deve:

Servir como um guia para tomada de decisões, deve levar em conta os seguintes fatores: características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação e; recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações.

Fujita (2012) menciona que a política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, mas sim como um conjunto de decisões que direcionam para a consistência dos procedimentos de indexação cuja concepção é voltada para o conteúdo do documento e as demandas dos usuários.

Dessa forma, a política de indexação deve ser um documento formalizado pela instituição em que o indexador deverá ter conhecimento e domínio para conduzir as decisões relacionadas à indexação devendo ser fundamentada, segundo Carneiro (1985, p. 229-238), nas decisões políticas que envolvem a tarefa de indexar, com a devida atenção

para evitar eventuais problemas decorrentes dessa tarefa, considerando os seguintes elementos:

- 1) Cobertura de assuntos;
- 2) Seleção e aquisição dos documentos-fonte;
- 3) Processos de indexação:
 - 3.1) *Nível de exaustividade*;
 - 3.2) *Nível de especificidade*
 - 3.3) *Escolha da linguagem*;
 - 3.4) *Capacidade de revocação e precisão do sistema*;
- 4) Estratégia de busca;
- 5) Tempo de resposta do sistema;
- 6) Forma de saída;
- 7) Avaliação do sistema.

Os elementos que dizem respeito aos níveis de exaustividade e especificidade, conforme apontam Dias e Naves (2013), ocorrem no momento da seleção dos conceitos em que é exigido que o indexador tome a decisão de quais conceitos serão escolhidos ou rejeitados, considerados como as características da indexação mais afetadas, segundo a NBR 12.676 (1992), porque:

- Com relação à exaustividade, a seleção de termos impõe um número mais restrito de termos e o ideal seria que o nível de representação do conteúdo do documento por termos identificados fosse abrangente de forma a garantir as necessidades de recuperação da informação dos usuários e,
- Com relação à especificidade, a seleção de termos poderá recair sobre termos mais genéricos e menos precisos, pois a preferência, em alguns casos, recai na escolha de um termo genérico que substitui vários outros termos. (ABNT, 1992, p. 3).

Com relação à determinação do nível de exaustividade, Lancaster (2004) considera como a decisão mais importante em uma política de indexação, por estar relacionada à quantidade de termos a serem atribuídos ao documento analisado. No entanto, sem estabelecer uma quantidade mínima ou máxima de termos, o autor menciona que quanto mais termos forem atribuídos a um documento, em número suficiente para abranger o assunto do documento de modo bastante completo, maior será a probabilidade de acesso do usuário ao documento, no momento da recuperação, denominada pelo autor como indexação exaustiva através da qual tantos os assuntos específicos como os considerados mais gerais serão indexados (LANCASTER, 2004). Essa decisão deve ser adotada com cautela tendo em vista afetar a precisão da recuperação da informação.

No que se refere à especificidade, Lancaster (2004) aponta a atribuição de termos mais seletivos em que o item informacional deve ser indexado com termos mais específicos, considerada pelo autor como uma indexação mais profunda, haja vista conduzir ao resultado de pesquisa mais preciso.

Sintetizando:

A indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo. A indexação seletiva, por outro lado, implica o emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo temático principal do documento. (LANCASTER, 2004, p. 27).

Nesse contexto:

Normalmente, seria melhor utilizar vários termos específicos, ao invés de um termo que seja mais genérico. [...]. O indexador deve ter em mente que é possível conseguir especificidade mediante combinação de termos. Se não houver nenhum termo que sozinho possa representar o tópico, busque uma combinação apropriada de termos no vocabulário controlado. (LANCASTER, 2004, p. 34-35).

Desse modo, é importante registrar que, quanto mais exaustiva for a indexação, maior será a **revocação**, isto é, o número de documentos recuperados e, quanto maior for a seletividade ou especificidade, maior será a **precisão** na recuperação da informação (CHAUMIER, 1988; FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004).

Enfim, todas as ações que envolvem o processo de indexação precisam estar bem-definidas na política de indexação de acordo com a necessidade dos usuários, devendo ser entendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da instituição, identificando as condutas práticas e teóricas das equipes envolvidas na indexação. Essa política deve ser registrada em manuais de indexação devendo ser, se necessário, alterada e atualizada constantemente (FUJITA, 2003; RUBI, 2009).

6.2 Indexação no domínio da Arquivologia

Em 2006, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), ao elaborar a norma NOBRADE para descrição arquivística no Brasil, incorporou a Área 8 (Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos) no processo descritivo. Segundo a Nobrade (BRASIL, 2006, p. 59):

A citada área é fundamental para a recuperação do conteúdo de uma quantidade seleta de elementos de descrição, por meio da elaboração de índices baseado em entradas autorizadas e vocabulário controlado. Além dos pontos de descrição obrigatórios (multinível), cabe à entidade que custodia a documentação identificar outros pontos e estabelecer elementos de descrição relevantes para a indexação.

A inserção da Área 8 pela Nobrade revela o reconhecimento da comunidade da Arquivologia brasileira sobre a importância do Assunto em arquivos para a recuperação da informação.

A dissertação de mestrado de Jane Monção (2006) é de grande importância para a temática “Assunto na Arquivologia”. De caráter teórico-conceitual, a pesquisadora discorre sobre os elementos que podem representar o “Assunto” de documentos arquivísticos ao analisar o primeiro e único evento *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica*:

ipotesi di lavor, ocorrido em 1998, na cidade de Pisa, na Itália, no qual ocorreram debates por pesquisadores de vários países. Os resultados dos debates, publicados em Anais, constituem a proposição de que o “Assunto”, mesmo provocando algumas divergências entre os pesquisadores, pode ser instituído no campo da Arquivologia (MONÇÃO, 2006).

Por considerar o evento *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavor* de grande importância para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, o de identificar e selecionar pontos de acesso de assunto, e para visualizar melhor os resultados dos debates, o Quadro 22, a seguir, apresenta uma síntese das publicações dos Anais sobre o tema “Assunto” no contexto arquivístico.

QUADRO 22 – Extratos dos Anais do *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavor* (1998)

PESQUISADORES	PROPOSIÇÕES
Janet Foster / Roberto Cerri / Fernanda Ribeiro / Monica Pierulivo / Tim Hutchinson	A legitimidade do Assunto é assegurada pela necessidade informacional do usuário e pelos tipos de serviços oferecidos ao público.
Tim Hutchinson / Roberto Cerri / Lorenza Godani / Fernanda Ribeiro / Marina Brogi / Monica Pierulivo / Francesca Klein	O Assunto é estabelecido como atividade complementar no processo de organização histórico-funcional, fornecendo acesso mais pontual e, por conseguinte, oferecendo maiores alternativas para os diferentes perfis de usuários. Nessa perspectiva, a noção de Assunto se apresenta como um limiar para a expansão do compromisso social da informação.
Tim Hutchinson / Roberto Cerri / Lorenza Godani / Marina Brogi / Monica Pierulivo / Francesca Klein / Janet Foster / Francesca Klein / Massimo Rolle	Defendem a elaboração de cabeçalhos de assunto para cada realidade institucional, evitando a utilização de padronização elaborada para a Biblioteconomia, por exemplo, a LSCH.
Marina Brogi	Quanto mais elevado o nível de descrição, menor é a possibilidade de uma indexação exaustiva e específica. Assim, a série documental é o nível descritivo que evidencia o conteúdo do documento, apontando para a inserção do Assunto.
Fernanda Ribeiro / Roberto Cerri	O Assunto na série é determinado de maneira global, todavia, em casos nos quais o conteúdo da série é significativo para a pesquisa, o profissional, em atendimento a demandas de usuários, pode selecionar determinadas séries para indexá-las por Assunto.

Fonte: Monção, 2006.

Nota: Elaborado pela autora.

Na reflexão de Monção (2006), os temas abordados no evento representaram o início acadêmico-científico para a inserção e a legitimação da noção de Assunto na literatura arquivística sob a perspectiva de oferecer a possibilidade de superar antigos preconceitos e entender a importância da temática na Arquivologia. Isso resultou na proposição de que o Assunto, mesmo provocando algumas divergências entre os pesquisadores, pode ser instituído no campo da Arquivologia.

Contudo, Monção (2006) afirma que o Assunto não tem a mesma legitimidade encontrada nas categorias estrutura e função do documento por ser considerado um elemento de atividade complementar, nomeada pela autora de metalinguagem da área, fornecendo acesso pontual como opção ocasional.

A categoria Função é considerada como um conceito-chave nas práticas da organização de documentos arquivísticos, visto que ela orienta os métodos de organização dos acervos arquivísticos, possibilitando “identificar o valor do documento e a série documental, dando visibilidade às atividades desenvolvidas pelo produtor do arquivo e a relação de um documento com outro” (MONÇÃO, 2006, p. 44).

Desse modo, partindo da premissa de que a organização que parte do nível da série traz consigo o resgate da dimensão do conteúdo do documento arquivístico enquanto critério, por sua vez, tem no Assunto um de seus pontos de acesso, necessitando compreender melhor as diferenças e as relações entre as categorias Função e Assunto (MONÇÃO, 2006).

Enfim, Monção (2006) afirma em seu estudo que:

[...] o **Assunto**, embora sem um consenso no nível conceitual, está inserido no fazer arquivístico. Como mostra a literatura em pauta, o grande desafio da pesquisa sobre o **Assunto** em arquivos é delimitar o seu escopo semântico, ou seja, as significações que ele abarca e o seu escopo metodológico, relativamente à noção corolária. (MONÇÃO, 2006, p. 43).

Logo:

[...] o Assunto tem uma outra dimensão, além daquela que dialoga com a classificação, a ordenação e a descrição. Nesse sentido, a Arquivística terá, entre outros desafios, o de prover aparatos teórico-metodológicos que deem conta, por exemplo, de outras noções corolárias a Assunto: gênero textual, gênero discursivo, tópico, tema, entre outras categorias que constituem passos metodológicos para a identificação de assunto em quaisquer tipos de textos. (MONÇÃO, 2006, p. 55).

Dessa forma, fundamentando-se na análise de Monção (2006), os assuntos de documentos arquivísticos podem ter seus elementos identificados a partir da função, da atividade e da tipologia documental presentes em um arquivo.

No artigo de Oliveira (2009), ao refletir sobre o sentido do contexto arquivístico, a autora considera que a indexação faz parte do processo descritivo no sentido de que os assuntos genéricos são tão importantes quanto os específicos e que pontos de acesso como data e lugar, além de serem importantes, também definem o contexto de produção do documento, onde e quando foi produzido. Nesse sentido, a autora afirma que:

A questão do contexto precisa ser considerada durante o processo de indexação, pois a definição de um ponto de acesso pode vir a ser estabelecida apenas compreendendo o contexto em que foi produzido o documento, ou seja, nem todo o ponto de acesso está explícito no documento. Pelo contrário, em muitos casos, a definição de um ponto de acesso somente poderá ser feita após se compreender o contexto

sociopolítico em que o produtor do documento se insere. (OLIVEIRA, 2009, p. 36).

Em outras palavras, as informações externas aos documentos que foram produzidas a partir do contexto em que os documentos foram criados dizem respeito ao contexto de produção dos documentos. Diante disso, a relação do assunto se refere às funções e à estrutura da instituição produtora/acumuladora, enquanto as informações que estão dentro se referem ao seu conteúdo informativo (CAMPOS, 2006).

Em Campos (2006), a descrição e a indexação são abordadas como processos diferentes, mas que se complementam e, através deles, é possível atribuir pontos de acesso. A autora cita, como elementos possíveis de representar os assuntos, a tipologia documental, o contexto da produção, a função e a estrutura da instituição, pessoas e datas citadas no documento.

Uma pesquisa pioneira é a tese de Vital (2017) que, no contexto das tecnologias da informação, investigou as contribuições do modelo conceitual FRSAD na indexação dos documentos arquivísticos. A partir do modelo conceitual RIC-CM, a autora identificou os elementos arquivísticos que podem ser *thema* (assunto), de acordo com a proposição do FRSAD, quais são: agente, função, data, atividade, lugar, conceito/objeto, alicerçada nos aspectos do Princípio da Proveniência e das particularidades da organicidade, das atividades da classificação e da descrição arquivística e da associação com a descrição multinível (VITAL, 2017).

Em sua pesquisa, a partir da revisão da literatura, Vital (2017, p. 143) caracteriza a especificidade da indexação dos documentos arquivísticos em três pontos principais: a) contempla o Princípio da Proveniência e a característica da Organicidade; b) é realizada no contexto da Classificação e da Descrição Arquivística; c) está vinculada aos níveis de descrição. A importância da descrição multinível para a indexação de documentos arquivísticos se justifica na medida em que, quanto mais específico for o nível de descrição, mais específicas serão as entidades a serem representadas.

Além de Vital (2017, p. 174) esclarecer que a indexação de documentos arquivísticos precisa estar vinculada às funções de Classificação e Descrição Arquivística e, conseqüentemente, respeitar a descrição multinível, a autora enfatiza a importância de distinguir ponto de acesso de assunto afirmando que “todas as entidades arquivísticas identificadas como representativas do assunto dos documentos arquivísticos podem ou não ser assunto do documento, mas sempre serão pontos de acesso”.

Em Schellenberg (2006), ainda que não tenha mencionado em sua obra a expressão “pontos de acesso de assunto”, o autor evidencia que o objetivo da descrição arquivística é tornar os documentos acessíveis com a maior eficiência possível,

fornecendo informações necessárias sobre a documentação e informações específicas sobre determinados documentos.

De acordo com Schellenberg (2006), essa eficiência é garantida quando, na descrição dos documentos arquivísticos, são observados dois aspectos: o da proveniência (descrição em relação às origens do documento, quanto à organização e à função) e o da pertinência (descrição em relação aos conteúdos, ou seja, às ações e às atividades do próprio órgão). Dessa forma, o profissional de arquivo, ao realizar a descrição, inteira-se da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos documentos.

Partindo do pressuposto de que o contexto é a chave para a compreensão dos documentos arquivísticos, decorrente do Princípio da Proveniência, do respeito à organicidade e da hierarquia multinível, em que os documentos relacionam entre si, Evans (1986) entende que essa metodologia arquivística, concomitante à criação de um controle de autoridade, pode oferecer acesso mais pontual para o usuário.

Para Evans (1986), o controle de autoridade em arquivos pode promover o deslocamento da visão plana e mono-hierárquica para uma visão multidimensional das instituições geradoras de registros arquivísticos por consistir em uma maneira de abrir novas rotas de pesquisas para o usuário de arquivo ao vincular informações sobre a instituição com as séries ou entre as séries por ela produzidas.

Dooley (1992) expõe que, historicamente, os arquivistas consideraram desnecessário o acesso a documentos arquivísticos pelo assunto com a visão de que o acesso, a partir da procedência documental, conduziria, ainda que indiretamente, os usuários à informação desejada, além da impossibilidade de analisar o assunto detalhadamente entre inúmeros itens documentais existentes em uma única base de dados.

Contudo, Dooley (1992) revela que, em função da inclusão de descrições arquivísticas em catálogos on-line e integrados, cresceu o sentimento entre os arquivistas de que o acesso pelos assuntos em arquivos não é apenas desejável, mas necessário. Aspectos que tradicionalmente não são considerados assuntos podem fornecer pistas importantes para identificar conteúdo e formar elos entre a proveniência e o conteúdo do assunto contidos nos registros arquivísticos.

Outro aspecto destacado por Dooley (1992) considerado como um importante ponto de acesso é a forma do material, particularmente quando relacionado com a data ou o local (livros de contas, diários terrestres, correspondência comercial, registros de votação etc.), sugerindo bastante informação sobre o conteúdo de registros arquivísticos. A forma material como ponto de acesso converge com Monção (2006) quando a autora menciona que a tipologia documental pode oferecer elementos importantes para a identificação do assunto.

Durance (1992) afirma que os pontos de acesso de assunto, em arquivos, podem fornecer os elos essenciais entre o Princípio da Proveniência, a ligação dos

documentos arquivísticos com o fundo, sua descrição, organização física e histórica de custódia, constituídos por:

- 1) nomes corporativos, suas histórias e funções (incluindo nomes de organizações governamentais, famílias e corporações);
- 2) nomes pessoais (indivíduos) e detalhes biográficos sobre eles;
- 3) assuntos (incluindo nomes usados como assuntos e nomes geográficos);
- 4) funções, ocupações e/ou formas de material. (DURANCE, 1992, p. 40-41).

Durance (1992) adverte que os pontos de acesso requerem um controle de autoridade para fornecer acesso aos sistemas de informação por meio de nomes, assuntos e funções, exigindo uma construção que permita que seus relacionamentos sejam facilitadores para a recuperação da informação. A autora relata que o controle dos pontos de acesso fixados em um sistema de informação arquivístico institui ordem e um detalhamento das complexidades das organizações corporativas e de seus antecessores, nomes pessoais, funções e assuntos de documentos e suas inter-relações, permitindo ao usuário selecionar, identificar e manusear os dados de várias formas, ações essas nomeadas pela autora como “visualizações do usuário” (DURANCE, 1992, p. 39).

Para Durance (1992), controle de autoridade é um exercício intelectual de profissionais altamente qualificados para pesquisar e estabelecer os pontos de acesso, seu escopo e relações com outros pontos de acesso. É o aspecto mais trabalhoso que consiste na aplicação de técnicas sofisticadas (de preferência automatizadas) para registrar, manter, manipular e exibir relacionamentos entre pontos de acesso relacionados:

Os sistemas de autoridade automatizados verdadeiros são sistemas “interligados” ou “interativos” que registram dados de autoridade separadamente dos registros descritivos dos documentos aos quais eles pertencem, mas que conectam os registros de maneira a tornar essa separação transparente para o usuário. Esse recurso é ainda mais importante para arquivos do que para bibliotecas, porque a capacidade de vincular o histórico de documentos ao histórico de seus criadores é central para a descrição do arquivo. (DURANCE, 1992, p. 39).

Hagen (1998) aponta que o conceito de pontos de acesso vem da biblioteconomia e é de fundamental importância para o estabelecimento das normas da descrição arquivística, haja vista que a descrição arquivística tem sido objeto de esforços de padronização como consequência da expansão das tecnologias da comunicação que tem propiciado a troca de informações em sistemas informatizados e na Web. Outra recomendação importante de Hagen (1998) é que os instrumentos de pesquisa sejam concebidos como um sistema, com referências cruzadas e pontos de acesso estabelecidos e controlados.

Referência cruzada trata-se de um recurso informacional próprio dos pontos de acesso por agruparem, ao contrário da descrição, itens sob um ponto de vista único, permitindo a um item encontrar seu usuário.

Hagen (1998) argumenta que os pontos de acesso mais evidentes para documentos arquivísticos é o nome da pessoa ou da instituição produtora, respeitando o princípio da proveniência e, para que sejam efetivos, os pontos de acesso devem ser controlados ou padronizados e submetidos às regras de vocabulário controlado.

Já Hutchinson (1998), a partir de relatos de vários pesquisadores norte-americanos, argumenta que o acesso por assunto aos documentos arquivísticos provocou uma quantidade considerável de interesses e debates nos últimos anos em razão da introdução de sistemas de acesso informatizados, o que resultou em uma descrição arquivística mais detalhada e na capacidade de fornecer uma maior escolha de pontos e métodos de acesso a essas descrições, e adverte:

Com uma presença crescente da Internet em muitos arquivos e o desenvolvimento contínuo de bancos de dados a serem acessados pelos usuários sem a mediação de arquivistas, será importante tentar incorporar o maior número possível de pontos de acesso – mas ainda assim o mais fácil possível para o usuário médio entender o sistema de recuperação. Esses pontos de acesso incluem função e forma do material e podem estar relacionados a registros de autoridade. (HUTCHINSON, 1998, p. 10).

Na reflexão de Hutchinson (1998), o acesso baseado no Princípio da Proveniência é um método importante de acesso à informação em arquivos. Contudo, com a presença crescente da Internet em arquivos e do desenvolvimento de bancos de dados, é importante tentar criar o maior número possível de pontos de acesso de assunto em arquivos ficando subentendido que o autor defende a elaboração de vocabulários controlados que reflitam a realidade da linguagem da instituição evitando, dessa forma, a utilização de vocabulários constituídos por outras instituições.

Em Portugal, na sua tese de doutorado, Fernanda Ribeiro (1998) discorre sobre os instrumentos de acesso à informação (pontos de acesso, controle de vocabulário e indexação). A autora considera que a união de classificação, descrição e pontos de acesso ressalta, visivelmente, o trabalho arquivístico e é a garantia de uma efetiva recuperação da informação em arquivos.

Pela sua essência (representação da realidade arquivística) e pela sua finalidade (providenciar o acesso à informação), é fundamental que os instrumentos de acesso à informação sejam rigorosos na representação do seu objeto e exatos no estabelecimento dos pontos de acesso que contêm.

Em termos gerais, Ribeiro (1998, p. 69) enumera os seguintes elementos funcionais e informativos como passíveis de constituir ponto de acesso:

- nomes próprios (de pessoas individuais ou coletivas, de objetos, de fatos e acontecimentos, geográficos);
- datas;
- números;

- conceitos concretos ou abstratos (de que excluímos, nesse contexto, os nomes próprios e as datas, embora também sejam conceitos).

Essa variedade de elementos informativos pode originar diferentes tipos de pontos de acesso sendo: primeiro, são os pontos de acesso que correspondem aos dados de identificação das unidades arquivísticas: título, data, nome (do arquivo, de pessoas, de locais, etc.), tipologia documental; segundo, num âmbito mais abrangente, são os pontos de acesso que correspondem ao conteúdo temático (assuntos e conceitos) que são representados por termos de indexação (RIBEIRO, 1998).

Ainda segundo Ribeiro (1998), a determinação dos pontos de acesso resultantes do nível da descrição possui elementos que podem ser idênticos nos diferentes níveis descritivos, já os que resultam da análise do conteúdo variam consideravelmente de nível para nível, pois a profundidade da indexação (grau de exaustividade e especificidade) tem de estar de acordo com a profundidade da descrição arquivística.

Ribeiro (1998) discorre sobre a distinção entre os pontos de acesso não controlados, correspondendo às palavras e aos termos da linguagem natural (sem controle de autoridade), e os controlados, com aplicação do controle de autoridade. De acordo com a autora, o controle de autoridade, já determinado e estabelecido no domínio da Biblioteconomia, conta com rigor técnico, mas pode ser aplicado no campo da Arquivologia.

De maneira simples, a autora define o controle de autoridade como o processo que permite manter a consistência dos pontos de acesso identificados, armazenados em um sistema, denominado como arquivo de autoridade, de onde partem as decisões tomadas no decorrer do trabalho de determinação da forma de um nome, título, assunto, etc., forma essa que será a única usada como ponto de acesso a um item documental.

Além disso, o trabalho de autoridade implica também o estabelecimento de remissivas para as formas não usadas como pontos de acesso e a determinação de relações entre o nome ou o termo autorizado e outras formas de autoridade existentes no mesmo sistema de recuperação de informação (RIBEIRO, 1998).

Em artigo de natureza prática, Smiraglia (2009) compreende que os pontos de acesso de assunto em arquivos têm como propósito: primeiro, identificar o assunto de fundos, séries, subséries ou itens documentais para facilitar a recuperação da informação tópica das entidades coletivas; segundo, mencionada pelo autor como a mais importante, os títulos dos assuntos permitem que o usuário veja todo o escopo das informações de um sistema de informação arquivístico.

É interessante observar que Smiraglia (2009) adota o termo “catalogação” no decorrer do seu estudo ao aplicar o LCSH (Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos), utilizados para registros bibliográficos, na identificação de

pontos de acesso de assunto para as entidades arquivísticas as quais, segundo o autor, exigem um detalhamento maior que os documentos bibliográficos.

Por fim, o Quadro 23 a seguir sumariza os elementos que podem constituir “Assunto” em arquivos, a partir dos autores revisados.

QUADRO 23 – Síntese dos elementos que constituem “Assunto” em arquivos

AUTORES/ANO	ELEMENTOS
Schellenberg (2006)	Função / Ação / Atividade / Estrutura da instituição
Evans (1986)	Contexto da produção / Função / Atividade
Dooley (1992)	Tipologia documental / Data / Local
Durance (1992)	Nome corporativo / Nome de família / Nome da pessoa / Nome geográfico / Função / Atividade / Tipologia documental
Hagen (1998)	Nome da instituição / Nome da pessoa
Hutchinson (1998)	Função / Tipologia documental
Ribeiro (1998)	Contexto da produção / Nome corporativo / Nome de pessoa / Nome geográfico / Conceito / Objeto / Evento / Data / Título / Tipologia documental
Monção (2006)	Função / Atividade / Tipologia documental
Campos (2006)	Contexto da produção / Função / Estrutura da instituição
Oliveira (2009)	Contexto da produção / Data / Lugar
Smiraglia (2009)	Identificação do assunto pelo título do fundo, da série, da subsérie ou do item documental para recuperar a informação tópica
Vital (2017)	Agente / Função / Atividade / Data / Lugar / Conceito / Objeto

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Através dos estudos selecionados, verifica-se que as discussões sobre a temática “Assunto” na Arquivologia não são tão novas assim, constituindo, dessa forma, objeto de investigação científica. Além disso, os pontos de acesso de assunto podem expandir as buscas e a recuperação da informação em arquivos.

Outro aspecto é sobre a relevância dada pelos autores com relação à característica orgânico-funcional do documento arquivístico em que a representação da informação deve ser realizada através dos conjuntos documentais, levando em consideração o Princípio da Proveniência, isto é, o contexto da produção documental, e as características da organicidade, ou seja, os conjuntos documentais não podem ser separados no decorrer da indexação.

Enfim, ainda que haja algumas divergências, considerando os autores revisados, observa-se a ligação entre o Assunto e as particularidades dos documentos arquivísticos com destaque para função, atividade e tipologia documental.

6.3 Contribuições do FRSAD na identificação de pontos de acesso de assunto em arquivos

Na proposta dos modelos conceituais da “família FR” (FRBR, FRAD e FRSAD) todos os elementos que compõem um registro bibliográfico (título, autor, data, local de publicação, editora, assunto etc.) são passíveis de representação e recuperação por meio dos possíveis relacionamentos entre si. Dessa maneira, o FRSAD amplia as possibilidades de o usuário encontrar a informação que procura a partir dos dados de autoridade de assunto presentes nas entidades de um registro bibliográfico.

Na concepção do modelo conceitual NEDA-MC, a perspectiva da descrição arquivística é ampliada visando a novas formas de acesso e de recuperação da informação. A descrição é considerada com uma abordagem multidimensional conduzida para a representação de múltiplas e diferentes entidades (documentos, agentes, função, norma, conceito, evento e objeto e lugar) e dos subtipos de entidades com seus atributos e relacionadas entre si.

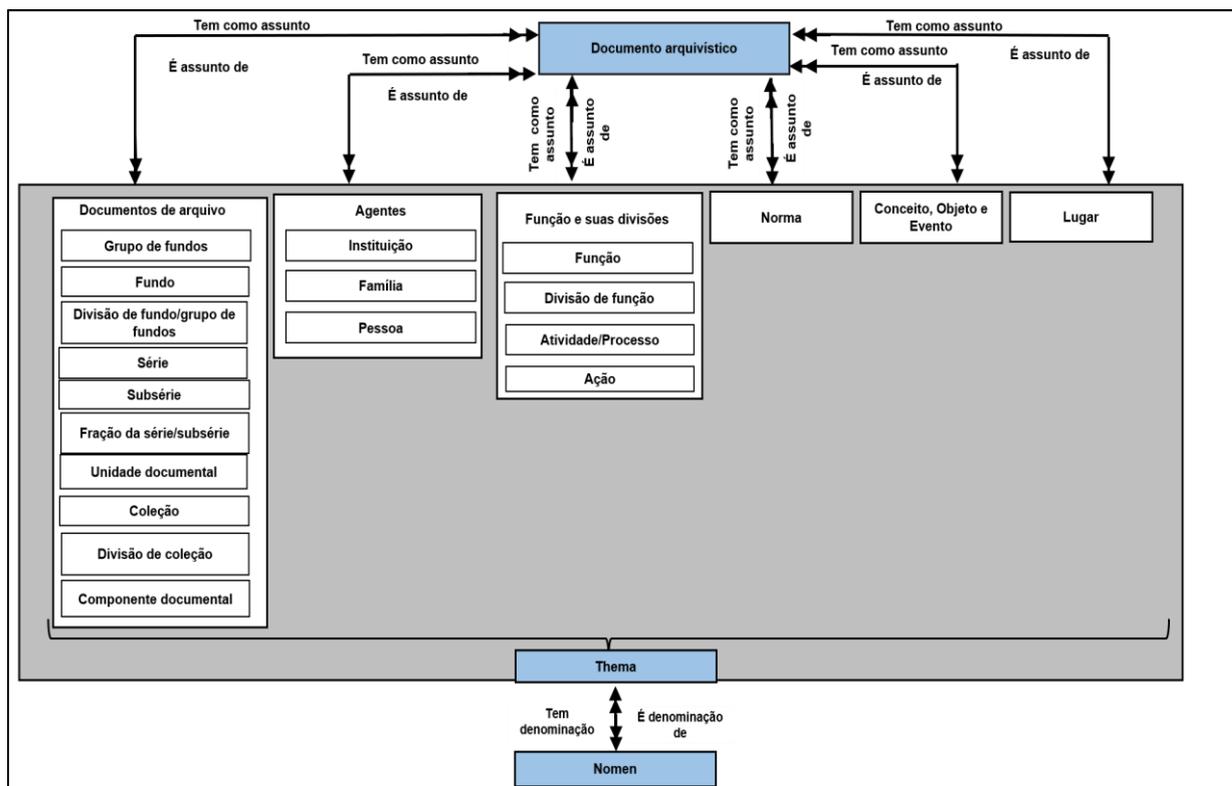
O modelo NEDA-MC propõe ir além da descrição multinível e hierárquica, focada no contexto do produtor, para uma descrição ampla de maneira que todos os conjuntos documentais pertencentes ao fundo – séries, subséries, dossiê/processo e o item documental – sejam integrados e relacionados entre si resultando em uma visão integrada dos arquivos, ampliando, sobremaneira, as possibilidades de recuperação da informação pelos usuários de arquivos.

Na proposta do FRSAD, os dados de autoridade de assunto permitem aos usuários, sejam profissionais da informação, sejam usuários finais, **encontrar, identificar, selecionar e explorar** a informação, independentemente do domínio. Dessa forma, baseando-se nas necessidades e nos interesses dos usuários, os pontos de acesso de assunto podem viabilizar a recuperação confiável dos registros descritivos, a despeito do domínio do conhecimento.

É importante destacar que o FRSAD não é uma ferramenta para construção de vocabulários controlados, mas apenas uma estrutura para mapear, selecionar e controlar dados de autoridades de assunto, ou seja, pontos de acesso de assunto.

Como pode ser observado na Figura 14 a seguir, a realocação das entidades do modelo NEDA-MC para a estrutura do modelo FRSAD foi uma decisão baseada na premissa de que todas as entidades arquivísticas identificadas pelo NEDA-MC podem conter *themas* (assunto) e para cada *thema* identificado será denominado um *nomen* para comunicar o significado do *thema*.

FIGURA 14 – Modelagem do NEDA-MC, com adaptação do FR SAD



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A substituição das entidades da “família FR” pelas entidades do NEDA-MC foi uma decisão baseada no princípio de que essas entidades se adequam melhor ao contexto dos documentos arquivísticos, pois não foram identificadas aplicações viáveis das entidades dos FR à realidade dos documentos arquivísticos.

Contudo, é importante observar que ponto de acesso é diferente de ponto de acesso de assunto ou termo de indexação. O primeiro compreende os elementos descritivos físicos dos registros documentais, responsáveis pela recuperação do recurso informacional que representam pessoas, instituições, famílias, títulos e localizações geográficas. O segundo, ponto de acesso de assunto ou termo de indexação, são palavras ou expressões que representam os assuntos que integram os registros arquivísticos. Desse modo, todas as entidades identificadas pelo NEDA-MC são pontos de acesso, mas nem todas constituirão pontos de acesso de assunto ou termo de indexação.

Após a revisão da literatura, essa pesquisa entende que pontos de acesso de assunto e seu controle (vocabulário controlado), enquanto metodologia para a representação dos conteúdos dos registros arquivísticos, podem ser de grande importância para auxiliar os processos de arranjo/classificação e descrição, sendo de fundamental importância na recuperação da informação em arquivos.

No entanto, percebe-se que há lacunas teórico-metodológicas que precisam ser investigadas. Desse modo, o próximo capítulo apresenta a metodologia que foi aplicada para a identificação de pontos de acesso de assunto das amostras selecionadas do FCMSJDR.

7 METODOLOGIA

Pesquisa científica é compreendida como a busca por informações, assim como a aplicação do conhecimento diante de um problema ou de investigações para as quais não temos resposta. Na acepção de Minayo (2002), a investigação científica ultrapassa o senso comum que, por si só, é uma reconstrução da realidade, concebida por meio de processos formais e sistemáticos com a finalidade de descobrir respostas para os problemas e a obtenção de novos conhecimentos.

A estrutura proposta para a metodologia da pesquisa é dividida em duas etapas: teórica, que tratou do referencial teórico, por ser essencial à obtenção do conhecimento sobre a temática da pesquisa, e a pesquisa aplicada, com finalidade prática, que tem por objetivo empregar uma metodologia direcionada para a solução do problema identificado.

Ambas as etapas têm o intuito de responder à questão de pesquisa, enunciada na seção 1.1, **como identificar e selecionar pontos de acesso de assunto para documento arquivístico?**

7.1 Abordagem da pesquisa

Esta subseção apresenta as características da pesquisa, contempladas por Gil (2008) como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para alcançar os objetivos traçados, quais são:

- **Do ponto de vista do nível:** a pesquisa é *exploratória*. No relato de Gil (2008), pesquisas exploratórias têm o objetivo de proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Nesse contexto, a pesquisa visa aprofundar o conhecimento sobre a indexação na Arquivologia, assunto pouco explorado na literatura, e sobre as proposições dos modelos conceituais de dados NEDA-MC e da família FR.

- **Do ponto de vista da finalidade:** *pesquisa aplicada*, visto que se caracteriza pela obtenção de conhecimento para uso prático, isto é, os resultados da pesquisa são aplicados ou utilizados na solução de problemas da realidade.

Tal perspectiva se aplica a essa pesquisa, uma vez que tem como objetivo principal propor uma metodologia para a seleção de pontos de acesso de assunto para as amostras do FCMSJDR.

- **Do ponto de vista do delineamento da pesquisa:** *pesquisa bibliográfica*. Para Gil (2008), o elemento mais importante para a identificação de um delineamento da pesquisa é o procedimento adotado para a coleta de dados. No relato do autor, a pesquisa

bibliográfica tem como base a análise de materiais já publicados, com as contribuições de vários autores. É adotada para compor a fundamentação teórica da pesquisa.

Nesse contexto, essa pesquisa adotou materiais já publicados, impressos e on-line, como livros, artigos científicos, manuais, normas, teses, dissertações, o guia, o inventário e as descrições em nível 3 do FCMSJDR, com o objetivo de conhecer as contribuições científicas sobre a temática da pesquisa.

7.2 Pesquisa bibliográfica

É por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador se inteira sobre quem escreveu, o que já foi publicado, quais aspectos foram contemplados, as discussões e as dúvidas a respeito da questão de pesquisa proposta. Ao se inteirar do tema, o pesquisador terá suporte para justificar sua proposta, além de definir, com mais precisão, os objetivos e a metodologia da pesquisa.

O universo das fontes de informação contemplou bases de dados referenciais, textos completos on-line (*open access*) e regulamentados por assinatura, gerais e especializadas, com abrangência nacional e internacional, nas áreas da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia.

O Quadro 24 a seguir apresenta a abrangência dos locais de busca da pesquisa bibliográfica.

QUADRO 24 – Locais de busca

BASES DE DADOS GERAIS	Portal de periódicos da CAPES
	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)
	Catálogo Pergamum (Sistema de Bibliotecas da UFMG)
	Google Scholar
BASES DE DADOS ESPECIALIZADAS	Informações de periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)
	Library and Information Science Abstracts (LISA)
	Web of Science (WoS)
	Emerald Insight
	Site do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)
	Site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)
	Site da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da proposta dos objetivos abrangendo, principalmente, dois grandes temas que envolvem a pesquisa: os modelos conceituais de dados NEDA-MC e da família “FR”, especificamente o modelo FRSAD, e a indexação de documentos arquivísticos.

Para a elaboração das estratégias de pesquisa, foram utilizados termos em português, espanhol e inglês, aplicados nos campos de assunto, título e palavras-chave com os

seguintes termos: *indexação e documento arquivístico; representação temática e documento arquivístico; indexação e arquivologia; representação temática e arquivologia; assunto e documentos arquivísticos; assunto e arquivologia; modelo conceitual e biblioteconomia; modelo conceitual e arquivologia; NEDA-MC; FRSAD e indexação; FRSAD e representação temática; FRSAD e documento arquivístico.*

Para a seleção dos documentos recuperados, foram adotados os seguintes critérios: (1) leitura exploratória, a partir da leitura dos sumários e dos resumos a fim de identificar a existência das informações referentes ao tema a ser investigado e, também, relacionadas aos objetivos propostos; (2) leitura seletiva, a fim de apontar o material relevante para a pesquisa e o descarte das informações não relevantes; (3) leitura reflexiva, com a elaboração de resenhas do material selecionado; (4) leitura interpretativa, a fim de relacionar as ideias propostas nos documentos com o problema a ser investigado.

7.3 O universo e a seleção das amostras

O universo da pesquisa a ser investigado é a documentação do Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei (1715-1930), localizado na Biblioteca Municipal Baptista Caetano D'Almeida, na cidade de São João del-Rei.

Os conjuntos documentais que integram o FCMSJDR, apoiando-se na explicação de Bellotto (2002b), são considerados diplomáticos tratando-se de registros legitimados de ato administrativo e jurídico, resultantes de fatos administrativos e jurídicos. Quanto às categorias documentais, estas referem-se a documentos públicos e notariais com finalidades testemunhais e informativas, compostas por manifestações obrigatórias de autoridades superiores; acordos de vontade entre duas ou mais partes; ou a determinação da execução de atos normativos.

Para atingir os objetivos propostos, em virtude da extensa quantidade de conjuntos documentais e da variedade da tipologia documental (acórdãos, atas, editais, ofícios, petições, requerimentos e demais outros documentos), tornou-se necessário estabelecer um recorte, resultando na escolha de um conjunto de atas de eleições para juiz de paz e vereadores de 1822 a 1880 e de um conjunto de requerimentos produzidos entre 1869 e 1899 em que são abordados os aspectos eleitorais e legislativos da Câmara, respectivamente, conforme demonstrado no Quadro 25 a seguir.

QUADRO 25 – Relação dos conjuntos documentais selecionados

ASPECTO	SÉRIE		DOCUMENTO		
	No.	TÍTULO	NOTAÇÃO ³³	TÍTULO	DATA
ELEIÇÕES	07	Atas de eleições	Ata EL 51-59 e Ata CEL 60	Atas das eleições de Juiz de Paz e suplentes desta Paróquia e assim também para a eleição dos Vereadores para a Câmara Municipal	1822-1880
LEGISLAÇÃO	35	Requerimentos submetidos ao Agente Executivo	REQ 191-193	Requerimentos submetidos ao despacho do Agente Executivo	1869-1899

Fonte: Di Mambro, 2018.

Nota: Elaborado pela autora.

A seleção das duas amostras foi realizada de modo que os conjuntos documentais elegidos retratassem aspectos importantes de atuação da Câmara na época como eleição e legislação.

Para a seleção das amostras, adotou-se o documento de referência Descrição em nível 3 (Série) e 3,5 (Subsérie), elaboradas para o FCMSJDR. A descrição arquivística se configura como um importante instrumento de representação da informação em arquivos por permitir a identificação de documentos e, como produto da descrição, a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

7.4 Procedimentos metodológicos

Esta seção detalha os procedimentos para aplicação prática da pesquisa, em que será desenvolvida uma metodologia para a identificação de pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos, apoiada na NBR 12.676 (1992), Nobrade (BRASIL, 2006), FRSAD (2010), Melo (2013), Milani (2014) e no NEDA-MC (2017), empreendida nas seguintes etapas: categorização das amostras, na perspectiva do modelo NEDA-MC, estabelecimento do conteúdo dos assuntos, identificação e seleção dos conceitos, tradução dos conceitos em pontos de acesso de assunto. O Quadro 26 sintetiza as etapas da metodologia:

³³ Notação é o símbolo que permite a “identificação das unidades **de arquivamento**, feita através de números, letras ou combinação de números e letras, para permitir sua localização nos **depósitos**” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 64, grifo nosso). A unidade de arquivamento é conceituada como: “Documento(s) tomado(s) por base para fins de classificação, arranjo, armazenamento (1) e notação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 167).

QUADRO 26 – Síntese dos procedimentos metodológicos

ETAPAS	PROCEDIMENTOS
1ª	Categorização das amostras, na perspectiva do modelo NEDA-MC
2ª	Estabelecimento do conteúdo dos assuntos
3ª	Identificação e seleção dos conceitos
4ª	Tradução dos conceitos em pontos de acesso de assunto, com base no FRSAD

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

7.4.1 Categorização das amostras do FCMSJDR, na perspectiva do modelo NEDA-MC

Esta etapa tem como propósito identificar as categorias presentes nas amostras documentais, segundo as diretrizes do modelo NEDA-MC, visando à compreensão de como o “assunto” é abordado na modelagem conceitual pela comunidade da Arquivologia. Tal propósito amplia o entendimento do domínio do conhecimento a ser analisado, apontado por Alvarenga (2003, p. 24) como de fundamental importância para “conhecer as relações entre as semelhanças e diferenças entre conhecimentos e objetos integrantes do domínio” e definido pela autora como “uma atitude hermenêutica ou interpretativa, igualmente indispensável à análise e à classificação de um universo de coisas”.

Do mesmo modo, Campos e Gomes (2006) propõem a análise do domínio como forma de identificar as classes que a área do conhecimento possui por permitir determinar a identidade dos conceitos (categorias), com suas semelhanças e diferenças, que fazem parte do domínio analisado, denominado de categorização.

Prosseguindo, Lima (2003, on-line) relata que, para organizar o conhecimento de qualquer área, da sua representação à sua recuperação, estudam-se primeiramente os conceitos que compõem esse campo do conhecimento e as relações entre eles. Segundo a autora, “a influência do contexto é tão importante na categorização que qualquer descrição individual na classificação que o desconsidere pode mostrar-se muito limitada”.

Nesse contexto, o Quadro 27 a seguir expõe as entidades e os subtipos de entidades identificadas pelo NEDA-MC (2017) como as categorias e as subcategorias do modelo NEDA-MC.

QUADRO 27 – Tipos de Entidades/Categorias – Modelo NEDA-MC

ENTIDADE / CATEGORIA	SUBTIPOS DE ENTIDADES / SUBCATEGORIAS
Documento de arquivo	1.1 Grupo de fundos 1.2 Fundo 1.3 Divisão de fundo/grupo de fundos 1.4 Série 1.5 Subsérie 1.6 Fração da série/subsérie 1.7 Unidade documental 1.8 Coleção 1.9 Divisão da coleção 1.10 Componente documental
Agente	2.1 Instituição 2.2 Família 2.3 Pessoa
Função e suas divisões	3.1 Função 3.2 Divisão da função 3.3 Atividade/Processo 3.4 Ação
Norma	
Conceito, objeto e evento	
Lugar	

Fonte: CNEDA, 2017.

Visando à otimização da categorização das amostras do FCMSJDR, no contexto do modelo NEDA-MC, foi elaborado o Quadro 28, com três colunas, onde são expostos:

1ª coluna - elementos descritivos das amostras, resultantes das descrições em nível 3 e 3,5.

2ª coluna - atributos do NEDA-MC correspondentes a cada elemento descritivo da 1ª coluna. A lista dos atributos do NEDA-MC encontra-se no Anexo 3 desta pesquisa.

3ª coluna – categorias do NEDA-MC identificadas após a análise da equivalência entre os elementos descritivos das amostras e os atributos do NEDA-MC.

[...] a descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, com o objetivo de sintetizar e condensar a informação neles contida para oferecê-la aos interessados. [...] ela é a ponte que comunica o documento com os usuários. Na cabeceira da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 300).

Do mesmo modo, nas reflexões de Schellenberg (2006) e de Hagen (1998), a descrição é concebida como um processo de análise dos elementos formais dos documentos, com suas características externas e internas, realizada em duas etapas distintas:

- a) Em relação à estrutura (características externas do documento) – Essa etapa é iniciada pela identificação e análise dos conjuntos documentais que fornecerão informações sobre o tipo de esquema do arranjo (sequência numérica, de pessoas assuntos ou lugares, em ordem alfabética, esquema de classificação ou, ainda, pela combinação dos tipos citados), classes ou tipos físicos dos documentos, quantidade, data de abrangência;
- b) Em relação à substância (características internas do documento) – indica a unidade de organização, ao contexto de produção, funções e atividades, além de contemplar os conteúdos dos documentos. Podem ser descritos, em grandes classes, de acordo com sua origem indicando-se unidade de organização, funções, atividades, operações, assuntos.

Prosseguindo com o estabelecimento dos assuntos, a Nobrade (BRASIL, 2006) aponta que os elementos descritivos Título (Área de identificação), quando aplicado nos níveis de descrição 4 e 5, História administrativa/biografia (Área da Contextualização), elemento exposto no nível 1, e os elementos Âmbito e conteúdo (Área de Conteúdo e Estrutura), considerados como elementos opcionais pela norma e aplicáveis em todos os níveis de descrição, são passíveis de fornecer informações sobre os conteúdos dos assuntos dos conjuntos documentais. Além desses elementos, a norma estabelece que poderão ser objetos de indexação elementos como eventos, áreas geográficas, períodos históricos e assuntos tópicos cabendo à entidade custodiadora, de acordo a política de indexação, identificar e selecionar outros elementos.

Nesse cenário, seguindo as orientações da Nobrade, para esse experimento, foram eleitos os seguintes elementos descritivos a fim de identificar os conteúdos dos assuntos das amostras do FCMSJDR: *Âmbito e conteúdo, evento, área geográfica, tipologia documental, nome da entidade e assuntos tópicos*. Os elementos descritivos Título e

História administrativa/biografia não serão empregados no experimento, uma vez que as amostras analisadas estão descritas nos níveis 3 e 3,5 em que tais elementos não são contemplados.

Embora esteja implícito que as informações contidas nos elementos Âmbito e conteúdo referem-se ao resumo da unidade de descrição, a Nobrade (BRASIL, 2006) não menciona os termos resumo ou síntese, ao contrário do modelo NEDA-MC, que incluiu o atributo Síntese do conteúdo caracterizado pelo modelo como a síntese do conteúdo que permeia a unidade descritiva.

No que se refere ao resumo, Lancaster (2004, p. 6) aponta que “o principal objetivo do resumo é identificar de que trata o documento ou sintetizar seu conteúdo. Um grupo de termos de indexação serve ao mesmo propósito”. No sentido de especificar as atividades da indexação e resumo, o autor assinala que:

A indexação de assuntos e a redação de resumos são atividades intimamente relacionadas, pois ambas implicam a preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos. O resumidor redige uma descrição narrativa ou uma síntese do documento, e o indexador descreve seu conteúdo ao empregar um ou vários termos de indexação, comumente selecionados de algum tipo de vocabulário controlado. (LANCASTER, 2004, p. 6).

Dessa forma, compreende-se que o resumo se configura em um texto sintetizado que “ajuda na decisão sobre o que deve ser incluído e o que pode ser omitido na indexação” (LANCASTER, 2004, p. 123). Já a indexação implica a seleção dos termos que melhor representarão o conteúdo. Embora sejam atividades diferentes, ambas se complementam.

Diante do exposto, é importante evidenciar, para o contexto desse experimento, que o resumo ou síntese do conteúdo que integra os elementos descritivos Âmbito e conteúdo, trata-se de uma importante ferramenta para avaliar e identificar os conteúdos dos assuntos, uma vez que tais elementos correspondem às informações relevantes para as pesquisas dos usuários, conforme ressalta a Nobrade (BRASIL, 2006), devendo tais informações corresponderem ao nível de descrição da unidade descrita. E, conforme orienta a NBR 12.676 (1992), há a necessidade de desenvolver uma estrutura analítica para proceder, estrategicamente, com a análise dos conteúdos dos assuntos constantes nas amostras.

O Quadro 29 a seguir apresenta as diretrizes que serão utilizadas na condução do estabelecimento dos assuntos presentes nas amostras. Na primeira coluna encontra-se o identificador da série documental analisada. Na segunda coluna é exposta a área de descrição, estabelecida pela Nobrade como passível de conter informações referentes ao conteúdo dos assuntos dos conjuntos documentais.

Na terceira coluna apresentam-se as categorias que podem representar o conteúdo dos assuntos contidos nos elementos Âmbito e conteúdo, das descrições em nível 3 e 3,5, elegidos sob a orientação 8.1.1 da Nobrade (BRASIL, 2006, p. 59).

Como estratégia, as categorias Evento e Área geográfica serão associadas ao elemento Âmbito por representarem a contextualização histórica e geográfica dos documentos. No que se refere às categorias Tipologia documental e Assuntos atribuídos pelo indexador (Assuntos tópicos) serão associadas ao elemento Conteúdo. Ambos os elementos, Âmbito e conteúdo, são reconhecidos pela Nobrade como adequados para representar o conteúdo dos documentos.

Na quarta coluna serão exibidos os resultados dos assuntos identificados após a análise dos elementos Âmbito e conteúdo.

QUADRO 29 – Procedimentos para o estabelecimento dos conteúdos dos assuntos

ID DO DOCUMENTO	ÁREA 3 NOBRADE	ELEMENTOS DESCRITIVOS	ASSUNTOS INDENTIFICADOS
	ID DO DOCUMENTO	Conteúdo e Estrutura	Âmbito (Contextualização histórica e geográfica)
Evento Guerras, revoluções, estações do ano e catástrofes, períodos históricos, eventos locais (Desde que seja assunto nos conjuntos documentais)			
Área geográfica Nomes de países, estados, capitais, municípios, províncias (Desde que seja assunto nos conjuntos documentais)			
Conteúdo (Tipologia documental e assunto tópico)			
Tipologia documental Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro (Ex. Certidão de nascimento, Ata de reunião)			
Assunto atribuído pelo indexador (Assunto tópico)			

Fonte: Brasil, 2006.

Nota: Elaborado pela autora.

Após o estabelecimento dos elementos descritivos necessários para o entendimento do conteúdo do assunto das amostras, a próxima etapa é a identificação e a seleção dos conceitos.

7.4.3 Identificação e seleção dos conceitos

Posteriormente à identificação dos assuntos que compõem as amostras, resultantes das análises das informações que constituem os elementos descritivos que são objetos de indexação, é necessário identificar os conceitos abordados no conteúdo do documento. A partir da identificação, será possível selecionar os conceitos que melhor representarão os conteúdos dos assuntos identificados, isto é, que são válidos para a indexação.

Nessa etapa, a NBR 12.676 (ABNT, 1992, p. 2) menciona que “[...] o indexador deve adotar uma abordagem sistemática para identificar aqueles conceitos que são os elementos essenciais na descrição do assunto”. No entanto, na ausência de uma orientação metodológica institucionalizada, a identificação dos conceitos terá como base os assuntos estabelecidos em que serão identificados e selecionados os conceitos ou frases que melhor representem o conteúdo dos assuntos.

Após a identificação dos conceitos, o indexador deverá selecionar quais conceitos são considerados mais pertinentes para a indexação. Essa seleção deverá considerar os conceitos mais significativos para a comunidade de usuários, conforme menciona a NBR 12.676 (ABNT, 1992), uma vez que nem todos os conceitos identificados serão selecionados (QUADRO 30).

Nesse contexto, para fundamentar a seleção dos conceitos a serem representados, o experimento recorrerá a duas regras importantes do processo de indexação: EXAUSTIVIDADE (todos os conceitos úteis devem ser selecionados) e a SELETIVIDADE (escolher somente conceitos que representem informações do documento, de interesse para o usuário). Ressalta-se que tais decisões implicam a **revocação** e a **precisão**, respectivamente, da informação.

QUADRO 30 – Esquema para a identificação e a seleção dos conceitos

ID DO DOCUMENTO	CONCEITOS IDENTIFICADOS	CONCEITOS SELECIONADOS

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

No entanto, em vista de as amostras fazerem parte de um arquivo histórico, com informações muito específicas do Brasil Colônia, Império e Republicano, todos os conceitos identificados serão selecionados, adotando-se a regra da **exaustividade**, isto é, todos os conceitos identificados serão selecionados para a tradução de pontos de acesso de assunto.

7.4.4 Tradução dos conceitos para pontos de acesso de assunto, com base no FRSAD

Esta etapa visa determinar quais pontos de acesso de assunto, efetivamente, representarão os assuntos contidos nas amostras documentais do FCMSJDR. Considerada como a última etapa da indexação, a NBR 12.676 (ABNT, 1992, p. 3) a define como a tradução da linguagem natural para linguagem controlada, sendo recomendado:

- a) usar os descritores cabíveis já existentes na linguagem de indexação utilizada;
- b) para termos que representam novos conceitos, deve-se verificar sua precisão e aceitabilidade em instrumentos de referência, tais como: - dicionários e enciclopédias de autoridade reconhecida nas suas especialidades; - tesouros, especialmente os elaborados de acordo com as ISO 2788 ou ISO 5964; - tabelas de classificação.

No entanto, essa etapa será conduzida a partir das proposições do modelo conceitual FRSAD, visto que as entidades *thema* e *nomen* podem ser aplicadas em qualquer domínio do conhecimento e com qualquer tipo de registro documental. Esse pragmatismo do FRSAD, segundo Melo (2013), suscita a necessidade de considerar a influência do contexto da produção documental a ser modelada.

Logo, para a tradução dos conceitos ou a atribuição dos *nomens* (pontos de acesso de assunto), não será adotado nenhum tipo de vocabulário controlado já institucionalizado, por exemplo, tesouros. A tradução dos conceitos será empreendida com imparcialidade, conforme observação de Milani (2014), em que serão usados glossários, dicionários e manuais especializados da ciência jurídica, da história e de áreas correlatas ao contexto de produção da documentação do FCMSJDR, dando vozes à comunidade de usuários do FCMSJDR.

Para a modelagem dos pontos de acesso de assunto foi desenvolvida uma matriz baseada na estrutura do modelo FRSAD, apresentada no Quadro 31, a seguir, adotando as seguintes etapas:

- I) A modelagem dos conceitos será realizada, separadamente, para cada conjunto documental;
- II) Os *themas* são os conceitos identificados e selecionados, extraídos das amostras, conforme Quadro 30 da seção 7.4.3;
- III) Para cada *thema* selecionado pelo indexador, o atributo “nota de escopo”, visando elucidar seu significado, será preenchido com base em glossários, dicionários e manuais especializados da área contexto de produção da documentação do FCMSJDR;
- IV) Os atributos da entidade *nomen* com a nota “não se aplica” referem-se aos atributos apresentados pelo FRSAD que não serão utilizados por se tratar de uma modelagem para a identificação de pontos de acesso de assunto específica para o contexto do FCMSJDR;
- V) A atribuição dos *nomens* (pontos de acesso de assunto) será fundamentada nas consultas em dicionários, glossários, manuais e outras fontes de informação das áreas do contexto de produção da documentação do FCMSJDR para determinar a escolha do melhor termo que representará o conceito.

QUADRO 31 – Estrutura do modelo FRASAD aplicado na modelagem

ENTIDADES	ATRIBUTOS		DESCRIÇÃO
THEMA	Tipo de <i>Thema</i>		É qualquer entidade que é usada como assunto de uma obra. Corresponde à terminologia convencional de conceito, categoria ou classe utilizada.
	Nota de escopo		Texto que descreve e/ou define o tipo de <i>thema</i> , especificando o seu escopo no contexto arquivístico.
ENTIDADES	ATRIBUTOS		DESCRIÇÃO
NOMEN	Tipo de <i>Nomen</i>	Identificador	Não se aplica
		Nome controlado	Nome a ser adotado em linguagem controlada (com base nos termos identificados no <i>thema</i>)
	Esquema		Não se aplica
	Fonte de referência		Fonte na qual o termo atribuído é localizado
	Representação		Tipo de dados em que o termo é expresso
	Idioma		Idioma em que o termo é expresso
	Alfabeto		Alfabeto em que o termo é expresso
	Tradução		Não se aplica
	Forma		Qualquer informação adicional que contribua na interpretação do termo atribuído
	Período de validade		Não se aplica
	Público-alvo		Comunidade ou grupo de usuários para quem o <i>nomen</i> é a forma preferida.
	Status		Não se aplica

Fonte: Zumer; Zeng; Salaba, 2012.

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Por se tratar de um procedimento técnico, visando ao equilíbrio do procedimento, alguns critérios foram estabelecidos, pela pesquisadora, na aplicação da modelagem dos pontos de acesso de assunto, a saber:

- a) Podem ser formados por uma ou mais palavras desde que expressem adequadamente o conceito;
- b) Serão aplicados sempre no singular. Será admitido o plural apenas se a compreensão do significado do termo for pelo uso do plural;
- c) Utilização mais usual.

Após os delineamentos dos procedimentos metodológicos, no próximo capítulo serão descritas a análise e as discussões dos resultados.

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo descreve e discute os resultados alcançados por meio da aplicação da metodologia da pesquisa que propôs a identificação de pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos, na perspectiva do modelo conceitual FRSAD.

A seção 8.1 descreve os resultados das equivalências dos elementos descritivos das amostras, resultantes das descrições em nível 3 e 3,5 da Nobrade, com as categorias do modelo conceitual NEDA-MC, bem como as informações obtidas nesse processo. A seção 8.2 refere-se ao resultado da identificação do conteúdo dos assuntos contemplados nas amostras do FCMSJDR. A seção 8.3 apresenta os procedimentos e a lista dos conceitos identificados e selecionados. Por fim, a seção 8.4 expõe o resultado da modelagem dos conceitos em pontos de acesso de assunto, com base no FRSAD.

8.1 Análise da categorização das amostras

A categorização é um procedimento essencial na organização e na representação do conhecimento e que impacta diretamente na recuperação da informação. Tal procedimento ajuda no entendimento do domínio uma vez que visa agrupar as categorias e subcategorias, classes e subclasses, de acordo com suas semelhanças, o que possibilita uma visão estruturada do domínio analisado resultando, segundo Lima (2003), “na criação de um conhecimento novo”.

Nesse experimento, a categorização tratou-se de um princípio norteador para auxiliar no processo de pensar quais elementos descritivos, resultantes das descrições das amostras, podem representar o assunto, se constituindo a base para a identificação e a seleção dos pontos de acesso de assunto.

A categorização das amostras do FCMSJDR decorreu da análise da equivalência dos elementos descritivos das amostras, resultantes das descrições em nível 3 e 3,5 da Nobrade conforme figuras 15 e 17, com os atributos do modelo NEDA-MC (ANEXO 3), resultando na identificação das categorias correspondentes.

Nas figuras 15 a 18, a seguir, para melhor visualização, é apresentada a sistematização da categorização das amostras, na perspectiva do modelo NEDA-MC.

FIGURA 15 – Descrição em nível 3 e 3,5

Amostra 1 – Ata EL 51-59 e Ata CEL 60

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DEL REI BIBLIOTECA MUNICIPAL BATISTA CAETANO DE ALMEIDA <hr/> FUNDO CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL REI – MG: 1715-1930 Descrição em nível 3 Série e 3.5 Subsérie bmca_csjdr_n3_3,5_200319 Galba Ribeiro Di Mambro	
ATA EL, 51-59 ATA CEL 60	CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR MG BMCA CMSJDR Série 07 ATA EL, ATA CEL
TÍTULO: Atas de eleições.	
DATAS: Tópica: São João del Rei - MG. Crônica: 1822-1880 (produção).	
NÍVEL DE DESCRIÇÃO: 3.(Série)	
DIMENSÃO E SUPORTE: Gênero textual em suporte de papel, 10 livros manuscritos.	
ÂMBITO E CONTEÚDO: Referentes a eleições paroquiais para Vereadores, Juiz de Paz, membros do Conselho da Província, Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa do Império.	
SISTEMA DE ARRANJO: Alfabético pelos códigos ATA EL 51-59 e ATA CEL 60.	

Fonte: Di Mambro, 2019, p. 2.

FIGURA 16 – Categorias identificadas/Amostra 1 – Ata EL 51-59 e Ata CEL 60

REGISTRO DESCRITIVO		
ELEMENTOS DESCRITIVOS DAS AMOSTRAS, NÍVEL 3 E 3,5 DA NOBRADE	ATRIBUTOS NEDA-MC	CATEGORIAS NEDA-MC
BR MG BMSJDR CMSJDR SÉRIE 07 ATA ELATA CEL	Identificador da entidade	**
Ata EL 51-59 e Ata CEL 60	Classificação	**
Nível de descrição	Nível 3 (Série) - NOBRADE	Documento arquivístico
Atas de eleições	Título	Documento arquivístico
1822-1880	Data (Produção)	Documento arquivístico
São João del-Rei	Data tópica	Documento arquivístico
Suporte	Papel	Documento arquivístico
Extensão	10 livros manuscritos	Documento arquivístico
Referentes a eleições paroquiais para Vereadores, Juiz de Paz, membros do Conselho da Província, Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa do Império.	Síntese do conteúdo	Documento arquivístico
Nota	Sistema de arranjo alfabético	Documento arquivístico

** Atributo de controle do registro

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

FIGURA 17 – Descrição em nível 3 e 3,5/Amostra 2 – REQ 191-193

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DEL REI BIBLIOTECA MUNICIPAL BATISTA CAETANO DE ALMEIDA FUNDO CÂMARA DE SÃO JOÃO DEL REI – MG: 1715-1930 Descrição em nível 3 Série e 3.5 Subsérie bmca_csjdr_n3_3,5_200319 Galba Ribeiro Di Mambro	
REQ 191-193	CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR MG BMCA CMSJDR Série 35 REQ 191-193
TÍTULO: Requerimentos submetidos ao agente executivo.	
DATAS: Tópica: São João del Rei - MG. Crônica: 1869-1899 (produção).	
NÍVEL DE DESCRIÇÃO: 3.Série	
DIMENSÃO E SUPORTE: Gênero textual em suporte de papel. 03 livros manuscritos.	
ÂMBITO E CONTEÚDO: Requerimentos submetidos ao Agente Executivo.	
SISTEMA DE ARRANJO: Alfabético pelos códigos REQ 191-193.	

Fonte: Di Mambro, 2019, p. 7.

FIGURA 18 – Categorias identificadas/Amostra 2 – REQ 191-193

REGISTRO DESCRITIVO		
ELEMENTOS DESCRITIVOS DAS AMOSTRAS, NÍVEL 3 E 3,5 DA NOBRADE	ATRIBUTOS NEDA-MC	CATEGORIAS NEDA-MC
BR MG BMSJDR CMSJDR SÉRIE 35 REQ 191-193	Identificador da entidade	**
REQ 191-193	Classificação	**
Nível de descrição	Nível 3 (Série) - NOBRADE	Documento arquivístico
Requerimentos submetidos ao agente executivo	Título	Documento arquivístico
1869-1899	Data cronológica (Produção)	Documento arquivístico
São João del-Rei	Data tópica	Documento arquivístico
Suporte	Papel	Documento arquivístico
Extensão	3 Livros manuscritos	Documento arquivístico
Requerimentos submetidos ao Agente Executivo.	Síntese do conteúdo	Documento arquivístico
Nota	Sistema de arranjo alfabético	Documento arquivístico

** Atributo de controle do registro

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

De acordo com a CNEDA (2017), as categorias e subcategorias são constituídas de classes de objetos da realidade arquivística claramente diferenciadas e inter-relacionadas por meio de relacionamentos “hierárquicos todo-parte” tendo em vista que os documentos arquivísticos são formados por agrupamentos documentais organizados hierarquicamente, do nível mais alto ao mais baixo.

Esclarecendo sobre relacionamentos “hierárquicos todo-parte”, no modelo NEDA-MC não é qualquer entidade documental que pode ocupar o nível mais alto do relacionamento hierárquico todo-parte e, inversamente, não é qualquer entidade documental que pode integrar uma ou mais entidades documentais. Por exemplo, um fundo não pode integrar imediatamente uma ou mais frações de séries, um componente documental não pode ser integrado imediatamente a um fundo, refletindo a descrição multinível da ISAD(G) e, por conseguinte, a Nobrade. Por meio da categorização, foi possível observar aspectos importantes que contribuem para a identificação dos assuntos.

Inicialmente, é importante destacar que o modelo NEDA-MC tem um conjunto de atributos, claramente diferenciados dos demais, nomeados de “atributos de controle”, que são aqueles atributos que não são objeto da descrição, mas oferecem informações sobre as próprias descrições, identificando-as no sistema de informação arquivística. No caso das duas amostras, os atributos de controle são o identificador e a classificação do documento.

A categorização evidenciou que, com exceção do código de referência e da classificação, os demais elementos descritivos, tanto da amostra 1 como da amostra 2, pertencem à categoria Documento Arquivístico do modelo NEDA-MC, que consiste, no âmbito de aplicação do modelo, em fornecer informações relevantes sobre a unidade descritiva de documentos, agentes, funções e normas. Tal categoria está relacionada às características físicas e de conteúdo da unidade de descrição que, quando descritas, conduzem os usuários de arquivos à recuperação da informação desejada, demonstrando que a descrição arquivística tem propósitos para além da criação de instrumentos de pesquisa.

Continuando, observou-se que o atributo Síntese do conteúdo do modelo NEDA-MC possui propósitos semelhantes aos elementos Âmbito e conteúdo da Nobrade (BRASIL, 2006), o de resumir o conteúdo da unidade descritiva, constatando a correspondência entre ambos no que se refere à finalidade. Tal semelhança se justifica pelo fato de o modelo NEDA-MC e a Nobrade terem suas diretrizes desenvolvidas a partir da ISAD(G).

No que diz respeito aos elementos Âmbito e conteúdo, suas descrições são formalizadas por meio de um texto resumido, devendo as informações estarem em conformidade com o nível de descrição. Mesmo sendo considerados como elementos descritivos opcionais pela Nobrade, a norma menciona que os elementos Âmbito e conteúdo são importantes para o usuário identificar a relevância das informações para sua pesquisa. Com relação ao atributo Síntese do conteúdo, o modelo NEDA-MC o qualifica como um texto geral que expõe algumas características da descrição física e do conteúdo da entidade.

Seguindo a estrutura da Nobrade (BRASIL, 2006), os assuntos são descritos na Área 8 (Pontos de acesso e indexação de assunto), enquanto, no modelo NEDA-MC, os assuntos são representados por meio das categorias *Conceito*, *Objeto* e *Evento* (que são aquelas ideias ou noções que podem ser entendidas como conceito, objeto e evento de um

Documento de Arquivo, Agente e Funções) e *Lugar* (entendidos como os espaços geográficos específicos com os quais o Documento de Arquivo, Agente e Funções podem estar relacionados, independentemente da categoria).

8.2 Resultados das análises na identificação dos assuntos

Os resultados apresentados têm por objetivo demonstrar, no contexto da indexação, a aplicação dos procedimentos metodológicos para a identificação do conteúdo dos assuntos contidos em cada amostra analisada do FCMSJDR.

Nos quadros 32 e 33, a seguir, são apresentados os resultados da identificação do conteúdo dos assuntos a partir dos elementos Âmbito e conteúdo.

QUADRO 32 – Resultado da análise na identificação dos assuntos
Amostra 1 – ATA EL, 51-59 E ATA CEL 60

	ÁREA 3 NOBRADE	ELEMENTOS DESCRITIVOS	ASSUNTOS IDENTIFICADOS
ATA EL, 51-59 ATA CEL 60	Conteúdo e Estrutura	Âmbito (Contexto histórico e geográfico)	
		Evento Guerras, revoluções, estações do ano e catástrofes, períodos históricos, eventos locais (Desde que seja assunto nos conjuntos documentais)	Não há
		Área geográfica Nomes de países, estados, capitais, municípios (Desde que seja assunto nos conjuntos documentais)	Não há
		Conteúdo (Tipologia documental e assunto tópico)	
		Tipologia documental Configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou (Ex. Certidão de nascimento, Ata de reunião)	Atas de eleições
		Assunto atribuído pelo indexador (Assunto tópico)	Os conjuntos documentais se referem a eleições paroquiais, eleições para Vereadores, Juiz de Paz, membros do Conselho da Província, Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa do Império.

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

QUADRO 33 – Assuntos identificados

Amostra 2 – REQ 191-193

	ÁREA	UNIDADE DESCRITIVA	ASSUNTOS IDENTIFICADOS
REQ 191-193	Conteúdo e Estrutura	Âmbito (Contexto histórico e geográfico)	
		Evento Guerras, revoluções, estações do ano e catástrofes, períodos históricos (Desde que seja assunto nos conjuntos documentais)	Não há
		Área geográfica Nomes de países, estados, capitais, municípios (Desde que seja assunto nos conjuntos documentais)	Não há
		Conteúdo (Tipologia documental e assunto tópico)	
		Tipologia documental Configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou (Ex. Certidão de nascimento, Ata de reunião)	Requerimentos
		Assunto atribuído pelo indexador (Assunto tópico)	Requerimentos submetidos ao agente executivo

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Com base nos resultados da identificação do conteúdo dos assuntos das amostras, foi possível observar que os elementos descritivos Âmbito e conteúdo, ainda que descritos no nível mais geral, são partes importantes da estrutura da Nobrade que devem ser consideradas na indexação de documentos de arquivo, por se constituírem como um elemento norteador para a identificação dos conceitos.

No entanto, para o preenchimento do campo descritivo Âmbito e conteúdo, a Nobrade não apresenta um método sistematizado mencionando apenas, com exemplos, alguns elementos que podem compor as informações a serem incluídas de acordo com o nível da unidade descrita, o que evidencia a necessidade de discussões a respeito.

Desse modo, como estratégia para facilitar o reconhecimento do conteúdo dos assuntos, o experimento desassociou os elementos Âmbito (contextualização) e Conteúdo (assunto) associando a cada um deles categorias permitidas pela Nobrade, consideradas objetos de indexação e importantes para o contexto do FCMSJDR.

Como pode ser observado, nas amostras 1 e 2 não foram identificadas, nas descrições, informações relacionadas a eventos, área geográfica e nomes de entidades.

Tais elementos aparecem constantemente nas indagações de pesquisadores em busca de informações no FCMSJDR, conforme alguns exemplos a seguir: **Preciso de informações relacionadas à Noite da Agonia.** Esse evento histórico é conhecido pela dissolução, por Dom Pedro I, da Assembleia Constituinte, em 1823, por não concordar com as limitações impostas ao seu poder. **Quem foram os juizes de paz atuantes na Câmara, entre os anos de 1827 e 1830? Preciso levantar todas as ações realizadas pela Câmara relacionadas a São Francisco do Onça,** atualmente denominado Emboabas, distrito de São João del-Rei.

Outro ponto é que na amostra 1 não foi mencionada, no elemento conteúdo, a tipologia documental, provocando a necessidade de analisar o elemento Título, considerado pela Nobrade um elemento obrigatório em todos os níveis de descrição. No entanto, para efeito de indexação, a norma menciona que o elemento título deve ser adotado nos níveis de descrição 4 e 5.

Destaca-se que a tipologia documental é um importante elemento de acesso ao assunto por sugerir bastante informação sobre o conteúdo do documento, sobretudo quando trata de documento de arquivo público (CAMPOS, 2006; DOOLEY, 1992; DURANCE, 1992; HUTCHINSON, 1998; MONÇÃO, 2006; RIBEIRO, 1998).

Outro aspecto citado pela Nobrade (BRASIL, 2006), que diz respeito ao acesso por assunto, são os assuntos tópicos definidos como termos que descrevem um assunto determinado (CUNHA; CAVALCANTI, 2008), isto é, termos que podem ser atribuídos pelo indexador devendo ser utilizados, segundo a Nobrade (BRASIL, 2006), de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora, isto é, de acordo com a política de indexação estabelecida pela instituição, levando em consideração a metodologia e os resultados da indexação pré-coordenada, mais comum em sistemas manuais de recuperação de informação, e pela indexação pós-coordenada, mais comum em sistemas informatizados de recuperação de informação.

8.3 Identificação e seleção dos conceitos

Na identificação dos conceitos, a NBR 12.676 (ABNT, 1992) orienta que o principal critério deve ser a expressividade que o conceito possui, remetendo à necessidade que o indexador do arquivo deve ter em mente com relação às consultas que podem ser feitas pelos usuários.

Nesse contexto, os conceitos identificados foram considerados os mais apropriados para a comunidade de usuários do FCMSJDR, com base na experiência da pesquisadora em auxiliar os usuários em suas pesquisas, com demandas informacionais para esse fundo.

Após a identificação dos conceitos, aplicou-se o critério da regra **exaustividade** em que todos os conceitos identificados foram selecionados, visto que as informações contidas nas amostras fazem parte de um arquivo histórico, tratando-se de informações muito específicas.

Cabe ressaltar que o grau de exaustividade dos conceitos selecionados está relacionado com o nível de descrição das amostras nível 3 (Série) e que, na indexação de documentos arquivísticos, a análise é realizada por conjuntos documentais e não por documento.

O resultado apresentou sete conceitos selecionados na Amostra 1 e dois conceitos na Amostra 2, totalizando nove conceitos selecionados, conforme Quadro 34, a seguir.

QUADRO 34 – Conceitos identificados e selecionados

	CONCEITOS IDENTIFICADOS	CONCEITOS SELECIONADOS
ATA EL, 51-59 ATA CEL 60	Atas de eleições	Atas de eleições
	Eleições paroquiais	Eleições paroquiais
	Eleições para vereadores	Eleições para vereadores
	Eleições para juiz de paz	Eleições para juiz de paz
	Eleições para deputados e senadores	Eleições para deputados e senadores
	Conselho da Província	Conselho da Província
	Assembleia Geral Legislativa do Império	Assembleia Geral Legislativa do Império
REQ 191-193	CONCEITOS IDENTIFICADOS	CONCEITOS SELECIONADOS
	Requerimentos	Requerimentos
	Agente executivo	Agente executivo

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nesse contexto observa-se que a indexação se refere a um processo subjetivo que depende do olhar do indexador, o que resulta na necessidade da implementação de uma política de indexação apropriada que contenha diretrizes para auxiliar os indexadores de arquivo a executarem a indexação com eficiência e eficácia.

Consideradas como diretrizes para a tomada de decisões, as políticas de indexação, cuja concepção é voltada para o conteúdo do documento e as demandas dos usuários, têm a função de guiar o indexador de arquivos no processo de indexação (CARNEIRO, 1985; FUJITA, 2012).

8.4 Aplicação da modelagem dos pontos de acesso de assunto, com base nas entidades *thema/nomen* do FRSAD

Nessa etapa, o objetivo é denominar, dar significado ou representar (*nomen*) os conceitos (*themas*) selecionados para o FCMSJDR, listados na seção 8.3 desta pesquisa e, como um dos propósitos do FRSAD é o de poder ser aplicado em qualquer domínio do conhecimento, a pesquisa parte da premissa de que o modelo poderá ser utilizado na modelagem dos pontos de acesso de assunto das amostras.

Na modelagem, atendendo à estrutura do FRSAD, cada conceito selecionado, listado na seção 8.3, foi associado à entidade *thema* e, para cada *thema* identificado, foi designado um *nomen*, denominado de ponto de acesso de assunto.

A atribuição do *nomen* (ponto de acesso de assunto) foi fundamentada nas pesquisas de Melo (2013) e Milani (2014) em que não será adotado nenhum tipo de controle terminológico ou linguagem documentária institucionalizada, como, por exemplo, os tesouros.

Os quadros 35 e 36, a seguir, apresentam a modelagem dos pontos de acesso de assunto do FCMSJDR.

QUADRO 35 – Modelagem dos pontos de acesso de assunto/ Amostra 2 – Série 07 – Ata EL 51-59 e Ata CEL 60

(continua)

ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO	
BR MG BMSJDR CMSJDR ATA EL 51-59 e ATA CEL 60	THEMA	Tipo de <i>thema</i>	Atas Atas de eleições	
		Nota de escopo	Um registro contendo notas de ações tomadas e comentários feitos em uma reunião.	
	NOMEN	Tipo de <i>nomen</i>	Ata (TG) Ata de eleição (TE)	
		Fonte de referência	PEARCE-MOSES, Richard. A Glossary of Archival and Records Terminology. Chicago: Society of American Archivists, 2005. p. 251.	
		Representação	Termos simples Termo composto	
		Idioma	Português	
		Alfabeto	Latino	
		Forma	Manuscrito	
		Público-alvo	Usuários de arquivo – Arquivistas – Cientistas da Informação	
ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO	
BR MG BMSJDR CMSJDR ATA EL 51-59 e ATA CEL 60	THEMA	Tipo de <i>thema</i>	Eleições Eleições paroquiais Eleições de vereadores Eleições de juiz de paz Eleições de deputados e senadores	
		Nota de escopo	Escolha de pessoa para ocupar um cargo ou desempenhar certas funções por meio de votos.	
		NOMEN	Tipo de <i>nomen</i>	Eleição (TG) Eleição paroquial (TE) Eleição de vereador (TE) Eleição de juiz de paz (TE) Eleição de deputado e senador (TE)
			Fonte de referência	MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Glossário. [online]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/sobre/glossario.html?run=1&xtPalavra=&chkIndiceGlossarioGlobal=e Acesso em: 18 dez. 2019.
			Representação	Termo simples Palavras
	Idioma		Português	
	Público-alvo		Usuários de arquivo – Arquivistas – Cientistas da Informação	
	ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO
	BR MG BMSJCM SJATA EL 51-59 e ATA CEL 60	THEMA	Tipo de <i>thema</i>	Conselho da Província

(continua)

ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO
		Nota de escopo	O Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil foi criado após o regresso de d. João VI para Portugal, pelo príncipe regente, d. Pedro, por meio do Decreto de 16 de fevereiro de 1822. Presidido pelo próprio príncipe e composto por representantes de cada província e por todos os ministros e secretários de Estado, o conselho tinha como competências aconselhar o príncipe, sempre que solicitado, nos negócios mais importantes e difíceis; examinar os grandes projetos de reforma que deviam ser feitos na administração geral e particular do Estado; propor as medidas para o bem do Reino Unido e prosperidade do Brasil; e zelar pelas províncias.
	NOMEN	Tipo de <i>nomen</i>	Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil UP Conselho da Província
		Fonte de referência	BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. [online]. Disponível em: http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/161-conselho-de-procuradores-gerais-das-provincias-do-brasil . Acesso em: 28 dez. 2019.
		Representação	Palavra
		Idioma	Português
		Alfabeto	Latino
		Forma	Manuscrito
		Público-alvo	Usuários de arquivo – Arquivistas – Cientistas da Informação
ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO
BR MG BMSJDR CMSJDR ATA EL 51-59 e ATA CEL 60	THEMA	Tipo de <i>thema</i>	Assembleia Geral Legislativa do Império
		Nota de escopo	A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada por d. Pedro em 3 de junho de 1822, com a tarefa de elaborar uma Constituição para o Reino do Brasil, antes da independência política de Portugal. A convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil foi resultado dos impasses entre brasileiros e portugueses, reunidos nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, durante a preparação de uma Constituição para o império luso-brasileiro. A reunião das Cortes Gerais fez parte do processo desencadeado pela Revolução do Porto, movimento deflagrado em 1820 e liderado pela burguesia mercantil portuguesa, que contou com o apoio de diversos setores da sociedade lusa, descontentes com a longa permanência da família real no Brasil. De moldes liberal e constitucionalista, a Revolução de 1820 teve por objetivo recuperar a posição portuguesa no cenário europeu e, sobretudo, reaver a hegemonia política do Reino no império luso-brasileiro.
	NOMEN	Tipo de <i>nomen</i>	Assembleia Nacional Constituinte UP Assembleia Geral Legislativa do Império

(conclusão)

		Fonte de referência	BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. [online]. Disponível em: http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/161-conselho-de-procuradores-gerais-das-provincias-do-brasil . Acesso em: 28 dez. 2019.
		Representação	Palavra
		Idioma	Português
		Alfabeto	Latino
		Forma	Manuscrito
		Público-alvo	Usuários de arquivo – Arquivistas – Cientistas da Informação

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

QUADRO 36 – Modelagem dos pontos de acesso de assunto/ Amostra 2 – Série 35 – REQ 191-193

ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO
BR MG BMSJDR CMSJDR Série 35 - REQ 191-193	THEMA	Tipo de <i>thema</i>	Requerimentos
		Nota de escopo	Um pedido, normalmente enviado em forma escrita.
	NOMEN	Tipo de <i>nomen</i>	Requerimento
		Fonte de referência	PEARCE-MOSES, Richard. A Glossary of Archival and Records Terminology. Chicago: Society of American Archivists, 2005. p. 22.
		Representação	Termo simples
		Idioma	Português
		Alfabeto	Latino
		Forma	Manuscrito
Público-alvo	Usuários de arquivo – Arquivistas – Cientistas da Informação		
ID	ENTIDADE	ATRIBUTO	ENQUADRAMENTO DO ASSUNTO
BR MG BMSJDR CMSJDR Série 35 - REQ 191-193	THEMA	Tipo de <i>thema</i>	Agente executivo
		Nota de escopo	Com a independência do Brasil, os poderes das Câmaras Municipais começaram a diminuir. Os juizes ordinários ou da terra e os juizes de fora, que presidiam as Câmaras, foram substituídos por um dos vereadores designados por seus pares, que recebia o nome de Agente Executivo. Cabiliahe, além da presidência, a administração da cidade e do município (VIEGAS, 1953).
	NOMEN	Tipo de <i>nomen</i>	Presidente da Câmara UP agente executivo
		Fonte de referência	VIEGAS, A. Notícia de São João Del-Rei. 3. ed. Belo Horizonte: [s.n.], 1953.
		Representação	Termo composto
		Idioma	Português
		Alfabeto	Latino
		Forma	Manuscrito
Público-alvo	Usuários de arquivo – Arquivistas – Cientistas da Informação		

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Na identificação dos pontos de acesso de assunto das amostras, constatou-se que a incidência do pragmatismo do FRSAD, com sua estrutura flexível, possibilitou a identificação de pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos. Sendo o mais importante é que o modelo permitiu considerar o contexto cultural do FCMSJDR em que as amostras documentais foram produzidas, ao permitir traduzir os conceitos para pontos de acesso de assunto com foco na comunidade de usuários, em que não foi adotado nenhum tipo de vocabulário controlado institucionalizado, mas sim fontes referentes ao contexto de produção do FCMSJDR.

Na modelagem, para cada conceito selecionado foi incorporado no atributo “tipo de *thema*” e para cada tipo de *thema* foi aplicado o atributo “nota de escopo” com o objetivo de esclarecer o significado do conceito.

Continuando, observa-se que, nos quadros 35 e 36, o “tipo de *thema*” Ata e Eleição foram divididos entre Termo Geral (TG) e Termo Específico (TE) com a finalidade de representar o mesmo conceito, mas em diferentes níveis de especificidade. Essa estrutura hierárquica revela, de acordo com o FRSAD, o nível de superioridade e subordinação em que os pontos de acesso de assunto de ordem superior (Ata e Eleição) representam uma classe, e os pontos de acesso de assunto subordinados (Ata de eleição) e (Eleição paroquial/ Eleição de vereador/Eleição de juiz de paz /Eleição de deputado e senador) referem-se às partes específicas que podem representar a classe Ata e Eleição, respectivamente, denominadas de instâncias. A distinção entre classe e instância equivale à distinção universal e particular.

As estruturas hierárquicas são encontradas em esquemas de classificação, sistemas de cabeçalhos de assuntos, tesouros e outros sistemas de organização do conhecimento com a função de fornecer a desambiguação, para auxiliar o usuário na tarefa de identificar o assunto, além de serem eficazes na promoção da vinculação e da navegação no sistema de informação, para satisfazer as tarefas do usuário de selecionar e, acima de tudo, explorar a informação. De acordo com o FRSAD, as estruturas hierárquicas são particularmente úteis para usuários com necessidades de informações maldefinidas ou muito amplas, além de permitir que os usuários aprimorem suas pesquisas.

Outro ponto a ser observado na modelagem foi a utilização do recurso “UP=usado para” adotado em tesouros, nas relações de equivalência, também denominada relações de sinonímia, quando há a necessidade de indicar o termo adequado para representar determinado conceito.

Desse modo, os conceitos Conselho da Província e Assembleia Geral Legislativa do Império foram retificados em função de tais conceitos apresentarem imprecisão de ordem conceitual, detectada no decorrer da atribuição dos *nomens*, a partir dos glossários e dos dicionários consultados.

No que se refere à utilização do recurso “UP=usado para” para o conceito Agente executivo, tratou-se da adequação do termo para os dias atuais, uma vez que agente executivo condiz com as mesmas atribuições do Presidente da Câmara.

O Quadro 37, a seguir, sintetiza o resultado da modelagem dos pontos de acesso de assunto dos conjuntos documentais da Série 07 (Ata EL 51-59 e Ata CEL 60) e Série 35 (REQ 191-193), em que foram identificados onze pontos de acesso de assunto.

Na primeira coluna estão listados os conceitos selecionados. Na segunda coluna encontram-se os conceitos normalizados que tiveram que ser retificados. Na terceira coluna é apresentado o resultado da modelagem com os pontos de acesso de assunto ou termos identificados.

QUADRO 37 – Lista dos pontos de acesso de assunto, agrupados por série, em ordem alfabética

CONCEITOS SELECIONADOS	CONCEITOS NORMALIZADOS NA MODELAGEM	PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO
Série 07 Ata EL 51-59 e Ata CEL 60		
-	--	Ata
Atas de eleições	--	Ata de eleição
-	--	Eleição
Eleições paroquiais		Eleição paroquial
Eleições de vereadores	--	Eleição de vereador
Eleições de juiz de paz	--	Eleição de juiz de paz
Conselho da Província	Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil	Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil
Eleições de deputados e senadores	---	Eleição de deputado e senador
Assembleia Geral Legislativa do Império	Assembleia Nacional Constituinte	Assembleia Nacional Constituinte
Série 35 REQ 191-193		
Requerimentos	--	Requerimento
Agente executivo	Presidente da Câmara	Presidente da Câmara

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Após as análises dos dados e discussão dos resultados obtidos, serão apresentadas as considerações finais e algumas propostas para trabalhos futuros.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta reflexões relativas aos resultados da pesquisa e de como foram alcançados, a partir da pergunta de pesquisa inicial, com base nos objetivos gerais e específicos. Aponta, também, as principais contribuições da pesquisa e sugestões de alguns pontos para pesquisas futuras.

Como qualquer unidade informacional, o objetivo fundamental do arquivo é fornecer acesso às informações, que integram os conjuntos documentais, para atender às demandas informacionais dos usuários. Dessa forma, a indexação assume um papel significativo no processo de recuperação da informação em arquivos e, nesse contexto, surgiu a pergunta: **1) Como identificar e selecionar pontos de acesso de assunto para documento arquivístico?**

Para responder a essa questão, foram elaborados os objetivos da pesquisa. O objetivo geral se refere ao propósito da pesquisa – **propor uma metodologia para a identificação dos pontos de acesso de assunto para documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRSAD**. Para cada objetivo específico, será apresentado um breve detalhamento do capítulo a que se refere.

O primeiro objetivo específico, *Identificar, sob a ótica das entidades *thema* e *nomen* do FRSAD, pontos de acesso de assunto, para o Fundo Câmara Municipal de São João del-Rei*, foi contemplado nos capítulos 2, 3 e 4, em que foram abordadas as temáticas que fundamentam o debate em torno dos documentos arquivísticos, como o conceito de arquivo; o princípio da proveniência e o documento arquivístico, com seus principais elementos caracterizadores e os procedimentos adotados na Arquivologia para representá-los.

O Capítulo 2 apresentou o *corpus* da pesquisa que descreve o fundo histórico da Câmara Municipal de São João del-Rei. Em se tratando de um estudo realizado em arquivos, a instituição torna-se o elemento condutor para análise, visto que o documento arquivístico é o registro das atividades, a fonte de prova e o testemunho de ações executadas pela instituição, os quais representam o Princípio da Proveniência.

O Capítulo 3 forneceu informações importantes para subsidiar os procedimentos que envolvem a indexação em arquivos, sendo a principal referência o fato de que a análise não se processa no documento em si, mas sim nos conjuntos documentais e nos aspectos relacionados à estrutura da instituição que gerou os documentos, ou seja, deve analisar todo o contexto de produção documental.

O Capítulo 4 possibilitou, com destaque, o entendimento de que a norma Nobrade, através do elemento descritivo 3.1 (Âmbito e Conteúdo), apresenta informações importantes, ainda que de forma resumida, sobre o conteúdo dos conjuntos documentais.

A norma determina, como regra, que o preenchimento desse campo deva ocorrer de acordo com o nível de descrição, revelando informações sobre o âmbito (contexto histórico e geográfico) e o conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição.

No entanto, não foram encontradas diretrizes ou procedimentos práticos que subsidiem esse processo e, por se tratar de uma atividade totalmente intelectual e subjetiva, há a necessidade de estudos e debates sobre metodologias que subsidiem a sistematização desse procedimento.

Outro ponto a ser destacado é que a indexação depende do arranjo (da organização) e da descrição dos conjuntos documentais e que o número de pontos de acesso de assunto está relacionado com o nível de descrição dos conjuntos documentais. Quanto menor for o nível de descrição, menor será a quantidade de termos identificados.

Na sequência, no que diz respeito ao segundo objetivo específico, *propor um conjunto de termos de indexação para a representação dos documentos do FCMSJDR*, com base no modelo conceitual FRSAD, os capítulos 5 e 6 forneceram a fundamentação teórico-procedimental para o alcance desse objetivo e o Capítulo 8, seção 8.4, confirmou a aplicabilidade do FRSAD na condução da tradução dos conceitos em pontos de acesso de assunto.

O Capítulo 5 forneceu o entendimento sobre as finalidades e as estruturas dos modelos conceituais de dados contextualizando os modelos conceituais da família FR (FRBR, FRAD e o FRSAD) e o modelo conceitual NEDA-MC, que ora se apresentam como ferramentas eficientes para a arquitetura de sistemas de informação ao representarem a realidade do domínio a ser analisado, com foco nos usuários. Desse modo, tais modelos se constituem em uma nova maneira de pensar a representação dos registros informacionais.

Os modelos da família FR se constituem em diretrizes para a descrição de recursos bibliográficos, tendo como foco as tarefas dos usuários de encontrar, identificar, selecionar e obter registros bibliográficos (FRBR); encontrar, identificar, contextualizar e justificar os nomes relacionados aos registros bibliográficos (FRAD); e encontrar, identificar, selecionar e explorar o assunto (FRSAD).

O principal objetivo do FRSAD é identificar, através das entidades *thema* e *nomen*, os conteúdos (assuntos) relacionados aos registros bibliográficos, de modo a integrar a informação contida nos vocabulários controlados com o sistema de recuperação da informação, tornando a pesquisa por assunto mais efetiva.

Com relação ao NEDA-MC, o modelo proporcionou o entendimento de como a comunidade da Arquivologia tem percebido os modelos conceituais na representação dos documentos arquivísticos, visto que o modelo consiste na criação e na manutenção da

descrição arquivística multidimensional ou multientidades. Outro ponto é que o NEDA-MC propiciou a análise do domínio FCMSJDR, no sentido de identificar as categorias arquivísticas existentes nas amostras, além de fornecer o entendimento das categorias Conceito, Objeto e Evento e Lugar, que representam o conteúdo dos assuntos dos documentos arquivísticos.

É oportuno informar que a CNEDA (2017) menciona que qualquer categoria do NEDA-MC poderá ser associada às categorias Conceito, Objeto e Evento e Lugar. No entanto, é importante frisar que a associação somente poderá ocorrer se tais categorias se constituírem o assunto do documento, caso contrário, serão apenas pontos de acesso.

O Capítulo 6 forneceu a base teórica para a condução da modelagem dos pontos de acesso de assunto do FCMSJDR, visto ter sido necessário identificar em que medida o assunto e a indexação são abordados por pesquisadores da área da Arquivologia.

No Capítulo 8, especificamente a seção 8.4, em que foi realizada a modelagem, constatou-se a aplicabilidade do modelo FRSAD como ferramenta para a coleta dos temas (conceitos) e a tradução dos conceitos para pontos de acesso de assunto (nomen). A modelagem com o FRSAD resultou em uma lista de pontos de acesso de assunto, com foco nos usuários, possibilitando, futuramente, a elaboração de uma base de dados de autoridade de assunto para o FCMSJDR e que, integrada ao sistema de informação, tornará a pesquisa pelo conteúdo do assunto mais eficaz.

O terceiro objetivo específico, *evidenciar a relevância da indexação na recuperação da informação em arquivos*, foi alcançado nos capítulos 4, 5 e 6.

No Capítulo 4, é exposto que a Nobrade (BRASIL, 2006), ao criar a Área 8 (Pontos de acesso e indexação), demonstra a importância da indexação na recuperação da informação em arquivos. A norma menciona a necessidade da elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e vocabulário controlado para a recuperação da unidade descrita.

No Capítulo 5, a relevância da indexação é evidenciada pela CNEDA (2017) ao criar para o modelo NEDA-MC categorias específicas que representam o conteúdo dos assuntos, sendo as categorias Conceito, Objeto e Evento e Lugar.

Complementando, o modelo FRSAD (2010) aponta que a recuperação da informação por assunto tem sido a base para o atendimento das necessidades informacionais dos usuários, principalmente no que se refere à integração de vocabulários controlados com sistemas de informação. Essa integração torna-se possível quando os dados de autoridade de assunto são vinculados a arquivos de registros documentais e disponibilizados para os usuários.

O Capítulo 6 contextualizou discussões de pesquisadores da área da Arquivologia relacionadas ao que pode ser assunto em documentos arquivísticos e aos elementos descritivos que podem ser objeto de indexação.

Por fim, com relação ao quarto e último objetivo específico, *analisar em que medida as proposições definidas pelo modelo conceitual FRSAD podem contribuir na identificação de pontos de acesso de assuntos no domínio da Arquivologia*, este foi alcançado no Capítulo 5 e na seção 8.4.

No Capítulo 5, é mencionado que o modelo FRSAD representa a análise das entidades que retratam os assuntos dos registros documentais, com foco nos usuários, independentemente do domínio analisado, com o propósito de possibilitar o uso e o compartilhamento dos dados de autoridade de assunto.

Tal proposição é confirmada nos resultados desta pesquisa na seção 8.4 em que foram identificados pontos de acesso de assunto para um fundo arquivístico, com foco nos usuários do FCMSJDR, em que os pontos de acesso de assunto foram atribuídos a partir de consultas a glossários e dicionários das áreas correlatas ao contexto do FCMSJDR.

É oportuno destacar que todos os esforços das comunidades da Arquivologia, das Ciências Jurídicas e da História, na elaboração de glossários e dicionários, se constituíram de grande importância para a viabilização desta pesquisa ao fornecerem informações para o preenchimento do atributo do thema “Nota de escopo”.

Outro importante ponto a ser observado é que a lista alfabética de pontos de acesso de assunto corresponde ao primeiro passo para a elaboração de um vocabulário controlado, podendo ser acrescido relacionamentos hierárquicos, associativos, equivalência resultando em um tesouro.

Assim sendo, espera-se que as reflexões e os resultados desta pesquisa possam subsidiar outros estudos que visem colaborar para a discussão sobre a relevância da indexação em arquivos.

9.1 Recomendações para trabalhos futuros

A pesquisa é incipiente, e, considerando seus resultados, foram identificadas algumas possibilidades de desdobramentos em trabalhos futuros como:

- Ampliar o espaço para discussões relacionadas à indexação de documentos arquivísticos, promovendo estudos sobre a importância da recuperação da informação em arquivos pelo conteúdo do assunto;

- Despertar na comunidade da Arquivologia a necessidade de estudos teórico-metodológicos para análise documental, com a finalidade de possibilitar uma representatividade mais adequada do conteúdo dos assuntos dos conjuntos documentais;
- Estimular discussões acerca de estudos de usuários e o desenvolvimento de políticas de indexação para arquivos;
- Instigar estudos com relação à modelagem conceitual de dados na comunidade da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. H. M. **Ordenações Filipinas**: ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d'el Rei D. Felipe, o primeiro. São Paulo: Saraiva, 1960.
- ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: R. Eletr. Bibliotec. Ci. Inf., n. 15, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18/5233>. Acesso em: 29 set. 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR12.676: métodos para análise de documentos: determinação de assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6033: Ordem alfabética. ABNT: Rio de Janeiro, 1989.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2.ed. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: 11 jan. 2018.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivística**: objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002a.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como prova e testemunho. In: FREITAS, L. S de *et al.* **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói, Editora da UFF, 2010. p. 161-174. (Estudos da Informação, v. 1).
- BELLOTTO, Heloísa L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002b. (Projeto Como fazer, 8)
- BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Como elaborar plano de classificação e tabela de temporalidade**: Manual. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2007. (Projeto Como Fazer, Oficinas 2007)
- BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial**. [Online]. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/161-conselho-de-procuradores-gerais-das-provincias-do-brasil>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1173-29-junho-1994-449443-norma-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 48.936, de 14 de setembro de 1960. Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua Transferência para Brasília. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1960. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48936-14-setembro-1960-388357-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Diário Oficial da União, Brasília, 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82308-25-setembro-1978-431399-norma-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 2005. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 5 maio 2018.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMPOS, M. L. A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jun. 2006, p. 17-32. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Umy430HiS0UJ:https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/65586/39206+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, p. 348-359, 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/273/66>. Acesso em: 5 set. 2019.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2. edizione. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, jan./jun., 1988.

CHEN, P. **Modelagem de dados**: a abordagem Entidade-Relacionamento para projeto lógico. São Paulo: McGraw-Hill, MAKRON Books, 1990.

CNEDA. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **NEDA-Req**: Datos básicos para la descripción archivística Documentos de archivo, agentes y funciones. 2018. Disponível em: <http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/cneda/documentacion/normas/neda-req.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

CNEDA. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **Modelo conceptual de descripción archivística**: Entidades, Relaciones y Atributos. Sevilla, Espanha, 2017. Disponível em: https://sede.educacion.gob.es/publiventa/descarga.action?f_codigo_agc=15550C. Acesso em: 10 out. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **Multilingual archival terminology**. 2016. Disponível em: <https://www.ica.org/en/multilingual-archival-terminology-mat>. Acesso em: 14 dez. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **Records in Contexts**: a conceptual model for archival description. Consultation Draft v.1, Sept. 2016. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

COOK, T. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/120>. Acesso em: 8 mar. 2018.

COOK, T. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: O legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n.26, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2123/1262>>. Acesso em: 19 mar.2018.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros... In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1996.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DI MAMBRO, G. R. **Fundo Câmara de São João Del Rei – MG (1715-1930)**: Descrição em nível 3. Série e 3.5 Subsérie. São João Del Rey, 2019. 20 p. Não publicado.

DI MAMBRO, G. R. **Glossário básico de arquivologia**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: http://www.ufjf.br/arquivo-central/files/2013/09/di_mambro_glossa_130520.pdf. Acesso em: 28 jan. 2018.

DI MAMBRO, G. R. Inventário do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei - MG - (1715-1930). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

DIAS, E.W.; NAVES, M.M.L. Análise de assunto: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livro, 2013.

DOOLEY, J. M. Subject Indexing in Context. *American Archivist*, v. 55, 1992. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/10.17723/aarc.55.2.446n760w44x48447>. Acesso em: 3 mar. 2019.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10/14, n. 2, 1992, p. 1-16. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19306>. Acesso em: 19 br. 2018.

DURANCE, C. J. Authority Control: Beyond a Bowl of Alphabet Soup. **Archivaria**, 35: Proceedings of the ACA Seventeenth Annual Conference, Montreal 12-15, p. 47-54, September 1992. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11883/12836>. Acesso em: 3 mar. 2019.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria** 35: Proceedings of the ACA Seventeenth Annual Conference, Montreal 12-15, p. 38-46, September 1992. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>. Acesso em: 27 nov. 2018.

EVANS, Max J. **Authority Control**: An Alternative to the Record Group Concept. *American Archivist*, 1986.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FONTES, L. G.; FIÚZA, M. M. Relação dos Códices de Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei (séculos XVIII e XIX). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n. 5, p. 101-147, 1987.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n.1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: Gil Leiva, I.; FUJITA, M.S.L (Ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-38.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 13-31, set./dez. 1998.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 3, jun. 2006.

GAIO SOBRINHO, A. **Visita à cidade colonial de São João del-Rei**. São João Del Rei: [s.n.], 2000.

GARCIA ESCALANTE, Marisol Guadalupe. **Catalogación**: pasado, presente y futuro. Buenos Aires: Alfagrama Editores, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEGUEN, G. *et al.* Toward an International Conceptual Model for Archival Description: A Preliminary Report from the International Council on Archives' Experts Group on Archival Description. **The American Archivist**, v. 76, n. 2, Fall/Winter 2013, p. 566-583. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/EGAD_English.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ci. Inf.**, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/783/812>. Acesso em: 24 fev. 2019.

HARGREAVES, L. G. F. *et al.* **Guia de fontes do Arquivo da Câmara Municipal de São João Del-Rei**. Edição revista e adaptada por Galba Di Mambro. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. **El principio de procedencia y los otros principios de la archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. (Coleção Scripta, 5).

HUTCHINSON, T. **Archival access points: subjects and beyond: the North American experience**. In: International Seminar on Subjects in Archives San Miniato, Italy 12-13 Feb. 1998. Disponível em: https://harvest.usask.ca/bitstream/handle/10388/8271/Hutchinson_SanMiniato1998_SubjectIndexing.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 jan. 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO JOÃO DEL-REI (IHG). **Ata nº 491**. São João del-Rei: IHG, 2014. 06/04/2014 [Manuscrito].

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD): a conceptual model**. 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Functional Requirements for Authority Data (FRAD): a conceptual model**. 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2009-es.pdf. Acesso em: 14 jan. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR): final report**. München: IFLA Section on Cataloguing, 1998. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: 4 jan. 2019.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo (USP), Escola de Comunicação e Artes (ECA), São Paulo, 1994.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE BOEUF, P. El mundo feliz de los FRBR. In: LE BOEUF, P. **Principios de catalogación de IFLA: passos hacia um código internacional de catalogación**. The Hague: IFLA, 2003.

(Série de IFLA sobre control bibliográfico, v. 26). Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icc/ime-icc-1-es.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

LIMA, G. A. B. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, abril de 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2019.

LIMA, G. N. B. O.; MACULAN, B. C. M. D. S. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do arist. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19761>. Acesso em: 05 out. 2019.

LÓPEZ CUADRADO, A. **Importance of Data Standardization and Neda-CM Implementation in an Archival Repository**: Pares. Hal Archives-ouvertes.fr., maio, 2019. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02124667>. Acesso em: 28 maio 2019.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, v. 6). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

LOURENÇO, C. A. **Análise do Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações segundo o Modelo Entidade-Relacionamento**. 2005. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM6ZGNZC/doutorado___c_ntia_de_azevedo_louren_o.pdf?sequence=1. Acesso em: 24 maio 2018.

LOURENÇO, C. A. Representação da informação: sua abordagem nos cursos de biblioteconomia e nas pesquisas em ciência da informação. EnReDo – Encontro de Representação Documental, 1, 2017, Universidade Federal de São Carlos São Carlos, SP, Brasil. **Anais...** Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/enredo/enredo/paper/viewFile/95/106>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MELO, M. A. F. **Contribuições das abordagens positivista e pragmática do estudo do conceito para o modelo conceitual FRSAD**. 2013. 133 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16160/1/2013_MariaAntoniaFonsecaMelo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciencia. **Revista de História de la Cultura Escrita**, n. 2, p. 113-132, 1995. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/58907841.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto**: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110388>. Acesso em: 9 jan. 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Glossário**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/sobre/glossario.html?run=1&txtPalavra=&chkIndiceGlossarioGlobal=e>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Coord.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONÇÃO, J. L. **O conceito assunto na arquivística: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento: I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro**. 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95534/moncao_jl_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 fev. 2019.

MORENO, F. P. **Em busca dos objetivos bibliográficos: um estudo sobre catálogos**. Brasília, 2011. 162 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9896/1/2011_FernandaPassiniMoreno.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

MORENO, F. P. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR): um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2565/1/DISSER_TACAO%20FERNANDA%20MORENO%20-%20UnB.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189 - 203, jul./dez. 2001.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Análise de assunto: concepções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_89759389ea_0008824.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

OLIVEIRA, I. C. B. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62301>. Acesso em: 2 jan. 2019.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PEARCE-MOSES, R. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação: linguagens de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 169-186, set. 1985.

PRADO JR., C. **A evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUEJO ZALAMA, J. **RIC-CM y NEDA-MC: ¿nueva descripción archivística?** *TRIA*, n. 21, p. 79-95, 2017. Disponível em: https://www.archiveros.deandalucia.org/wp-content/uploads/2019/04/Javier_Requejo_Zalama.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação em arquivos: os instrumentos de acesso à informação**. (Parte II). Dissertação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/4/fribeirovol02000061437.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

RIVA, P. Introducing the Functional Requirements for Bibliographic Records and Related IFLA Developments. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 33, n. 6, aug./sept., p. 7-11, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/bult.2007.1720330604>. Acesso em: 24 out. 2018.

RONDINELLI, R. C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Instituto de Arte e Comunicação Social. Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf. Acesso em: 28 out. 2018.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUBI, M.P. **Os princípios da política da indexação na análise de assunto para catalogação**: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/boccatto-9788579830150-06.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, v. 55, n. 109, 1977. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77329/81186x>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: Princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SILVA, C. R. **Senado da Câmara da Vila de São João Del-Rei: da administração colonial à pesquisa histórica**. 2000. 224 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9K9QM5/dissertacao_cla_dia_resende_silva.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 dez. 2017.

SILVA, Margareth da. A polissemia do termo “arquivo”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 17. **Anais...** 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3879/2444>. Acesso em: 24 maio 2018.

SILVEIRA, N. C. **A trajetória da autoria na representação documental**. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18954/1/Tese%20-%20Silveira%20-%20a%20trajet%C3%B3ria%20da%20autoria%20-%20vers%C3%A3o%20final2.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

SILVEIRA, N. C. **Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal**. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. Subject Access to Archival Materials Using LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 11, n. 3-4, p. 63-90, 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J104v11n03_04. Acesso em: 9 jan. 2019.

VIEGAS, A. **Notícia de São João Del-Rei**. 3. ed. Belo Horizonte: [s.n.], 1953.

VISCARDI, C. M. R. A Capital Controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 43, p. 28-41, 2007.

VITAL, L. P. **Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRASAD**. 2017. 191 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Informação, Universidade de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 nov. 2018.

VIVAS MORENO, A. **Lecciones de archivística general y documentacion del patrimonio historico**. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2004. p. 57-71.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, v. 10, n. 1, p. 83-94, 1981.

YAKEL, E. Archival representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7dc9/ebd0657b0d343e4e39ff8851f9c6ebf946f6>.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

ZUMER, M.; ZENG, M. L.; SALABA, A. **FRASAD: conceptual modeling of aboutness**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2012.

ANEXO 1 – EXTRATO DO INVENTÁRIO DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Fl. 6

6

1

PRIMEIRA PARTE: LIVROS MANUSCRITOS

Os números à esquerda indicam as séries do acervo.

- 01 - ACÓRDÃOS E TERMOS DE VEREANÇA
1736-1831. 14 itens. ACOR 1-14.
- 02 - AFORAMENTOS E CONCESSÕES DE TERRAS
1724-1868. 06 itens. AFO 15-20.
- 03 - ALISTAMENTO DE ELEITORES
Apenas um item tem as datas-baliza.
1893-1900. 05 itens. AEL 21-25.
- 04 - ALISTAMENTO DE VOLUNTÁRIOS NAS GUARDAS MUNICIPAIS
1831. 01 item. AVOL 26.
- 05 - ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
1831-1895. 17 itens. ATA SES 27-44. (Um item sem data.)
- 06 - ATAS DE CONSELHOS DISTRITAIS
1892-1903. 06 itens. ATA CON 45-50.
- 07 - ATAS DE ELEIÇÕES
Referentes a eleições paroquiais para Veradores, Juiz de Paz, membros do Conselho da
Província, Deputados e Senadores da Assembléia Geral Legislativa do Império.
1822-1880. 10 itens. ATA EL 51-59 e ATA CEL 60.
- 08 - ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS DE SÃO JOÃO DEL-REI
1847-1874. 02 itens. ATA CMUM 61-62.
- 09 - AUTOS DIVERSOS
Contém um livro denominado "*Autos de Eleições Paroquiais*" (1824, AUT 63) e outro
denominado "*Autos de Nomeação*", referente a secretário e escrituradores da Freguesia de
Airuoca, Termo da Vila de Baependi (1823, AUT 64).
1824. 02 itens. AUT 63 -64.
- 10 - CARTAS E EDITAIS DA CÂMARA
1777-1880. 07 itens. CAED 65-71.
- 11 - CARTAS DE NATURALIZAÇÃO
1833-1865. 01 item. CANAT 72.
- 12 - CONTAS E RECIBOS
1834-1839. 03 itens. CONTAS E RECIBOS 73-75.
- 13 - CORRESPONDÊNCIA DA CÂMARA (cópias e rascunhos)
1877-1899. 04 itens. COP 76, 76A e 77 e COR 78.
- 14 - DECLARAÇÕES
Contém declarações de estrangeiros naturalizados e de fixação de residência.
1854-1856. 02 itens. DEC 79-80.
- 15 - FOLHAS DE PAGAMENTO DOS EMPREGADOS DA CÂMARA

ANEXO 2 – EXTRATO DO GUIA DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (1715-1930)

Fl. 6

6

1

PRIMEIRA PARTE LIVROS MANUSCRITOS

SÉRIE 01: ACÓRDÃOS E TERMOS DE VEREANÇA

- ACOR 01** Título: Acórdãos da Câmara desta Vila de São João del Rei.
Data: 1736-1743.
Rubrica: Barros (Joseph de Barros da Costa).
Número de folhas: 194.
Conteúdo: Acórdãos e termos de vereança. Autos diversos.
Estado de conservação: Regular, muitos estragos causados por insetos.
- ACOR 02** Título: Falta o termo de abertura.
Data: 1743-1748.
Rubrica: Alvarez (Joseph Alvarez de Carvalho).
Número de folhas: 193.
Conteúdo: Acórdãos e termos de vereança Autos diversos.
Estado de conservação: Regular, alguns estragos causados por insetos.
- ACOR 03** Título: Acórdãos e mais determinações que forem necessárias fazer-se pertencentes à Câmara Municipal de São João del Rei.
Data: 1748-1755.
Rubrica: Mattos (João de Mattos, Juiz Ordinário).
Número de folhas: 245.
Conteúdo: Acórdãos e termos de vereança. Autos diversos.
Estado de conservação: Péssimo, muitos estragos causados por insetos.
- ACOR 04** Título: Acórdãos da Câmara Municipal de São João del Rei.
Data: 1755-1759.
Rubrica: Mça (Francisco José Pinto de Mendonça).
Número de folhas: 143.
Conteúdo: Acórdãos e termos de vereança Autos diversos.
Estado de conservação: Regular, alguns estragos causados por insetos.
- ACOR 05** Título: Acórdãos da Câmara desta V.^a de São João.
Data: 1772-1778.
Rubrica: Dr. Carvalho (Francisco Cameiro Pinho de Almeida Carvalho).
Número de folhas: 298.
Conteúdo: Acórdãos e termos de vereança. Autos diversos.
Estado de conservação: Péssimo, desencadernado. Muitos estragos causados por insetos. Faltam as folhas finais do livro, inclusive o termo de encerramento.
- ACOR 06** Título: Acórdãos da Câmara dessa vila.
Data: 1778-1783.
Rubrica: Alvar^a (Ignácio José de Alvarenga Peixoto - Ouvidor).

ANEXO 3 – LISTA DE ATRIBUTOS IDENTIFICADOS PELO NEDA-MC

ATRIBUTOS DAS ENTIDADES

DOCUMENTO ARQUIVISTICO	ATRIBUTOS DE IDENTIFICAÇÃO		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Tipo específico de entidade	Identificação da entidade documental que está sendo descrita	Fundo, série, unidade documental...
	Identificador	Código único e permanente que representa a entidade documental que está sendo descrita	- ES.28079.AHN/72 (tipo de identificador: Código ISAD(G)) [fundo]. -ES GA 15030 AMC 1.1.2.2.1.1.1. (tipo de identificador: id de red local) [serie]
	Identificador suplementar	Código de identificação atribuído à entidade por outro sistema de informação.	- ES.28079.AHN/5.1.3// (tipo de identificador: Código referência [coleção]. - MECD, AHN, Códices, 1097 (tipo de identificador: forma de cita) [unidade documental].
	Classificação	Determinação do agrupamento superior ao qual pertence a entidade documental e de sua organização sistemática de acordo com um esquema de classificação.	- 3.3.4 Expedientes arquivos (relação de hierarquia documental com as séries principais) [unidade documental]. - 5.5.3.7.2 [unidade documental]. - SER-433-210 [série].
	Nome	Designação ou título de caráter descritivo de uma entidade documental.	- Expedientes de licença de obras a pedido da JACONSA: Construção de casas na rua Évora, 12 (tipo de nome: atribuído) [unidade documental]. - Expediente de contratação de obras - Obras de pavimentação - Avenida Del Vado - Plaza Mayor (tipo de nome: estruturado) [unidade documental].
	Tipo documental	Determinação do modelo usado na elaboração da entidade documental, objeto da descrição, que se distingue por ter características físicas ou intelectuais determinadas.	- Carta [unidade documental simples]. - Registro da licença principal de obras [unidade documental composta]. - Fotografia [componente documental].
	Data	Informação de caráter cronológico vinculada a uma entidade documental, que assegura sua identificação e contextualização.	- 14/02/2012 - 03/08/2015 (tipo de data: Acumulação) [série]. - 1948-03-08 (tipo de data: Criação) [componente documental].
	Tradição documental	Nome do estado de elaboração ou forma de transmissão por reprodução de uma entidade documental.	- Original [unidade documental]. - Rascunho [unidade documental simples].

DOCUMENTO ARQUIVISTICO	ATRIBUTOS DE CARACTERÍSTICAS FORMAIS		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Tipo de mídia	Indica a mídia ou equipamento necessário para acessar, visualizar, etc., o conteúdo da entidade documental.	- Computador [unidade documental]. - Leitor de microformas [componente documental]
	Suporte	Material físico em que está registrada a informação de uma entidade documental.	- Papel [unidade documental]. - Pergaminho [unidade documental simples].
	Extensão	Número de unidade físicas ou lógicas que compõem uma entidade documental.	- 3 arquivos [unidade documental]. - 740 arquivos [fundo].
	Idioma	Idioma usado na redação do conteúdo de uma entidade documental.	- ES [unidade documental]. - EN [série].
	Alfabeto/Escrita	Indica o tipo de alfabeto ou escrita utilizada para transmitir o conteúdo de uma entidade documental.	- Alfabeto latino ocidental [divisão de fundo]. - Notação musical [subséries]. - Braille [componente documental].
	Estado de conservação	Informação relativa ao estado material de uma entidade documental.	- Bom [série]. - Ruim [unidade documental].

DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO		
ATRIBUTOS DE CONTEXTO E CONTEÚDO		
ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Tipo de conteúdo	Indica a forma de expressão ou comunicação do conteúdo de uma entidade documental.	Texto [fundo] - Som [série] - Imagem cartográfica [unidade documental].
Síntese do conteúdo	Exposição geral sobre a entidade documental que se descreve e sobre o conteúdo da mesma.	- É feita referência à construção do Grand Hotel, iniciada em 1899 sob o nome de Casa Celestino. Após sua interrupção em 1902, o trabalho continuou com seu nome atual ... [unidade documental]. - O Consulado dos Carregadores das Índias como tribunal de comércio julgou as causas derivadas da atividade comercial dos referidos remetentes ... [fundo].
Histórico arquivístico	Resumo do histórico de responsabilidade, propriedade, custódia, controle, organização, descrição e gestão de uma entidade documental.	- O livro de atas desapareceu durante a Guerra da Independência, sendo encontrado em 1980 em uma loja de antiguidades, onde foi adquirido pela Câmara Municipal [unidade documental composta]. - A série é descrita documento por documento até a caixa 5.300, pendente para descrever o restante dos documentos que a compõem [série].
DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO		
ATRIBUTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL		
ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Localizador	Código que indica a localização da entidade documental que é objeto da descrição em um determinado depósito de arquivo físico ou eletrônico.	- \\arquivo\deposito\132007.xml [unidade documental simples] - Câmaras penais, casa 153,2 [unidade documental]. - AMGU-D01-C10433-P12 [unidade documental composta].
Ingresso	Resumo das circunstâncias ou eventos pelos quais uma entidade documental tenha sido recebida pelo seu atual agente de gestão de custódia.	- Transferência realizada em 20 de abril de 2010 [fração serial]. - Depositado de acordo com o contrato de fiança assinado em 2005 [fundo]. - Doado por um indivíduo em 22 de setembro de 1998 [coleção].
Previsão de crescimento	Previsão de crescimento da extensão de uma entidade documental.	- 5 metros lineares por ano [subséries]. - Transferências ordinárias aprovadas de acordo com a tabela de avaliação [fundo]
Sistema de organização	Método aplicado para organizar internamente, ordenar ou instalar uma entidade documental.	- Ordenação alfabética dos arquivos [série]. - Os documentos são classificados de acordo com a tramitação [unidade documental].
Avaliação	Resumo das circunstâncias ou eventos relativos aos processos de valoração, qualificação ou avaliação, assim como os de seleção ou descarte sobre uma entidade documental.	- Tabela de avaliação aprovada em 20 de maio de 2015 [série]. - Documento selecionado por amostragem de acordo com o parecer de 2 de julho de 2014 [unidade documental].
Acesso	Informação sobre as circunstâncias ou eventos que determinam o direito e grau de acesso a uma entidade documental ou a informação que ela contém.	- Não disponível. Enviado para processamento de arquivo [unidade documental]. - Reservado. Uma cópia dos documentos pode ser consultada após a dissociação dos dados pessoais [fração serial]. - Acesso gratuito, conforme contrato de 20 de maio de 2016 [série].
Instrumento de descrição	Indica a ferramenta ou ferramentas que proporcionam informação sobre o contexto, o conteúdo, a estrutura e a localização de uma entidade documental e das entidades documentais que pertencem à mesma.	- Inventário de ações judiciais em disputa do Arquivo da Chancelaria Real de Valladolid [série]. - PARES, portal espanhol de arquivos [grupo de fundos]. - Lista de entrega de arquivos pessoais do Tribunal Territorial de Madri [unidade documental].
Compleitude	Grau de conclusão ou rescisão de uma entidade documental em relação com a situação definitiva que supostamente é o final do processo de acumulação ou modificação da entidade.	- Unidade encerrada [unidade documental]. - Serie aberta [serie]. - Fundo encerrado [fundo]
Preservação	Resumo das medidas e tratamentos de preservação programados ou já recebidos por uma entidade documental.	- Restauração realizada em maio de 2008 [componente documental]. - Tratamento contemplado no Plano Global de Proteção do Patrimônio 2012- 2015 [subsérie]
Condições de reprodução	Informação relativa às formas e limitações de reprodução e publicação de uma entidade documental.	- Não é possível fotocopiar, embora possam ser fotografados a pedido [unidade documental]. - As cópias entregues serão no formato JPG a 200 dpi [grupo de fundos]. - Qualquer reprodução implica o pagamento prévio dos direitos autorais ao CEDRO [fundo].
Difusão	Resumo das circunstâncias e eventos de difusão de uma entidade documental.	- Documento selecionado para a exposição "Fragata Mercedes" [unidade documental]. - Publicado em "História do crime de Durango" [componente documental]. - 02/12/2016: Incluído pelo Arquivo Histórico Provincial de Guadalajara em uma exposição sobre Buero Vallejo [unidade documental].

DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	ATRIBUTOS ESPECIAIS		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Característica especial	Representação de qualquer informação sobre a entidade documental que não se possa consignar de maneira suficientemente detalhada nos demais atributos.	XX
Nota	Informação adicional que torna mais preciso o sentido dos dados consignados em um atributo ou que proporciona dados suplementares que não podem ser consignados em outro lugar do registro descritivo.	- Data aproximada (nota para o atributo Data) [série]. - Nome extraído da capa da pasta (nota no atributo Nome) [unidade documentário].	

AGENTE	ATRIBUTOS DE IDENTIFICAÇÃO		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Tipo específico de entidade	Identifica o subtipo da entidade Agente que é objeto da descrição.	- Instituição - Pessoa
	Identificador	Código que representa o agente que é objeto da descrição de forma única e permanente dentro de um círculo concreto de informação arquivística.	- E02958801 (tipo de identificador: DIR3) [instituição]. - PARES/64695 (tipo de identificador: id do sistema) [família]. - 124513 (tipo de identificador: id da rede interna) [pessoa].
	Identificador complementar	Código de identificação designado por outro sistema de informação.	- http://viaf.org/viaf/7450338/ (tipo de identificador: VIAF) [pessoa] - P1915500A (tipo de identificador: CIF) [instituição].
	Nome	Denominação de um agente para que seja reconhecido tanto dentro como fora do círculo arquivístico.	- Arquivo Histórico Nacional (tipo de nome: formulário autorizado) [instituição]. - Família Pimentel (tipo de nome: atribuído) [família]. - Azorín (tipo de nome: pseudônimo) [pessoa].
Data	Informação cronológica que assegura a identificação e contextualização de um agente.	- 12 de agosto de 1835 (tipo de data: Nascimento) [pessoa]. - 1503-1790 (tipo de data: existência) [instituição].	

AGENTE	ATRIBUTOS DE CONTEXTO		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Síntese	Exposição geral sobre o agente que está sendo descrito.	- A administração do Tesouro da província de Barcelona é o antecedente imediato da Delegação Provincial do Tesouro e sucessor da Intendência do Exército e da Província do Principado da Catalunha, em suas funções de funcionários ... [instituição]. - Sua produção como escritor é dividida em duas seções principais: ensaio e romance. Ele também escreveu algumas peças, experimentais e de pouco sucesso ... [pessoa].
	História	Resumo histórico ou biográfico sobre um determinado agente.	Notário e foralista aragonês. Nascido em Barbastro em 1892, onde fez seus primeiros estudos com os pianistas. Licenciado em Direito pela Universidade de Zaragoza, aprovou as oposições ao corpo de notários em ... [pessoa]. - No século XX, o mosteiro de San Placido foi afetado pela Guerra Civil, as freiras foram despejadas e usaram o prédio como prisão feminina, sofrendo grandes danos ... [instituição].
Composição	Informação sobre a organização interna de um agente, os membros que o compõem, as relações entre eles e a evolução que sofreu sua organização ao longo do tempo.	- A Circular 1722, de 10 de abril, reestrutura o Ministério em duas seções principais: um subsecretário de natureza política e outro de natureza técnica [instituição]. - Em meados do século XIX, a administração municipal está organizada em 5 seções: governo interno, polícia urbana, estatística, finanças e ... [instituição].	

AGENTE	ATRIBUTOS ESPECIAIS		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Característica especial	Representação de qualquer informação sobre características de um agente que não possa consignar-se adequadamente ou de forma suficientemente detalhada nos demais atributos.	- Serviço de reprografia: Sim [instituição]. - Grau acadêmico: Direito [pessoa].
Nota	Informação adicional que detalha o sentido dos dados consignados em um atributo ou que proporciona dados suplementares que não podem ser consignados em outro lugar do registro descritivo.	- Data aproximada de nascimento (nota no atributo Data) [pessoa]	

FUNÇÃO	ATRIBUTOS DE IDENTIFICAÇÃO		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Tipo específico de entidade	Identificação do subtipo da entidade Função que é objeto da descrição.	- Função - Atividade ou processo - Ação
	Identificador	Código que representa a entidade funcional que é objeto da descrição de forma única e permanente dentro do círculo concreto da informação arquivística.	- ES UPNA L100 (tipo de identificador: id do sistema) [função]. - ES UPNA A115 (tipo de identificador: id do sistema) [atividade ou processo].
	Identificador complementar	Código de identificação designado por outro sistema de informação.	- L100 (tipo de identificador: id do tesouros de funções) [função].
	Nome	Denominação ou título de carácter descritivo de uma entidade funcional.	- Gestão ambiental (tipo de nome: formulário autorizado) [função]. - Planejamento urbano (tipo de nome: forma não preferida) [divisão da função]. - Registro BIC (tipo de nome: Nome SIA) [atividade ou processo].
Data	Informação cronológica que assegura a identificação e contextualização de uma entidade funcional.	- 1771-1915 (tipo de data: Existência [divisão da função]. - 1937-9999 (tipo de data: implementação pela instituição) [atividade ou processo].	

FUNÇÃO	ATRIBUTOS DE CONTEXTO		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Sínteses	Exposição geral sobre a função que se descreve.	- Consiste na elaboração do catálogo de grupos de pesquisa da Universidade Pública de Navarra, incluindo a escala de avaliação da pesquisa de... [atividade ou processo] - - Os sorteios da loteria foram realizados para arrecadar recursos econômicos com os quais financiou instituições de caridade, construiu obras públicas ... [função].
História	Informação que explica a evolução histórica de uma entidade funcional.	- O primeiro sorteio foi realizado em 13 de maio de 1771, sendo desenvolvido pela Royal General Lottery of New Spain ... [função]. - A pesquisa universitária na Espanha é relativamente recente, em contraste com o modelo humboldtiano que foi estendido na Europa ao longo do século XIX a partir de ... [divisão da função].	

FUNÇÃO	ATRIBUTOS ESPECIAIS		
	ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
	Característica especial	Informação sobre uma função que não pode consignar-se adequadamente ou de forma suficientemente detalhada nos outros atributos.	XX
Nota	Informação adicional que precisa o sentido dos dados consignados em um atributo ou que proporciona dados suplementares que não podem ser consignados em outro lugar do registro descritivo.	- Entre 1915 e 1920, nenhum sorteio foi realizado (nota no Atributo de data) [função].	

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

ATRIBUTOS DOS RELACIONAMENTOS

ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Tipo de relação	Nome do tipo de relacionamento entre entidades que é o assunto da descrição.	- Relação de contexto - Relação entre documentos - Relação entre agentes
Nome da relação	Denominação ou título descritivo do relacionamento.	Produz / é produzido por (tipo de nome: Atribuído bidirecional). - Relação de testemunho (tipo de nome: texto)
Identificador da relação	Código que representa o relacionamento que é o objeto da descrição de uma maneira única e permanente no ambiente específico de informações de arquivamento.	- 213213 (tipo de identificador: id do sistema). - ES-19130-AMGU-235424 (tipo de identificador: id geral)
Data da relação	Data em que o relacionamento acontece.	- 1987/9999 (tipo de data: escopo cronológico da relação entre função e instituição)
Entidade relacionada	Identificação exclusiva de uma entidade que está vinculada a outra ou a outras pessoas por meio do relacionamento que é o assunto da descrição.	- Tribunal Territorial de Madri (atributo nome de um fundo) - P1915500A (nome do atributo de uma instituição)
Característica especial da relação	Informações sobre o relacionamento que não pode ser registrado com detalhes suficientes nos outros atributos	XX
Nota de relação	Informações adicionais que especificam o significado dos dados inseridos em um atributo ou que fornecem dados suplementares que não podem ser registrados em outro lugar no registro descritivo.	Data inicial aproximada (observe o atributo Data do relacionamento)

ATRIBUTOS DE CONTROLE DO REGISTRO DESCRITIVO

ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Identificador da descrição	Código que representa o registro descritivo de maneira única e permanente no ambiente específico de informações arquivísticas	- 5365181 (tipo de identificador: Código interno de PARES) - REG 456422 (tipo de identificador: id no banco de dados local).
Agente responsável pela descrição	Nome ou identificador do agente responsável pelo conteúdo informativo do registro descritivo.	- Arquivo Geral da Nação. - FR / DAF: Direção dos arquivos da França. - 07439283Q (ID do usuário) [pessoa].
Estado da descrição	Situação da elaboração do registro descritivo	- Revisão pendente - Publicado - Na fase de tratamento de arquivo
Nível de detalhamento da descrição	Informações sobre o nível de detalhamento do registro descritivo.	- Descrição básica - Descrição detalhada
Língua da descrição	Língua utilizada para a elaboração do registro descritivo	- ES (Espanhol) - EM (Inglês)
Escrita	Escrita usada na redação do registro descritivo.	- Alfabeto latino ocidental - ASCII
Fonte informativa da descrição	Fonte informativa usada para a elaboração do registro descritivo	- BRICALL, Josep: Informe Universidade 2000. Barcelona, 2000. - DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos. El Real y Supremo Consejo de Guerra (Séculos XVI-XVIII). Editorial CEPC. Madrid, 2001
Regra da descrição	Convenção, regra ou instrução aplicada na preparação e criação do registro descritivo.	- ISDF (2008) - ISO 6801:2004 - E-EMGDE (versión 2).
Evento de controle da descrição	Informações sobre as ações específicas realizadas para a gestão do registro descritivo	- Descrição criada em 1995. - Dados modificados em 23-10-2010. - 29/09/2015 (última modificação feita por García Gómez, Jorge)
Disponibilidade da descrição	Informações sobre as restrições de acesso a um registro descritivo	- Reservado - Acesso público - Confidencial
Segurança da descrição	Condições existentes para acessar o registro descritivo	A descrição completa está reservada ao pessoal da organização por razões de segurança.
Nota do controle de descrição	Informações adicionais que especificam o significado dos dados inseridos em um atributo ou que fornecem dados suplementares que não podem ser registrados em outro lugar no registro descritivo.	- Foi usada a versão em inglês da ISAD (G) (observe o atributo Regra de Descrição)

Fonte: CNEDA, 2017.

Nota: Elaborado pela autora.